

DAGOBERTO JOSÉ BORDIN

**CULTURA TERMAL E PROCESSOS DE
PATRIMONIALIZAÇÃO
E TURISMO EM DUAS ESTAÇÕES DE ÁGUAS TERMAIS:
Santo Amaro da Imperatriz/Brasil e Nueva Federación/Argentina**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Antropologia

Orientador: Profa. Dra. Alicia Norma González de Castells

Florianópolis

2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bordin, Dagoberto José

CULTURA TERMAL E PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E
TURISMO EM DUAS ESTAÇÕES DE ÁGUAS TERMAIS : Santo Amaro da
Imperatriz/Brasil e Nueva Federación/Argentina / Dagoberto
José Bordin ; orientadora, Alicia Norma González de
Castells - Florianópolis, SC, 2015.

291 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia Social. 2. Água termal. 3. Patrimônio
cultural. 4. Turismo termal. I. González de Castells,
Alicia Norma . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III. Título.

DAGOBERTO JOSÉ BORDIN

**CULTURA TERMAL E PROCESSOS DE
PATRIMONIALIZAÇÃO
E TURISMO EM DUAS ESTAÇÕES DE ÁGUAS TERMAIS:
Santo Amaro da Imperatriz/Brasil e Nueva Federación/Argentina**

Esta Tese foi julgada adequada à obtenção do título de Doutor em Antropologia e aprovada em sua forma final pelo Curso de Doutorado em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 4 de março de 2015

Professora orientadora: Dra. Alicia Norma González de Castells,
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Mónica Beatriz Rotman
Universidade de Buenos Aires

Prof. Dra. Maria José Reis
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Carmen Rial
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Micheline Ramos de Oliveira
Universidade do Vale do Itajaí

Prof. Dr. Rafael Devos
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho a todas as pessoas que pensam o patrimônio cultural como conquista das nossas gerações e herança a ser compartilhada pelas gerações vindouras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Alicia Norma González de Castells, minha orientadora, pelo afeto, dedicação e paciência com que conduziu nosso trabalho conjunto. Meu muito obrigado a todos os professores e alunos do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial aos colegas do Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural – Naui.

Agradeço a Mónica Rotman, Rodolfo Bertoncello e Lucas Ramírez, dos departamentos de Antropologia e Geografia da Universidad de Buenos Aires, pela co-orientação e pela acolhida em Buenos Aires, na conexão com o campo que se realizou em Nueva Federación, província de Entre Ríos, na Argentina.

Agradeço aos professores Esther Jean Landgon, Maria José Reis e Edviges Ióris, pela participação nas sucessivas bancas de qualificação da tese, e a Mónica Rotman, Maria José Reis, Carmen Rial, Rafael Devos, Micheline Ramos de Oliveira, Maria Eugênia Dominguez e Aldo Litaiff, pelo aceite para a banca de defesa desta tese.

Agradeço ao Instituto Brasil Plural e à Capes por financiar esta pesquisa e também por conceder uma bolsa para o período de estudos na Argentina. Sem esta ajuda, este trabalho não poderia ter sido realizado.

Agradeço de coração a meus familiares e amigos pelo estímulo para construir esta tese.

“As águas simbolizam a soma universal das virtualidades: são *fons et origo*, o reservatório de todas as possibilidades de existência; precedem toda forma e sustentam toda criação” (Mircea Eliade).

RESUMO

A água termal, desde a antiguidade, é indicada como terapêutica em diversos distúrbios de saúde física e mental. Uma estação de águas termais é sempre oportunidade de encontro com o outro, de marcação de alteridade e, ao mesmo tempo, de identidade. Estas estações de águas termais podem ser vistas como ambiente propício à cura e são ocasião de lazer e relaxamento coletivos, fatores de distinção social e também de reconhecimento de que os espaços que habitamos e pelos quais nos movemos contribuem para a construção das nossas representações identitárias como indivíduos e como coletividades.

Esta tese enfoca na Primeira Parte a cultura termal, quando busco entender a teia de significações que envolvem estas práticas de lazer, turismo e saúde. Na Segunda Parte, abordo os processos de patrimonialização e turismo desta cultura termal. Para atingir meu objetivo, estabeleço uma comparação entre duas estâncias de águas termais, uma localizada no sul do Brasil e outra na região nordeste da Argentina, detendo-me no gerenciamento da água termal, que é analisada com relação ao seu aproveitamento turístico, operação que coloca no seu entorno diversos agenciamentos. Ela é um produto à venda no mercado das opções turísticas e também aciona atores no mercado das águas minerais, ou águas de mesa, nos dois casos estudados.

Palavras-chave: spa, cultura termal, turismo termal, banho termal, patrimônio ambiental.

ABSTRACT

Since ancient times, thermal springs have been indicated as therapeutic for a number of mental and physical health problems. A thermal spring spa is always an opportunity for meeting other people, marking alterity and also for marking identity. Such thermal spring spas can be seen as a favorable environment for cure, while offering collective relaxation and leisure; it also marks social difference and the acknowledgement that the spaces we inhabit and about which we move do contribute for the building of our identity representations both as individuals and collectively. In the First Part the focus of the present dissertation is on the thermal culture, when the web of meanings involved in those activities of leisure, tourism and health are investigated. In the Second Part the processes of patrimonialization and tourism in such thermal cultures are approached. A comparison is made between the management of two thermal spas, one located in the South Region of Brazil, the other at the Northeast of Argentina, while analyzing their touristic utilization, an operation that stimulates a number of activities in their surroundings. Such kind of spa is for sale at the market of touristic options, while also stimulating the spring water market, or mineral water, in the two cases studied.

Keywords: spa; thermal culture; thermal tourism; thermal bath; environmental patrimony.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Detalhe de uma das obras de arte da coleção do Palácio Farnese, no Museu Arqueológico de Nápoles.....	65
Ilustração 2 – Termas de Caracala (projeção, a partir de suas ruínas), em Roma.....	66
Ilustração 3 – Bath, na Inglaterra.....	68
Ilustração 4 – A centenária igreja matriz de Santo Amaro da Imperatriz, em estilo gótico.....	83
Ilustração 5 – Mapa do Brasil.....	103
Ilustração 6 – Mapa do Estado de Santa Catarina.....	104
Ilustração 7 – Panfleto do Hotel Caldas da Imperatriz – frente.....	111
Ilustração 8 – Panfleto do Hotel Caldas da Imperatriz – verso.....	112
Ilustração 9 – Mapa das províncias argentinas.....	162
Ilustração 10 – Mapa da Província de Entre Ríos, onde se destaca a localização de Nueva Federación.....	162
Ilustração 11 – Parque termal em Nueva Federación, Entre Ríos, Argentina.....	168
Ilustração 12 – Detalhe de uma das piscinas internas de Nueva Federación.....	169
Ilustrações 13 e 14 – A cidade velha, antes e depois do alagamento	171
Ilustração 15 – A igreja, que foi parcialmente remontada em Nueva Federación.....	172
Ilustrações 16 e 17 – O antigo e o novo fontanários.....	201
Ilustração 18 – Hotel tombado pelo Patrimônio Histórico no município de Santo Amaro da Imperatriz.....	222
Ilustração 19 – Os recursos hídricos do Planeta Terra.....	236

Ilustração 20 – O hotel Plaza Caldas da Imperatriz, em Santo Amaro da Imperatriz, Santa Catarina.....	254
Ilustração 21 – O Termas do Tabuleiro Resort, na localidade de Vargem Grande, em Santo Amaro da Imperatriz.....	256

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
PRIMEIRA PARTE – A CULTURA TERMAL.....	39
1 AS TERMAS E A PRÁTICA DO TERMALISMO.....	40
1.1 AS HIERARQUIAS DAS ÁGUAS TERMAIS. NAVEGANDO ENTRE O PRAZER E A CURA.....	42
2 OS CUIDADOS DE SI.....	59
2.1 A PROPÓSITO DOS BANHOS.....	63
2.2 BANHOS PÚBLICOS, BANHOS PRIVADOS.....	64
2.3 BANHOS QUENTES, BANHOS FRIOS.....	68
2.4 ÁGUAS SAGRADAS, ÁGUAS PROFANAS.....	75
2.5 O TURISMO TERMAL - ÁGUA COMO MERCADORIA: A MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA.....	84
3 A CULTURA TERMAL EM DOIS CAMPOS ESPECÍFICOS: SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, SANTA CATARINA, BRASIL, E NUEVA FEDERACIÓN, ENTRE RÍOS, ARGENTINA.....	103
3.1 O TERMALISMO EM SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, SANTA CATARINA, BRASIL.....	104
3.2 OS DE FORA E OS DE DENTRO.....	107
3.3 TERRITÓRIO EM DISPUTA.....	113
3.4 ÁGUA DE BEBER.....	154
3.5 O TERMALISMO EM NUEVA FEDERACIÓN, ENTRE RÍOS, ARGENTINA.....	161
3.6 TRADIÇÃO DE HOSPITALIDADE.....	182

SEGUNDA PARTE: PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E APROVEITAMENTO TURÍSTICO.....	189
4 PATRIMÔNIOS COMO CAMPOS DE DISPUTAS.....	191
4.1 ÁGUA DE BEBER EM DISPUTA.....	197
4.2 A SUBSTANCIALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO.....	204
4.3 PATRIMÔNIO NATURAL VERSUS PATRIMÔNIO CULTURAL.....	209
5 A ÁGUA PENSADA COMO BEM CULTURAL IMATERIAL.....	221
5.1 A ÁGUA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	224
5.2 QUEM FALA PELA NATUREZA.....	233
5.3 A “TURISTIFICAÇÃO” DA NATUREZA.....	242
5.4 PAISAGENS COMO CAMPOS DE DISPUTAS.....	247
5.5 O NOVO <i>RESORT</i>	254
5.6 ENERGIA HIDRELÉTRICA, A POLÊMICA DAS PCHS.....	264
5.7 ICMS VERDE.....	268
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	271
REFERÊNCIAS.....	279
ANEXOS.....	289
ANEXO A – CAPAS DE DOIS DOS FÔLDERES TURÍSTICOS DE NUEVA FEDERACIÓN, ENTRE RÍOS, ARGENTINA.....	291

INTRODUÇÃO

A água termal tem inúmeras indicações terapêuticas e as estações de águas termais são sempre oportunidade de encontro com o outro, de marcação de alteridade e de identificação, das pessoas que as frequentam, com determinado estilo de vida. Estas estações de águas termais podem ser vistas como ambientes que possibilitam a cura e, até mesmo, o milagre – elas podem, por causa disso, tornar-se lugares de turismo e peregrinação.

As águas termais costumam aparecer, ao longo da história, associadas a lugares e momentos de lazer e relaxamento coletivos, fatores a um só tempo de socialização, distinção social e marcação de territórios, saúde, cura, patrimônio e turismo. Veremos como o conceito de termalismo evoluiu – de conagração social e prazer sexual, na Grécia e na Roma antigas, ao conceito de terapia de saúde ou ao que hoje poderia integrar tanto a ideia de bem-estar físico e mental quanto a de beleza estética.¹

Meus objetivos, nas duas estações termais estudadas, é identificar e interpretar a cultura termal de cada uma delas (práticas de lazer, turismo e saúde), os processos de patrimonialização e de aproveitamento turístico dos bens patrimoniais, os agenciamentos públicos e privados em relação a estes processos. Estabeleço uma comparação entre estas duas estâncias de águas termais, numa etnografia que se concentra em dois campos específicos, um na Grande Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil, no bairro de Caldas da Imperatriz, município de Santo Amaro da Imperatriz, e outro na cidade de Nueva Federación, província de Entre Ríos, Argentina.

A questão do gerenciamento dos recursos hídricos é cada vez mais atual, dada a sua crescente escassez. Tanto a água termal quanto a

¹ Indicada a todos os tipos de pele, a água termal é, segundo definição de Tatiana Steiner, especialista em dermatologia pela Sociedade Brasileira de Dermatologia, “um tipo de água que se origina de fontes subterrâneas e que, durante o seu trajeto, absorve inúmeros nutrientes, principalmente minerais contidos nas rochas, destacando-se o cálcio, o magnésio, o silício, o selênio, o sódio, o cobre, o zinco e o ferro”. Ela pode também ser engarrafada como água mineral e utilizada em vaporizadores *spray*. Mais em: <http://delas.ig.com.br/beleza/pele/2013-01-10/agua-termal-e-mais-do-que-frescura-saiba-o-que-ela-pode-fazer-por-sua-pele.html>. Consulta em 4 de novembro de 2013.

água mineral são tratadas pela legislação como minério e regulamentadas pelo Código de Mineração. As leis são dominadas por um padrão econômico de exploração à exaustão e crescimento a qualquer custo, mas a água termo-mineral não é só um minério a ser explorado, supõe-se que seja um bem sociocultural importante para a identidade das comunidades envolvidas.

A água termal é analisada, nesta pesquisa, com relação ao seu aproveitamento turístico, uma operação que coloca no seu entorno diversos agenciamentos possíveis, ela que é um produto à venda no mercado das opções turísticas e que aciona atores, também, no próprio mercado das águas minerais, já que a água termal é, quase sempre, ao mesmo tempo, água mineral.

Detenho-me na gênese do aproveitamento turístico deste recurso natural e na relação que tanto as fontes de águas termais quanto as estâncias onde estas águas podem ser usufruídas estabelecem com a noção de patrimônio.

De fato, muitas destas fontes de águas termais, no decorrer dos séculos, transformaram-se em patrimônios, alguns com o *status* de patrimônios da humanidade (Yellowstone, nos Estados Unidos), outros como patrimônios históricos (Caracala, em Roma, por exemplo), patrimônios naturais e/ou arquitetônicos (Bath, na Inglaterra), sendo que cada uma destas estações pode ter mais de um desses atributos, simultaneamente. Cada um desses adjetivos, no entanto, reivindica para um determinado grupo de agentes a autoria por transformar o recurso natural ou cultural num patrimônio específico. Assim, para dar um exemplo, se reivindicado como patrimônio arquitetônico, um determinado bem tangível passa a ser elaborado discursivamente por arquitetos, *designers*, engenheiros, especialistas de um determinado campo semântico. Em outros casos, os agentes podem ser médicos, historiadores, arqueólogos, antropólogos, críticos de arte, artistas, músicos, linguistas, museólogos, colecionadores, quando cada um desses grupos aciona campos de significação específicos. São esses indivíduos que controlam os saberes, o conhecimento. Eles detêm uma força de decisão política.

Desta forma, a água termal, especificamente, pode se tornar, sim, um patrimônio intangível,² cultural, fluido ou, para evocar Zigmunt

² O patrimônio cultural imaterial ou intangível compreende as expressões de

Bauman (2003), apropriadamente, um patrimônio líquido, já que a água termal seria o reverso do que convencionalmente se consideram bens patrimonializáveis – construções concretas de cimento e cal.

É curioso observar como se dá a adjetivação do patrimônio quando se trata da fruição da água termal, que, de recurso natural, num determinado contexto, pode ser construída discursivamente e reinventada como “patrimônio”, no sentido daquilo que se pretende que perdure, para que possa ser legado para a posteridade e, então, colocado à disposição de uma futura coletividade.

Meu interesse sobre o turismo termal se deve à conjunção de um gosto especial pelas termas como opção de férias, de lazer, e, junto com isso, pelo fato de ter trabalhado, enquanto jornalista, com este assunto. Na década de 1990, fui repórter da editora Abril, em São Paulo, mais especificamente no *Guia 4 Rodas*, quando desenvolvi pesquisas com roteiros de turismo que incluíram destinos termais como Araxá, São Lourenço, Águas da Prata e Poços de Caldas, em Minas Gerais e em São Paulo. Conheci diversas termas ao longo daqueles anos em todo o interior do Brasil.

Sou jornalista, estudioso da Comunicação, e posso perceber que, às vezes, a prática jornalística guarda algumas semelhanças com a prática etnográfica, tanto na captação das informações quanto no momento da escrita. Creio que as disciplinas se assemelhem pelo valor atribuído ao testemunho, afinal é dele que retiram sua autoridade narrativa, do fato de o autor ter estado lá, ter presenciado um fato, ter ouvido e visto as pessoas, ter sentido como são diferentes de si, quando descreve estas alteridades. O texto que resulta das duas experiências em campo é que me parece diverso, porque o texto jornalístico é feito para vender a informação em jornais, revistas, programas de televisão e de rádio, ele espetaculariza, quase sempre, um acontecimento, que passa a ser percebido como extraordinário ou no mínimo incomum. Ainda que a abordagem, a metodologia, a transcrição possam ser semelhantes nos

vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e repassam a seus descendentes. Apesar de tentar manter um senso de identidade e continuidade, este patrimônio é particularmente vulnerável, uma vez que está em constante mutação e multiplicação de seus portadores. Por esta razão, a comunidade internacional adotou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 2003. Mais em www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/.

dois procedimentos, o jornalístico e o etnográfico, a própria forma como o conteúdo é exposto, no caso dos textos e das fotos e ilustrações jornalísticos, eles tentam se vender a si mesmos, procuram se tornar atraentes para serem vendidos e comprados. Comparado com o texto etnográfico, acadêmico, o texto jornalístico busca de maneira geral envolver, é mais direto, tenta ser mais factual e mais enxuto, é produzido de forma mais rápida e quase sempre resulta mais superficial. Os públicos leitores também são fundamentalmente diferentes, porque são textos que têm propósitos distintos.

Talvez tenha me dado conta disso, tempos depois de minha experiência no campo da reportagem, já como professor de Redação Jornalística no curso de Comunicação Social, na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), em Palhoça e em Tubarão. Ali, decidi-me, num mestrado em Ciências da Linguagem, por abordar em minha dissertação os grafitos de portas de banheiros como inscrições pessoais num espaço público e, ao mesmo tempo, privado.³ Foi minha primeira produção de um texto acadêmico e se baseava em inscrições anônimas de portas de banheiro, dentro da própria universidade. O texto acadêmico exige letramento tanto na sua produção quanto na sua leitura e, nisso, se distingue do texto jornalístico, com o qual temos contato no dia-a-dia desde nossa mais precoce infância.

No caso dos grafitos de portas de banheiro, as inscrições de si naquele ambiente enclausurado dos banheiros públicos me levaram a refletir sobre o público e o privado nas relações de comunicação entre as pessoas e comecei a pensar na comunicação como uma questão eminentemente antropológica. Penso que a comunicação possa ser objeto da antropologia desde que, no início das civilizações, os primeiros homens começaram a se expressar nas paredes das cavernas, nas inscrições rupestres. Estas inscrições encontrariam uma espécie de extensão no mundo moderno, nas portas dos banheiros e nos *chats* da internet. Esta foi uma das constatações que me fizeram procurar o doutorado em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2010.

Sou egresso de um curso de Comunicação Social, o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), que sempre teve a

³ “Inscrições de si: da porta de banheiro ao chat” (Unisul, 1995). Disponível em: http://aplicacoes.unisul.br/pergamum/pdf/79337_Dagoberto.pdf.

característica marcante de se voltar para o contexto latino-americano. Característica que salienta a natureza comunicacional da cultura e a natureza cultural da comunicação, corrente que tem como expoente máximo o antropólogo espanhol-colombiano Jesús Martín-Barbero, em especial, pela relação que ele estabelece entre a linguagem e a ação humanas.

Para o estudioso, certa concepção de mundo se expressa por meio da linguagem, mas é realizada através de determinado tipo de práxis, de ação concreta. Conforme o autor: “A partir daí, comecei a usar um pouco a linguística e as teorias da comunicação, que podiam ser vistas nos debates, por exemplo, do linguista norte-americano Noam Chomsky ou do filósofo inglês John Langshaw Austin”. Foi dessa maneira que Barbero observou que a linguagem não é apenas uma “tradução de informações”, mas uma produção de sentidos e significados. Ele diz que foi por isso que começou a trabalhar com Comunicação. “Isso se conecta com as culturas, que são maneiras de produzir e organizar o sentido coletivo da vida”.⁴

Quando entro para a Comunicação, já o faço abordando os processos de comunicação cotidianos, ou seja, as bandas musicais dos adolescentes, as pessoas se reunindo na igreja, o estádio de futebol (...). Meu primeiro trabalho de investigação na área, resultado de quatro anos de pesquisa, foi uma comparação entre as formas de comunicação em mercados populares e nos primeiros supermercados que surgiam. Coloquei os alunos para pesquisar os aspectos, os odores e os sons de cada um — um trabalho realmente etnográfico. É daqui que eu parto. Isso é comunicação para mim. Estudar apenas os meios de comunicação, determinado programa de televisão, não é o mais importante, porque o ponto-chave do processo é desde onde se assiste.⁵

4

Entrevista.
<http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2012/07/entrevista-jesus-martin-barbero-fala-sobre-comunicacao-e-suas-obras.html>.

⁵ Idem.

Para ingresso no doutorado, apresentei, inicialmente, um projeto que tinha o intento de investigar os contra-usos cotidianos dos banheiros públicos. Meses depois, já como integrante do Naui, Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, grupo coordenado por minha orientadora, Alicia Norma González de Castells, na UFSC, minha investigação foi se depurando e decidi-me por buscar a origem dos banheiros modernos, localizada justamente na cultura termal e nas termas, que eram os banheiros públicos e coletivos da antiguidade e em que, curiosamente, já se inscreviam inúmeros grafitos.

Penso que as termas e o termalismo, de maneira geral, possam ser reivindicados como patrimônios culturais.

Cumpridas as disciplinas do doutorado, parti para o campo, que se deu, em 2011, no bairro turístico de Caldas da Imperatriz, município de Santo Amaro da Imperatriz (Santa Catarina, Brasil), próximo de Florianópolis, local onde já havia estado diversas vezes anteriormente. Outra parte do campo se deu durante o segundo semestre de 2012 e o primeiro semestre de 2013, em Nueva Federación (Entre Ríos, Argentina), local que já havia sido objeto de pesquisa de minha orientadora, Alicia Norma González de Castells (CASTELLS, REIS, CATULLO, 2005).

Ainda que ambas as localidades tenham em comum a exploração da água termal como atrativo turístico, trata-se de locais com características bastante distintas: o primeiro, com uma população informada sobre os banhos termais desde a época do Império; o segundo, com uma população urbana local reassentada para dar lugar à represa argentino-uruguaia de Salto Grande e cuja população descobriu ter sido instalada em cima de uma mina de águas termais – sobre o transnacional Aquífero Guarani.⁶ Esta fonte, encontrada depois de

⁶ O Aquífero Guarani estende-se sob uma área de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, dois terços dela no Brasil – em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – e o restante no noroeste da Argentina, leste do Paraguai e norte do Uruguai. O manancial é estimado em 50 mil quilômetros cúbicos de água doce, que seriam suficientes para abastecer o mundo todo por dez anos, se levado em conta o consumo atual. No Brasil, as pesquisas sobre esse manancial se desenvolveram, sobretudo a partir dos anos 70, no Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). “O Brasil e demais países do Mercosul iniciaram em 2001 um projeto para aprofundar estudos e criar um modelo de gestão do uso das águas do

exaustiva perfuração, passou a ser explorada turisticamente há pouco mais de uma década e o parque termal de Nueva Federación se constitui, hoje, na principal fonte de divisas do município.

Como mencionei acima, Nueva Federación foi objeto de pesquisa no artigo intitulado “Poder e projetos de desenvolvimento: questões políticas e socioculturais, novos cenários e novos interlocutores no contexto do Mercosul” (CASTELLS, REIS, CATULLO, 2005), um projeto de cunho comparativo que focalizou as experiências vivenciadas pelas populações urbanas de Nueva Federación (Entre Ríos, Argentina) e de Itá (Estado de Santa Catarina, Brasil), que foram realocizadas para a instalação, respectivamente, da represa binacional argentino-uruguaia de Salto Grande e da represa brasileira de Itá.

O referido estudo mostra a maneira como diferentes atores sociais representam e lidam, nessas cidades relocadas, com parte de seu patrimônio tangível e intangível relativos aos antigos assentamentos e tradições urbanas, anteriores às inundações decorrentes das instalações daquelas represas, sobretudo a partir de projetos de exploração turística em elaboração ou em execução em ambas as cidades.

Agora, a comparação se dá entre Nueva Federación, de novo, e outro município catarinense, Santo Amaro da Imperatriz. Para a geração de dados que permitisse acompanhar cada um dos dois campos e estabelecer a comparação entre Santo Amaro da Imperatriz e Nueva Federación, foram utilizadas diversas fontes primárias e secundárias. É central, na pesquisa, a etnografia realizada nos dois campos, de modo que a maior parte da exposição que se segue volta-se para a etnografia – o que brotou de minha interlocução com algumas das pessoas envolvidas direta ou indiretamente nestes processos de patrimonialização e turismo.

Além das observações e entrevistas em campo, utilizo como embasamento e fonte de dados, na etapa argentina, diversos artigos do geógrafo Rodolfo Bertoncello e a dissertação de mestrado e artigos do geógrafo Lucas Ramírez, que estuda, precisamente, as termas de Nueva Federación, na Universidad de Buenos Aires – o turismo, na Argentina, é um setor de estudos ligado à antropologia, mas também vinculado à

aquífero e sua proteção ambiental. O projeto foi apoiado pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente e já contou com investimento de US\$ 25 milhões dos países envolvidos”. <http://revistapesquisa.fapesp.br/2001/04/01/agua-riqueza-em-exame>. Consulta em 21 de novembro de 2013.

geografia cultural. Vídeos, fotografias, livros, jornais, revistas e endereços eletrônicos completam a seleção de materiais analisados tanto na Argentina quanto no Brasil, sendo que minhas fontes foram mais exaustivas no território brasileiro, devido à proximidade.

Gostaria de levantar alguns aspectos que fizeram parte do contexto da pesquisa na Argentina, para ressaltar minha situação em campo como estrangeiro, como turista, como jornalista e como etnógrafo, o que teria contribuído para afetar a construção da etnografia naquele local mais distante. O verão de final de 2012 e começo de 2013 foi o mais quente das últimas décadas em Buenos Aires. Durante o *réveillon*, a sensação térmica era de 50 graus. Faltou energia elétrica diversas vezes. Um urso polar morreu de calor no zoológico de Buenos Aires, o que mobilizou a população para se manifestar pelo fechamento dos zoológicos no país. Naquele mesmo período, uma argentina, Alexandra, era coroada rainha da Holanda e os pais dela não foram convidados para o casamento, porque o pai dela foi um dos colaboradores com a ditadura na Argentina, assunto para o qual a população, de maneira geral, me pareceu extremamente sensível (e não é para menos, chegam 30 mil os desaparecidos). Francisco, um argentino, foi eleito papa em Roma; o jogador de futebol Maradona, também argentino, tornava-se pai de mais um filho. Neste mesmo momento, morria Chávez, presidente da Venezuela, e proliferavam fatos impactantes no campo ambiental, político e midiático na Argentina – por exemplo, a luta de morte entre o grupo de comunicações Clarín e o governo de Cristina Kirchner, por causa da lei de meios, que se propõe a acabar com os monopólios da comunicação no país.

Cito todos estes acontecimentos porque talvez pudesse chamar esta minha experiência de uma “etnologia de percurso”, como denomina Abreu (2012). Neste caso, a metodologia consistiria em vivenciar o deslocamento de um viajante que percorre uma região, que exercita a estranheza, que se depara com novos ângulos e paisagens, como um *flâneur* benjaminiano.⁷ Que experiência e relata as circunstâncias da produção textual. Fosse outro o viajante, fosse outro o momento, resultaria ser outro também o relato das impressões nesses mesmos

⁷ A figura do *flâneur* benjaminiano surge no texto *A Paris do Segundo Império em Baudelaire*, de Walter Benjamin. O texto se ambienta na modernidade do século XIX e no cotidiano dos habitantes da capital francesa.

lugares. Seriam outros entrevistados, outras avaliações, igualmente objetivas, igualmente subjetivas desses atores que escrevem conosco o nosso texto.

Neste percurso, o diário de campo é um interlocutor para nós mesmos. Dos meus diários, constam telefones, mistos de agendas com números de referências em bibliotecas, números de telefone, endereços, apontamentos sobre a programação de teatro local, nomes de restaurantes, marcas de vinhos e aulas inteiras de Espanhol, na Universidad de Buenos Aires.

Na maior parte dos casos, minhas entrevistas foram gravadas em áudio e depois transcritas direto num computador. Anotei nos cadernos de campo, no entanto, acima de tudo, minhas impressões sobre os ambientes e as pessoas que circulavam por eles ou os habitavam. Há uma extensa troca de e-mails e mensagens nas redes sociais com interlocutores no Brasil e na Argentina, principalmente, que fazem parte de uma espécie de diário de campo virtual, a ponto de termos pensado, na ocasião, em criarmos em uma de nossas edições dos *Cadernos NAUI* uma seção só com relatos de viagens de nossos estudantes em viagens de bolsas-sanduíches.

Conforme Abreu (2012, p. 27), “importa o aspecto relacional, o aspecto experimental, o aspecto de construção dos dados da pesquisa, a partir da visão do pesquisador”. Eu acrescentaria que os dados se constroem também a partir da visão de nossos interlocutores, uma visão que damos a conhecer por intermédio da escrita.

Para a realização da etnografia, em ambos os campos, no Brasil e na Argentina, foram entrevistadas pessoas que frequentam as estações termais, pessoas estabelecidas em setores das prefeituras, no comércio de cada localidade, artesãos e funcionários dos museus e hotéis, todos eles identificados com nomes fictícios aqui, muito embora acredite que alguns ainda possam ser reconhecidos, por alguns eventuais leitores, pelo vocabulário especializado que utilizam e pelo local de onde falam. O resultado foi a geração de dados a partir destas entrevistas semi-estruturadas gravadas em áudio e, depois, transcritas, e também a partir do mencionado diário de campo virtual. Foram realizadas anotações em cadernos de campo, leituras de jornais, livros, revistas, endereços eletrônicos, assisti a filmes e vídeos.

Foram consideradas como informantes pessoas ligadas, de alguma forma, a este universo termal. Em Nueva Federación, transcrevi entrevistas com sete pessoas: a dona de um *hostel* pioneiro no local (Beatriz), uma funcionária pública do setor de Turismo (Ágata), um

comerciante (Raúl), funcionários de dois museus (José e Pedro) e dois estudiosos do assunto (João e Otávio).

Em Santo Amaro da Imperatriz, onde estive mais vezes e por mais tempo, foram entrevistadas 13 pessoas: uma participante do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) local (Maria), dois funcionários do setor de Turismo da Prefeitura (Antônio e Leila), um geógrafo (Douglas), dois funcionários de hotéis (Silvestre e Beltrão, este último verdadeiro patrimônio histórico vivo), três professores de diferentes gerações e diferentes áreas de atuações (Nair, Castro e Beto) –, duas comerciantes do bairro turístico de Caldas da Imperatriz (Jane e Bárbara), uma artista plástica (Sula), e um participante da banda municipal de música (Antero).⁸

O quadro de entrevistados e fontes se completa com uma interlocutora que se considera turista termal (Gaia), natural de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, e um grupo de internautas brasileiros que discute, no *FaceBook*, a questão turística de Santo Amaro da Imperatriz, identificados aqui apenas como internautas.

Ressalto, nesta breve apresentação metodológica, que a escolha dos interlocutores e a edição das entrevistas constituem um recorte autoral inalienável e, ao mesmo tempo, promovem uma autoria que é compartilhada com cada um dos entrevistados, que participa desta etnografia como coautor.

As escolhas dos informantes às vezes esbarram na disponibilidade, na possibilidade ou na vontade deles de concederem entrevistas e estas entrevistas são necessariamente pautadas pelo etnógrafo. São escolhas que continuam depois, na edição de tudo o que disseram para o autor da etnografia. Este roteiro de seleções segue um fluxo próprio, não se tem necessariamente controle sobre ele, e ao mesmo tempo é decisivo nele o corte autoral, na hora da escrita da tese.

A questão da autoria é exaustivamente discutida por Clifford Geertz (em *O antropólogo como autor*, de 1989, e por James Clifford, em especial em *A experiência etnográfica – Antropologia e literatura*

⁸ Minha entrada em campo em Santo Amaro se deu por intermédio de uma ex-aluna da Unisul, Universidade do Sul de Santa Catarina, campus Pedra Branca, hoje jornalista. Mantive o gênero dos entrevistados, isto é, os nomes masculinos correspondem a informantes homens, nomes femininos, a mulheres. Todos os entrevistados na Argentina e no Brasil eram maiores de idade e muitos deles, idosos.

no século XX, de 1998). Os dois autores coincidem em dizer que se trata sempre de interpretação e que não há como evitar a autoria, nesta tradução da cultura. Clifford centraliza esta prática na escrita, no processo de textualização que é situado em circunstâncias históricas e culturais específicas (CLIFFORD, 1998, p. 9). Mas avalia que não são textos na sua compreensão mais restrita, senão um sistema complexo de relações, textos pensados simultaneamente como condições e efeitos de uma rede de relações vividas por etnógrafos, nativos e outros personagens até então situados no contexto de situações coloniais.

O discurso etnográfico teria uma pretensão literária ou, quem sabe, jornalística, como uma variação dentro do gênero literário. A escrita etnográfica é entendida por Clifford como uma atividade híbrida. Conforme José Reginaldo Santos Gonçalves, que escreve a apresentação do livro de Clifford, a etnografia é vista simultaneamente como escrita, colecionamento, colagem modernista, poder imperial e crítica subversiva. “Ela se configura como um campo articulado pelas tensões, ambiguidades e indeterminações próprias do sistema de relações do qual faz parte” (CLIFFORD, 1998, p. 10). Busca uma experiência autêntica. Conforme Gonçalves, para entender a posição articulada por James Clifford, é importante destacar que a metáfora mais importante no seu pensamento não é o “texto” (como o é para a antropologia interpretativa), mas sim a escrita, no sentido metafórico explorado por Jacques Derrida. Clifford vê o texto como campo de tensões, no qual não existe um significado único ou coerente (p. 14).

Já Geertz (1989) defende que a etnografia e a antropologia, de forma mais geral, consistem num esforço de comunicação entre culturas distintas, um esforço de tradução. Neste caso, ainda que eu tenha procurado dar voz aos meus interlocutores, acabei por recortar seus discursos, editá-los, em conceituações cruciais (como a de patrimônio, por exemplo) e na reiteração de alguns temas, já que de alguma forma todos os informantes foram instados a falar sobre os mesmos assuntos.

Foucault (2005) foi um dos primeiros a ensinar a indignidade de falar pelos outros, mas James Clifford (1998) já havia questionado a autoridade do antropólogo. “Quem somos nós para falar por eles?”, perguntava-se. A realidade é sempre interpretada, ou seja, vista sob uma perspectiva subjetiva do autor, portanto a antropologia seria uma interpretação de interpretações (GEERTZ, 2005). Da crítica das retóricas de autoridade clássicas, influenciada pelos estudos de Michel Foucault (2008), uma das ideias centrais dos debates pós-modernos em

antropologia é: quem realmente fala em etnografia? O nativo? Ou o nativo visto pelo prisma do etnógrafo? O discurso do antropólogo é discutido porque politiza a relação observador-observado na pesquisa antropológica, questionando a utilização do “poder” do etnógrafo sobre o “nativo”.

Tranquiliza-nos constatar que nenhum método científico é absoluto e soberano e nenhuma instância ética é capaz de garantir a verdade das imagens que formamos.

Por um lado, retomando Geertz (1989), pode-se constatar que de fato os homens estão enfiados – suspensos, encapsulados – numa teia de significados, sentidos, símbolos, mitos, arquétipos, signos que os aprisionam, enredados que estão por uma teia que eles mesmos teceram e continuam a tecer, cada ser humano individualmente e também de forma coletiva. Para seguir na metáfora da teia, a aranha, ora caçadora, ora caça, está enredada ela também, também ela em suspensão. Por outro lado, pode-se perceber que todo este conjunto de signos, símbolos, sentidos e significados, ao serem descobertos, interpretados e compartilhados pelos diversos grupos humanos nos possibilitam uma melhor compreensão da própria natureza humana.

Foucault (2008) vem para mostrar às pessoas que elas não estão tão enfiadas assim a teias de significações e que elas são muito mais livres do que imaginam. Ele diz que as pessoas tomam por verdadeiros, por evidentes, certos temas fabricados em um momento particular da história, mas que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída. Então, temos que existe a teia e que em dado momento podemos nos dar conta de que estamos a tecê-la, cada um a seu modo, cada ser humano num lugar, num contexto.

Podemos perceber que existe uma microconstrução de teias, tanto em nosso próprio processo de desenvolvimento quanto no dos outros. Que esta construção é, ao mesmo tempo, sincrônica e diacrônica, já que se trata de uma teia tecida pelo próprio homem e que este mesmo homem poderia, portanto, rompê-la ou mudar seu trançado, o ponto, a espessura do fio, a cor. Entre as aranhas, cada uma delas tece sua teia de forma particular. No caso da humanidade, trata-se de uma construção coletiva, só possível às vezes de ser vista de longe no tempo e no espaço.

Assim, conhecemos os outros pela diversidade e, a partir dos outros, encontramos a nós mesmos. A cultura de uma sociedade conforma um sistema, uma totalidade organizada de condutas,

motivações, juízos implícitos, mas este sentido não implica finalidade nem identidade com as categorias de nossa sociedade. Para Lévi-Strauss (1978), “sentido” é sinônimo de “significação” e a cultura elege de maneira inconsciente o que reter e o que descartar para lhe dar significado.

De volta aos meus informantes, seus depoimentos ilustram conceitos centrais na pesquisa, como patrimônio, saúde, cura, lazer, museu, ruína. São estas algumas das categorias que emergem da etnografia, junto a outras expressões, como o ICMS ecológico ou as PCHs,⁹ que são reiteradas, mas bem mais específicas.

O intuito foi resgatar, por um lado, o passado das estâncias termais, na fala das pessoas mais idosas, e, por outro lado, em entrevistas com populações de meia idade, entender como se estabelecem contextos de interação entre estes agentes sociais que determinam o processo de patrimonialização das águas termais, processo neste caso estreitamente ligado à memória e aos diversos tipos de turismo, com destaque para o turismo termal. Um processo vinculado de forma direta às questões ambientais, já que a água termal é um importante recurso natural.

No que tange às questões ambientais e relacionadas ao desenvolvimento sustentável, existe farta literatura antropológica que focaliza como centrais as questões relacionadas aos recursos naturais. A antropologia se desenvolveu como disciplina acadêmica justamente por meio do estudo de populações fundamentalmente silvícolas e/ou agrárias. Questões ligadas à relação dos grupos humanos com animais, plantas, solo e água são frequentemente tema de análise, nas ciências sociais.

⁹ ICMS ecológico seria um imposto a ser pago às cidades que preservam, neste caso, as nascentes de água. A sigla é generalizadora para o caso, já que significa literalmente Imposto Sobre Circulação de Mercadorias. Neste caso, seria um imposto a ser pago ao município de Santo Amaro da Imperatriz, que faz parte do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, de onde provêm as águas que abastecem a Grande Florianópolis. Já as PCHs são pequenas centrais hidrelétricas, e elas entram em cena num momento em que se discutiu instalar várias delas na bacia do rio Cubatão, em Santo Amaro da Imperatriz, quando seus idealizadores entraram em choque com as empresas que promovem o turismo de aventuras (*rafting* e canoagem, por exemplo), no mesmo rio Cubatão.

Como mostra Philippe Descola, em artigo intitulado *Who owns nature?*,¹⁰ é necessário levar em conta a pluralidade do que se entende por natureza. Neste caso, o entorno dos locais onde se encontram as águas termais. O contexto. Para Descola, as outras criaturas, animais, plantas, minerais, também são coquilinos do mundo. “São verdadeiros agentes sociais, têm os mesmos direitos que os seres humanos”.¹¹ Neste sentido, o autor coincide com Latour e com Viveiros de Castro, ao considerar humanos e não humanos como atores (actantes) sociais. Descola lembra que Lévi-Strauss, já nos anos 1960, estava muito atento à diversidade natural. Lévi-Strauss, conforme Descola, via a expansão demográfica como fator de desagregação e desequilíbrio ecológico.

(Lévi-Strauss) tomou consciência cedo de que a voracidade do desenvolvimento econômico levaria a um empobrecimento dos recursos e, sobretudo, da diversidade natural. E que isso condenaria o planeta a coisas que conhecemos hoje. (...) Era preciso respeitar certo equilíbrio. Ele foi um dos primeiros ecologistas.¹²

Para Passetti (2008), Lévi-Strauss propõe que se entenda o homem integrado à natureza, que se acabe com o antropocentrismo. “A etnologia não é nem uma ciência à parte, nem uma ciência nova: é a forma mais antiga do que chamamos de humanismo, devendo englobar a totalidade da Terra.”¹³ Trata-se, nesse caso, de uma preservação baseada em relações estruturais e sociais imprescindíveis ao viver humano digno

¹⁰ www.laviedesidees.fr/Who-owns-nature.html?lang=fr. Acesso em 2/7/2012. O artigo de Descola foi publicado em 21/1/2008 no blog *La vie des idées*.

¹¹ Entrevista publicada pelo Instituto Humanitas Unisinos, em www.ihu.unisinos.br/noticias/46229-animais-plantas-natureza-os-direitos-do-meio-ambiente-entrevista-com-philippe-descola, em 11/8/2011 e acessada no dia 2/7/2012. A entrevista foi conduzida pelo antropólogo italiano Marino Niola e publicada originalmente no jornal *La Repubblica* em 10/8/2011.

¹² www.ihu.unisinos.br/noticias/27345-%60%60o-reconhecimento-vem-sempre-depois%60%60-entrevista-com-philippe-descola, acessado em 3/7/2012. O texto é reprodução de reportagem de Deborah Berlinck publicada pelo jornal *O Globo* em 7/11/2009.

¹³ <http://agreste.blogspot.com.br/2008/07/entre-o-cru-e-o-cozido.html>. Acesso em 5 de agosto de 2012.

e prazeroso, e não de uma deificação da natureza tomada em si mesma, de um discurso, em anos recentes, convenientemente apropriado pelos detentores do capital econômico.

Com relação ainda à abordagem antropológica de termas ambientais, apenas como exemplo, o periódico *American Anthropologist* dedicou pelo menos uma edição por ano, entre 1999 e 2007, às questões ligadas estritamente ao meio ambiente. Neste acervo, encontram-se artigos nos quais a problemática ambiental é tomada de duas formas complementares e, ao mesmo tempo, distintas – numa, a pesquisa enfoca questões ambientais no intuito de compreender a existência e o comportamento humanos. Noutra, se busca estudar comportamentos humanos com o intuito de entender os problemas ambientais.

Cada comportamento humano representaria um caso único ao qual é preciso consagrar a mais minuciosa das atenções para poder, em princípio, descrevê-la e depois compreendê-la. Só isso vai revelar quais fatos e os critérios, variáveis de um grupo para outro, com que cada um escolhe certas espécies animais e vegetais, certas substâncias minerais, certos corpos celestes e outros fenômenos naturais para dotá-los de uma significação e dispor, de forma lógica, um conjunto finito de elementos.

De modo geral, minha pesquisa privilegia o patrimônio cultural e a maneira como a exploração do turismo termal (termalismo, turismo de saúde ou de visitação a estâncias climáticas)¹⁴ acontece em áreas que são procuradas justamente por conservarem características consideradas “naturais”. São investigadas as representações que tanto locais quanto visitantes fazem da água termal e é curioso constatar, neste sentido, a maneira como os termalistas se comportam. Eles se deslocam, às vezes, como numa “rede”¹⁵ de pessoas que consomem, coletivamente, determinados circuitos de águas termais.

¹⁴ Nomenclatura presente no estudo “Vivências Brasil. Aprendendo com o turismo nacional”, promovido pelo Sebrae em parceria com o Ministério do Turismo e a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo, publicado em 2009. Ele pode ser acessado no endereço [http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/061B762100A775E283257664008063D4/\\$File/NT00042B9E.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/061B762100A775E283257664008063D4/$File/NT00042B9E.pdf). Consulta em 6/7/2012.

¹⁵ “Sociedade em rede”, de Castells (1996) designa a estrutura social da era da informação. “A sociedade em rede é global, mas com características específicas para cada país, de acordo com sua história, sua cultura e suas instituições”. Trata-se, conforme o autor, de uma estrutura em rede como forma predominante de organização de qualquer atividade. Ela não surge por causa da tecnologia,

Este interesse em comum pode ser despertado pelas características de cada uma das águas, pela empatia dos termalistas com determinado tipo de outros frequentadores, pela localização dessas termas (distâncias, acomodações, meios de deslocamento para se chegar até elas etc.), em ambientes mais ou menos preservados, tanto em Santo Amaro da Imperatriz, inseridos no Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, um ambiente que pode ser considerado até rural, quanto em Nueva Federación, próximos à reserva de Chaviyú, mas cujo parque termal se localiza no espaço urbano, do lado da rodoviária, é bem verdade que no centro de uma cidade minúscula.

Trata-se de turistas que, como veremos, têm uma agenda repleta de opções e é seduzida pelos discursos difundidos sobre estes locais na mídia, mas não só. É seduzida em especial pelos relatos dos demais frequentadores, com os quais necessariamente se encontra naquele mesmo circuito das águas.

Os termalistas formam um grupo, no entanto, que se subdivide em inúmeros subgrupos (por renda, idade, localização, objetivos etc.), num momento em que o pós-modernismo privilegia a necessidade de liberdade exacerbada e quando a solidariedade social dá lugar ao individualismo. Desta forma, podemos observar distâncias bastante nítidas entre as mais diversas formas de um turista se instalar no local turístico, já que pode fazê-lo em espaços super-individuais, como as casas ou apartamentos de aluguel ou pode se instalar em *campings* e quartos de *hostel*, locais em que vai compartilhar, além de restaurantes e piscinas, seus próprios banheiros e dormitórios.

O ocaso do individualismo, mencionado por Maffesoli (1998), a criação de novas seitas e de outros parâmetros para diferenciar quem está dentro e quem está fora destas comunidades pós-modernas, desenvolveu-se paralelo à industrialização, à proliferação do conhecimento científico e ao surgimento das megalópoles. Muitas vezes, inclusive, estas foram formas de responder a todos estes

mas devido a imperativos de flexibilidade de negócios e de práticas sociais. Sem as tecnologias informáticas de redes de comunicação, contudo, ela não poderia existir. “Nos últimos 20 anos, o conceito passou a caracterizar quase todas as práticas sociais, incluindo a sociabilidade, a mobilização sociopolítica, baseando-se na internet”. Mais em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/cultura-e-lazer/segundo-caderno/noticia/2013/06/a-rede-torna-mais-difícil-a-opressao-diz-manuel-castells-4164803.html>. Acesso em 30 de novembro de 2013.

fenômenos da história recente da humanidade.¹⁶ Maffesoli critica a tese de que o individualismo é o ponto culminante e derradeiro da modernidade, do capitalismo, do mundo industrial e urbano. Para ele, no coração do mundo ocidental, na Europa e nos Estados Unidos, podemos encontrar diversas formas de resistência a esta atomização humana: as tribos urbanas, a *new age* e todas as maneiras de se tentar voltar a um contato primordial com a mãe terra, tema constante na presente pesquisa.

Dadas as condições de produção desta etnografia, vamos à estrutura do texto, que é desenvolvido em duas partes. A Primeira Parte, com três capítulos, enfoca a cultura termal e o termalismo, esmiuçando as hierarquias das águas e uma de suas principais utilizações, o banho, com uma explanação sobre os diversos tipos de banho, considerados como uma prática de cuidados de si (FOUCAULT, 2011).

As maneiras como o banho é entendido ao longo da história revelam como este conceito foi construído e desconstruído socialmente inclusive nas estâncias hidrotermais. O banho conjunto, seja em nome da saúde e do lazer, seja em nome da higiene e da limpeza, e o aproveitamento turístico de uma fonte de água termal parecem justificar, de maneira positiva, a apropriação de espaços junto à natureza por empreendimentos qualificados como verdes ou, para usar uma terminologia atual, empreendimentos considerados sustentáveis.¹⁷

¹⁶ Seria conveniente lembrar que a própria ciência é, vez ou outra, responsabilizada como uma nova instauradora de essencialismos de grupo, principalmente os relacionados com determinismos raciais e étnicos.

¹⁷ Sustentáveis são os processos que podem se manter no tempo por si mesmos, sem ajuda externa e sem originar a escassez dos recursos existentes. O desenvolvimento sustentável permite satisfazer as necessidades atuais sem comprometer as possibilidades das gerações futuras. Neste caso, as atividades econômicas baseadas na exploração do petróleo, por exemplo, não seriam sustentáveis, uma vez que o petróleo é um bem não renovável e cuja exploração e utilização prejudicam o meio ambiente. O desenvolvimento sustentável deve ter em conta o aspecto econômico (a criação de riquezas), o aspecto social (ao levar em consideração as consequências da atividade econômica na sociedade) e o aspecto ambiental (a atividade econômica deve ser compatível com a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas). Para alcançar o desenvolvimento sustentável, os recursos renováveis não devem ser usados a um ritmo superior ao da sua geração. Por sua vez, os recursos não renováveis devem ser usados com moderação até poderem ser substituídos por recursos renováveis. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e

Desta forma, a água e as paisagens tanto em Santo Amaro da Imperatriz, Santa Catarina, Brasil, quanto em Nueva Federación, Entre Ríos, Argentina, constituem, como veremos, duas propostas contrastantes de gerenciamento de um mesmo recurso natural.

Na Segunda Parte da tese, mais que refletir sobre a capacidade de as águas termais se tornarem atrativos turísticos, problematizo as diversas noções de patrimônio e a possibilidade de reivindicar o termalismo – ou a cultura termal – como patrimônio cultural imaterial ou intangível da nação ou da humanidade.

Tanto na Primeira Parte da tese como na Segunda Parte, é utilizada a etnografia, com análise comparativa do que se entende, nas vozes de meus informantes, por turismo termal e patrimônio, nas duas estações estudadas. Quem fala são alguns dos atores envolvidos nos processos de transmutar a água termal, de água de lavar e limpar, para água de sanar e curar. São os mesmos agentes sociais que se encarregariam de transformar este tipo de recurso em patrimônio.

O turismo termal, para um de meus informantes, seria um turismo exclusivo, destinado à classe A. Desta forma, a água termal seria apresentada como mais um produto de consumo turístico, presente em numerosos *spas* e *resorts* espalhados pelo mundo a promover aquela “distinção” sugerida por Bourdieu (2007), quando o autor afirma que a distinção, ao mesmo tempo em que aproxima umas pessoas das outras, também, necessariamente, as distancia e segrega de outros grupos de pessoas. O certo é que também há estações termais bastante populares, de modo que talvez fosse pressado supor que o termalismo distinga as pessoas. Talvez isso ocorra com determinados roteiros termais.

É neste contexto de uma profusão de sentidos e sensações que emergem as identidades dos atores no campo das águas termais e as redes de relações que se estabelecem entre eles, numa etnografia que focaliza o encontro entre os seres humanos, encontro envolvido em ações de política econômica, políticas públicas, turismo, viagens, saúde e lazer.

A relação entre patrimônio cultural (o recurso termal) e turismo aparece, no mundo globalizado, como a oferta de um produto que, como qualquer outra mercadoria, coisifica também seu produtor. Inclusive as práticas tradicionais, ligadas ao exotismo, que no mundo da revolução industrial eram consideradas como obstáculos ao desenvolvimento e ao progresso, agora fazem parte das novas estratégias do capital, novas formas de produzir negócios e lucro, nem sempre acompanhados de projetos de desenvolvimento sustentável, de modo que a superexploração do recurso pode eventualmente levar, como veremos, à exaustão do próprio patrimônio.

PRIMEIRA PARTE – A CULTURA TERMAL

Tanto nesta Primeira Parte do texto, dedicada especificamente à conceituação da cultura termal, como na Segunda Parte, dedicada à patrimonialização desta cultura termal, são analisados e comparados conteúdos provenientes da pesquisa de campo, sobre o que se entende por saúde, doença, lazer, turismo, turismo termal, patrimônio natural, patrimônio cultural, entre outros tantos termos e expressões pinçados das categorias nativas, nas vozes dos meus informantes, em especial nas duas estações estudadas: o bairro turístico de Caldas da Imperatriz, em Santo Amaro da Imperatriz, Santa Catarina, Brasil, e a cidade de Nueva Federación, província de Entre Ríos, na Argentina.

Em Santo Amaro da Imperatriz, como veremos, o bairro turístico é, de certa forma, separado do restante do município e o turismo termal não é a atividade econômica mais expressiva daquela população, ainda que o município tenha nascido em torno da cultura termal. Ao contrário, em Nueva Federación o turismo termal é a maior fonte de renda da municipalidade e o parque termal ocupa lugar de destaque, bem do lado da rodoviária, no centro da cidade.

Nesta Primeira Parte do texto, é traçado um histórico da cultura termal em todo o mundo e nas duas localidades estudadas. Veremos como as águas podem servir para lavar e limpar, para sanar e curar, para movimentar, no passado, inúmeros engenhos de farinha de mandioca e para, no futuro, gerar energia elétrica ou, ainda, para a prática de esportes náuticos, águas que, ao mesmo tempo, matam a sede de água de beber de mais de um milhão de pessoas na Grande Florianópolis.

Nesta Primeira Parte, dedicada à cultura termal, veremos como a prática do banho é entendida ao longo da história, às vezes estimulada, às vezes proibida, e como o conceito de banho é construído e desconstruído ao longo do tempo, nas estâncias hidrotermais.

O banho constitui uma prática que pode ser classificada como de cuidados de si, ocupar-se de si, cuidar de si mesmo, preceitos socráticos (470-399 a. C.) apropriados por Foucault (2011), quando o autor reflete sobre as origens da produção da subjetividade ou, mais especificamente, sobre a origem da constituição do sujeito e de sua consciência de si.

Então, o tema central, nesta Primeira Parte da tese, a cultura termal, é analisado principalmente sob a perspectiva dos diversos conceitos de banho, o simbolismo da água e, em especial, da água quente, com seus mitos e imaginários, a consideração de que a água termal é um recurso natural, um bem ambiental que gera usos

terapêuticos que são os cuidados de si e, finalmente, a partir da turistificação das paisagens nas quais esta água termal é usufruída, paisagens em disputa pelos próprios exploradores do turismo termal, paisagens apropriadas e, muitas vezes, exauridas em nome do próprio turismo que elas proporcionam.

1. AS TERMAS E A PRÁTICA DO TERMALISMO

Quando falamos em práticas termais, que integram o que chamamos de cultura termal, estamos nos referindo a um conjunto de ações terapêuticas que têm como agente a água termal e que ocorrem no espaço de estabelecimentos balneares, balneários, termas ou casas de banhos.

Em primeiro lugar, na prática termal, está o uso do elemento água. A água que para Eliade (1994) é o “fundamento do mundo”, também possui significados historicamente ligados a ela, como o de essência da vegetação, elixir da imortalidade, força criadora da natureza, princípio de cura. É por isso que as águas constituem vários rituais de inúmeras religiões: elas perpassam tudo o que é vivo, dão vida ao que é vivo. Elas escorrem para fora do que morre, daí o que está morto seca, vira pó, cinza.

Em segundo lugar, vêm os estabelecimentos que oportunizam o uso da água termal. Eles recebem designações diferentes conforme o país e a época histórica: caldas, termas, estâncias ou estações termais, estâncias ou estações hidrominerais.

Termas, portanto, podem ser conceituadas como locais onde turistas e moradores usufruem dos banhos termais. Já termalismo e seu equivalente, o turismo termal, são vistos como a capacidade que as águas termais têm de se “turistificarem” (BERTONCELLO, 1993), isto é, elas mesmas, pelas suas características, são capazes de estimular o deslocamento das pessoas para espaços onde se possa usufruir delas. As águas, digamos assim, podem produzir seu próprio agenciamento.

A expressão termalismo tem sido usada indiferentemente por todos aqueles que já escreveram sobre o uso das águas termais. O termo só vai começar a ser encontrado em 1999, no *Dicionário Universal Milênio*, e, em 2001, no *Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa* (QUINTELA, 2004, BASTOS, 2011a). Neste último, o termalismo é definido como: “1. ciência que trata da exploração e utilização das águas minerais, 2. o que diz respeito à organização e

exploração de estâncias termais”, definições que enquadram as práticas termais em uma ciência e, ao mesmo tempo, em uma atividade econômica, de modo que a expressão termalismo é empregada sempre que nos referimos à exploração econômica do conjunto de ações terapêuticas desenvolvido no espaço de um estabelecimento balnear e que têm como agente terapêutico a água termal.

Embora a denominação e a exploração econômica possam ser recentes, as práticas termais têm uso ancestral e estão associadas, sobretudo por médicos, à fase religiosa e empírica da medicina. Elas eram consideradas pelos médicos como práticas terapêuticas alternativas, quase mágicas. Em todo caso, com o advento da medicina dita científica, os médicos mesmos houveram por bem criar uma especialização, a dos médicos hidrologistas, para se apropriar também dessas práticas. Estes médicos é que definiram o termalismo como “um conjunto de atividades que envolvem a terapêutica pelas águas minero-medicinais aplicadas a um doente durante a sua estada numa estância termal” (QUINTELA, 2004).

Conforme a autora, o termalismo ou hidroclimatismo passa a dizer respeito a um conjunto de tratamentos que não utiliza somente as águas, mas águas de um determinado espaço, prática que envolve deslocamentos, mudanças de clima, certas predisposições psicológicas, determinadas dietas, cada pacote desses indicado para diversas modalidades de cura, admitindo-se sua complementação com fisioterapia, fitoterapia, homeopatia ou sua simples substituição pela farmacoterapia e pela alopatia.

A medicina dita científica de tradição ocidental só muito aos poucos assimila práticas de saúde consideradas complementares ou alternativas. Ao mesmo tempo em que comprova a eficácia da fitoterapia, da homeopatia, do reiki, da meditação, da massoterapia, da acupuntura, do shiatsu, entre outras inúmeras práticas, a medicina tradicional ocidental procura, com relativo sucesso, apropriar-se delas, só autorizando seu exercício aos médicos especializados em cada uma dessas práticas e garantindo, desta forma, uma espécie de reserva de mercado para determinado grupo de profissionais.

Na comparação que faz entre as termas no Brasil e em Portugal, Quintela (2004) observa que, no Brasil, usualmente, o acesso aos estabelecimentos termais não impõe a consulta prévia com um médico, nem esse tipo de terapia está integrado a um sistema de saúde. Já em Portugal, de fato, é necessário haver supervisão médica para se usarem as águas termais e este tipo de terapia está contemplado no sistema

nacional de saúde, é financiado, em parte, pelo Estado português. Em Portugal, para poder exercer clínica em um estabelecimento termal, é necessário ter pós-graduação em hidrologia médica (QUINTELA, 2004; BASTOS, 2011a). Em Portugal, portanto, a prática termal está avalizada pela medicina científica enquanto no Brasil, não.

No caso da Argentina, pelo menos em Nueva Federación, da mesma forma como em Santo Amaro da Imperatriz, no Brasil, não é necessário que a prática termal seja prescrita por um médico. Em Nueva Federación, há sempre, contudo, nas termas da municipalidade, médicos e enfermeiros de plantão, para qualquer emergência. Eles não precisam necessariamente ter qualquer especialização em hidrologia médica.

Fácil perceber que, apesar de tantas distinções, as águas termais, no entanto, permanecem as mesmas, independentemente de quem as utilize e independentemente de quem as indique ou das características que se entendam possuir. Elas são experimentadas como diamantes líquidos, são consideradas por alguns de meus informantes como mais importantes que o petróleo, mais valiosas que o ouro. Foram e são vistas como “remédio universal”, quer por suas virtudes terapêuticas, quer pelo potencial econômico que representam para um país ou uma região, em especial nos países nórdicos. As águas minerais e os lugares em que estas fontes são encontradas foram até denominados “laboratórios da natureza” ou “farmácias da natureza”, conforme Quintela (2004).

A partir delas, formaram-se ciências como a hidrologia, a hidrologia médica, a crenologia, estudo das águas minerais, e, por extensão, a talassoterapia, prática terapêutica associada à água do mar e aos elementos marinhos (vento, areia, sol). Em torno de todas estas ciências, originaram-se disputas pela legitimidade de suas práticas, apoiadas em saberes populares, empíricos e, mais recentemente, científicos (QUINTELA, 2004).

1.1 AS HIERARQUIAS DAS ÁGUAS TERMAIS. NAVEGANDO ENTRE O PRAZER E A CURA

A prática termal vem sofrendo inúmeras transformações ao longo da história. De lugares destinados ao lazer e ao prazer, na Antiguidade, elas passaram a ser apropriadas pelo discurso médico – as águas são boas para pensar a saúde, porque o lazer e o tempo livre em contato com a natureza – natureza em oposição à cultura ou, neste caso, em oposição ao ambiente urbano – , são vistos como eficazes para a manutenção do

corpo saudável, da mente, da alma e do espírito sadios. Sair de uma cidade grande para uma cidade menor já significa, em parte, este retorno à natureza.

Esta viagem às estações termais e aos tratamentos realizados ali se vincula com a cura de doenças, uma motivação que teve origem num contexto europeu em que as epidemias e enfermidades (entre elas, a tuberculose) não tinham remédio imediato. Bastos (2011a) comenta:

Princesas, duquesas e cortesãs aprisionadas em espartilhos que lhes trazem os nervos à flor da pele procuram nas águas o refrigério para as suas hipocondrias e reais padecimentos; elas e eles, príncipes, duques e outras celebridades que as acompanham, buscam também, no pretexto dos banhos, o momento dos encontros, o terreno dos matrimônios, das alianças, das cumplicidades, dos negócios e, até, da criação literária.

Igualmente reais, para Bastos, são os leprosos e outros intocáveis que:

(...) procuram nas águas a possibilidade de atenuar as incompletudes, as dores, o ardor das chagas; ou os paráliticos, apopléticos e reumáticos que, apoiados em bengalas ou transportados em macas, querem nos banhos aliviar dores e recuperar alguma mobilidade perdida (BASTOS, 2011b).

Para a autora, todos usam das mesmas águas, “mas talvez não das mesmas tinas, ou das mesmas banheiras, ou sequer das mesmas nascentes”. Neste partilhar e separar, nesta hierarquia das águas, está a “essência do termalismo europeu: água para todos, para tudo tratar, mas a todos de modos diferentes, cada um no seu lugar” (*idem*).

Da mesma forma que hoje em dia, as termas em alguns momentos da história abrigavam absolutamente todas as pessoas de uma localidade e em outros momentos podiam significar distinção social e possibilidades de curas. Com relação à manutenção da saúde e à cura (ao milagre, em algumas situações), são comuns os relatos de que algumas pessoas que foram curadas nas termas tinham sido desenganadas pelos médicos. As termas as salvaram da morte, digamos assim. Nas ocasiões das visitas a campo, não percebi nenhum caso extremo.

As termas são locais procurados preferencialmente pela terceira idade, por pessoas que são acometidas por doenças reumáticas (artroses, artrites). Eventualmente foram vistas pessoas com dificuldade de locomoção, vítimas de paralisias, mas não foi comum se perceber nas termas visitadas a presença, por exemplo, de pessoas com doenças de pele visíveis, sendo que para problemas de pele é bastante comum este tipo de cura, devido ao enxofre encontrado nas águas minerais. Talvez porque lugares com aglomerações de pessoas sejam oportunidade de contágio e, no imaginário coletivo, pode-se dizer que qualquer doença de pele é uma manifestação da lepra bíblica.

Os lázaros aludidos por Bastos (2011b) sumiram das termas ou as utilizam, talvez, nas maneiras mais particulares do aproveitamento das águas termais, que seriam os quartos individuais nos hotéis, onde cada um pode tomar seu banho termal sozinho, trancado em uma suíte particular. Isso já é impossível no parque termal de Nueva Federación, porque os hotéis ao redor do parque não são servidos de água termal. Em Caldas da Imperatriz, no entanto, o banho individual é possível nos quartos do hotel mais caro, o Plaza Caldas da Imperatriz, todos contam com água termal. Mesmo no hotel tombado, os banhos termais são tomados em banheiras de uso coletivo.

De maneira geral, o fenômeno termal, para Bastos (2011b), sempre incluiu pobres e nobres, já que tanto uns quanto outros sempre foram a clientela das termas: aristocratas e plebeus frequentavam os mesmos lugares e bebiam das mesmas águas, “ainda que não se enxergassem mutuamente”. Para Bastos, “o termalismo de glamour, o luxo e o uso prazenteiro e festivo das temporadas termais excluem da vista as doenças de pele, a sífilis, a tuberculose, as dificuldades ou a impossibilidade de locomoção”. Em todo caso, é a combinação destas duas vertentes que constitui o fenômeno termal tanto na Europa quanto nas Américas, tanto no passado como no presente: trata-se do lazer e da cura, ao mesmo tempo, para uns e para outros, utilizando o mesmo recurso natural, a água termal.

O uso terapêutico das águas termais constituiu, portanto, em alguns momentos históricos, uma das poucas formas conhecidas de tratar as doenças e era com este intuito que se realizavam viagens até estas estações termais, onde os visitantes permaneciam por determinados períodos. Ainda conforme Bastos (2011a), contudo, não bastavam as águas, ainda que pudessem ser elas o motivo da ida aos banhos.

Havia também os ares, o encanto dos lugares, os cenários, naturais e construídos, os jardins, as alamedas, as extravagantes tavernas e os monumentais balneários, os grandes hotéis, os seus luxuosos salões; e os cassinos, os bailes, as orquestras, as indumentárias, os encontros, as sagas familiares, os namoros, os negócios, o divertimento, a parada de vaidades.

Cronistas europeus dos séculos XVIII e XIX escreveram sobre as estações termais. A escritora Jane Austen, em *Persuasion* e em *Northanger Abbey* (publicados respectivamente em 1816 e em 1818) nos leva à sofisticação de Bath, na Inglaterra, com seus enredos, tensões e as microdiferenças de classe que determinavam aproximações, afastamentos, consentimentos e amores dos jovens ingleses que ali acorriam para acompanhar seus pais, tios, padrinhos e outros familiares. Conforme a autora, na sala da fonte, de manhã, ou no salão de baile, à noite, os convivas gastavam o tempo nos rituais de ver e ser vistos (BASTOS, 2011a). Jane Austen morou na cidade durante parte de sua infância, parece que se entediou muito ali, mas, hoje, dá nome a um centro cultural municipal.

Bastos (2011b) analisa duas espécies de narrativas sobre o termalismo europeu – a do luxo, glamour e lazer, por um lado, e a do tratamento de doenças “asquerosas”, por outro. Embora negando-se mutuamente e definindo-se por oposição, estas duas vertentes são indissociáveis e coexistem, formando estratos e camadas que acomodam diferenças de interesses, de propósitos e de classe. As termas, em última instância, continuam sendo oportunidades da cura pelo prazer.

A autora relata que as termas são um lugar de princesas e do que estas simbolizam – poder, beleza, nobreza, lazer, classe –, mas são também o lugar dos leprosos e do que eles simbolizam: o radical sofrimento humano, os limites da integridade física, a dissolução da pele, dos órgãos, dos sentidos.

As termas são de uns e de outros, e a sua associação é de tal modo central que aparece nas narrativas de origem de alguns lugares termais – seja em histórias de rainhas e indigentes, como nas Caldas da Rainha, em Portugal, ou de imperatrizes e índios, como nas Caldas da Imperatriz, no Brasil (BASTOS, 2011b).

Podemos imaginar que existem traços comuns entre os “aquistas” – ou os também chamados turistas termais ou ainda turistas de saúde –, uma espécie de comportamento grupal em que as experiências e os percursos ou itinerários de cura e lazer são compartilhados entre os sujeitos, motivando o aparecimento de roteiros específicos, que poderíamos chamar de circuitos das águas termais.

Na atualidade, devido à concentração dentro de um mesmo equipamento de funções vinculadas à saúde, ao ócio e à estadia, as estações termais podem ser analisadas como uma mescla de hospital, hotel e cassino (QUINTELA, 2011; RAMÍREZ, 2008; BASTOS, 2011a).

É comum, também, que se localizem distantes dos grandes centros urbanos, numa lógica que aproximaria o urbano da cultura e da doença, enquanto agruparia num mesmo contexto imaginário o rural, a natureza e a saúde.¹⁸ Trata-se de uma generalização, mas numa lógica que se aplica tanto ao bairro turístico de Caldas da Imperatriz, em Santo Amaro da Imperatriz, um bairro de certa forma segregado do contexto urbano, afastado do Centro, quanto à cidade de Nueva Federación, cidade pequena que preserva certas características rurais e, mesmo, bucólicas.

Tanto no caso de Caldas da Imperatriz quanto no caso de Nueva Federación, observa-se a presença de turistas, idosos e doentes, mas em nenhum momento se observa a presença de pessoas que pudessem ser classificadas como pobres ou miseráveis em busca de curas milagrosas. Tanto numa estação quanto na outra não me pareceu que se faça caridade com a água termal, muito embora, como veremos, tivesse sido este o propósito, no caso das Caldas da Imperatriz – o hotel tombado foi, na sua origem, um hospital público e teria sido para isso que foi enviado dinheiro real para cá, para se edificar o prédio e mandar buscar banheiras de mármore de carrara.

Gaia, uma de minhas interlocutoras, reside em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, e é formada em relações públicas. Ela relata que ela e sua família se habituaram a frequentar as termas. “Sentimos necessidade de buscar momentos saudáveis de extremo descanso e relaxamento pra driblar a rotina do cotidiano”. Para ela, as águas termais

¹⁸ Os termos natureza e saúde são utilizados nas suas mais diversas acepções pelos meus informantes, como veremos ao longo do texto.

permitem, através de sua temperatura, a sensação de usufruir da “leveza e do descanso de nossos corpos”. Gaia e o marido começaram a frequentar as águas termais há mais de 20 anos e desfrutam desses relaxantes banhos com os três filhos, ainda menores:

Os complexos de águas termais que conhecemos são bem distintos, vão do luxo do hotel Plaza Caldas da Imperatriz, em Santo Amaro da Imperatriz, à contemplação única e simples da natureza, sem nenhuma estrutura hoteleira, nas termas de Puritama, que brotam no meio do deserto do Atacama, no Chile.

Conforme a informante, a maior parte das termas possuem estrutura e atendimento muito bons, “pois estão preparadas para atender e trabalhar com o potencial do turismo”. Na opinião dela, os agentes turísticos “sabem receber, esclarecer e, principalmente, encantar o hóspede com as inúmeras atividades oferecidas no período da hospedagem”. Percebe-se que não se trata apenas do aproveitamento da água termal porque a maior parte das termas que Gaia e sua família conhecem possui uma vegetação exuberante, além de vários atrativos como parques temáticos, quadras de esportes e piscinas internas e externas, “enquanto as águas possuem diferentes propriedades terapêuticas, indicadas para tratamentos de diversas enfermidades”, conforme ela.

Uma característica dos termalistas: eles primeiro dispõem de dinheiro e tempo para viajar e, segundo, se informam com outros usuários sobre roteiros alternativos com que compõem, então, listas que de certa forma hierarquizam as termas sob os mais diferentes critérios – pela temperatura das águas, pelo acesso, pela gastronomia, pelo tipo de instalações, do *camping* ao hotel de luxo, pelos outros inúmeros atrativos além das águas termais em si. Ainda que os critérios possam ser diversos, no entanto, surge entre os aqúistas, de alguma forma, uma espécie de identificação coletiva em que o item principal são os roteiros turísticos que incluem as águas termais. Gaia enumera as termas que já visitou no Brasil e na América do Sul: Piratuba, Santo Amaro da Imperatriz, Gravatal, Termas da Guarda (Tubarão) e Itá, em Santa

Catarina,¹⁹ Machadinho e Caldas da Prata, no Rio Grande do Sul, Guaviyú, Paysandú, Del Daymán, Salto e Arapey, no Uruguai; Puritama e San Pedro de Atacama, no Chile. Esta é a lista de Gaia. De certa forma, quando uma estação termal é incluída num circuito, isso valoriza seu atrativo turístico, que é divulgado por todos os outros integrantes deste mesmo circuito, o que incrementa a possibilidade de uma turistificação cada vez maior de cada um destes destinos, tanto coletiva quanto individualmente.²⁰

Pelo relato, podemos depreender que minha informante pertence a uma categoria de turistas que se diferenciam dos turistas de sol e mar ou dos que praticam turismo religioso ou de aventura, por exemplo. Não que não possam também praticar todos esses outros tipos de turismo, mas seus gostos peculiares tingem com uma coloração específica o que se entende por água termal, patrimônio natural, recursos naturais, de maneira geral, lazer, saúde e estética, termos interligados, no seu discurso, à água termal. Podemos depreender em sua fala, também, que existem estações de águas termais para todos os níveis de renda – ela frequenta os mais distintos, mas é possível que alguns aquistas só

¹⁹ Podemos observar que Santa Catarina, apesar de sua pequena extensão territorial – apenas 94,5 mil km², ou cerca de 1% do território nacional –, é um dos estados brasileiros com maior número de fontes hidrotermais, aproveitadas em 14 estâncias turísticas. Existem fontes de águas termais com propriedades terapêuticas e relaxantes em 19 cidades de seis regiões turísticas catarinenses. O complexo hidromineral de Gravatal é considerado, na divulgação publicitária da cidade, como o segundo melhor do mundo (depois de Aux Les Thermes, na França). Já o complexo Caldas da Imperatriz, na Grande Florianópolis, também em alguns panfletos o segundo melhor do mundo, chama a atenção por ter sido a primeira estância termal do Brasil. Em Treze Tílias, no Vale do Contestado, a dica é aproveitar as águas termais no inverno, sendo que na cidade a temperatura pode chegar a -10°C. Quilombo (município vizinho de Chapecó) destaca-se com um parque de águas termais em plena praça central. E em São João do Sul (município vizinho de Praia Grande, na região do caminho dos cânions), encontra-se a única estância de água termal salgada do país. Mais em <http://turismo.sc.gov.br/o-que-fazer/estancias-termais/>. Consulta em 22 de agosto de 2014 e em www.athisc.com.br, acesso em 20 de novembro de 2013.

²⁰ Vamos, mais adiante, explorar o conceito de circuito do ponto de vista da antropologia urbana e também o conceito de turistificação, do ponto de vista da geografia cultural.

utilizem as mais caras, assim como pessoas com menor poder aquisitivo possivelmente só possam se hospedar nas estações mais acessíveis.

As águas permitem identificar o comportamento das pessoas nestas estâncias, suas práticas e seus discursos a respeito de lazer, prazer e saúde, ingredientes que ajudam a compor o que poderiam ser entendidos como conceitos pertinentes à cultura termal.

Em *Curar e folgar*, uma das aqúistas entrevistadas por Quintela (2004) revela de que forma estão presentes no imaginário dos turistas termais e pacientes de hidroterapias as ideias de calor, calor de um vulcão, e de milagre, assim como de energia e energização. Outra expressão que define a água termal naquela etnografia é “mistério da natureza” e todas estas expressões se referem ao calor que, aparentemente, desencadeia ações como “passar a andar”, “passar a comer” e “largar as muletas”.

As múltiplas propriedades das águas inspiram imaginários sociais de diferentes versões, entre os quais os utilizados na formulação de representações culturais que têm a ver com práticas voltadas para a saúde, para atividades religiosas e para o lazer, quando tanto o lazer quanto a religiosidade, de certa maneira, podem conduzir à manutenção ou à recuperação da saúde.

Lazer e prazer, como vimos até agora, são termos que estão ligados na literatura sobre o tema, a ponto de podermos usá-los como sinônimos em diversas circunstâncias, em que pese o fato de o primeiro possuir uma carga um tanto anódina, em algumas de suas conotações, enquanto o segundo mantém um significado mais ancestral de prazer dos sentidos, sexual, orgásmico.

Preferi usar a maior parte do tempo o termo lazer, por me parecer mais amplo, no sentido de conjunto de atividades inclusive prazerosas ou, ainda melhor, lúdicas, no sentido atribuído ao termo por Huizinga (1999). As noções do *homo ludens*, de Huizinga, e de ócio criativo, de Domenico De Masi²¹ são esmiuçadas num artigo que relaciona antropologia com psicologia e filosofia. Conforme Albornoz (2009), a tese central de *Homo ludens* é a de que o jogo é uma realidade

²¹ HUIZINGA, J. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1999, e De Masi, D. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000. A relação entre as duas obras é realizada por ALBORNOZ, S. G. “Jogo e trabalho: do homo ludens, de Johann Huizinga, ao ócio criativo, de Domenico De Masi”, In: Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2009, v. 12, n. 1, p. 75-92, www.revistas.usp.br/. Consulta realizada em 27 de janeiro de 2015.

originária, que corresponde a uma das noções mais primitivas e profundamente enraizadas em toda a realidade humana.

(...) sendo do jogo que nasce a cultura, sob a forma de ritual e de sagrado, de linguagem e de poesia, permanecendo subjacente em todas as artes de expressão e competição, inclusive nas artes do pensamento e do discurso, bem como na do tribunal judicial, na acusação e na defesa polêmica, portanto, também na do combate e na guerra em geral.²²

Assim, vamos utilizar lazer como conjunto de jogos e ações realizadas num tempo livre de obrigações, com referência ao período de folga ou de férias anuais e afastamento do trabalho e/ou da escola.

A visão predominante, nesta concepção de turismo e lazer, é a de consumo, pois a lógica é produzir, acumular e, no tempo que deveria ser destinado ao desenvolver-se, descansar ou divertir-se, tudo isso acontece a partir do consumo de pacotes de coisas e serviços. O turista se dedica por inteiro a consumir um conjunto de atividades com o objetivo de descansar, divertir-se, para desenvolver sua informação ou formação, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora.

Quando pensamos no termo turismo, imediatamente o associamos ao conceito de lazer, que seria um conjunto de atividades às quais dedicamos um tempo disponível e alguma reserva econômica a ser investida prioritariamente no contato consigo mesmo – e não com trabalho, na escola ou na família, por exemplo. O ócio, como equivalente a lazer, nos ajuda a entender a estreita relação entre lazer e turismo, porque está associado ao *self*, ou seja, o ócio propicia e reflete ações subjetivas, de prática da liberdade.

Percebemos que o termalismo é constituído de uma teia de significações, conectadas umas às outras, naquele conjunto de significados que os homens dão às suas ações e a si mesmos, como bem

²² ALBORNOZ, S. G. “Jogo e trabalho: do homo ludens, de Johann Huizinga, ao ócio criativo, de Domenico De Masi”, In: Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2009, v. 12, n. 1, p. 75-92, www.revistas.usp.br/, consulta realizada em 27 de janeiro de 2015.

sinaliza Geertz (1989). Sob a perspectiva da antropologia simbólica, o próprio autor define que a etnografia, para conhecer a cultura, mais que registrar ou descrever os fatos, deve interpretar e analisar os significados contidos nos atos, ritos e *performances* humanos, porque, para Geertz, o conceito de cultura é essencialmente simbólico.

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura de significados (GEERTZ, 1989, p. 15).

Vemos, então, que Geertz defende a cultura como construções simbólicas, significados contidos num conjunto de símbolos compartilhados, uma análise cultural que se fundamenta no compartilhamento das ideias, numa “teia de significados” amarrada coletivamente. É disso que se trata quando percebemos, entre os turistas termais, um conjunto compartilhado de impressões sobre a ação das águas termais nos seus corpos e nos seus espíritos (ou mentes ou, ainda, corações). É disso que se trata quando percebemos, entre os agentes locais de turismo, esta valorização do recurso natural como patrimônio. Ou mesmo quando percebemos que esta valorização simplesmente não existe, nunca existiu ou saiu de moda e deu lugar a outras valorizações de outros patrimônios que não as águas termais.

Numa análise diacrônica, podemos incursionar sobre como essas práticas foram percebidas pelas culturas até hoje. Historicamente, diferentes civilizações desenvolveram diferentes conhecimentos e práticas a respeito das águas termais. Culturas pré-hispânicas na América do Sul, a antiga Grécia, celtas, árabes, judeus e cristãos são apenas algumas das culturas antigas que utilizaram as águas termais com fins curativos, sendo-lhes outorgadas qualidades de caráter mítico, mágico e religioso. Suas virtudes únicas são, usualmente, associadas a sua capacidade sanadora (RAMÍREZ, 2008, p. 61). Quando se trata de turismo, por isso, pode se tratar de um tipo específico de turismo, o turismo de saúde.

Desde os mesopotâmios, egípcios, gregos, romanos, otomanos e japoneses, foram várias as civilizações que emprestaram sabedoria e popularidade à prática milenar do spa, que é uma outra denominação

possível para o local onde se pratica o termalismo. A própria palavra spa nos remete ao antigo Império Romano, onde guerreiros exaustos e lesionados procuravam alívio nos banhos quentes em banhos públicos onde usufruíam de tratamentos que foram batizados com a expressão latina *salute per aqua*, saúde através da água.

Foram os romanos que elevaram o spa ao seu luxo máximo. Em 25 a. C., a civilização romana, pelas mãos do imperador Agrippa, viu construída a sua primeira grande estância termal (ou *thermae*, que é a palavra grega para calor). Sempre maiores e mais extravagantes, cada imperador tentava exceder os feitos de seu antecessor. As termas do imperador Diocleciano, por exemplo, tinham capacidade para nada menos que 3 mil banhistas. A moda das termas romanas se espalhou da Europa à África, com gigantescos complexos recreativos e sociais, onde não faltavam espaços desportivos, locais para massagens, salas de convívio e de reuniões, restaurantes e bordeis.

Nota-se que a água termal, tanto antigamente quanto nos dias atuais, não era usufruída separadamente de outras atrações, como os cassinos, no caso das termas argentinas, ou atrações que prescindem inclusive do próprio banho termal, quando o que mais interessa é o contato social entre as pessoas, num momento de ócio coletivo, longe do trabalho, dos estudos e da rotina dos centros urbanos.

Tratava-se, no entanto, na Roma antiga, de um disciplinado e minucioso ritual: os aquistas entravam para o vestiário, seguindo para a palestra, onde iniciavam os exercícios de aquecimento. Passavam, depois, para três salas distintas: o *tepidarium* (sala de banhos mornos), o *praefurnium* (local das fornalhas que aqueciam a água e o ar) e o *caldarium* (espaço dos banhos de água quente) – que, para além dos banhos, incluíam rituais de esfoliação e massagem com óleos. A experiência termal terminava no *frigidarium*, com um mergulho em águas frias e a recuperação efetuava-se no *sudatorium* (um tipo de sauna) ou na biblioteca.

As termas romanas podem ser identificadas como o ápice da cultura termal, ainda que a prática do termalismo remonte a 4 mil anos antes, no Ocidente, pois as termas romanas, espalhadas com o tempo por toda a extensão do império, constituíam locais de encontros bastante populares e abertos, o que se constata, por exemplo, conforme Ashenburg (2008), pela não separação dos usuários entre patrícios e escravos nas nada menos que 170 casas de banho público existentes, num determinado momento, na capital do império.

Havia, além delas, as termas palacianas, numa época em que não existiam banheiros no interior das residências e as pessoas buscavam as termas também como oportunidade de contato umas com as outras, num espaço público. Então, podemos perceber que a frequência às termas era uma das formas de socialização, no espaço público. Uma prática – a do uso dos banheiros – que, tempos mais tarde, iria se tornar preferencialmente privada. Recorre-se ao banheiro público numa emergência.

De certa forma, a manutenção das estações termais permite a realização de uma prática privada, o banho, num espaço público, de maneira coletiva.

Há diferenças, no entanto, entre as práticas termais levadas a cabo na Roma antiga e na atualidade. Nas termas romanas, não havia distinção entre homens, mulheres e crianças, conforme relata Ashenburg (2008, p. 37) e suas evidências são os vestígios deixados em forma de grafitos nas ruínas de Pompéia, a cidade paralisada em plena efervescência pelas cinzas do Vesúvio (em 79 d. C.), quando morreram instantaneamente 16 mil pessoas. O objetivo das termas na época eram os banhos coletivos, públicos, e sua oportunidade de lazer, prazer, relax, cura. Hoje, procura-se a saúde levando-se em consideração as propriedades curativas das águas (temperatura, presença de minerais específicos), apropriadas pelo discurso médico ou, em alguns casos, religioso.

Trata-se, com as devidas ressalvas, tanto na Roma antiga quanto nas *hammams* árabes, nas saunas finlandesas, nos banhos de rio dos indígenas brasileiros, sempre de banhos coletivos, isto é, do contato mais ou menos intenso da pele com a água – banho ora proibido, ora estimulado, de nudez às vezes coletiva, às vezes privada, de socialização e até de “flerte”, como relata Ashenburg.

Na antiguidade, é com o Império Romano, portanto, que o uso das águas se consolida como prática associada direta e simultaneamente com o “prazer” e com a “saúde”, a partir do poder terapêutico do prazer (RAMÍREZ, 2008). É curioso notar como a noção de prazer está associada, neste contexto, à cura e à saúde, de modo que se pode depreender que o prazer era estimulado e indicado como terapêutico.

Desta maneira, edificaram-se em alguns lugares equipamentos especializados para o uso dos banhos termais públicos, construídos no coração das cidades e, muitas vezes, providos de espaços

complementários, com ginásios e bibliotecas, a exemplo das termas de Caracala ou as de Dioclécio, em Roma.²³ Hoje, algumas termas também se encontram no coração das cidades, como no caso de Nueva Federación, mas elas costumam ser edificadas em locais distantes dos grandes centros urbanos, para promover o propalado contato com a natureza, de que falaremos adiante.

A queda do império romano e a introdução do cristianismo – que não tolerava o nudismo nem a promiscuidade – colocaram um ponto final nas práticas termais, até que elas ressurgissem, assépticas, apropriadas pelas práticas médicas, entre os séculos XVIII e XIX. Depois do fim do Império Romano e até o século IX, aproximadamente, houve uma relativa continuidade no uso das águas quentes e a preservação do equipamento termal romano, a partir das culturas árabe e judaica, sobretudo no sul da península ibérica.

Passados tanto o Renascimento quanto a Reforma, a Igreja Católica proibiu o banho como atividade ligada à higiene e ao prazer físico, quase extinguindo os balneários europeus, por considerar o banho uma ameaça à saúde e, mais que isso, uma rematada indecência – nesse momento, a falta de asseio era sinal de santidade. Não é por nada que a Idade Média foi um período de grandes epidemias e, durante muitas décadas, foi comum as pessoas se banharem raramente e, mesmo assim, completamente vestidas.

Depois de um longo período de abandono da prática do banho, no século XVIII setores aristocráticos começam a utilizar – com certa regularidade – as águas por fora do aparato institucional da Igreja, retomando, em parte, as representações e formas de uso que existiram com o Império Romano.

Vemos, então, como uma instituição poderosa como a Igreja católica da época determinava o comportamento privado de seus fieis, induzindo-os à falta de higiene corporal em nome de uma pretensa santidade e da pureza de seus espíritos. Isso mostra o quanto corpo e alma foram contrastados como opostos, antagônicos, numa visão esquizofrênica do ser humano que ainda vai demorar centenas de anos para ser suplantada.

²³ As termas de Caracala se localizavam num edifício que media 337 por 328m e continha duas bibliotecas. Suas enormes cisternas tinham capacidade para 80 mil litros de água.

O século XVIII, no entanto, marca o momento em que se estabeleceu um recomeço do desenvolvimento do termalismo e foi ele que gerou as atuais formas de praticá-lo pelos grupos aristocráticos, de maneira social exclusiva e privilegiada, em um primeiro momento, e, posteriormente, por uma nova burguesia. De alguma forma, isso prevalece.

O uso das águas se produz a partir de uma revalorização das práticas termais romanas, do antigo equipamento e, mais que isso, das virtudes curativas das águas. Trata-se de um conjunto de práticas termais que se consubstanciam primeiro nas estações termais e, posteriormente, nas vilas termais. Conforme Ramírez (2008), estas práticas termais devem ser compreendidas como forma específica de realizar aquelas viagens iniciáticas denominadas *grand tours*, próprias da aristocracia e da nobreza.

Viajar, conhecer o passado, outras culturas e lugares (principalmente as culturas antigas e renascentistas europeias) conforma um ritual de passagem que permite reafirmar o pertencimento a um determinado grupo social e adquirir uma série de conhecimentos “ilustrados” que diferenciam os setores sociais, a partir do século XVIII.

Os rituais de passagem organizam e estruturam os valores morais e as visões de mundo de determinadas pessoas. Deste modo, surgem ou se acondicionam estabelecimentos já existentes (primeiro, em âmbitos rurais e, logo depois, em áreas litorâneas), com luxuosa infraestrutura que têm como modelos paradigmáticos as cidades de Bath, na Inglaterra, Vichy e Evian, na França, e Baden, na Suíça.

As águas, como vimos, dividem as pessoas. Ou as pessoas hierarquizam as águas que, depois, encarregam-se de hierarquizar as pessoas. Podemos observar este fenômeno na história de Santo Amaro da Imperatriz. As águas termais foram subtraídas aos índios, milhares deles, originários, foram exterminados por causa dela, num primeiro momento, para a construção de um hospital que serviria aos enfermos das redondezas. O hospital, tempos depois, cedeu lugar ao hotel e a um privilegiamento social no uso das águas termais que não tinha sido pensado na sua origem. Pelo contrário. Excluíram-se, então, da prática termal, justamente os doentes, ou pelo menos os doentes pobres, que usufruíam das águas coletivamente e se beneficiavam delas para a cura de suas mazelas.

Atualmente, em Santo Amaro da Imperatriz, além de as águas terem passado a ser aproveitadas por estratos sociais de maior poder aquisitivo, elas são oferecidas aos hóspedes nos próprios apartamentos

dos hotéis, de modo que eles não precisam compartilhar seu uso. Então, de certa forma, a prática do termalismo passa a ser individualizada tanto nos hotéis, dentro de condomínios fechados, quanto nesses apartamentos, na privacidade de suas próprias suítes. Retirou-se do termalismo, pelo menos em parte, seu aspecto coletivo.

E o termalismo, coletivo e ritualístico, sempre foi uma característica universal desta prática inclusive fora do universo europeu e cristão. A primeira nascente de água termal japonesa (*onsen*) foi descoberta em 737 d. C. e, desde então, a cultura termal tornou-se uma tradição também na Ásia. Na costa do Mar Báltico, na Finlândia, as saunas surgiram no ano 1000 d. C, dando início aos rituais de spa que ainda hoje existem e que contemplam o calor da sauna com os mergulhos em lagos gélidos. No mundo islâmico, as *hammams* eram e são espaços de encontro social por excelência, oferecendo um ritual de purificação que combina uma boa sauna com as práticas termais romanas.

Quando as ervas e as loções não produziam as curas desejadas, a sociedade se voltava novamente para as propriedades terapêuticas da água. Depressa se comprovaram, por exemplo, os benefícios das águas sulfúricas no tratamento de doenças de pele ou as vantagens da água rica em sais de bromo e iodo para o tratamento da infertilidade feminina. Em 1522, pouco tempo depois da invenção da imprensa, surgia o primeiro livro científico sobre os poderes curativos da água.²⁴ Chegou a ser um assunto da maior importância.

Com inúmeras indicações terapêuticas, os banhos termais foram oportunidades de encontros, de marcação de alteridade e de identidade, oportunidade de lazer e relaxamento coletivos, fatores ao mesmo tempo de distinção social e marcação de territórios. Ao mesmo tempo, estas estações de águas termais podem ser vistas como ambientes que possibilitam a cura e até o milagre, uma viagem para o interior de cada indivíduo, mais que mera ação socializadora. Nesta linha de raciocínio, elas podem se tornar lugares de peregrinação, dependendo do tipo de milagre que tenham proporcionado e de como essas curas milagrosas foram difundidas com o passar do tempo.

²⁴ <http://viverspa.com/artigos/historia-spa-milhares-anos-bem-estar>. Acesso em 9 de julho de 2014.

Comecemos, então, com uma rápida explanação do que se pode entender por banho, um dos cuidados de si e conceito fundamental na exploração da cultura termal.

2 OS CUIDADOS DE SI

O banho em águas termais pode ser pensado como uma “comunhão” das pessoas durante sua realização coletiva e no entorno desta atividade. Isso remanesce das ruínas romanas porque as águas que proporcionam o banho coletivo podem ser vistas como recursos naturais apropriadamente destinados ao bem-estar humano: saunas, massagens, estética, tudo se confunde no preceito socrático do cuidado de si – ocupar-se de si, cuidar de si mesmo. Estas expressões encontram implicações na higiene, na saúde, na beleza, no lazer, no prazer e nos tênues limites entre o lúdico e a luxúria.

Foucault (2005) comenta que a classe trabalhadora ainda não tinha meios para banhar-se completa e frequentemente e, em algum ponto do início do século XIX, “as pessoas começaram a perceber que os pobres eram muito mais sujos que os ricos”, talvez porque, além de não tomarem banho, tinham que se ocupar com os trabalhos braçais, portanto transpiravam mais e era maior o seu contato com a sujeira.

De um ponto de vista filosófico estrito, a moral da Antiguidade grega e a moral contemporânea nada têm em comum. Em contrapartida, se tomamos o que estas morais prescrevem, impõem e aconselham, elas são extraordinariamente próximas. É preciso fazer aparecer a proximidade e a diferença e, através de seu jogo, mostrar de que modo o mesmo conselho dado pela moral antiga pode funcionar de modo diverso em um estilo contemporâneo de moral (FOUCAULT, 2005, p. 257).

As noções de moral variam de classe para classe social. As classes média e alta temiam a água do início da Renascença até o final do século XVIII e tomavam banho tão raramente quanto os camponeses e os habitantes mais pobres das áreas urbanas. Chegou a ser imoral tomar banho, mas o humor dos governantes da época era bipolar. No início do reinado de Luís XIV, em 1643, havia apenas duas casas de banho em Paris e elas eram usadas, primeiro para encontros eróticos, depois para remoção de pelos e para a cura com vapor. Na mesma Paris, por volta de 1773, pouco mais de cem anos depois, havia nove casas de banho públicas e, em 1830, o número havia crescido para 78 (ASHENBURG, 2008).

Foucault explica que o preceito segundo o qual convém ocupar-se consigo mesmo é um imperativo que circula entre numerosas doutrinas diferentes e este cuidado, conforme o autor, tomou a forma de uma atitude, uma maneira de se comportar que se alastrava entre as diversas classes sociais.

(o cuidado de si) impregnou formas de viver; desenvolveu-se em procedimentos, em práticas e em receitas que eram refletidas, desenvolvidas, aperfeiçoadas e ensinadas; ele constitui assim uma prática social, dando lugar a relações interindividuais, a trocas e comunicações e até mesmo a instituições; ele proporcionou, enfim, certo modo de conhecimento e a elaboração de um saber (FOUCAULT, 2005, p. 50).

O filósofo se interessou pelos efeitos da aceitação deste princípio e suas relações com as práticas de subjetivação, tanto do mundo antigo como do mundo moderno. Assim, seguindo Foucault, creio que se possa depreender que as práticas termais enquadram-se como práticas de subjetivação. Foucault definiu e caracterizou o princípio do cuidado de si como uma ocupação de si, uma técnica de si ou uma prática de si que se refere a um modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações; uma atitude para consigo, para com os outros, para com o mundo.

É certa forma de converter o olhar do exterior para si mesmo, implicando numa forma de estar atento ao que se passa no pensamento. Também designa algumas ações pelas quais os sujeitos se modificam, se purificam, se transformam e se transfiguram.²⁵

O sujeito, ocupando-se de si mesmo, em busca da verdade, se transforma e se constitui enquanto indivíduo.

Já na filosofia grega o tema do cuidado de si iria determinar – nas suas diversas modalidades – a história das práticas da subjetividade na tradição ocidental. Uma subjetivação que é conquistada socialmente, no contato com os outros. De certa forma, uma subjetivação que exige o apelo ao outro, o qual possui aptidão para dirigir e aconselhar. Desenvolve-se, então, uma intensificação das relações sociais.

25

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482010000400010&script=sci_arttext, Consulta em 21 de novembro de 2013.

Existem cuidados com o corpo, os regimes de saúde, os exercícios físicos sem excesso, a satisfação, tão medida quanto possível, das necessidades. Existem as meditações, as leituras, as anotações que se tomam sobre livros ou conversações ouvidas, e que mais tarde serão lidas, a rememoração das verdades que já se sabe, mas de que convém apropriar-se ainda melhor (FOUCAULT, 2005, p. 56-57).

Conforme Foucault, a partir dos séculos III e IV, formou-se o modelo cristão ou modelo ascético-monástico da relação entre cuidado de si e conhecimento de si. Aí o conhece a ti mesmo está ligado, de modo complexo, ao conhecimento da verdade tal como é dada nos textos bíblicos – seu procedimento implica a exigência de purificação do coração para compreender os textos sagrados.

A Igreja, a propósito, era algo tolerante com relação aos banhos não mistos. Clemente de Alexandria, no século II, aconselhava os cristãos a procurarem os banhos públicos porque: ficavam limpos e encontravam ali “calor humano” (aspas minhas), saúde e lazer. Para encontrar calor humano, era necessário sair para a rua e entrar numa terma, não sendo difícil imaginar os limites do que poderia constituir “calor humano” no encontro com os demais banhistas, todos bastante à vontade no espaço público.

Conforme Foucault, há uma relação circular entre o conhecimento de si, o conhecimento da verdade e o cuidado de si. O trabalho de conhecer a si mesmo é praticado no uso de técnicas que visam dissipar as ilusões interiores, reconhecer as tentações que se formam no interior da alma e do coração, assim como frustrar as seduções de que podemos ser vítimas. No cristianismo medieval, ainda conforme Foucault, o conhecimento de si busca reencontrar a verdade e o ser que o indivíduo é.

No curso do século XIX, este sentimento de individualidade vai aumentar consideravelmente. Alguns exemplos de novas práticas de subjetivação, conforme Foucault, são a difusão do retrato pessoal, da fotografia e do diário, dentro de algumas classes, a reorganização do interior da casa burguesa, a fim de dividi-la entre o espaço privado e o espaço de recepção.

É impressionante, neste sentido, a proliferação, na arquitetura contemporânea, das suítes – quartos com banheiros particulares em vez dos antigos banheiros compartilhados pelos diversos moradores e

visitantes de uma mesma casa ou apartamento. Nas residências modernas, há praticamente um banheiro para cada um dos habitantes de um imóvel, peça de uso privado e exclusivo, um individualismo que se reflete na arquitetura.

O banho deixou com o tempo de ser uma prática excepcional e passou a ser um reflexo de higiene – costume que não fazia parte do cotidiano da maioria das pessoas até bem pouco tempo atrás. E, uma vez que essas novas atitudes incitam a intensificação dos valores da vida privada, elas são construtoras de um individualismo na cultura moderna – ou seja, a valorização da singularidade individual, protegida e organizada pelas classes burguesas.²⁶

O banho, como cuidado de si, durante toda a história, esteve sempre ligado à atividade sexual ou a algum momento da atividade sexual, ocupação que era ao mesmo tempo santa e demoníaca, mas sempre de cuidado de si. Por isso, talvez, tenha sofrido cíclicas repressões, quase sempre relacionadas com a ameaça de doenças: ora o banho era aconselhado, ora era recriminado por ser considerado motivo de desenvolvimento de doenças que muito tempo depois seriam descritas e que, muitas vezes, não tinham nada a ver com o banho em si, ou com a abertura ou fechamento dos poros (que permitiriam ou impediriam a entrada ou a saída das doenças), mas com os meios de contágio particulares de cada uma dessas doenças.

Elas mesmas foram consideradas às vezes sinônimos de pecado: a doença-castigo, como foi o caso da lepra, nos relatos bíblicos, uma doença estigmatizante, ou a aids, na modernidade, a partir da década de 1980, quando praticamente todas as saunas gays do mundo foram temporariamente fechadas, já que a doença no começo preferencialmente vitimava os homossexuais masculinos. A aids foi tão estigmatizada quanto a lepra, a ponto de ser denominada de “câncer gay”, uma associação que se estende até os dias de hoje, quando os gays são impedidos de doar sangue apesar de não fazerem mais parte dos grupos de risco.

²⁶ Idem.

2.1 A PROPÓSITO DOS BANHOS

O banho, como uma das práticas mais representativas dos cuidados de si, está estritamente relacionado com a história da medicina. Adepto dos banhos, Hipócrates, médico do século V a. C., acreditava que uma combinação criteriosa de imersões em água fria e em água quente podia proporcionar o equilíbrio saudável de todos os importantes humores – ou líquidos constitutivos – do corpo.

Isso porque os banhos quentes, ao amolecer o corpo, preparam-no também para receber os alimentos que ajudam na cura de diversos males, da dor de cabeça à retenção urinária: às pessoas que sofriam de dor nas articulações eram prescritos banhos frios; as doenças femininas eram tratadas com banhos de vapor aromáticos (ASHENBURG, 2008, p. 22).

Com relação aos perfumes e aromas, ingredientes indispensáveis na história do banho, o poderoso casamento do sabonete com a propaganda tornou-se um dos principais temas da higiene na primeira metade do século XX, uma conjunção que elevou o padrão de limpeza a um nível extraordinário (ASHENBURG, 2008, p. 189). O sabonete e a propaganda cresceram juntos, assim como a propaganda de desodorantes, desodorantes íntimos, *sprays* contra a halitose, adesivos para branquear os dentes, a obsessão nacional e internacional pela ortodontia, a circuncisão não ritual e a eliminação completa, a *laser*, de pelos e barba (*idem*, p. 202).

Nunca pudemos parecer tão limpos. Estava liberada a perfumização, mas a dúvida se os banhos deviam ser quentes ou frios permanecia. Isso porque os poros ou permitiam a saída da doença, e portanto deviam ser abertos, com água quente, ou permitiam a entrada das doenças e, por isso, deviam ser fechados, com água fria.

No final do século XX, no entanto, passou a não haver mais dúvida nenhuma de que pelo menos a limpeza era não só necessária, mas até obrigatória, fosse com água quente, fosse com água fria. Foi quando a limpeza completa se tornou possível, justamente devido à invenção do sabonete: “Aqueles que incomodam os outros com o odor do próprio corpo frequentemente não têm ideia de que o fazem” (ASHENBURG, 2008). Este fato, acima de tudo, devia ser um alerta para as senhoras, conforme a autora.

A possibilidade de ofender alguém sem estar consciente do ato produziria uma ansiedade que os anunciantes de sabonetes e

desodorantes souberam explorar cada vez mais, e com sucesso crescente.

A partir de então, nunca o indivíduo poderá jamais vir a estar totalmente limpo, esterilizado mesmo, ainda que passasse por exaustivas sessões de limpeza íntima que deixariam Horace Miner (1973) surpreendido. Miner descreve os banheiros como espécies de santuários domésticos dos Nacirema (americanos), local por excelência dos seus ritos corporais, onde se encontram caixas mágicas que transbordam de feitiços destinados à manutenção do corpo saudável e livre de inumeráveis doenças.

Com relação à obsessão pelo corpo perfeito, ideal, limpo, puro, o sociólogo polonês Bauman (2013) comenta que não é o ideal de perfeição que lubrifica as engrenagens da indústria de cosméticos, mas o desejo de melhorar. Conforme o autor, todos os aspectos da aparência corporal são, atualmente, objetos da moda, não apenas o cabelo ou a cor dos lábios, mas o tamanho dos quadris e dos seios. Assim como a indústria de celebridades, a indústria cosmética não tem limites e a demanda por seus serviços pode, a princípio, se expandir infinitamente.²⁷

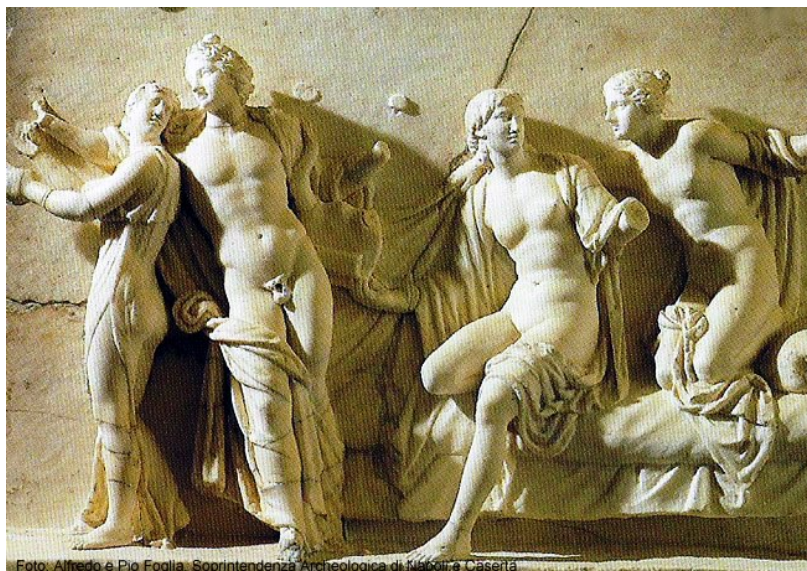
2.2 BANHOS PÚBLICOS, BANHOS PRIVADOS

Os banhos ou *thermae* – como vimos – já eram construídos e consagrados desde a Antiguidade, nas fontes naturais de águas minerais às quais se atribuíam propriedades curativas. Ainda é possível encontrar vestígios das termas construídas pelos imperadores romanos em países como o Reino Unido, Holanda, França, Itália, Alemanha, Hungria, Romênia e Espanha.²⁸ Suas ruínas se transformaram em atrações turísticas.

²⁷ www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/102755_VIVEMOS+TEMPOS+LIQUIDOS. Consulta em 18 de dezembro de 2013.

²⁸ [http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/061B762100A775E283257664008063D4/\\$File/NT00042B9E.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/061B762100A775E283257664008063D4/$File/NT00042B9E.pdf). Acesso em 6 de julho de 2012.

Ilustração 1 – Detalhe de uma das obras de arte da coleção do Palácio Farnese, no Museu Arqueológico de Nápoles



Fonte: <http://manualdoturista.com.br/gabinetto-segreto-do-museu-arqueologico-de-napoles/>.

Uma das vantagens da casa de banhos pública, na época dos impérios grego e romano, era a oportunidade de socialização e do contato físico que ela oferecia, em locais tão suntuosos quanto palácios reais. As duas maiores termas romanas, a de Caracala e a de Dioclécio, são reconhecidas como maravilhas de Roma e o destino final das pilhagens nelas efetuadas dá uma ideia de sua magnificência: quando o papa Paulo III tomou as termas de Caracala, no século XVI, foi para decorar seu Palácio Farnese com mármore, medalhas, bronzes e baixos-relevos (a Coleção Farnese, hoje no Museu Arqueológico de Nápoles).

As termas romanas talvez pudessem encontrar nos maiores *shoppings* modernos uma sombra como equivalentes à principal atração das cidades. No século XX, as ruínas de uma única sala de banho quente das termas de Caracala serviram de palco para uma encenação de Aída, de Verdi, acomodando carruagens, cavalos e camelos, bem como o elenco e a plateia. Pelas suas dimensões, pode-se concluir que as termas eram locais muito movimentados e muito frequentados pela maioria das

pessoas que habitavam as cidades da época. As termas eram uma prática democrática, acessível, necessária.

Ilustração 2 – Termas de Caracala (projeção, a partir de suas ruínas), em Roma



Fonte: <http://guiaderoma.blogspot.com.br/2011/10/termas-de-caracalla.html>.

Detalhes sobre o desfrute das termas romanas nos dão a dimensão de como elas eram apreciadas tanto pelos patrícios quanto pelos escravos, homens, mulheres e crianças, ricos e pobres, que passavam dias inteiros dentro delas. Eram pontos de encontro para inúmeras finalidades, como o são, de fato, muitas termas, ainda hoje. “Local para fazer contatos, fechar negócios, flertar, fazer política, comer e beber” (ASHENBURG, 2008, p. 37). “Prostitutas, curandeiros e esteticistas instalavam-se nos complexos balneários ou nas lojas ao redor deles” (*idem*).

“Assim, era possível fazer sexo, tratamento médico e cortar o cabelo numa mesma visita”, ressalta Ashenburg. No século I a. C., havia quase 200 casas de banho na capital do Império, quando nove aquedutos

abasteciam Roma com quatro vezes mais água que a média consumida por um estadunidense moderno. Isso dá a dimensão da importância desta prática na época, numa comparação entre o consumo individual de água no império romano e o consumo individual de água numa das maiores economias mundiais da atualidade.

Hoje em dia, muitas das saunas, nas grandes cidades, fazem parte de clubes desportivos, são como uma seção nos centros de natação e hidroginástica, quadras de futebol ou clubes recreativos, de maneira geral. Elas estão presentes em boa parte dos hotéis mais caros, onde a clientela masculina e feminina se reveza para usá-las em horários e dias da semana predeterminados e alternados. É raro que haja saunas, nesses locais sociais, que sejam mistas e usadas concomitantemente por homens e mulheres. Existem, por outro lado, também, e são bastante comuns, nas cidades maiores, saunas mistas e/ou masculinas, daí sim com conotação sexual, tanto para encontros hétero quanto para encontros homossexuais, que podem, ou não, ter o caráter de prostíbulos. Elas são divididas não só por gêneros, mas também pela preferência sexual de seus clientes.

Então, observa-se que, sob alguns aspectos, as termas urbanas sobreviveram e mantiveram algumas das características ancestrais de locais destinados ao prazer sexual. De modo que não se pode dizer que a prática tenha se tornado totalmente asséptica, digamos assim. O que ela passou a ser foi compartimentalizada: algumas saunas (ou termas) servem para determinados fins; outras, para outros. Pouquíssimas para todos, como as termas romanas. Da mesma forma, a limpeza, a higiene e os cuidados com o corpo entraram e saíram de moda ao longo dos séculos. Quando estiveram em alta cotação, os banhos foram prescritos em minúcias e estimulados em tais proporções que há cidades inteiras que ainda hoje podem viver economicamente apenas com a visitação às ruínas de suas termas, como é o caso de Bath (ilustração 3), na Inglaterra, ou mesmo de Roma, já que uma das atrações turísticas mais procuradas são as próprias ruínas das termas de Caracala, pelas suas grandiosas dimensões arquitetônicas e pela sua história.

Pode-se perceber que o hábito dos banhos e dos banhos termais, um de seus desdobramentos, já teve distintas conotações – cura, relax, prazer sexual, higiene, limpeza, socialização, contato humano – ao longo da história e que, de uma forma ou de outra, praticamente todas elas ainda coexistem e subjazem nas práticas termais contemporâneas, ainda que de forma compartimentalizada. São sempre banhos ora públicos, ora privados, ora frios, ora quentes, e, como veremos adiante,

as prescrições intercalavam banhos quentes com banhos frios, cada um com indicações precisas sobre sua administração.

Ilustração 3 – Bath, na Inglaterra



Fonte: Google.

2.3 BANHOS QUENTES, BANHOS FRIOS

Existe uma relação intrínseca na mitologia greco-romana entre a saúde, a higiene e a assepsia proporcionadas pelo contato com a água, seja ela quente ou fria. É na mitologia que se encontra a base para a construção do termalismo como patrimônio cultural.

Quando migrou da mitologia grega para a mitologia romana, a deusa Hígia – na origem da palavra higiene –, passou a se chamar Sálus (saúde). Hígia era filha de Esculápio, um deus que era médico. Ela era a deusa da saúde e da sanidade. Deusa também da limpeza e da higiene que, séculos depois, estariam associadas à pureza e, por extensão, à moralidade, à ordem, à reforma, num momento em que a sujeira era considerada primitiva e caótica.

A limpeza nos dá ordem e, quando se pensa nela, imediatamente vem à mente a sensação da água, já que a limpeza é facilitada ou só é possível com o uso da água, seja quente, seja fria. Enquanto Esculápio,

o pai, era associado à cura, Hígia era cultuada com o objetivo de prevenir as doenças e preservar a boa saúde, isso desde o século VII antes de Cristo. Ela tinha uma irmã igualmente poderosa, Panacéia, outra deusa de cura, representada como uma mulher jovem que alimenta uma grande serpente enroscada em seu corpo, o que daria origem, séculos depois, ao símbolo da farmácia. Vemos então como o mundo humano encontrava correspondência no mundo dos deuses e como lá e aqui havia uma relação entre higiene e saúde, sendo a primeira condição da segunda e tendo a água como elemento fundamental para a obtenção tanto de uma como de outra.

De modo que as antigas termas romanas passaram a constituir patrimônios locais. Podemos ter uma dimensão da importância delas para as antigas civilizações e uma medida de como nossas atuais fontes termais também poderiam vir a ser valorizadas como patrimônios, tanto pela sua importância arquitetônica quanto pelas características específicas das paisagens em que se encontram as águas que jorram em cada uma dessas fontes termais.

É o caso de Bath. Patrimônio da humanidade, Bath, no condado de Somerset, oeste da Inglaterra, às margens do rio Avon, encontrou seu apogeu quando os romanos invadiram as Ilhas Britânicas, em 43 d. C. O local, no entanto, já era famoso pelas suas águas termais e havia sido utilizado pelos antigos celtas, que ocuparam a região desde 863 a. C. Quando os romanos chegaram, havia ali um santuário chamado de Súlís, nome da deusa celta da cura, das águas termais e curativas, que os romanos consideraram equivalente à deusa Minerva, por sua vez correspondente à deusa grega Atena.

Esta relação das fontes de águas – termais ou não – com diversas divindades politeístas prosperou na modernidade em lugares santos como Lourdes (na França) e Fátima (em Portugal), também ali comandadas por deidades curiosa e reiteradamente femininas – Nossa Senhora de Lourdes e Nossa Senhora de Fátima –, ligadas ao cristianismo, ao catolicismo e à água. Lugares que se transformaram em concorridos locais de peregrinação e turismo.

Bath, durante a ocupação romana, sob o domínio do imperador Cláudio, foi local de um novo complexo edificado ali mesmo. A nascente, com águas vindas de uma profundidade de 3 mil metros, continha mais de 40 minerais com propriedades terapêuticas e serviam para uma dupla finalidade: como centro de culto à deusa Súlís-Minerva e também porque seu reservatório alimentava com águas termais as três

alas dos banhos, com um milhão de litros de água por dia numa temperatura de 48 graus centígrados (ASHENBURG, 2008).

Podemos observar que, em consonância com as termas da atualidade, as águas termais tiveram, em diversos momentos da história, caráter eminentemente curativo. Elas eram, como o são até hoje, consideradas eficazes no tratamento de inúmeras doenças, doenças que eram entendidas como punição divina e que necessitavam da intermediação das deusas para sua cura.

A propósito das doenças, Maluf (2007) demonstra que ainda hoje elas são vistas como a manifestação de um “mal espiritual” de fundo, mas cuja responsabilidade, no mundo contemporâneo e individualista, recai especialmente sobre o próprio indivíduo. “A doença abriga seu pleno aspecto metafórico: ela é a representação ou a inscrição sobre o corpo dos problemas de ordem subjetiva, da personalidade do indivíduo ou de sua maneira de ser e de ver o mundo”, explica Maluf.

Conforme a autora, o corpo “fala”, ele é signo e, enquanto tal, pode ser lido, observado, ouvido, interpretado. A doença exprime e é a sintomatização de um “modo de ser individual”. De certa forma, conforme Maluf, o próprio indivíduo, hoje, é o responsável por seu sofrimento, por sua dor e pela sua morte.

Para curar, é o ser inteiro que deve mudar (e a doença é a ocasião para que isso aconteça). Nessa concepção, a medicina científica é criticada por somente considerar a doença ou o órgão doente. Ela não veria a pessoa como um todo nem as causas espirituais e subjetivas do sofrimento (MALUF, 2007).

Mauss, conforme Maluf, mostra como o corpo é um objeto legítimo de estudo das ciências sociais e que os modos de caminhar, dormir, escavar, nadar, parir, sentar, comer etc. variam de uma cultura para outra. Eles são descritos pelo autor como *habitus*, produtos da razão prática coletiva, variando social e historicamente (MAUSS, 2003).

Foucault dedicou parte de sua obra a identificar os mecanismos da objetificação do corpo, conforme Maluf. Ele descreveria a constituição da subjetividade moderna como um processo gradativo de disciplinamento dos corpos através de uma tecnologia política do corpo e de uma microfísica do poder que envolve um conjunto de técnicas,

conforme a autora, “processos e disposições que submetem o corpo, tornando-o, ao mesmo tempo, objeto de um saber”.

O corpo, para Maluf, tem uma agência própria e é produtor da cultura. Ou seja, ele deixa de ser mero objeto da ação social e simbólica, receptáculo da inscrição de símbolos culturais e objeto a ser modelado pelas representações sociais e coletivas, e passa a ser agente e sujeito da experiência individual e coletiva, veículo e produtor de significados, instrumento e motor de constituição de novas subjetividades e novas formas do sujeito.²⁹

A autora, que investiga itinerários de curas alternativas em Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil), acrescenta que o percurso para a cura é individual, mas, ao mesmo tempo, também coletivo, já que, em algum momento do percurso individual, o indivíduo é confrontado com a questão da identificação com um grupo, uma comunidade ou uma filiação espiritual ou religiosa.

“São itinerários únicos, mas, ao mesmo tempo, singularidade absoluta do percurso de cada um”, afirma Maluf. Esses itinerários não falam apenas de um indivíduo. Eles mostram uma dimensão coletiva da experiência, uma espécie de “biografia coletiva” (MALUF, 2007). Podemos estabelecer uma analogia com os percursos ou circuitos praticados pelos termalistas que praticam o turismo de saúde.

Outra perspectiva é abordada num aspecto fundamental da relação entre saúde e doença e diz respeito à dicotomia natureza-cultura, proposta por Quintela (2002, p. 184), quando a autora se pergunta, retomando a análise das noções de saúde, corpo e higiene, se o banho termal operaria como mediador entre a natureza e a cultura.

O banho termal lava os excessos produzidos pela alimentação, que origina toxinas; elimina a sujidade acumulada pelo trabalho exigido ao homem pela cultura; reequilibra, e limpa, igualmente, os excessos de problemas, o estresse. Será, então, que os banhos operam como mediadores entre a natureza e a cultura, numa lógica dicotômica da saúde/doença, em que a

²⁹www.transes.ufsc.br/arquivos/corpo%20e%20corporalidade_Sonia%20Maluf.pdf, p. 96.

saúde é do domínio da natureza e a doença do domínio da cultura?³⁰

O binômio natureza-cultura corresponderia ao par saúde-doença, em que a saúde está para a natureza e a doença para a cultura, de modo que seria necessário sair da cidade (da cultura, do meio urbano) e voltar às origens míticas do Jardim do Éden para recuperar a saúde no meio natural, em contato com a natureza.

De alguma forma, o banho termal corresponderia a um banho da natureza, ainda que, no caso de Nueva Federación, este contato se dê no meio da cidade, porque a água vem de outro lugar, vem das profundezas para jorrar no aqui e agora do meio urbano. Nueva Federación, para os turistas que chegam de Buenos Aires, situa-se numa zona rural, pois trata-se de uma cidade pequena, envolvida de todos os lados pela natureza.

Sair do urbano numa viagem de cura tornou-se usual e o hábito passou a se associar à mudança de ares e, principalmente, ao deslocamento dos núcleos urbanos para as estâncias rurais. Como diz Augé (2003), “o homem descobre que pertence à natureza quando se vê obrigado a escapar das instalações que havia concebido para dominá-la”.

Essa contraposição entre saúde e doença e natureza e cultura é, no entanto, de certa forma, falaciosa. Porque a cultura (e a ciência e a evolução tecnológica como fragmentos desta cultura) também é importante na recuperação e na manutenção da saúde: a pesquisa científica desenvolve remédios e técnicas para a cura das doenças. Da mesma forma, a natureza não é necessariamente um ambiente equilibrado e apaziguado, não é sempre apazível: existem a doença e a morte junto à natureza, trava-se uma luta selvagem pela sobrevivência no meio da selva. Impera ali, como na cidade, a lei do mais forte.

Existem e são inalienáveis, na própria natureza humana, a doença e a morte. Em outras palavras, doença e morte são fenômenos mais que naturais e pertencem à natureza e à cultura, simultaneamente. Não é fugindo das cidades que evitaremos a doença e a morte.

Em todo caso, é, sim, no contato com a água quente e, mais que isso, com o imaginário e a simbologia relacionados à água quente, que o

³⁰ http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_07/N1/Vol_vii_N1_171-186.pdf. Acesso em 14 de maio de 2013.

doente pode vir a alcançar a cura. Este imaginário e esta simbologia ligados à água quente são, em certa medida, os mesmos que estão ligados ancestralmente à água, de maneira geral, ao elemento água em contraste com o ar, a terra ou o fogo. Com o importante acréscimo de que agora as águas quentes são separadas das outras todas pelo fato de serem definidas justamente, em primeiro lugar, pela sua temperatura.

Os locais onde é produzido calor abundante, quer se trate do corpo ou da terra, revelam-se perigosos, já que são suscetíveis de explosões ou inflamações, o que reforça o imaginário construído em torno do fogo e do calor, de que “os vulcões são a melhor ilustração, como as emanações que se libertam destas fissuras e se envolvem nas profundezas da terra, se aproximam das fontes do perigo” (QUINTELA, 2002, p. 181).

Associados aos estados primitivos do mundo e do homem, os vulcões são qualificados como o fogo que, pela combustão, produz os vapores que se transformam, depois, em água. É do fogo do vulcão que emana o calor que transmite o quente à água, através de um processo natural que as torna águas naturais. Se o quente – calor – é por um lado apaziguador em relação à dor, é presumido como fonte de temor, porque associado à noção de caos, perda do limite, de que os vulcões e o fogo constituem um exemplo.

“O fogo e o calor são ligados no imaginário social cristão ao inferno, sendo-lhes atribuída dupla ação: ameaçam e purificam” (QUINTELA, 2002, p. 181). É por isso que o banho termal surge como promotor da saúde no século XVII, entre os membros da aristocracia europeia, e eles foram responsáveis pela reabilitação das termas neste conceito que, além do poder terapêutico, ganhou distinção social e caráter prazeroso.

Vimos que, nas termas romanas, era indicada a alternância entre banhos frios e banhos quentes e mornos. No caso dos banhos frios, numa perspectiva ao mesmo tempo mítica e médico-científica, eles historicamente estão ligados à virilidade e, em termos de saúde, são indicadas imersões em água fria para restaurar a saúde dos aleijados, tuberculosos e paralíticos. É uma recomendação tradicional para o “desejo ardente”, embora outros autores acreditem exatamente no contrário – aos monges que sofriam de tentações era aconselhado que

não permanecessem no banho por prazer porque a santidade era mais importante que a limpeza.

Conforme Ashenburg, a *História do banho frio*, obra do médico John Floyer, atribui a cura pela imersão na água fria ao terror e à surpresa. É por isso que uma das curas possíveis num tratamento hidroterápico era a da loucura ou o que se entendesse tanto por loucura quanto por hidroterapia que, neste caso, poderia consistir em manter o doente imerso em água gelada por horas e até dias. Na cura pela hidroterapia, que começou a ser praticada em 1896, o paciente é enrolado em uma rede e mantido dentro de uma banheira encoberta por uma lona (com um buraco para a cabeça). Neste tratamento, água gelada e água fervente são usadas alternadamente para encher a banheira. A justificativa era de que o banho prolongado induz à fadiga psicológica e estimula a produção de secreções da pele e dos rins, que poderiam reestruturar as funções do cérebro.³¹

O livro de Daniela Arbex (2013), *Holocausto brasileiro*, sobre as 60 mil mortes ocorridas no hospital psiquiátrico de Barbacena (em Minas Gerais, Brasil), ilustra esta abordagem dita terapêutica: assim que chegavam, os pacientes tinham que tomar um banho de desinfecção, mas a rotina diária incluía banhos frios naquela fria cidade mineira premiada em 1903 com o manicômio que na época era considerado o maior hospício do Brasil.

Fria, gelada, quente ou morna, a verdade é que a água, de maneira geral, sempre foi considerada essencial na hora da limpeza. Limpeza, por sua vez, que, em excesso, também atrapalha. “A criança nasce com imunidade inespecífica, vinda da mãe, e vai formando sua própria imunidade à medida que o organismo se adapta ao ambiente e aprende a lidar com o que lhe é apresentado”, afirma a pediatra Isabella Ballalai.³² Sob a perspectiva médico-científica, para ela, limpeza demais é um risco para a saúde.

³¹ <http://super.abril.com.br/saude/louco-eu-445561.shtml>. Consulta feita em 20 de novembro de 2013.

³² Isabela Ballalai é autora do guia “Doenças infecciosas na creche e na pré-escola”. Ela é presidenta da Sociedade Brasileira de Imunizações, Regional Rio de Janeiro (Sbim-RJ). Mais em <http://delas.ig.com.br/filhos/2013-11-19/ajude-a-turbinar-a-imunidade-das-criancas.html>. Acesso em 17 de julho de 2014.

2.4 ÁGUAS SAGRADAS, ÁGUAS PROFANAS

Ainda no intento de hierarquizar as águas, diferentemente do banho corriqueiro, de chuveiro, o banho termal envolve outras práticas e aciona outras memórias. Ele leva em consideração os valores atribuídos às águas termais, num primeiro momento. Seriam águas curativas, sagradas no sentido de separadas das demais, identificadas historicamente com alguma divindade das águas. Da mesma forma, o banho termal, propriamente dito, e as formas como ele é realizado enquanto cuidado de si, pode ser disciplinado: quantos banhos se devem tomar por dia para cada diagnóstico específico, quanto tempo os banhos devem durar, quantos goles de água mineral termal devem ser bebidos, simultaneamente ao banho, antes ou depois dele, o que fazer ou não antes e depois dos banhos e se esses banhos seriam de imersão total ou parcial. Trata-se de rituais consagrados pelo uso, modos de fazer legados há gerações pelos próprios aquistas.

A importância dessa forma de tratamento reside justamente e sobretudo na introdução de uma mudança na vida cotidiana e que pode ser obtida pela viagem, considerada por si só um fator importante do tratamento, daí a relevância do turismo termal e da turistificação das estações termais, como veremos.

Na natureza, a água é um mineral comum como um metal ou uma pedra, por exemplo. Mas ela, por sua vez, também pode se tornar sagrada, assim como um anel ou uma coroa de ouro ou um talismã, um amuleto, um muiraquitã.³³

³³ Muiraquitãs são amuletos da sorte, sapinhos feitos de pedra ou argila, geralmente de cor verde, pois eram confeccionados em jade pelas índias que habitavam as margens do rio Amazonas. As índias, nas noites de luar, se dirigiam ao lago mais próximo e mergulhavam em suas águas retirando do fundo dele bonitas pedras que modelavam e ofereciam aos seus amados, como um talismã que, pendurado ao pescoço, eles levavam para caça, acreditando que trariam boa sorte e felicidade. O muiraquitã apresenta também outras formas de animais, como jacaré, tartaruga, onça, mas a forma de sapo é a mais procurada e representada. O folclorista Câmara Cascudo explica que o muiraquitã é encontrado no baixo Amazonas, especialmente nos arredores de Óbidos e nas praias, entre a foz dos rios Nhamundá e Tapajós. O amuleto está presente em muitos contos indígenas e foi recuperado por Mário de Andrade no livro “Macunaíma – o herói sem nenhum caráter”. Segundo Câmara Cascudo, a peça é uma prova evidente de antigas migrações asiáticas, “pois até hoje no

(...) Manifestando o sagrado, um objeto qualquer torna-se outra coisa e, contudo, continua a ser ele mesmo, porque continua a participar do seu meio cósmico envolvente. Uma pedra sagrada nem por isso é menos uma pedra; aparentemente (ou de um ponto de vista profano) nada a distingue de todas as demais pedras. Para aqueles a cujos olhos uma pedra se revela sagrada, a sua realidade imediata transmuta-se numa realidade sobrenatural. Para aqueles que têm uma experiência religiosa, toda a natureza é suscetível de revelar-se como sacralidade cósmica. O cosmos na sua totalidade pode tornar-se uma hierofania (ELIADE, 1994).

Por hierofania, do grego hieros (ἱερός) = sagrado e faneia (φαίνειν) = manifesto, Eliade entende o ato de manifestação do sagrado. Uma consciência da existência do sagrado que se manifesta através dos objetos habituais de nosso cosmos. Eliade explica: “Para aqueles que têm uma experiência religiosa, a natureza como um todo é susceptível de se revelar como sacralidade cósmica. O homem das sociedades arcaicas tende a viver tanto quanto possível o sagrado”, o que não aconteceria, pelo menos não de maneira preponderante, nas sociedades modernas.

Com relação ao uso ritualístico das águas termais, de maneira geral, nas duas estações estudadas aqui, ele pode chegar a ser bastante meticuloso: alguns aquistas bebem determinado número de goles de água termal, em intervalos regulares de tempo. Quando se banham, permanecem imersos durante um tempo preciso e os banhos podem ser alternados, frios-quentes-frios, diversas vezes por dia, durante determinado número de dias.

Nas piscinas públicas de Nueva Federación, as prescrições com relação à permanência dentro da água são expostas em cartazes afixados

Amazonas, como no resto do continente americano, não se tem encontrado jazidas de jade ou mesmo jade que não tenha sido trabalhado, e os artefatos encontrados, tanto na América do Sul como na América do Norte, parecem pertencer todos a uma mesma indústria e civilização”. Mais em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/sem-nenhum-carater-1.570882>. Consulta realizada em 5 de janeiro de 2015.

nas bordas, onde por exemplo se proíbe o mergulho. Você pode entrar na água e submergir todo seu corpo nela, só não pode se atirar nela pulando de fora (o verbo em espanhol é *zambullir*). Trata-se de um banho – na maioria das piscinas – denominado de “passivo”. Ninguém nada nem se atira à água, a não ser nas piscinas específicas para isso, como naquela recém-inaugurada piscina de ondas. Não consegui, contudo, perceber uma constante no intuito com que as águas termais são utilizadas, de maneira que concluo que sejam diversos modos de fazer compartilhados entre grupos específicos de aquistas, com as mais diversas finalidades – relax, dores diversas, problemas para conciliar o sono ou distúrbios nervosos etc. Em quase todas as piscinas, é possível usufruir de jatos internos que ficam na altura das costas e dos ombros, uma espécie de hidromassagem.

Neste sentido de águas curativas é que talvez as águas termais possam ser consideradas sagradas, separadas das demais. Mary Douglas (2010) busca a origem da palavra “sagrado” no latim e no hebraico e descobre que a palavra latina *sacer*, que está na etimologia de sagrado, só é utilizada para se referir aos deuses (DOUGLAS, 2010, p. 21), mas que, por outro lado, pode ser usada para profanar um determinado deus ou semideus, sendo a profanação outra forma de contato com o sagrado, um contato pela negação.

No hebraico, a palavra inclui o sentido de separação, daquilo que é colocado à parte. Santidade e não-santidade, no entanto, não precisam ser opostos absolutos, diz a autora. “O que é limpo com relação a uma coisa pode não ser limpo com relação à outra”, explica, citando um costume hindu: “Casos simples de poluição são removidos com água, graus maiores de poluição são removidos com esterco de vaca e água”. O esterco de vaca é puro com relação ao humano, porque a vaca, na Índia, é habitada por inúmeros deuses. Mary Douglas afirma que santidade e não santidade podem ser categorias relativas, porque “o idioma da poluição ajusta-se a uma álgebra complexa que leva em consideração as variáveis de cada contexto”.

A palavra latina *sacer* tem este significado do que é totalmente pertencente aos deuses, enquanto a raiz hebraica de *k-d-sh*, que usualmente é traduzida como santo (ou sagrado), baseia-se na ideia de separação (DOUGLAS, 2010, p. 21). A autora explica que se trata de linguagem, além de tudo, simbólica, “passível de finos graus de diferenciação” e que, longe de haver confusão entre a ideia de santidade e impureza, o que existe aqui é somente uma distinção sutil, já que compartilham várias mitologias e deidades amistosas e inamistosas,

assim como há pessoas e coisas consagradas e pessoas e coisas profanas. “Separação é a ideia essencial em ambos os contextos, somente o motivo é diferente – e não tão diferente, uma vez que deuses amistosos também devem ser temidos em certas ocasiões (*idem*, p. 23-24). Mary Douglas acredita que “ideias sobre separar, purificar, demarcar e punir têm como função principal sistematizar uma experiência desordenada” (*idem*, p. 15).

No caso da água, o que a torna separada das outras, o que a torna sagrada e capaz de oportunizar o milagre da cura pode ser simplesmente a crença do doente, sua fé, mas, ao mesmo tempo, pode se situar nas características físico-químicas desta água, de um ponto de vista estritamente científico. A possibilidade de cura pela água e, mais que isso, a possibilidade de milagre a partir do contato com a água, passa a ser um negócio turístico que já conta com uma longa trajetória, como já vimos. Só para lembrar: em 1858, em uma gruta perto de Lourdes, na França, a Virgem Maria aparece à jovem Bernadette Soubirous, de 14 anos. A Virgem teria confirmado, nesta ocasião, o dogma da “Imaculada Conceição”, anunciado pouco antes, oficialmente, pela Igreja católica. Impulsionada pelo milagre da aparição de Nossa Senhora, no século XX, Lourdes tornou-se em pouquíssimo tempo a terceira maior cidade hoteleira da França.³⁴ Não se trata de mera coincidência.

³⁴ Nunca, na história, foram confirmados mais milagres do que no recente pontificado de João Paulo II. Até 2005, os papas criaram 784 santos – 650 no século 20 e, desses, 482 somente no pontificado de João Paulo II. Acrescentando-se as beatificações, isso eleva o número recorde de milagres oficialmente reconhecidos nesse papado para 1.820. O que acabou se tornando um escândalo, dentro da própria Igreja: “Ao longo dos tempos, os membros do clero haviam se queixado da indignidade intelectual de uma estratégia tão esmagadora, sua vulnerabilidade a fraudes, seu egoísmo e sua ganância profana”. Exasperado, um prelado escreveu, em 1955, que “era devastadora a forma insistente com que a Virgem Maria vinha aparecendo recentemente”. Ele acreditava que as aparições da Virgem Maria, “que agora causavam tanto furor, não eram da Mãe de Deus, nem de Deus” (revista *Geo*, *op. cit.*, p. 29). Isso é, a santidade estava sendo conspurcada, algo de demoníaco aparecia no que era para ser santo. Mais curioso ainda é que milhões de pessoas peregrinam até lugares de supostos milagres que a igreja nunca nem sequer cogitou reconhecer. O filósofo Robert Pfaller acredita que o *boom* de milagres é um sinal de crise das religiões institucionalizadas, um sintoma de que o *modus operandi* regulatório da Igreja não está satisfazendo aos fiéis e de que a hierarquia perdeu

As propriedades curativas da água – sejam encaradas como de uso ritual ou terapêutico, neste contexto, têm longa história entre os cristãos, assim como entre os judeus, que cultivavam preceitos específicos sobre a pureza ritual. Em termos de banhos rituais, Maçaneiro (2009) explica que, nas religiões, o uso ritual da água segue um ritmo de envolvimento crescente: vai da simples aspersão até a total imersão.

Outro ritmo a considerar, conforme o autor, é o da interioridade, que vai da sensibilidade exterior àquela interior, com a ingestão de águas sagradas ou abençoadas. Gestos culturais desse tipo registram-se amplamente, como no caso dos hindus, que, para se livrarem do ciclo de reencarnações, mergulham no Ganges ou em outros rios sagrados como o Yamuna e o Godavári. A água ajuda a alma a se purificar, a reencontrar sua originalmente pura essência.

Os judeus, por sua vez, purificam-se pela *mikvá*, espécie de banho ritual, enquanto os muçulmanos lavam os pés, os braços e o rosto antes das orações. Nos templos subterrâneos dedicados a Mithra, havia um córrego, para banhos de iniciação. Na Gália pré-românica (hoje França), centenas de lagoas e fontes eram consideradas miraculosas e beber sua água assegurava saúde, fertilidade e boa sorte.

Quando João Batista voltou do deserto anunciando o tempo messiânico, usou o banho (o batismo) como sinal público de conversão. Jesus de Nazaré, ele próprio batizado no rio Jordão, ordenou este rito quando enviou seus apóstolos a pregarem a boa-notícia do Reino de Deus. Muitos de seus milagres têm como cenários fontes públicas de água, envolvem piscinas, rios, lágrimas, saliva, suor... Assim como Jesus foi batizado por João Batista, mergulhando a cabeça nas águas do rio Jordão, milhares de igrejas no mundo repetem esse ritual.

No cristianismo, a água tem dupla função porque os cristãos souberam incorporar, no batismo, o simbolismo ancestral da regeneração. Mergulhar nas águas batismais é mergulhar numa água que faz germinar, ela se recria e cria o novo. No ritual de batismo, ela livra o fiel do pecado original, devolve-lhe a pureza e lhe concede vida nova, para que possa seguir no caminho do bem. Já a água benta, misturada com um pouco de sal e rezada pelo padre, é usada para benzer casas e

a autoridade, em especial na América Latina e na Ásia (revista *Geo*, n. 48, p. 22-35, editora Escola, www.revistageo.com.br). A revista dá uma capa para o assunto: “Milagres. Sobre santos, aparições e o poder do extraordinário”.

carros e, além de purificar, faz com que a pessoa tome gosto pela vida e protege o local contra todo o mal (MAÇANEIRO, 2009).

Vemos como a mitologia greco-romana deriva de maneira direta no cristianismo e no catolicismo com relação ao uso ritualístico da água. No caso de Santo Amaro da Imperatriz, observa-se que os conceitos de santidade e pureza de Mary Douglas estão presentes nos folhetos de divulgação do turismo na cidade.³⁵ Conforme a propaganda da Prefeitura, num fôlder intitulado “O Santo e Belo Verde Vale das Termas”, o turista vai encontrar os benefícios das águas numa cidade que já leva nome de santo e que teve entre os seus moradores um frade, frei Hugolino, que muitos consideram santo e que, mesmo depois de morto, ainda atrai grande número de turistas e romeiros para a cidade. Turistas que, por outro lado, estão, conforme o fôlder da Prefeitura, ávidos pelos benefícios medicinais deste “presente da natureza” que são as águas termais.

Discursivamente, a natureza intocada serve como metáfora desta santidade do local, a natureza é virgem, pura. “Suas montanhas são imponentes, legítimo santuário ecológico em plena mata atlântica”, conforme propaga o fôlder da Prefeitura. A santidade das águas de Caldas da Imperatriz, em Santo Amaro da Imperatriz, não tem nada a ver com a santidade atribuída ao frei Hugolino, mas, discursivamente, elas se confundem propositalmente no texto do fôlder analisado.

O turismo, de maneira geral, no município foi muito afetado pela morte de frei Hugolino – mais de 30 mil pessoas o visitavam a cada ano – e talvez, agora, só sua canonização possa reabilitar o Conventinho, local em que ele operava e ainda é visitado por alguns romeiros. Ele fica no centro do município, distante do bairro turístico de Caldas da Imperatriz.

Antônio, um funcionário do setor de Turismo, em Santo Amaro da Imperatriz, revela: “Pouco antes da morte do frei, a Secretaria de Turismo e a Paróquia mantinham um grupo de trabalho sobre o turismo religioso intitulado Todos os Caminhos levam a Madre Paulina”.³⁶ Este

³⁵ Com quase 70% dos seus 338 quilômetros quadrados em Área de Preservação Permanente (APP), o município está situado em posição geográfica privilegiada, nas margens da BR-282 e da BR-101, elos entre o Litoral e o Planalto (Lages, Vacaria, Caxias do Sul, Porto Alegre e todas as cidades do norte do Estado do Rio Grande do Sul).

³⁶ A freira, que dá nome à cidade, foi canonizada pelo papa João Paulo II, em

grupo, conforme Antônio, tinha a autorização do frei, que dizia que apenas intercedia “junto ao Pai”. Que o que curava mesmo era a fé dos doentes. “Quando o frei estiver aqui (ele apontava para o túmulo) é porque estarei junto ao Pai”. Esta promessa fez com que a queda no turismo religioso, conforme Antônio, não fosse ainda maior, depois da morte do frei, que ocorreu em 2011.³⁷

A cura buscada no contato com a água termal, nos spas, é diferente da cura milagrosa que foi proporcionada pelo frei Hugolino e podemos facilmente perceber esta distinção na fala deste informante ligado ao setor de Turismo, em Santo Amaro da Imperatriz. Ele não acredita que haja relação entre os dois tipos de turismo – o turismo de lazer e de cura, proporcionado pelas águas termais, e o turismo religioso e de cura, oportunizado pela fé no frei Hugolino.

As duas modalidades de turismo e cura andam separadas, apesar de terem basicamente o mesmo propósito e apesar de se situarem num mesmo município, ainda que em bairros distantes um do outro. Os visitantes que são peregrinos devotos do frei buscam, através da fé e em contato com o meio religioso, alternativas de recuperação da saúde. “Depois da morte do frei Hugolino, eles são convidados a percorrer este mesmo roteiro. São grupos ou pessoas fieis ao frei, que agora visitam o Conventinho ou o local onde ele foi sepultado”.³⁸

2002.

³⁷ O Conventinho, recorda Antônio, ficou quase um ano fechado e isso significou prejuízos incalculáveis para o turismo em Santo Amaro da Imperatriz. Na opinião do funcionário, tem que haver o comprometimento do poder municipal para dar a continuidade ao projeto. “O Estado está fazendo a sua parte, acabou de ser lançado, no Salão de Turismo em Gramado, um livreto intitulado *Turismo religioso em Santa Catarina* e o roteiro inclui Santo Amaro da Imperatriz. Ainda pecamos na falta de sinalização e num roteiro mais regionalizado e integrado”, ressalva Antônio.

³⁸ Meu informante comenta sobre a possibilidade de canonização do frei. “Na questão da canonização, o município, através do grupo de trabalho do turismo religioso, vem articulando isso, mas muito timidamente”, diz. Ele acredita que a família do frei, ex-funcionários, município e igreja ainda nem criaram uma comissão pró-canonização porque eles temem que seu corpo seja trasladado para Angelina, onde o frei nasceu, e seu patrimônio seja, então, vendido. Esse assunto era abordado ainda quando o frei estava vivo. Conforme meu informante, para abrigar a Secretaria de Turismo e abrir o Conventinho de segunda a segunda-feira para os romeiros, o local deveria passar por reformas. “Seu telhado pode cair com fortes tempestades, mas o município não vê isso

Já com relação à água termal e à cura, Antônio diz que o termalismo se confunde com o lazer e o bem-estar, mais do que especificamente com a cura. “As redes hoteleiras migram para todos os tipos de segmento, spas, ecoturismo, centros de eventos, *resorts*”, diz ele, “mas deixam de lado o foco da cura”. Antônio foi recepcionista de uma grande rede de hotéis local e viu pessoas entrarem de muletas e saírem andando, mas ele acredita que os hotéis fazem questão de ignorar isso. “Acham que não atrainos a classe A, que é o maior alvo do *marketing*, e amargam ocupação apenas nos fins de semana”. Antônio diz que, diante de tudo isso, foi criada a Associação Hidrotermal de Santa Catarina, que trabalha as estâncias hidrotermais e levanta as características das águas e seus benefícios para reativar o turismo de saúde, independentemente da ação das redes hoteleiras.

“Belezas oferecidas pela natureza, preservadas e aproveitadas”, acrescenta o fôlder da Prefeitura. A natureza se oferece, espontaneamente, para ser usufruída, grosso modo como as vacas, nos livros didáticos infantis, nos dão o leite, os porcos nos dão sua carne e a galinha, seus ovos. A natureza se curva diante do ser humano e lhe dá tudo, ele que foi criado por Deus para dominá-la. A natureza está separada do homem desde o Gênesis, na tradição judaico-cristã, quando Adão e Eva foram expulsos do Paraíso e podemos supor que o Jardim do Éden fosse o equivalente à natureza, naquele momento, natureza para o seio da qual nunca mais deixamos de almejar voltar.

Na propaganda da Prefeitura, por outro lado, sempre aparece a majestosa igreja católica como imagem principal e o primeiro patrimônio inerente à santidade de uma cidade com nome de santo, detentora das águas milagrosas que levam nome de princesa (por sua vez, uma espécie de deidade) e com histórico de turismo religioso (frei Hugolino). Quando se fala em patrimônio, a igreja é a primeira referência que surge, ao lado da casa dos Galotti-Koerich ajustadas à concepção senso comum de patrimônio, as edificações históricas.

Ilustração 4 – A centenária igreja matriz de Santo Amaro da Imperatriz



Fonte: <http://betorosasc.blogspot.com.br>

De volta aos banhos e às águas sagradas e às águas profanas, que pretendemos enquadrar aqui como forma de patrimônio cultural, conforme Bastos (2011b), a cura do paralítico é um velho tema de mudança radical que tem particular expressão no catolicismo europeu:

Aos grandes altares de Lourdes, em França, e Fátima, em Portugal, bem como a muitos outros lugares de peregrinação, fé e virtude acorrem anualmente centenas de paraplégicos em busca de redenção. Muitos regressam pelo seu pé, deixando para trás cadeiras de rodas, macas, muletas e bengalas. A igreja só reconhece como “milagres” algumas das curas assim reportadas, sendo que a maior parte é interpretada como autoinduzida reparação sobre males eventualmente autoinduzidos e de alguma forma ultrapassáveis por meios que não o do milagre. (...) O que interessa sublinhar é o lugar central do resgate do paralítico enquanto símbolo de redenção e cura na cultura europeia. Essa centralidade extravasa os lugares de crença, entra nos espaços laicos da

medicina e impõe-se à narrativa de eficácia médica (BASTOS, 2011b).

Numa guinada na significação dos banhos e das águas miraculosas ou sagradas, Bastos (2011b) afirma que as termas como locais de cura foram substituídas pela ideia das termas destinadas para o lazer glamouroso, os jogos, os bailes, com ênfase em outro tipo de consumo, já não mais ligado à recuperação ou manutenção da saúde, mas ao desfrute da saúde, aos prazeres da vida, uma celebração do bem-estar físico e mental.

Se os vários artigos da coletânea de Porter *The medical history of waters and spas* parecem transmitir um tom de fim de época, como se se tratasse de algo que já não existe mais e se o fim do termalismo europeu como o conhecemos se fez várias vezes anunciar, algo surgiria em seu lugar e, em vez de o sufocar, permitiu a sua continuação” (BASTOS, 2011a).

Esse algo, conforme Bastos, foi a reinvenção das estações termais como lugares de prazer e consumo, os spas, em parte reabilitando uma antiga tradição de prazer dos sentidos, em parte apelando a novas inclinações de apreciação da natureza e dos seus elementos, em parte jogando com as tendências *new age* de ressacralização das águas e da invocação das suas entidades, em parte investindo no consumo dos novos produtos, que aparecem como fins de semana de relaxamento, contato com a natureza, mas também degustação de vinhos, gastronomia e *peeling* com o uso dos mais exóticos produtos, que incluem chocolate, vinho, café e frutos comestíveis, massagens com o uso de caviar e champanha (em Nueva Federación), “como se os novos templos da água passassem quase bem sem água, diversificando e desafiando a imaginação, e negando a pobreza e a exclusão na aparente universalidade do dinheiro e do crédito” (BASTOS, 2011a).

2.5 O TURISMO TERMAL – ÁGUA COMO MERCADORIA: A MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA

Conhecidas, identificadas e hierarquizadas como benéficas, as águas termais fazem surgir no seu entorno diversos agentes para seu

gerenciamento, para a administração de seu uso. Conforme Ramírez (2008), é necessário identificar que os turistas, além de utilizarem o espaço durante sua estada (mediante a realização de atividades de ócio, recreação, acomodação e gastronomia, entre outras) também valorizam o lugar simbolicamente, isto é, apropriam-se dele, na mesma medida em que constroem novas representações e imagens do lugar como destino turístico.

Ou seja, haveria um contraponto entre o lugar para os nativos e o lugar para os turistas e este gerenciamento do recurso se faz de maneira conjunta, até porque ocorre de alguns turistas se deslocarem para o destino turístico de maneira definitiva, com o objetivo de gerenciar o recurso, ainda que, de maneira geral, viagem com o objetivo de experimentar alguma qualidade do lugar. Isto implica não só uma valorização do recurso em si mesmo, mas também a construção de novas representações do lugar (*idem*, p. 34).

Esses são também os elementos que definem, para Valène Smith (1987), o turista: uma pessoa temporariamente desocupada que voluntariamente visita um lugar longe de casa, com o objetivo de experimentar uma mudança. Assim eram as viagens no começo do século 20, recomendadas pelos médicos como o remédio da moda para certas doenças.

Era o destino da viagem terapêutica, que não pode ser descontextualizada das concepções da saúde e da doença pertencentes aos séculos passados, noções que estavam associadas às condições sociais da época e aos tipos de doença que prevaleciam naquele momento, caso da tuberculose, como Thomas Mann tão bem descreve em *A montanha mágica* (1924).

É para se beneficiarem do banho termal que determinadas pessoas se dirigem a determinados lugares: para se encontrarem nos banhos, pessoas de roupão no meio da neblina, de toalha na cabeça, elas bebem suco de laranja, caldo-de-cana, fazem compras nos mercados, almoçam juntas nos restaurantes – experimentam receitas diferentes de comidas e bebidas e, sobretudo, experimentam o banho termal. É necessário, para isso, que atribuam à água que proporciona este banho qualidades eficazes, milagrosas. A divulgação publicitária mais comum é sempre a de que aquelas águas seriam águas únicas, comparadas às outras.

O turista termal desenha delicados roteiros que poderíamos chamar de circuitos, no sentido de percursos, naquela conceituação apropriada pela antropologia urbana a partir do trabalho de Magnani

(2000), circuitos ou redes de sociabilidade e de trocas entre pessoas que, em seus trajetos, compartilham valores, um padrão discursivo e de comportamento e um código amplamente reconhecido e aplicado às situações do cotidiano, que incluem viajar por diferentes países, explorar diferentes paisagens.³⁹

O turista termal é atraído pelas características descobertas e atestadas das águas termais, e então elas se enchem ainda mais de significados porque são divulgadas para provocar o interesse desses turistas, para disputá-los: elas precisam ser recomendadas, por seus componentes químicos, sua temperatura, pelas instalações em que podem ser usufruídas, pelos preços diferenciados que dão acesso e estadia nas diferentes hospedarias, nos *campings*, nas pousadas, nos albergues, nos hotéis, *hostels* e nos *resorts*.

O desenho de *circuitos* e *trajetos*, totalizável pela vista, porque circunscrito a espaços flexíveis, mas prontamente delineados e configurados – “um lugar supostamente sincrônico” – é privilegiado em relação aos atos, às *performances* indissociáveis de momentos singulares, cujo movimento subreptício e astucioso tem a ver com atividades de “fazer com” o material oferecido durante o percurso de pedestres caminhando na cidade (MAGNANI, 2000).

Cada turista, em particular, pode ter um tipo de motivação para buscar as águas termais e, com relação a esta motivação, Ramírez (2008) assinala que diversos recursos naturais e histórico-culturais têm se configurado e consolidado como os atrativos turísticos que permitem o desenvolvimento da prática turística em múltiplos lugares.

Ele constata que um destes recursos são justamente as águas termais que, valorizadas como atrativos turísticos, têm dado lugar a práticas específicas vinculadas ao ócio, à recreação e, em especial, à restauração física e ao tratamento de determinadas doenças. Práticas

39

www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012000000200014&script=sci_arttext. Consulta realizada em 8 de novembro de 2014.

cujas motivações giram em torno das definições do que seja saudável, motivações que variam ao longo do tempo e conforme o tipo de pessoas que frequentam estes lugares.

Pode-se inferir que tanto as práticas quanto as motivações não surgem só pela presença e detecção do recurso em questão, mas devido à sua transformação em atrativo turístico, o que se produz mediante um processo sociocultural situado histórica e geograficamente. O turismo em geral e o turismo termal em particular se instituem como tais a partir do interesse por satisfazer necessidades de ócio vinculadas estreitamente com os denominados atrativos turísticos, quer dizer, com aqueles atributos cuja presença diferencial no território motiva o ato turístico (viajar para chegar a dito atrativo) e cuja existência define a condição de destino turístico do lugar.

Não importa quão destacadas, únicas e excepcionais sejam as características de determinado lugar de destino, dado que só se valorizarão como atrativos turísticos se conseguirem coincidir com as demandas presentes nas sociedades de origem dos turistas. Em consequência, a valorização de um lugar como destino turístico não vai se produzir só pelas características que lhes são próprias nem exclusivamente pela lógica da sociedade que habita este lugar (RAMÍREZ, 2008, p. 107).

Pelo contrário, o turismo é uma prática social enquadrada no tempo de lazer “do turista” e inclui “as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos daqueles em que vivem (...) com fins de lazer, negócios e outros, entre eles o turismo de saúde.”⁴⁰

O deslocamento da cidade para o campo é uma dessas possibilidades turísticas e ele possui características bem marcadas porque o espaço rural⁴¹ é explicado também pela geografia cultural. Esta forma de identificar o espaço urbano como caótico e insalubre (para ordená-lo e limpá-lo) implicou construir uma representação da natureza (e do natural) em oposição ao urbano: se o urbano era o espaço transformado, sujo e desordenado, a natureza se instalou como o âmbito da ordem, do saudável, do intacto (preservado de qualquer impacto

⁴⁰ A definição é das Recomendações da Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas sobre Estatísticas de Turismo.

⁴¹ Nem sempre as estações termais se localizam exatamente num espaço rural, muitas vezes ficam em pequenas cidades, próximas de parques, como é o caso tanto de Santo Amaro da Imperatriz quanto de Nueva Federación.

humano). São valorações que foram se consolidando a partir de uma intrincada interação entre os processos de transformação social (a afirmação de uma ordem moderna) e as representações românticas acerca de um mundo que se estava perdendo (RAMÍREZ, *idem*, p. 72).

É por isso que, para Simonicca (2007), o turismo pode ser encarado como a indústria de encontros e desencontros entre produtores e consumidores de bens turísticos – a palavra “bens” entendida aqui como sinônimo de recursos – e são esses bens que se configuram no patrimônio material e imaterial dos lugares, que identificam estes lugares e produzem ressonâncias e agenciamentos, que adquirem e perdem significados e são submetidos a novos agenciamentos e maneiras de utilização, ao longo do tempo.

Tudo isso para que se possa explorar o turismo ou a “indústria da hospitalidade” – que inclui serviços interdependentes de alimentação e bebidas, hospedagem, serviços de recreação e viagens. Afinal, sem atrações e estabelecimentos de hospitalidade, não há turismo, porque o turismo pressupõe a existência da hospitalidade comercial, que é aquela encontrada na qualidade dos ambientes pelos quais os turistas passam: estradas, agências de viagens, hotéis, restaurantes, hospitalidade pública, urbana.

Hospitalidade turística que não diz respeito apenas ao acolher bem, pois leva em consideração o bem receber, o bem atender, o bem alimentar, que acaba por seduzir o turista e suscita nele o desejo de voltar e de indicar para alguém o local visitado. Nesta hospitalidade, fica claro que existe o pagamento para que seja fornecido ao turista um bom alojamento, proteção, espaço e segurança (CHAMBERS, 2005). É um comércio, para alguns, é uma indústria, para outros. Trata-se, no caso dos bens turísticos, de patrimonializar e turistificar um recurso natural com objetivo econômico. O recurso se torna uma mercadoria.

Bertoncello (2006) evidencia que o turismo direcionado a estes espaços definidos como naturais tem uma clara função social, na medida em que se trata de uma prática compartilhada que define e reforça o grupo de pertença e estabelece claras distinções a respeito uns dos outros (BERTONCELLO, 2006, p. 319-320). Para o geógrafo, mais que um direito ao descanso, o turismo é visto como “uma instância de recuperação física e psíquica necessária para o mundo do trabalho”. O turismo se instala ao mesmo tempo como necessidade e direito (*idem*, p. 322).

Neste sentido, podemos perceber que o turismo produz tanto formas de inclusão quanto de distinção (e exclusão) social, mas é essencialmente marcado pela adequação do trabalhador, quando sua saúde é necessária para o funcionamento do sistema produtivo em si, quando o ideal é o saudável e quando o doente é estigmatizado em função de ser improdutivo, oneroso a uma empresa ou a uma indústria – onde o doente é segregado do sistema de produção.

No amplo leque das opções turísticas, pode ocorrer um processo de desvalorização de produtos e áreas tradicionais (por exemplo, destinos de sol e praia) e, simultaneamente, se criam e valorizam produtos alternativos (turismo de aventura, ecoturismo, de spa ou de saúde). Estas ofertas alternativas se apresentam como opções sofisticadas e exclusivas em relação aos tradicionais e massivos destinos de sol e praia, em geral, configurando-se, ao mesmo tempo, como novas formas de distinção sociocultural.

A respeito disso, Bertoncello (2002) assevera que novamente são estas condições econômicas, sociais e culturais que vão permitir interpretar em profundidade as novas práticas turísticas:

Novos e mais numerosos agentes econômicos oferecem novos e diversificados produtos. Sociedades fortemente fragmentadas e excludentes consomem esta grande diversidade de produtos; alguns multiplicam seus consumos turísticos, aproveitando a maior e mais diversificada oferta, e a eles se orientam os produtos de turismo alternativo; outros seguirão consumindo os produtos do turismo massivo, muitos deles degradados simbólica e materialmente; outros não consumirão nada (p. 7).

Os balneários de Buenos Aires, segundo Bertoncello (2002), assunto que merecerá uma análise mais detida na Segunda Parte da tese, também estiveram relacionados com as mudanças de gostos e as práticas vinculadas com o tempo livre. A busca de maior contato com a natureza e de contextos mais tranquilos e relaxados se associou ao objetivo de descanso e restauração física típico deste tipo de turismo. Com isso, se relacionam também a preservação e o reflorestamento de áreas urbanísticas e as normas para ocupação do solo, além de estilos e materiais de construção (*idem*, p. 325).

Bertoncello (2002) afirma que, às vezes, o uso do mar pelos turistas em áreas como Mar del Plata, na província de Buenos Aires (Argentina), fica em segundo plano. Para ele, os destinos turísticos são valorizados fundamentalmente como entorno ou paisagem, como contexto da prática turística. A paisagem é visível das janelas dos grandes hotéis, eles é que são os autênticos lugares de reunião (...), tendo o banho de mar uma função secundária (*idem*, p. 320).

Para o autor, o patrimônio natural joga papel fundamental nestes processos de desenvolvimento turístico devido à crescente valorização da natureza em função de seu consumo estético (BERTONCELLO, 2006). Consumo estético, no sentido de contemplação da natureza, observação de aves ou de baleias, produção de *selfies* para divulgação nas redes sociais. “Em alguns casos, as qualidades excepcionais do patrimônio natural ativam processos de institucionalização de sua condição de patrimônio, outorgando ao turismo que se baseia na natureza maior prestígio, como ocorre, ainda na Argentina, com as baleias, na Península Valdés, declaradas como patrimônio da Humanidade pela Unesco.

O autor cita Entre Ríos (*idem*, p. 332) neste mesmo contexto, porque, no caso das termas de Nueva Federación, nesta província, o controle do recurso termal por parte do município foi o princípio central que permitiu, incentivou e estruturou o crescimento da infraestrutura turística (hospedagens, serviços gastronômicos e atividades recreativas, entre outros), e, portanto, dos negócios turísticos rentáveis. Esse processo, espacialmente, se expressou com a construção de alojamentos com uma tendência a concentrar-se nas imediações do parque termal, aproveitando a vantagem conferida pela proximidade com o recurso que, efetivamente, é consumido com fins de ócio e recreação. Fica definido, desta maneira, um padrão específico na configuração do território turístico em Nueva Federación, se comparado com as formas como se organiza o espaço turístico no litoral.⁴²

Turismo é consumo, para Krippendorf, e somos todos destinados ao turismo –inclusive as pessoas que moram em locais turísticos, como os habitantes de Santo Amaro da Imperatriz e Nueva Federación:

⁴² RAMÍREZ, Lucas. Dissertação de mestrado, *op. cit.* p. 13.

Trabalhamos, sobretudo, para podermos sair de férias e temos necessidade de férias para poder retornar ao trabalho. (...) O turismo funciona como terapia da sociedade, como válvula de escape que faz manter o funcionamento do mundo de todos os dias (2001, p. 16).

Além disso, o desenvolvimento do turismo é uma estratégia política, diz Bertoncetto porque ele repõe a capacidade física. É por isso que o capital investe no repouso em locais que ficam em contato com a natureza, numa lógica preservacionista que só começa a se articular, de fato, a partir dos anos 80. Bertoncetto comenta que em muitos locais turísticos os grandes hotéis entraram em decadência e cederam lugar a uma segunda casa (BERTONCELLO, 2002, p. 326, nota 7), de modo que os turistas, de certa forma, passam a ser também moradores locais, pelo menos num determinado período do ano ou de suas vidas. Isso tudo devido ao papel do automóvel como meio de locomoção independente, que dá autonomia e liberdade ao turista, e ao privilegiamento do transporte rodoviário.

Já Ramírez busca descobrir o que motiva o turista. Ele explora o conceito de imaginário turístico: “São diferentes modalidades turísticas executadas por diferentes grupos sociais. Trata-se de fantasias individuais e coletivas” (RAMÍREZ, 2008, p. 51). Ramírez retoma também a classificação de Bertoncetto (2002), sobre o que motiva o turista a se deslocar: 1. O desejo de felicidade, 2. O descobrimento do outro, 3. O desejo de sair (evasão) e 4. O retorno à natureza.

São fantasias relacionadas entre si. Mais que uma relação com o ambiente, o turismo oportuniza o contato com os outros e, com relação ao descobrimento do outro, no campo do turismo, de maneira geral, a alteridade se mostra como um fenômeno social complexo: encontramos nos usuários e agenciadores do turismo, neste caso, nas estações termais, o elemento especular do outro que, ao se revelar, nos revela a nós mesmos e é a essência do fazer antropológico. A alteridade, confundida às vezes com exotismo, às vezes com diferença, seja ela radical, amenizada, mínima, remota, distante, é um aspecto fundante da antropologia, conforme Peirano (1999).⁴³ O foco da antropologia é a

⁴³ www.dan.unb.br/images/doc/Serie255empdf.pdf, PEIRANO, M. G. S. A **alteridade em contexto**: a antropologia como ciência social no Brasil. Brasília: UnB, 1999. Acesso em 20 de agosto de 2014.

experiência do contato pessoal, do encontro. Para Goldman (2006), a característica fundamental da antropologia seria “o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal”. É por isso que ele pensa que alteridade é a noção ou a questão central da disciplina, o princípio que orienta e, ao mesmo tempo, limita a prática da antropologia.⁴⁴

Já no que diz respeito especificamente ao retorno à natureza, o desenvolvimento econômico oriundo do turismo gera implicações ambientais que são difíceis de coadunar. Façamos uma distinção inicial entre desenvolvimento e desenvolvimento sustentável. De acordo com Souza (1993, p. 17), o desenvolvimento se define como:

(...) existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao demográfico, envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos e sociais per capita. É um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado e a elevação da produtividade.

Já o conceito de “desenvolvimento sustentável”, segundo Amâncio e Gomes (2001), implica a articulação entre crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico, induzindo a um “espírito de responsabilidade comum” como processo de mudança no qual a exploração de recursos materiais, os investimentos financeiros e as rotas de desenvolvimento tecnológico deverão adquirir “sentido harmonioso”.

De fato, não se pode garantir nunca que a atividade turística seja sustentável, “afinal os impactos negativos aparecem no médio e no longo prazos, enquanto o mercado busca o lucro no curto prazo”.⁴⁵ Para Bertonecello, o “consumo estético da natureza” pode levar à exaustão da própria natureza.

⁴⁴ GOLDMAN, M. **Alteridade e experiência**: Antropologia e teoria etnográfica. Aula Ernesto Veiga de Oliveira. Em www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/etn/v10n1/v10n1a08.pdf. Consulta em 13 de agosto de 2014.

⁴⁵ Idem.

Neste sentido, e aplicado a uma estação de águas minerais localizada em São Lourenço, Minas Gerais, Ninis e Drummond (2008) consideram “incoerente que a água mineral seja tratada como minério exaurível e gerida por um órgão federal que não a considera um bem vital para a sociedade, ainda mais dentro do contexto do marco sustentabilista que caracteriza a política ambiental mais geral do país”.

De acordo com Morelli (2003), a gestão da água deve ser “economicamente viável, ambientalmente sustentável e socialmente justa”. Isso depende de políticas públicas coerentes e efetivas, resistentes à lógica de mercado. É por isso que muitos países buscam alcançar políticas mais eficazes de proteção dos seus mananciais, como é o caso recente do Equador,⁴⁶ que nacionalizou todos os recursos hídricos do país e cuja Constituição, agora, considera a água como um “recurso estratégico” regulado e controlado pelo Estado precisamente para evitar a privatização.

No Brasil, conforme Ninis e Drummond (2008), pode-se afirmar que a gestão das águas minerais (e, no caso de Santo Amaro da Imperatriz, as águas termais são também águas minerais) situa-se, ainda, num círculo vicioso que implica em seu mau aproveitamento. “O aparato político e legal da gestão das águas minerais é frágil e desarticulado, além de conceitualmente defasado”.⁴⁷

Um local turístico como São Lourenço do Sul, em Minas Gerais, pode acabar afugentando seus visitantes devido à deterioração das condições do parque em que se situam as fontes de águas minerais. Desta forma, conforme Ninis, a cidade deixa de se identificar com a água mineral e perde um ingrediente importante de sua cultura local, que é o aproveitamento da água mineral no parque central da cidade, hoje descaracterizado, privatizado e usurpado por uma multinacional, a Nestlé,⁴⁸ que exaure o recurso como se fosse outro minério qualquer, ainda que comparável ao ouro ou ao diamante.

Silvestre, um de meus informantes, é biólogo e trabalha em um dos hotéis do bairro turístico de Caldas da Imperatriz, em Santo Amaro da Imperatriz. Ele considera preocupantes os impactos do turismo no meio ambiente.

⁴⁶ www.vermelho.org.br/noticia/244727-7. Consulta em 29 de julho de 2014.

⁴⁷ www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2008000100011. Acesso em 5 de maio de 2014.

⁴⁸ A Nestlé é uma multinacional suíça produtora de alimentos.

O turismo, como qualquer outra atividade, tem que ser planejado. A exemplo de outras regiões do Brasil – Caldas Novas, Poços de Caldas, aqui em Santa Catarina mesmo, em Piratuba, Gravatal, acabou se formando um centro de turismo de massas, por causa das águas termais. Toda uma estrutura hoteleira de várias empresas, estrutura de comércio (vários lojistas, restaurantes) também, tudo em função da questão termal. É preocupante porque muitos desses processos aconteceram sem planejamento. Sem levar em consideração a capacidade de carga do transporte, abastecimento de água potável, energia, da própria água termal – tem locais que excederam nas perfurações e tem lugares em que os aquíferos não conseguem se recarregar. Se você retira cinco litros por segundo e a recarga é de um litro, tem um déficit de acúmulo e o aquífero vai baixando e as perfurações têm que ser cada vez mais profundas. Em Caldas não, são fontes naturais, mas no Aquífero Guarani (que vai do Oeste do Estado de Santa Catarina a São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul) a maioria das termas são resultado de perfuração. O armazenamento de água termal nas profundezas depende da água superficial que penetra nas fissuras das rochas até encontrar, a centenas de metros, o local em que se aquece para depois ascender à superfície por pressão da temperatura ou pela perfuração de poços. É preocupante quando você percebe que estão sendo feitas novas perfurações e novos complexos estão se instalando e se ampliam, e os municípios pequenos não têm do ponto de vista político-administrativo uma estrutura de acompanhamento, de monitoramento. Muito menos de fiscalização. Eles só veem dinheiro, quando mais gente vier, mais impostos.

Para Silvestre, é possível que se esgote o recurso, em especial no que se refere ao “condomínio árabe”, em Santo Amaro da Imperatriz, como veremos adiante, onde foram feitas perfurações em busca da água

termal. O biólogo se preocupa com a sustentabilidade dos empreendimentos e considera lastimável que ainda não tenha sido feito o plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Santo Amaro da Imperatriz se localiza dentro do parque. “Porque, daí, não dá para fazer as coisas como determina a lei”. Por exemplo, ele diz que foi feita uma proposta de zoneamento do parque e a área em que são feitas as trilhas, dentro do perímetro do hotel Plaza Caldas da Imperatriz, foi contemplada para uso do hotel, com proposta de concessão para ser área de pesquisa, lazer, recreação.

Seria uma área de uso dentro do zoneamento e do plano de manejo porque o plano de manejo é feito em cima do zoneamento. Só que outros interesses rolaram aí com relação à questão fundiária do parque e o parque foi recategorizado porque o governo não tinha uma solução mais decente como controlar a invasão do parque ou então indenizar os moradores que viviam antes de ser criado o parque, em 1975. Então, eles optaram por uma recategorização porque a lei prevê que não more ninguém na área do parque. As áreas de moradores eles transformaram em APAs (Áreas de Proteção Ambiental), que são unidades de conservação bem mais permissivas. Não indenizaram ninguém, não fizeram plano de manejo, só empurraram o problema com a barriga. Não houve benefícios para a conservação, benefícios para pesquisa científica, organização e planejamento de ecoturismo. Nada disso foi beneficiado. O governador Luiz Henrique (prêmio Motosserra de Ouro⁴⁹) quer meter goela abaixo um código malfeito para Santa Catarina agora para todo o Brasil, em nível nacional. É lamentável, uma pena. A gente só tem a força do voto, portanto só resta nos lamentar e nos indignar.

⁴⁹ O prêmio não foi mencionado pelo entrevistado. Trata-se de uma distinção, digamos assim, atribuída pelo Greenpeace a personalidades e entidades que contribuem para o desmatamento em todo o mundo.

No discurso de Silvestre, percebemos que o agente político, neste campo de disputas, é avaliado como decisivo na tomada das decisões, mas também que o voto é decisivo para a escolha destes agentes. Percebemos também como a recategorização do Parque do Tabuleiro atropelou um processo que estava em andamento. “Havia uma proposta de redelimitação, com consulta à população, durante dois anos a gente participou desse processo e, de repente, bum, caiu de cima uma recategorização e foi aprovada e pronto”, relata Silvestre. “Nem o Judiciário conseguiu derrubar a aprovação. O plano diretor de Santo Amaro é outro caos”, diz, reiterando um assunto, o plano diretor, que é recorrente nos discursos de pelo menos metade dos informantes. “Tem muita pressão empresarial. Principalmente no setor de construção civil”.

Dá pra ser otimista?

É difícil de responder, quando a gente considera as coisas *in loco*. Estou trabalhando há vinte anos e áreas que eram capoeirinha agora já são capoeirão, o *habitat* está se regenerando porque isso aqui foi devastado nas décadas de 40 e 50. Temos fotos em que isso aqui era tudo preto, queimado. Agora, a gente vê tudo coberto de vegetação e estamos acompanhando a recuperação da vegetação, do *habitat*, a fauna também está se regenerando. No final do ano passado (2011) no dia 24 de dezembro, tivemos a sorte de poder fotografar e mostrar para os hóspedes um casal de jacutinga aqui no jardim do hotel. Esse bicho é ameaçado de extinção, é raro. Anta a gente já fotografou aqui. Isso gera um otimismo local e também restrito a este meio em que a gente vive aqui. Mas num contexto maior, que envolve política, economia, cultura, as questões sociais, já fica preocupante, porque outros interesses se sobrepõem ao interesse ambiental, conservacionista, de cunho sustentável, em nível estadual, municipal e nacional.

Como nas falas de outros informantes, percebe-se no discurso de Silvestre que os poderes que agem sobre um mesmo território são de várias procedências. E, no fundo, a responsabilidade é de ninguém.

A gente vê que a prioridade sempre é o econômico, depois meio mascarado vem o social, mas meio mascarado por interesses de cunho político e, por último, é que vem a questão ambiental, por mais as pessoas tenham consciência do que é veiculado na mídia.

A mídia, conforme o biólogo, atua como educadora e, ao mesmo tempo, como estimuladora de novos empreendimentos em áreas do Parque do Tabuleiro, porque movida pela publicidade das empreiteiras e da especulação imobiliária. Na fala do informante, a mídia é responsável pela formação da consciência sobre a importância da conservação ambiental, mas nem sempre é eficaz para combater as consequências do que vem causando a alteração do ambiente natural em nível global. Conforme Silvestre:

Parece que não adianta. O ser humano não toma consciência profunda do que está acontecendo. Ele é movido pelo imediatismo, não é um problema social nem cultural, mas um problema da psique humana, ela está preocupada com o momento, com estar com a barriga cheia, bem vestida, o resto que se dane. Alguns pensam no futuro, eles até podem ter ouvido falar em mudança climática, aquecimento global, perda de biodiversidade, extinção em massa das espécies, problemas de falta de água, poluição, contaminação de aquíferos, mas a grande massa humana manipulada pelas mídias não tem a mínima noção.⁵⁰

⁵⁰ A contaminação dos aquíferos é abordada pelo geólogo Ricardo Hirata, em artigo publicado pelo Instituto Humanitas da Unisinos (www.ihu.unisinos.br/entrevistas/casos-de-contaminacao-da-agua-sao-mais-comuns-do-que-se-conhece-entrevista-especial-com-ricardo-hirata/536953-casos-de-contaminacao-da-agua-sao-mais-comuns-do-que-se-conhece-entrevista-especial-com-ricardo-hirata). Consulta realizada em 3 de novembro de 2014. Conforme o especialista, que é diretor do Centro de Pesquisas de Águas Subterrâneas – Cepas, “Há ainda várias contaminações que carecem de estudos, como o nitrato em grandes cidades, fertilizantes e agroquímicos nas zonas rurais e solventes clorados em áreas industriais”. Conforme a reportagem, a grave crise de abastecimento de água que vem assolando a região

De novo, a questão da mídia, quando Silvestre aborda a exploração da água, porque a questão ambiental, conforme o informante, passa pelo manejo de todos os recursos hídricos. “A gente tem uma riqueza de meios de informação tanto na parte da imprensa escrita quanto na televisão, internet. É uma chuva de informações, com muita porcaria, muita droga, se fosse filtrar o que vale a pena não dá cinco por cento”. Observa-se aqui a ambivalência da mídia, na fala do informante. Ao mesmo tempo em que poderia educar, ela ilude, deseduca, desinforma.

Silvestre comenta sobre a questão do ICMS ecológico, assunto presente também na fala de outros informantes. Seria uma forma de mexer com a “consciência do bolso”, diz.

Aqui no hotel a gente tem planos de gestão ambiental. Com relação ao consumo de água, de energia, com relação ao tratamento dos efluentes, controle de emissão de fumaça na caldeira que aquece os chuveiros, a lavanderia, a coleta seletiva de lixo. Todo lixo é separado direitinho e vendido para reciclar e é revertido em cestas básicas para os funcionários. Mexe no bolso, a memória tá sempre reavivada. Nesse sentido, vejo o ICMS ecológico como forma de compensar quem preserva, quem fornece água de boa qualidade, não só o município, mas os agricultores, a exemplo do que ocorre em Nova

metropolitana de São Paulo chamou a atenção para a crescente demanda hídrica, seja para o fornecimento de eletricidade, seja para o consumo ou para a produção industrial, aumentou a níveis muito superiores do que as alternativas tradicionais são capazes de suprir. Ricardo Hirata é geólogo formado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, com mestrado e doutorado na Universidade de São Paulo – USP e pós-doutorado na Universidade de Waterloo, no Canadá. Atualmente, é professor do Instituto de Geociências da USP e consultor da Unesco e de diversas outras organizações sobre o tema hídrico. Conforme o pesquisador, há muito que fazer, e as universidades e centros de pesquisas ainda não respondem às reais necessidades da sociedade, num momento em que 75% das cidades paulistas têm abastecimento de água público feito por águas de aquíferos.

York, que paga mensalmente salário pros agricultores e pecuaristas das regiões mais altas em torno da cidade, de onde vem a água potável para eles cuidarem dos mananciais. É tudo subsidiado, na fazenda, na agricultura, para não contaminar.

Conforme Silvestre, o ICMS ecológico valorizaria os agricultores e pecuaristas de regiões de onde provêm os mananciais que abastecem as grandes cidades, eles também seriam recompensados por recuperar a mata ciliar e não permitir que os animais sujem a água, ações simples, mas que precisam ser fomentadas.

Só a consciência pela consciência não é fácil. É um processo demorado, sofrido. Ou você muda pelo amor ou pela dor. O amor é consciência, a dor é você levar porrada de grandes perdas, sofrer muito e daí tem que mudar porque Santa Catarina tem sofrido com catástrofes climáticas, mas que têm relação com o ambiente também. Falta manejo ambiental. Na época de moleque, não se falava quase nada em termos de meio ambiente. Já no colégio agrícola, ensino médio, a gente era iniciada nas práticas agrícolas de conservação do solo, conservação da água, manejo adequado, já tinha a introdução de uma preocupação com o ambiente e na universidade a gente foi aprimorando este conhecimento. No mestrado também. Fiz mestrado em Engenharia Ambiental, então tinha vários professores da área de recursos hídricos, em termos de água mesmo fui ter muito mais noção de ciclos hidrológicos, aquíferos, uso de recursos hídricos, a legislação hídrica, foi tudo a partir do mestrado.

Aqui, nosso informante já demonstra que o caminho para a conscientização ambiental passaria necessariamente pela educação formal muito mais que pela mídia, mas também revela que a mobilização da comunidade é importante fonte de troca de informações. “Depois, participando do Comitê de Bacia Hidrográfica – fui morar em Rancho Queimado, mas participo do Comitê de Bacias de Tijucas e, aqui em Santo Amaro, do Comitê de Bacia do Rio Cubatão”. Ele hoje se constitui num agente, num ator social que reivindica um uso mais

apropriado dos recursos naturais. Silvestre informa que os comitês de bacias hidrográficas agora estão se reestruturando.

Ele mostra no monitor de seu computador o mapa de Santo Amaro da Imperatriz e a área do Parque do Tabuleiro: 63% do município são áreas de preservação permanente. Com a recategorização, boa parte virou APA (Área de Preservação Ambiental). Vargem do Braço foi transformada em APA. “O problema continua porque, pra ser rápido e barato, eles mapearam por curva de nível e não por plano altimétrico que pegasse as propriedades”. Ele explica: A casa, o quintal, o jardim das pessoas ficaram na APA, mas os terrenos onde estas pessoas cultivam e têm gado está ainda dentro do Parque. São Áreas de Preservação Permanente (APPs). “Em termos fundiários, o problema continua porque ninguém ficou 100% fora do Parque. Foi um engodo, uma farsa que já passou pela Assembleia, já passou pelo Tribunal Estadual, não cabe mais recurso. A ameaça se tornou maior, vai ficando cada vez mais vulnerável”. Trata-se de uma paisagem em degradação em função do desenvolvimento econômico, degradação em boa parte gerada justamente pela exploração do turismo.

O geógrafo Eduardo Yázigi (2002) defende a preservação da paisagem, em especial para os habitantes de um lugar, e, só depois, para os turistas. “A paisagem, como parte visível, é a essência cotidiana do habitante”. Yázigi chama a atenção para os diversos tipos de vandalismo que ameaçam a integridade da paisagem.

“A destruição dos sítios naturais é um ato de vandalismo com igual peso que a destruição dos monumentos feitos pelas mãos dos homens” (2002, p. 136). Conforme o autor, “destruir um patrimônio é liquidar com a principal matéria-prima do turismo”, pois, para ele, “o estado natural das coisas é serem públicas” (p. 141). O autor comenta ainda que a paisagem é um “espelho fidelíssimo” da qualidade de vida da civilização urbano-industrial e que obras de infraestrutura como estradas ou barragens “muito contribuem para a degradação da paisagem” (p. 143).

No mesmo sentido, a paisagem está a serviço da prática turística. “É um elemento que as pessoas querem ver, vivenciar e fotografar em suas viagens” (BERTONCELLO, 2009, p. 199). Mas a paisagem não é um dado. “Trata-se de uma construção que é resultado de práticas sociais, entre elas a própria viagem e os discursos científicos e literários, até o desenvolvimento da paisagem como gênero pictórico ou fotográfico” (*idem*).

No caso do turismo termal, cabe indagar sobre o que faz com que este tipo de turista se desloque ao encontro das fontes termais. Lucas Ramírez (2008) argumenta que existe um imaginário turístico que se expressa em “(...) diferentes modalidades turísticas executadas por diferentes grupos sociais”, um imaginário em que contracenam a ideia de alteridade e do retorno à natureza em relação às representações que se criam sobre os turistas enquanto agentes da construção social das termas como bens naturais turistificados.

No caso específico de Caldas da Imperatriz, estudo do Sebrae destaca que os turistas também são atraídos pelo sentimento religioso enraizado na população que poderia ser explicado como uma forma de agradecimento pelas belezas do lugar, num mesmo momento em que frei Hugolino ainda fazia imposição de mãos. O estudo fala em ambientes requintados e restaurantes sofisticados, o que não me parece refletir as reais instalações gastronômicas de Santo Amaro da Imperatriz e talvez seja verdadeiro se mencionar apenas o ambiente do Plaza Caldas da Imperatriz.

Neste diagnóstico do Sebrae, podem-se observar outras valiosas sugestões de crescimento turístico: agregação de valor aos produtos da lavoura, a produção de hortifrutigranjeiros sem agrotóxicos, o associativismo, o reflorestamento, indústrias não poluentes, de engarrafamento de água mineral, agroindústrias e indústrias de reciclagem – tudo isso num município que, até 2013, não realizava coleta seletiva de resíduos, conforme pude observar em campo.

Nos fôlderes mencionados em diversos estudos relatados por Martins (2001, p. 374-375), nota-se a reiteração do verbo reinar, talvez involuntária: um lugar onde “saúde e lazer reinam absolutos”, “Local onde a saúde e a natureza reinam juntas”. “O paraíso das águas termais”, por sua vez, remete ao Jardim do Éden bíblico – “uma reserva florestal que preserva os últimos vestígios de mata atlântica” – o exagero apocalíptico mencionado por Zizek (2011, 2012, 2013). Mais um excerto: “Graças ao uso contínuo e ao respeito que as pessoas de todo o mundo têm por este *santuário ecológico*, as fontes de Caldas da Imperatriz continuam a curar *milhões* de doenças, além de proporcionar grandes momentos de paz e lazer pelas belezas edificadas pela força da *mãe natureza*” (itálicos meus) (MARTINS, 2001, p. 375).

3 A CULTURA TERMAL EM DOIS CAMPOS ESPECÍFICOS: SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, SANTA CATARINA, BRASIL, E NUEVA FEDERACIÓN, ENTRE RÍOS, ARGENTINA

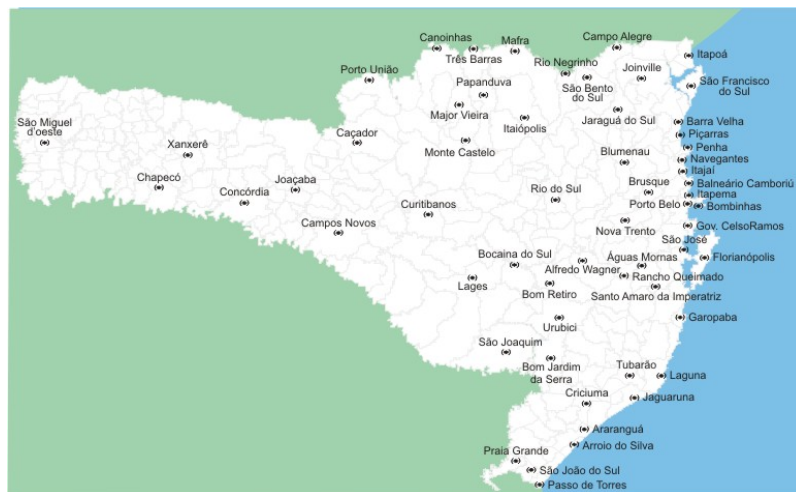
Para situar os leitores, apresento a seguir os mapas do Brasil e do Estado de Santa Catarina, na região Sul, onde se localiza Santo Amaro da Imperatriz, que foi o primeiro dos dois campos de investigação etnográfica desta tese.

Ilustração 5 – Mapa do Brasil



Fonte: Portal Brasil Net.

Ilustração 6 – Mapa do Estado de Santa Catarina



Fonte: SCTur. Santo Amaro da Imperatriz fica logo abaixo da Ilha de Santa Catarina, a Leste, onde se localiza a capital do Estado, Florianópolis.

3.1 O TERMALISMO EM SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, SANTA CATARINA, BRASIL

Santo Amaro da Imperatriz está na gênese do aproveitamento termal no Brasil, sendo que o interesse pelos banhos termais chegou com a corte portuguesa, em 1808. No Brasil, a legitimação do uso das águas termais acontece a partir de 1818, data associada à criação da primeira estância termal brasileira. Segundo Rocha (1916), em 1812 foram enviadas para a corte amostras de água termal das Caldas do Cubatão (Santa Catarina), hoje Caldas da Imperatriz, para se proceder à análise, muito embora Caldas Novas, em Goiás, tivessem sido descobertas pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho, ainda em 1722, quando foram reconhecidas suas propriedades terapêuticas e as águas passaram a ser consideradas como “bem público”.

O próprio D. João VI propalava a importância das “águas virtuosas”, com propriedades curativas, e as informações mais sistematizadas sobre as fontes termais no País surgiram justamente no período colonial. A situação levou D. João VI a emitir, em 1818, um

decreto pelo qual ordenava a construção de um hospital termal que deveria se reger pelos estatutos do Hospital das Caldas da Rainha (Portugal). O decreto é considerado o marco do início do termalismo no Brasil, entendendo-se o termo como uma prática terapêutica desenvolvida a partir da água termal e usada no espaço de um estabelecimento balnear.

Quando assinou o decreto, Dom João VI justificou que considerava as termas “eficaz remédio para muitas moléstias rebeldes aos esforços da medicina e da cirurgia”, de modo que ele mesmo acabava de denominar esta prática de “alternativa” e com a conveniência de se localizar próxima de Florianópolis, naquela época chamada de Vila do Desterro, de onde era possível chegar de barco, pelo rio Cubatão.

Foi durante o século XIX que nasceram e se desenvolveram as práticas termais em espaços institucionalizados pela medicina brasileira. Tudo começou com a descoberta das análises químicas, ainda na primeira metade do século, e com a edificação de alguns estabelecimentos termais (Caldas do Cubatão, Caxambu e Poços de Caldas, por exemplo).

Conforme Quintela (2004), o período áureo do termalismo brasileiro teria acontecido entre 1930 e 1950, associado às dimensões terapêutica e lúdica, e uma das razões do declínio foi imputada à proibição do jogo, em 1946. Para Mário Mourão, no ano de 1950 iniciou-se a fase do declínio do termalismo científico, ou seja, de sua vertente médica, quando as estâncias termais passam de centros de cura, recuperação e repouso a centros turísticos. Em questão de 30 anos, foram suprimidas as cadeiras de crenologia nas faculdades federais de Medicina de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, inesperada e melancolicamente.

O desconhecimento dos recursos naturais terapêuticos gerou o desinteresse e se refletiu na não-receptividade do termalismo perante os médicos, particularmente entre os jovens que saem das escolas ignorando esses tradicionais métodos de terapia. Este fato fez com que se confundisse termalismo apenas com turismo e não mais com turismo de saúde. Apesar disso, o termalismo nacional se desenvolveu nos estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás e São Paulo, por meio de modernas instalações termais.

Em 1818, portanto, foi criada a primeira estância termal brasileira, quando D. João VI determinou a construção de um hospital em Caldas do Cubatão (atual Caldas da Imperatriz, hoje bairro de Santo

Amaro da Imperatriz), talvez com o intuito, também, de consolidar a presença açoriana mais ao Sul da nação. Desta forma, Santo Amaro da Imperatriz tem procurado se desenvolver numa relação entre a atividade agropastoril, praticada pelos colonizadores açorianos e alemães, o comércio e o incremento do turismo em suas várias vertentes – termal, religioso, rural, turismo de aventura e ecoturismo (MARTINS, 2001).

O hospital de Caldas da Imperatriz não foi, contudo, o primeiro hospital termal do mundo. Veja-se a história de Caldas da Rainha, relatada por Bastos (2011a), a mais famosa e frequentada estação termal portuguesa, largamente estudada e conhecida. Sua origem, conforme a autora, é atribuída ao ato piedoso da rainha D. Leonor (1458-1525) que, ao vislumbrar alguns pobres reumáticos e acometidos de outras aflições do corpo a banharem-se a céu aberto nos charcos de águas sulfúreas da região de Óbidos, teria mandado erigir um hospital – o primeiro hospital termal do mundo – para que lhes fosse prestada assistência.

É também num jogo de contrastes e oposições que assenta a história das Caldas da Imperatriz, em Santa Catarina, Brasil, cujas águas passaram de um uso “silvícola”, por parte dos indígenas da região, ao toque civilizado que lhes confere a visita da mais elevada figura feminina do jovem império: nada menos que Leopoldina, a princesa austríaca que desposou Pedro I, a voz, o corpo e o nome da independência do Brasil, seu primeiro monarca e imperador. Reza a história que esta estação de águas deve o nome à visita de Leopoldina e Pedro que, à semelhança do que faziam os seus congêneres europeus nas estações do velho continente, procuraram nas águas a bênção da fertilidade que a monarquia impunha e não consentia que tardasse (QUINTELA, 2011).

Quintela se equivoca com relação ao casal imperial: na verdade, os monarcas que vieram visitar as Caldas não foram Pedro I e Leopoldina e, sim, seus sucessores: o imperador Pedro II e a imperatriz Tereza Cristina. Metade das 400 páginas do seu “Tabuleiro das águas”, Celso Martins dedica a esgrimir a ocupação daquele território, ele que usa a palavra patrimônio para se referir às águas, com farta transcrição de documentos e relatos de tradição oral. O autor diz que, dizimados os

primeiros Xokleng, a colonização da área no entorno das águas termais começou, nesta mesma época, com a construção de uns primeiros ranchos (p. 18) próximos das fontes, mas que os indígenas retomaram a posse da área depois, até 1818, e houve mais uma invasão, talvez a última, em 1838 (p. 27).

O acesso era precário, mas a Corte já sabia das águas termais e ainda em 1818 tinha publicado um decreto real que anulava uma concessão da área feita em 1726. Aí começaram os conflitos não mais entre Xokleng e portugueses, mas entre os colonos portugueses e os açorianos, entre eles, e o Império português, portanto, os colonos entre si e contra os negros, os remanescentes indígenas e os alemães, a mistura étnica que passou a disputar e povoar a área.

Encontramos um indício de todas essas disputas pelo território já na praça central de Santo Amaro da Imperatriz, longe do bairro turístico de Caldas da Imperatriz. Ali, uma placa rememora: “À memória dos milicianos d’el Rey de Portugal, aqui mortos pelos silvícolas em 30 de outubro de 1814, quando em guarda a estas já afamadas thermas”.

3.2 OS DE FORA E OS DE DENTRO

Desde o começo, as águas termais de Santo Amaro da Imperatriz estavam predestinadas a deixar de ser dos índios: em 1818, as terras da província de Caldas do Sul e do Norte seriam reconquistadas e, um ano antes, as fontes já tinham sido retomadas aos índios por ordem do governador João Vieira Tavares (ou Tovar) de Albuquerque que, dirigindo-se aos habitantes da capitania, diz:

Temos entre nós um manancial de beneficência pública, deixai-nos assim explicar, um manancial de saúde, e havemos de privar o público, a nossa Nação e, enfim a Humanidade deste presente que nos confiou a natureza? Ah! Não. Cidadãos generosos, o rico tesouro de águas termais que temos em frente da nossa vista, mas coberto de pequenos obstáculos, deve franquear-se a todas as gerações de um modo fácil e digno de vós. A posteridade gozando de seu benefício deve apontar com o dedo e exclamar: Isto se deve aos catarinenses e honra aos benfeitores da Humanidade.

A Humanidade, neste caso, com h maiúsculo, excluiria os índios, seriam eles, aliás, alguns dos “pequenos obstáculos” citados neste texto que está exposto em praça pública. Os silvícolas não pertenceriam ao grupo dos brasileiros e nem ao grupo da Humanidade, nem da Nação. Neste caso, quando falamos em patrimônio da Humanidade temos de levar em conta a qual humanidade queremos nos referir.

Ajuda-nos, sob esta perspectiva, entender a noção de campo utilizada por Bourdieu. Para o autor, campo é um “espaço de lutas” (1989, p. 85) e “disputa de forças” (p. 134). O limite de um campo, para Bourdieu, seria o limite dos seus efeitos. “Um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz” (p. 31). Os agentes, para fazerem reconhecer sua visão como objetiva e na sua luta para imporem um veredicto supostamente imparcial, dispõem de forças que dependem da sua pertença a campos objetivamente hierarquizados e de sua posição nestes respectivos campos (p. 55).

A noção de campo, que veremos com mais detalhe na Segunda Parte da tese, é fundamental para compreender os conflitos entre os grupos heterogêneos que convivem em determinado espaço e que podem gerar interpretações e percepções conflitantes sobre o mundo em questão (BOURDIEU, 1989, 2007). O autor coloca em primeiro lugar, neste campo de forças, os homens políticos e aí, é claro, têm mais poder os partidos que estão, naquele momento, mais fortes também do ponto de vista econômico.

Pode-se descrever o campo social como um aspecto multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume de capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses (BOURDIEU, 1989).

Bourdieu explica que o inquérito estatístico só pode apreender esta relação de forças em forma de *propriedades*, por vezes juridicamente garantidas por meio dos *títulos* de propriedade econômica,

cultural – títulos escolares – ou social – títulos de nobreza. É isso que explica o liame entre a pesquisa empírica sobre as classes e teorias da estrutura social como estratificação. “Todo campo é lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo” (BOURDIEU, 1989, p. 150).

O campo político é entendido, ao mesmo tempo, como campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura, em dado momento. Para Bourdieu, não se trata de um império, já que os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes mantêm com seus mandatários e da relação que esses últimos, em consequência de suas atitudes, mantêm com suas organizações.

(...) o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher (BOURDIEU, 1989, p. 164).

Soldados e índios foram mortos na conquista das águas termais de Santo Amaro da Imperatriz. A água, como se fosse possuidora de uma agência própria, independentemente de intencionalidade, fez os brancos e os índios se matarem. Ela cura, ela rejuvenesce, ela nos faz sair de um lugar para outro para podermos usufruir dela. A água, como agência, classifica as pessoas que se apropriam delas, as águas são classistas, distinguem as pessoas, já que o turismo termal para alguns é uma necessidade e, ao mesmo tempo, um direito que tem relação com o maior ou menor acesso ao consumo e poder de compra de seus usuários.

O hotel tombado como patrimônio em Santo Amaro da Imperatriz foi o primeiro prédio projetado para explorar as águas termais da região, inicialmente, em 1835, concebido como um abrigo para enfermos, uma espécie de hospital. Um panfleto turístico traz um texto de autoria não determinada (ilustrações 7 e 8), mas que, pelo estilo, aparenta ser um artigo jornalístico de meados do século XX. Símbolos da realeza parecem aludir a um possível retorno da monarquia e, ao enquadrar o texto no panfleto, o hotel assume essa voz como sua. A palavra panfleto, que pode ter uma conotação pejorativa, no sentido


de ser a raiz de panfletagem, aqui equivaleria a fôlder de divulgação turística.⁵¹

Conforme os fôlderes de divulgação turística distribuídos pela prefeitura, Santo Amaro da Imperatriz elabora um discurso turístico em que informa que abriga a segunda melhor fonte de águas termais do mundo, sendo que em primeiro lugar estariam ora a fonte de Vichy ora o complexo de Aux Les Thermes, na França. As águas termais de Caldas da Imperatriz são colocadas numa hierarquia em que se sobressaem a temperatura (média de 39°C) e vazão natural (de 2,4 milhões de litros por dia). O município ocupa, ao mesmo tempo, o território de onde brota um imenso manancial de águas minerais, responsável, hoje, pelo abastecimento de 80% do mercado de água da Grande Florianópolis. Este é o motivo pelo qual mais de 60% do território do município estão em Área de Preservação Permanente, APP.⁵²

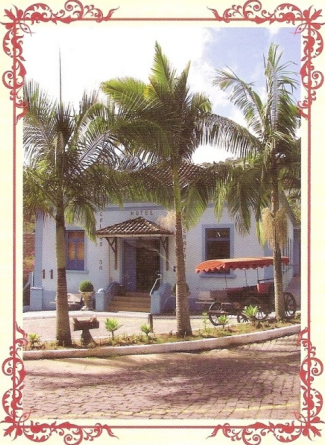
⁵¹ Uso a partir de agora apenas a palavra fôlder, aporuguesamento de *folder*, embora pudesse se tratar às vezes de outros tipos de impressos. Algumas pessoas confundem o fôlder, por exemplo, com o panfleto (ou folheto). Embora semelhantes, o fôlder é o impresso que possui no mínimo uma dobra ou ilustrações, enquanto o folheto pode conter ilustrações, mas não é dobrado. Prospecto, *flyer*, panfleto e volante são variações na terminologia para diversos impressos que têm função publicitária. O conjunto dos impressos trazidos para análise das termas estudadas e do seu entorno (veja mais exemplos nos anexos) é utilizado para uma comparação do modo como cada atrativo turístico se expõe para o público, como divulga a si mesmo e se elabora discursivamente para atrair clientes, num sedutor conjunto de texto e de imagens. Fora este universo dos impressos, a publicidade de turismo está presente nas estações de metrô, ônibus, aeroportos, táxis, está na televisão, em forma de vídeos e áudios para diversos suportes como celulares e laptops, imagens espalhadas nas redes sociais, em que importa sobremaneira neles a localização, as distâncias, os mapas, os telefones, os endereços, as atrações por si mesmas, as imagens dos lugares, as vistas das paisagens e do entorno, as atrações e a inerente publicização das pousadas, hotéis, *hostels*, serviços de traslado, restaurantes, mercados de arte, livrarias, teatros, numa retroalimentação infinita. A paisagem humana aparece menos, e quando ocorre é focada nas celebridades locais, personagens históricos, polêmicos, folclóricos.

⁵² O Parque Estadual da Serra do Tabuleiro abrange hoje oito municípios, em 1% do território de Santa Catarina. Santo Amaro da Imperatriz contribui com 21% da área total do parque.


Ilustração 7 – Panfleto do Hotel Caldas da Imperatriz – frente



HOTEL CALDAS
DA IMPERATRIZ



Mais de
um século
e meio
de história



HOTEL CALDAS
DA IMPERATRIZ

Reservas:
Rodovia Princesa Leopoldina, Km 04
Caldas da Imperatriz - Santo Amaro da Imperatriz - SC
Fone/Fax: (48) 3245-7035 - 3245-7024 - 3245-7088

reservas@hotelcaldas.com.br
www.hotelcaldas.com.br

Ilustração 8 – Panfleto do Hotel Caldas da Imperatriz – verso

Um pouco de História

Os primeiros registros sobre a existência de águas termais na margem do Rio Cubatão foram feitos por Locock em 1809, o qual revelou ocorrências de águas parecidas com as de Harrogate (Estância Termal Inglesa), tendo a mais que estas uma considerável temperatura. Em 1812 foram levadas para a Corte algumas garrafas de água e em 1813, o Governo Imperial tomou conhecimento de que habitantes das circunvizinhanças vinham em busca dessas águas para alívio de suas doenças. Alguns, inclusive, construíram choças para permanecer no local por mais tempo.

Constatada a existência de tribos indígenas, que destruíram as instalações rústicas e ali improvisadas, o governo imperial destacou um contingente policial para guardar o local. Mas, a 30 de outubro de 1814, foi o destacamento dizimado pelos selvagens. Somente em 1818 as fontes foram retomadas dos índios por ordem do governo João Vieira Toxar de Albuquerque, que fez o primeiro pronunciamento oficial publicado a 02 de fevereiro do mesmo ano, do qual destacamos o seguinte trecho: "Temos entre nós um manancial de beneficência pública, e havemos de privar o público, a Nação e, enfim, a humanidade deste presente que nos confiou a natureza? Ah! Não.

Cidadãos generosos, o rico tesouro de águas termais que temos em frente a nossa vista, mas coberto por obstáculos, deve franquear-se a todas as gerações de um modo fácil e digno de vós. A posteridade gozando de seu benefício deve apontar com o dedo e exultar: "isto se deve aos catarinenses e honra os beneficentes da humanidade." Em seguida, ao apelo do governador catarinense, o Rei João VI fez baixar um decreto no dia 18 de março de 1818, determinando a construção de um hospital, o que é considerado a primeira lei de criação de uma Estância Termal no Brasil.

A partir destes atos oficiais, foi determinado a construção provisória de alguns leitos, destinados a abrigar o grande número de enfermos que utilizavam das já conceituadas águas. O vandalismo e desrespeitos já existentes na época, desta lamentável ocorrência, passaram os usuários a construir choupanas para uso temporário. Recordados alguns anos, em 1835, através da Lei provincial nº 16 do dia 12 de maio, foi atribuída a execução do empreendimento, citado por Decreto Imperial, à Câmara Municipal de São José.

Já no período de construção, em 1845, nos dias de 29 a 30 de outubro, as Caldas receberam honrosa visita do Casal Imperial D. Pedro II e Dona Teresa Cristina, que ali pernoitaram, conheceram as fontes e a excelente qualidade de suas águas. A construção do prédio de 13 quartos e 6 banheiras se prolongou por alguns anos, tendo em 1850, uma parte concluída e iniciada a sua ocupação, em caráter precário, até 1855, quando foram concluídas as instalações e montado o mobiliário. Neste ano, já estavam instaladas as 6 banheiras de mármore Camara, existentes até hoje em condições perfeitas e em uso permanente.

Funcionou na condição de Hospital até um pouco antes de 1920, atravessando neste período, fases de grande movimentação e outras de completo abandono. As epidemias rurais surgidas no período, desencorajavam o seu desenvolvimento, por volta de 1920, foi procedida uma ampla reforma no prédio original, passando a funcionar como hotel em regime de arrendamento. Iniciou-se também, a partir desta data, o engarrafamento da água e sua distribuição em Florianópolis.

Em 1932, foram concluídas as obras de um prédio anexo com mais de 22 quartos e restaurante, sob a orientação de arrendatários, até o ano de 1976, quando a Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz, a qual atribuiu a administração da Estância Termal.

Indicações Terapêuticas

Aparelho Digestivo

Excitante das funções digestivas: colicistiti-atonía gástrica, intestinal e vesical, dispesia e doenças hepáticas. Banhos - Massagens, muito movimento e beber bastante.

Reumatismo

Artrite, artroses, fibromioses, gota, dores reumáticas, tanto nas costas (coluna) como nas demais partes do corpo.

Doenças Metabólicas

Produz equilíbrio metabólico, um uso hidropínico aplicável, portanto nas artrites reumáticas, gotas úricas, antitoxicas eliminadora de toxinas.

Aparelho Renal e Renovesical

Píclite, píelo nefrite, cistites não infecciosas, nefrite crônica e eliminadora das calculoses renal e uretral.

Pele

Dermatoses alérgicas, eczema, urticária, psoríase, pitiríase, manchas, cabelos fracos ou escassos. Aproveitamento da temperatura e radioatividade: banhos com massagens suaves - água mineral quente e banhos de sol moderados.

Atto Desintoxicante e Hidratante - Recomendações Gerais

Dois banhos diários nas banheiras ou piscinas, com duração de 30 minutos.



Composição Química Provável

bicarbonatos	43,56 mg/l
cloretos	2,40 mg/l
brometos	0,05 mg/l
fluoretos	0,95 mg/l
fosfatos	0,20 mg/l
Nitrato	0,80 mg/l
sulfato	1,30 mg/l

Cálcio	6,36 mg/l
Estrôncio	0,018 mg/l
Lítio	0,012 mg/l
Magnésia	1,02 mg/l
Potássio	3,85 mg/l
Silício	16,04 mg/l
Sódio	8,62 mg/l
Zinco	0,010 mg/l

Santo Amaro da Imperatriz se constitui num território, num espaço que, além de ser a base econômica e política de determinados grupos sociais, é fonte de identificação cultural e referência simbólica, conforme os conceitos propostos por Haesbaert (2009).⁵³ Trata-se de um território que, como toda a área do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, tem sido foco de controvérsias devido às constantes desanexações e remarcações de limites que vem sofrendo, mais acentuadamente no ano de 2009, quando o ex-governador Luiz Henrique da Silveira e a Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovaram leis estaduais mais permissivas com relação ao meio ambiente.⁵⁴

3.3 TERRITÓRIO EM DISPUTA

Trata-se de territórios em constante disputa, num conceito de território que é problematizado por Little (2002, p. 3), quando o autor define a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o assim em seu “território”. O conceito de territorialidade proposto por Little (2002) toma como ponto de partida uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos. A apropriação material e simbólica do território determina o pertencimento de um grupo social, o que envolve também contingências históricas, conforme salienta o autor (2002, p. 3-4).

⁵³ Haesbaert, quando fala no reassentamento de populações (como é o caso de Nueva Federación), explica que o território perde sentido e valor nos assentamentos, porque se transforma em um “não-lugar”, para usar a terminologia utilizada também por Marc Augé. São “não-territórios”, culturalmente falando, porque as pessoas ainda não se identificam simbólica e afetivamente com eles (HAESBAERT, 2009, p. 131).

⁵⁴ Trata-se da lei 14.661/09, que institui o novo Código Florestal do Estado e um projeto denominado Mosaico de APAs, que fragmentou a Área de Preservação Permanente e a pulverizou com “ilhas” de Áreas de Proteção Ambiental. O projeto de lei 347/48 retirou do Parque da Serra do Tabuleiro toda a área de planície do âmbito do Parque, incluindo áreas de Palhoça e Paulo Lopes, a região da Pinheira, Guarda do Embaú, Gamboa e Siriú, modificando-lhes o zoneamento para, em alguns casos, permitir construções de até 24 e 36 pavimentos.

O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (LITTLE, 2002). Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, conforme o autor, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido ou reafirmado. A ideia de território estaria diretamente vinculada à territorialidade estabelecida por um determinado grupo social em um ambiente biofísico específico.

Ainda conforme Little, por ser um produto histórico, o território possui uma abrangência relacionada à memória, de onde provém a constituição de saberes, práticas e pertencimentos, o que inclui a defesa deste território e também a constituição das identidades. “Assim, os vínculos sociais, simbólicos e rituais constituem um elemento fundamental para a consolidação de um território”. Como afirma Milton Santos (2000), o território é a base do trabalho, da resistência, dos intercâmbios materiais e espirituais e da vida sobre a qual ele exerce influência.

Uma abordagem histórica da territorialidade implica reconhecer que o território, bem como as identidades que o habitam estão em constante processo de construção. Esta construção leva em conta a dinâmica dos diferentes sentidos atribuídos pelos grupos que historicamente ocuparam este território, tratado quase como um lugar arqueológico porque persistem e aparecem nele as narrativas e os vestígios de épocas remotas.

Então, por trás do turismo, que é uma das indústrias mais bem remuneradas da atualidade, ressurgem esta narrativa dos índios, da história dos conflitos com os colonizadores, nas representações dos sujeitos são acionadas e articuladas narrativas históricas e, nessas narrativas, entram crenças, valores, práticas, e também a história oficial, contada sob determinados pontos de vista, normalmente sob o ponto de vista do dominador. As águas termais, na história de Santo Amaro da Imperatriz, sempre aparecem nas narrativas e na visão de todos os meus interlocutores.

Os índios – habitantes deste território que hoje uma de minhas informantes denomina de “nosso” foram os primeiros moradores do local. Portanto, os “de dentro” de agora são justamente as pessoas que desinstalaram os antigos locais. Os índios estão em oposição ao que representa a imperatriz, no caso. A imperatriz, ao mesmo tempo, é

incorporada, passa a ser de certa forma nativa, ela permite que usem seu nome para denominar o local, são as Caldas “da Imperatriz”.

Quanto ao pessoal que hoje habita as imediações das termas e atua no comércio local, na opinião de uma de minhas informantes, “são um bando de viciados”. Esta é a ideia que ela faz dos relativamente novos moradores do bairro turístico, talvez pelos hábitos diferenciados deles de se vestir, falar e se comportar. Quando esta informante diz que são um “bando de viciados”, talvez seja mais pelo fato de eles não se ocuparem das tarefas tradicionais do local, como a construção civil, as lavouras, os engenhos de farinha de mandioca. Esses “de fora” têm outros tipos de trabalho, outros horários, eles pensam de outras maneiras.

Esta discussão sobre os de fora e os de dentro também está presente nos depoimentos de todos os entrevistados e é uma questão recorrente na antropologia reflexiva ou hermenêutica: conhecendo os de fora – o outro – passo a conhecer mais a mim mesmo. Naquele território, evidencia-se a questão da alteridade nos conflitos entre os “de fora” e os locais, como no depoimento de um músico nativo.

Hoje, é muito consumismo. Naquele prédio ali, vêm 10, 15 pessoas do Rio Grande do Sul, do Rio, de São Paulo. Aqui ainda está bom pra eles. A gente não conhece eles no supermercado. Naquele tempo, o padre mandava mais que o prefeito, hoje poucas pessoas vão à missa, perderam o senso de moralidade, não têm mais espiritualidade. Hoje, tem mais engarrafamentos. Eu sinto isso. Hoje, eu penso que tenho que ir morar lá pra cima, em Rancho Queimado.

O músico comenta sobre a questão do gerenciamento do turismo, realizado por pessoas de fora: “A cidade, comparando com outras cidades que têm menos natureza do que nós, nós temos vocação turística, mas ela não é explorada como deveria ser”. Piratuba, mais uma comparação recorrente, segundo ele, “aproveita melhor os recursos hídricos e as águas termais do que nós”. Segundo o maestro, os moradores de Santo Amaro da Imperatriz têm belezas naturais como o Morro Queimado, “que teriam que ser mais bem aproveitadas”.

A lembrança do turismo religioso está muito vívida na memória de outra de minhas informantes, Nair, que vive no centro de Santo Amaro da Imperatriz. Ela lecionou para praticamente todo mundo no

município e, solteira, mora numa casa confortável, distante do bairro turístico. Nair recorda que na cidade, antes de frei Hugolino (“mais orgulhoso, foi chamado para tratar o Tancredo⁵⁵”) e frei Gervásio (“mais humilde”), havia uma farmácia mantida por religiosas. “Elas não tinham curso de enfermagem nem nada, davam remédios à base de fitoterápicos para as pessoas”. Vem daí, segundo ela, ao lado das águas termais, a tradição de cura da localidade. Sobre esta tradição de curas, no local, anteriores ao frei Hugolino, a idosa comenta: “(As freiras) eram umas aventureiras, elas davam chá de cabelo de milho, essas porcarias”. Minha informante demonstra certa desconsideração pelos métodos alternativos de cura que podem se estender para o uso terapêutico da água termal.

Percebemos, na sua fala, que as freiras, que eram alemãs, iam se apropriando aos poucos do saber fazer local, do uso das plantas, por exemplo. O exercício da alteridade praticado no discurso de minha informante não se limita ao forasteiro atual; envolve inclusive, num passado recente, em disputas sobre quem está autorizado a praticar o conhecimento local. Nair relata que vinha muita gente de longe por causa de frei Hugolino e parece ter acreditado mais no poder mecânico das técnicas de massagem do que em milagres.

A professora aposentada critica, ao mesmo tempo, tanto os “de fora” como os de dentro e atribui ao precário desenvolvimento do bairro turístico de Caldas da Imperatriz ao que poderíamos definir como uma “maldição” – “*aquilo* não se desenvolve porque judiaram muito dos índios”, diz ela. Ao mesmo tempo, a idosa responsabiliza o fracasso do empreendimento à falta de vontade política, à inexistência de políticas públicas: “Pena que a gente não teve um prefeito que levantasse aquilo lá”.

Pra Piratuba eu fui agora, depois de aposentada. Nas férias, nunca sobrava dinheiro para passear. Quando minha irmã veio morar comigo, em 1992, eu tinha me aposentado e tinha este sobrinho em casa. Dava um ordenado pra ele e a gente ia passear e fizemos um, dois passeiozinhos e depois ela ficou doente e eu fiquei cuidando dela.

⁵⁵ Referência a Tancredo Neves, eleito presidente do Brasil, mas que morreu em decorrência de uma diverticulite, em 21 de abril de 1985.

Quando ela faleceu, eu tinha 69 anos. Fiz alguns passeios depois de aposentada. Eu gostava muito. Agora, está muito ruim porque eu estou enxergando muito pouco. Aí só se tiver uma pessoa da família. Eu tenho muito problema de estômago. Agora, só vou aqui pertinho.

Nair conta que já tomou banho em Caldas da Imperatriz, mas não tem costume de ir lá, embora seja tão próximo. Parece que, no caso dela, as termas funcionam mais como passeio do que possibilidade de recuperação ou manutenção da saúde e cura. Ainda que, como outros informantes, ela não utilize as águas termais de Caldas da Imperatriz, ela tem conhecimento das águas termais de Santa Catarina e dos estados vizinhos e, além disso, recorda que havia alternativas de cura no local além das águas termais. No frei Hugolino, por exemplo, ela foi várias vezes.

Ah, sim, mas eu gostava mais do outro, do Gervásio, que trabalhou com ele, era primo-irmão dele. Era fantástico. Eles trabalhavam juntos. Ele tinha muita força na mão. E tinha uma senhora que tinha os filhos na escola, ela trabalhou ali com eles, ela tinha mais força nas mãos do que eles. dona Verônica. Ela fazia uma massagem muito bem feita. Dona Verônica é viva, não trabalha mais com isso. O Gervásio não, faleceu ainda antes do Hugolino.

Nair comenta que houve uma diminuição no movimento da cidade por causa da morte de frei Hugolino e acredita que o desenvolvimento de Santo Amaro se deve mais à construção civil do que ao turismo. O município não vive do turismo e nem o turismo no local vive da água termal, ela constata. A água, de maneira geral, é mais lembrada como instrumento para mover os moinhos, para navegação, para a agricultura, para os esportes radicais. E, lógico, para beber, cozinhar e lavar.

Na opinião dela, “Agora tem uma população, uma população não muito boa. Compraram mais barato, não sei grandes coisas, agora tem umas lojinhas”. Santo Amaro, para a idosa, é mais lavoura. “Agora, tem muito pedreiro, lá pra baixo (em Florianópolis), que é tudo aqui de Santo Amaro”. Nair continua: “Nós aqui tínhamos água do rio, eu não, porque eu tenho meu poço. A água boa vai para lá pra baixo, pra Grande

Florianópolis. Nós pagamos pelo que é ruim. Caldas foi muito roubada, não sei se é o pessoal do Plaza que ficou com tudo”. Ela acredita que os gaúchos é que estão ganhando. “E agora vêm os árabes”. A partir da chegada dos “de fora”, estabelece-se uma disputa para redefinir as responsabilidades sobre a administração e o gerenciamento do recurso termal.

Não sei se conheces Piratuba, porque tu vais lá, aquilo não era nada, cresceu, é cheio de grandes hotéis, enquanto o nosso ficou ali, bota uma pessoa lá, cada um que vai pega um pouco, não são pessoas que saibam administrar, acho que não tem ninguém formado em turismo ali dentro, falta tudo, *aquilo* ali não vai pra frente, o Estado queria ficar dono, eu disse: pelo amor de Deus, vê se vocês cuidam pra isso não sair de Santo Amaro, Santo Amaro já não tem nada, né?, aí dividiram o município (o território foi dividido entre Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas, território que antes já pertencera a São José e, depois, a Palhoça) e depois o Plaza (grupo gaúcho) veio para cá, tiraram a maior parte da água do hotel (que foi tombado) para o Plaza. O município, para ganhar aquele dinheirinho do hotel, entregou. E o velho ficou assim, é muito pequeno, eles cobram mais barato. Agora, parece que vai sair outro, lá na Vargem Grande, vai ser um dos maiores do mundo, são esses lá do petróleo, como é?, os árabes. Mas não sei se isso vai trazer benefícios para Santo Amaro.

Para Nair, conta mais na prática do turismo termal a decisão de viajar e o desejo de consumir um produto turístico diferenciado, como se pode observar no seu depoimento, quando compara Caldas da Imperatriz e Piratuba: “Lá tem de tudo. É uma beleza”. Em Santo Amaro da Imperatriz, Nair não costuma utilizar as águas termais, apesar de ser moradora, mas em compensação já foi a muitas outras termas, como Gravatá, Itá, Termas de Jurema. Esta última “é uma estação maravilhosa, no Paraná. Tem que ser milionário para dar conta de pagar aquilo lá”. Em Piratuba, ela conta que tem a Vila Germânica (ou Romana, ela não se lembra). “Desses ali de Gaspar. É um paraíso, o

povo lá tá por cima da carne seca. Aqui tem aquele hotel municipal com aquela meia dúzia de empregadinho”. Na opinião dela, com os mesmos recursos naturais, explorando o turismo termal, outras localidades se desenvolveram muito mais e mais rapidamente. Nair hierarquiza os locais pelo valor que custam as diárias nos hotéis, isto é, não pelas águas em si, mas pelas instalações (piscinas, hotéis). Trata-se, aparentemente, de “desejo” de consumo e de “distinção”, quando a água passa a ser não um bem de referência, mas um bem instrumental.

A apropriação do recurso natural água termal pode ser vista, por exemplo, como consumo estético da natureza, a apropriação da natureza, quando a natureza se transforma em mercadoria. “O consumo costuma referir-se às necessidades dos consumidores, mas igualmente aos desejos, outros tipos de disposições dos sujeitos que não são simplesmente necessidades”, reflete o antropólogo argentino-mexicano Néstor García Canclini, numa entrevista ao Caderno de Leitura da USP. A apropriação da natureza é mencionada pelo estudioso, que também explica: “Em quase todo tipo de consumo está claramente presente um conjunto de dimensões estéticas, de sentidos sociais, antropológicos, que às vezes são ocultados pela publicidade e pela redução da diversidade de significados a uma função única”.⁵⁶

O ambiente é visto agora como mercadoria. E como mercadoria ele já tinha sido intuído há séculos. Aristóteles, quando conceitua a ciência da riqueza, a crematística (mencionada no livro *Ética a Nicômaco*),⁵⁷ já punha em questão a legitimidade da compra e venda dos bens indispensáveis para a sobrevivência.⁵⁸ Hoje, levantam-se posições em favor de que alguns recursos devem ser preservados, porque pertencem a todos os seres vivos e ao conjunto dos ecossistemas inteiros e não podem ser privatizados.⁵⁹ Isso é exatamente o oposto do que pensa, por exemplo, sobre a água o mais alto executivo da Nestlé, Peter Brabeck-Letmathe.⁶⁰ O empresário austríaco defende a total

⁵⁶ www.edusp.com.br/cadleitura/cadleitura_0802_8.asp. Acesso em 10 de julho de 2014.

⁵⁷ ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*, São Paulo: Abril, 1984.

⁵⁸ A prática crematística consiste em colocar a procura da maximização da rentabilidade financeira (acumulação de capital) antes de qualquer outra coisa, em detrimento, se necessário, dos seres humanos e do meio ambiente.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ www.abadiadigital.com/presidente-de-nestle-el-agua-no-es-un-derecho-deberia-tener-un-valor-de-mercado-y-ser-privatizada/. Acesso em 6 de maio de

privatização da água “para que, como sociedade, tomemos consciência de sua importância”. A Nestlé é a líder mundial na venda de água engarrafada, setor responsável por 8% de seu faturamento total. Para o executivo, os governos devem garantir que cada pessoa disponha de 5 litros de água diária para beber e outros 25 litros para sua higiene pessoal, mas o resto do consumo deveria, segundo ele, seguir critérios empresariais. Para Brabeck-Letmathe, a água deve ser tratada como qualquer outro bem alimentício e ter um valor de mercado estabelecido pela lei da oferta e da procura. “Só assim”, segundo ele, “empreenderíamos ações para limitar o consumo excessivo”. A água é tratada por ele como mais uma *commodity*.

Quanto às águas de banhar e folgar, trata-se, de fato, o consumo turístico das águas termais, de consumo de um produto que não é só a água, mas também as paisagens em que elas se encontram, incluindo as instalações públicas e privadas em que pode ser usufruída. As áreas naturais protegidas podem ser vistas também como “produtos” turísticos: “O espaço é considerado mercadoria” (MAIA, 2006, p. 16). Seriam Santo Amaro da Imperatriz e Nueva Federación locais “construídos” como turísticos? (URRY, 1996), seriam suas tradições “fabricadas”? (AUGIER, 2001). A hospitalidade e a reciprocidade, “até o sorriso dos prestadores de serviço” (*idem*), poderiam ser vistos *apenas* como mercadorias? Se se trata de encenação, vale a pena patrimonializar com o risco de perder?

Para Appadurai e Kopytoff (2008), as coisas não existem só como mercadorias e a mercadoria em si mesma também não é uma essência permanente das coisas, mas uma fase na vida de algumas coisas. Neste sentido, sobre a ideia de mercadoria, seria oportuno perguntar a quem pertenceria o patrimônio natural água termal em Santo Amaro da Imperatriz e em Federación.

Conforme Castells, Reis e Catullo (2003), na apropriação do patrimônio como recurso, privilegiam-se as potencialidades dos bens e tradições culturais no que concerne à sua mercantilização. Este seria o caso, por exemplo, da relação que frequentemente se estabelece entre patrimônios e turismo.

Nestes termos, é importante destacar que a forma pela qual visitantes e habitantes locais se relacionam com os espaços assim

apropriados é, via de regra, diferenciada. Por parte dos turistas, como assinala Bezerra de Meneses (1992, p. 98), é uma fruição que se consoma, geralmente, na mera contemplação. A dos habitantes, por sua vez, ocorre quase sempre no quadro da sua habitualidade, sendo uma fruição profunda, vivenciada, uma apropriação afetiva, estética, cognitiva, além do comprometimento de outras importantes esferas da vida social, como a questão do trabalho diretamente vinculado ao atendimento ao turista e que ocupa uma parcela significativa da população tanto em Nueva Federación quanto em Santo Amaro da Imperatriz.

Outra interlocutora, esta residente no bairro turístico de Caldas da Imperatriz, em Santo Amaro da Imperatriz, é a artista plástica Sula. Formada em Hotelaria, em Gramado, ela veio de Porto Alegre há 13 anos para trabalhar no hotel que até então era o mais caro, o Plaza Caldas da Imperatriz, logo acima do hotel tombado pelo patrimônio histórico do município. Sula relata que existe, ali, um “nós” e “os outros” entre os comerciantes locais estabelecidos no bairro turístico e os residentes antigos na área; há um “nós” e “os outros” também entre os comerciantes vindos de fora e os moradores oriundos de outros municípios, como ela. E também há um “nós” e “os outros” entre turistas e residentes locais, nativos ou não.

Para Sula, Santo Amaro da Imperatriz, de maneira geral, não está preparada para explorar o turismo, embora sua clientela no ateliê seja “esse pessoal dos banhos”. “As águas termais foram privatizadas a ponto de, hoje em dia, a cidade ser mais conhecida pelos esportes radicais e não mais pela água termal”, explica. Ela se refere à privatização da exploração da água termal que teria sido estabelecida com a instalação do hotel em que trabalhou, uma extensão de um grupo hoteleiro gaúcho.

Não tem nada em Santo Amaro. Tem os hotéis, eu, essas duas ou três operadoras de turismo radical, a moça da livraria, tem três lojinhas lá em cima e deu. Pra segunda melhor água termomineral radiativa do mundo? Se a gente olha para outros lugares – Piratuba, Gravatal – é um mundo completamente diferente, é como uma indústria. Aqui, é um emprego num hotel. O turista gosta de comprar. Quem mora aqui não sabe o que é turismo. É uma atividade que deveria envolver toda a comunidade.

Sua impressão sobre os moradores locais é, em parte, semelhante à da professora aposentada.

O santamarense é uma incógnita pra mim. Quando eu cheguei, eu via gente jovem logo casada com filho, a família se forma. Eu perguntei se alguém faz faculdade e eles me disseram que não e isso me assusta um pouquinho. Não encontro afinidade intelectual nenhuma com ninguém daqui. Eles são educados para depois da adolescência começar a trabalhar, ter um chão. Construir uma casa, nesse meio-tempo namorar alguém, casar e ter filhos. É bem isso que eu vejo. Fulano tá construindo. A gente ouve muito: tô construindo, tô construindo... Eu nunca ouvia isso, raramente eu ouvia porque eu morava na cidade e a pessoa meio que não constrói na cidade, compra um apartamento ou compra uma casa. Aqui ainda é interior, tem herança, terras, então as pessoas constroem – vejo que ainda é essa coisinha do interior. São alemães, italianos e negros, escravos que vieram na época do Império, 1840, 1850. São três redutos de negros, um aqui em Caldas, um no Morro das Três Voltas e um no Centro. São de tribos africanas diferentes. Em Caldas, são rechonchudos, nos outros locais são altos, elegantes, no centro é um redutinho. Acho que a população negra não chega a 5%.

Os “de fora” e os de dentro (ou locais ou nativos). Sula faz uma tentativa de identificação da população e define o morador local como “do interior” pelo costume de constituir família e não estudar. Nota-se uma aparente hostilidade recíproca entre os grupos, mesmo entre aqueles que exploram a região turisticamente.

“Esse público dos esportes radicais trabalhou na mídia pra aparecer e as águas termais, não”, isto é, quem sabe sabe, quem não sabe... Na opinião da ceramista, a bola da vez em termos de turismo são os esportes radicais e o relativo sucesso dos esportes radicais seria resultado principalmente do *marketing*, da propaganda, da exposição na mídia. No seu entender, o turismo termal está em franca decadência

também porque as pessoas preferem a cura rápida representada pela alopatia.

A Prefeitura, a Secretaria de Turismo nunca deram muita ênfase pra isso, aliás eu antes de vir pra cá nunca tinha ouvido falar em Santo Amaro da Imperatriz, eu tinha ouvido falar em Caldas da Imperatriz. Então, eu achava que a cidade se chamava Caldas da Imperatriz. Aqui, eu descobri que não, que é só um bairro. Quem trabalhava mais isso era o próprio hotel, lá em cima, o Plaza, mas uma andorinha só não faz verão. Agora, eu vejo que a própria Prefeitura no logo novo dela aparece voo livre, aparece um parapente, um bote de água e a coroa da imperatriz, mas não aparece mais nada de água termal...

Sula acredita que o auge do termalismo já passou. “Talvez um dia consigam resgatar isso, como um tratamento alternativo natural sem efeitos colaterais. Mas todo mundo hoje vai pela alopatia, querem uma cura imediata. Que na verdade não é cura”.

O principal fator que em sua opinião impede a expansão do turismo termal em Santo Amaro da Imperatriz é o próprio deslocamento para o local. “Infelizmente, assim vai se perdendo... Pra vir até aqui tem que ter tempo e, nessa época de congestionamentos...”. Por outro lado, ela reconhece que parte do seu público é “esse pessoal dos banhos”, que fica hospedado nos hotéis do bairro turístico. Tanto que ela veio para o local por causa disso e acabou ficando, mesmo depois de deixar de trabalhar num destes hotéis.

Eu trabalhava na rede Plaza, em Porto Alegre, e eu vim transferida pra cá. Eu não vim porque eu tive curiosidade, vim porque eu fui empurrada para cá. Mas eu achei fantástico o lugar, desde que eu cheguei em Caldas. Se eu tivesse oportunidade de morar num lugar assim, eu vinha, e depois eu fui chamada para vir para cá pra ficar quinze dias e daí nunca mais voltei.

As comparações com outros lugares turísticos continuam e, quase sempre, colocam Santo Amaro da Imperatriz e Caldas da Imperatriz num lugar subalterno.

Eu porque queria muito fazer cerâmica e achei que aqui era o lugar, mas o turismo deveria envolver toda a comunidade. Começa pelas vias que não são muito favoráveis para a caminhada. Acredito que no futuro o pessoal vá se mexer, vai haver um circuito na cidade. Até então eram gerações mais antigas que estavam no comando, daí a questão política era fundamental. Daqui a pouco, as pessoas vão começar a estudar, vai ter mais gente saindo da universidade, gente que viaja, acredito que as coisas vão mudar, senão não estava mais aqui.

Estes dados servem para mostrar como são distintas as representações sobre o tema do termalismo enquanto indústria turística promovida menos pelos moradores nascidos no lugar e mais pelos empreendedores oriundos de fora, que poderiam ensinar os moradores locais a explorar o turismo termal e o turismo, de maneira geral.

Outro de meus informantes, Beltrão, também pertencente ao grupo de idosos locais, define os “de fora” como os doentes que frequentam o hotel tombado para tratamento de saúde, explicitando alguns métodos de cura que poderíamos identificar como disciplinares. A receita ideal, segundo Beltrão, são ou 11 ou 21 banhos. A água é vista por ele como milagrosa. “O doente tomava um banho hoje e outro à noite e amanhã já conseguia ir tomar banho sozinho”. O fato de a água curar é que atrai os turistas, segundo ele. “Se não vier turistas de fora, o Brasil sofre. A maioria que vem aqui é de Curitiba. Vem gente do Chile. Vem gente dos Estados Unidos”.

A mulher de Beltrão também trabalhou ali e hoje tem um restaurante próprio, que é tocado pela filha. A família toda se dedica, de uma forma ou de outra, à recepção dos turistas. “Vinha gente de fora, de longe, com muleta, muitas vezes a gente vinha encontrar com eles aqui e levava lá para o banho, aquela carga pesada”.

A água termal é percebida, na sua fala, como o suporte de narrativas sobre os outros na condição de doentes. Meu informante explica que, naquele tempo, a hospedagem no local nem era paga: “A Tereza Cristina quando fez isso aqui era um hospital, isso em 1845, para aqueles que viessem da Serra, Urubici, Bom Retiro, de carreta puxada com gado, estrada cheia de buraco, até que chegasse outra pessoa para ajudar a desatolar”.

Conforme Beltrão, “Os doentes passavam dois, três dias aqui e as pessoas recuperavam a saúde”. Ele vê as águas como milagrosas e o turismo, como fonte de trabalho. As águas, para ele e para sua família, representam ocupação com os turistas. De tal forma que, se as águas não existissem, eles seriam outras pessoas. Beltrão lembra de inúmeras histórias de cura relacionadas à água termal. De modo que, quando desaparecer, estas histórias irão desaparecer com ele, porque são relatos orais, praticamente sem registros.

Uma das histórias que ouvi de três informantes, inclusive deste funcionário antigo do hotel tombado, pode constituir parte do patrimônio imaterial evocado pelas águas termais. Eles comentam que a imperatriz teria ficado grávida da princesa Isabel em Santo Amaro da Imperatriz e que a princesa Isabel seria filha de um negro com a imperatriz. Daí seus traços negroides e, depois, a luta da princesa pela abolição da escravatura. Esta história também é contada pelo informante da banda de música e pela artista plástica, com ligeiras variações. Uns dizem que o imperador seria estéril, outros que estéril era a imperatriz. Parte do patrimônio imaterial relacionado às águas termais e, portanto, constitutivos do que seria a cultura termal seriam justamente essas histórias que circulam à “boca pequena”, espécies de lendas que são contadas extraoficialmente.⁶¹ Na fala deste informante, que trabalhou durante toda a sua vida no hotel tombado, percebemos também indícios das práticas termais:

Uma mãe chamada Olívia Coelho, o filho joga-se na água em Poço Fundo, um rapaz de 14, 15 anos. Pra tirar do rio já foi o irmão porque o corpo já sentiu o choque. Aí trata não trata, os médicos não acertavam no tratamento. Ele vinha de carro-de-boi, ele deitado ali dentro em cima de uma esponja, desenganado do médico. Pelo choque térmico. O jovem se curou e ficou homem valente

⁶¹ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) define como patrimônio cultural imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. Esta definição está de acordo com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em março de 2006.

e mora na Palhoça. A água, sabendo usar ela, tomando um golpinho, quando sai toma dois, mas tem que ter fê – depois de três quatro dias ele já vinha sozinho.

Beltrão explica: “Quando a princesa veio para cá, ela tinha 23 anos; Pedro tinha 19. Depois ela encaminhou tudo e voltou para Petrópolis. Depois, ela teve família”. Ele continua: “Ela mandou vir da Itália seis banheiras de mármore de Carrara, estas que estão ali (há um local anexo ao hotel tombado que conta com banheiras públicas). Quando eu cheguei, já tinha umas delas que estavam danificadas. Arrumei pó de mármore, cimento e fiz uns reparos”.

Beltrão acredita que, se forem abrir mais um hotel, “aí complica um pouco. Já não está dando para os que existem”. Que não haveria público para mais um hotel. “O senhor já pensou se não houvesse as águas termais em Santo Amaro?”, pergunta, numa época em que segundo ele ninguém dava bola pra água do mar – “pro mar só ia a sujeira”.

As águas termais emprestam uma identidade ao informante e a toda a sua família. Suas vidas, sem as águas termais, seriam diferentes, eles não seriam quem são. “Essas águas radiativas é que fazem a vida das pessoas. Pra mim, essa é a primeira melhor água do mundo”.

Nota-se que no caso dele a água termal contribui para a construção de sua própria identidade. Embora vincule as noções de identidade cultural e identidade nacional, Stuart Hall (1999) diz que a identidade cultural se constitui da nossa pertença a dadas etnias, raças, línguas, religiões, regiões, nações. Para ele, as culturas nacionais estão em “crise de identidade”, uma crise caracterizada pelo deslocamento das estruturas e processos centrais dessas sociedades. Conforme Hall, as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade não mais fornecem “sólidas localizações” para os indivíduos. O que existe agora são deslocamentos e ausência de referentes fixos ou sólidos para as identidades, inclusive as que se baseiam numa ideia de nação, que não passaria de uma “comunidade imaginada”. Gonçalves (1990) diz que é isso que os patrimônios objetivam: conferir realidade e legitimar esta comunidade imaginada. Conforme o autor, esta relação social, mediada por bens, de base mais afetiva que racional e relacionada ao processo de construção de uma identidade coletiva – a identidade nacional – pressupõe algum consenso

quanto ao valor atribuído a esses bens, que justifique inclusive o investimento na sua proteção.

Já DaMatta (1984) usa a noção “identidade social” para discutir a construção de uma identidade nacional brasileira. Para ele, a identidade social é feita de negativas e afirmativas, a partir dos posicionamentos dos indivíduos diante das situações do cotidiano. De acordo com DaMatta, uma pessoa cria sua identidade ao se posicionar diante das instituições e quando demonstra a maneira como entende o casamento, a moralidade, as leis etc. É a resposta de cada um às fórmulas sociais e não simples escolhas individuais. Talvez possamos entender que, num mundo cada vez mais globalizado, as noções de identidade se fragmentem, com o enfraquecimento dos Estados nacionais, provocando o surgimento de identidades híbridas, sobrepostas, como é o caso de Santo Amaro da Imperatriz, que desde o começo recebeu imigrantes primeiro de Portugal e depois de outros estados do Brasil, em especial do Rio Grande do Sul, e agora, cada vez mais, também, de outras nações.

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos ainda se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Elas estão cada vez mais fragmentadas. As identidades nacionais estão se desintegrando também como resultado do crescimento da homogeneização cultural. As identidades nacionais e locais são, então, reforçadas como forma de resistência à globalização, ainda que, como já vimos, isso possa significar uma encenação.

O hibridismo e o sincretismo – a fusão entre diferentes tradições culturais –, neste contexto, são uma poderosa fonte criativa, produzem novas formas de cultura. Culturas marcadas pela indeterminação, pelo relativismo que implica a impureza, a mistura, a transformação, que vêm de novas e inesperadas combinações de seres humanos e cruzamentos de culturas, ideias, políticas, filmes, músicas, maneiras de ver o mundo e a vida.

Para Canclini (1997), uma das causas evidentes da intensificação da hibridação cultural é a expansão urbana:

O que significa para as culturas latino-americanas que países que no começo do século tinham aproximadamente 10% de sua população nas cidades concentrem agora 60 ou 70% nas aglomerações urbanas? Passamos de sociedades dispersas em milhares de comunidades rurais com culturas tradicionais, locais e homogêneas, em

algumas regiões com fortes raízes indígenas, com pouca comunicação com o resto de cada nação, a uma trama majoritariamente urbana, em que se dispõe de uma oferta simbólica heterogênea, renovada por uma constante interação do local com redes nacionais e transnacionais de comunicação.

Se em alguns momentos do passado as identidades nacionais representavam vínculos com lugares, eventos, símbolos, histórias particulares e também coletivas, agora, com a pulverização do conceito de identidade local, automaticamente se fragmenta também a noção de alteridade. O outro já não é auto-evidente, nem Santo Amaro da Imperatriz nem em Nueva Federación nem em nenhum outro lugar.

Conforme Beltrão, foram os outros que disseram que nossa água era boa, era a melhor. “Nós tivemos um governador que foi tomar banho lá na França. O homem de lá disse que ele estava deixando a melhor água do mundo para ir tomar banho na França. Fiquei sabendo de pessoas de lá que contaram pra mim”. Ele reflete: “Imagina como foi para trazer essas banheiras para cá?”.

Eu, quando viajava de bicicleta, pegava muito frio de manhã quando saía da cama, duas três vezes por semana eu tomava banho nas banheiras. Saía e ia comer e, com um banho, já passava todo aquele resfriado. Acontecia comigo, tomava um banho e ficava ótimo. Primeira coisa é o banho, nem médico eu procuro. Alivia a dor. Eu sinto muito que muita gente em Santo Amaro não conhece as águas, do Estado é que menos vêm visitantes...

Esta conclusão de que o município vira as costas para o bairro turístico e que Santo Amaro da Imperatriz é relegada como destino turístico dentro do próprio Estado é reiterada por diversos informantes. O antigo funcionário do hotel tombado revela que usa a água para combater a insônia. E, ao mesmo tempo em que trabalha com o turismo termal (com os turistas), também aproveita a água termal e é testemunha de que a água termal funciona para a recuperação da saúde.

É comum as pessoas comentarem também que Caldas da Imperatriz é o bairro turístico de Santo Amaro da Imperatriz, mas que

está isolado do restante da cidade. De certa forma, é um bairro segregado – há entre o bairro turístico e o restante da cidade limites e fronteiras, mas também, é claro, relações e intercâmbios próprios das situações fronteiriças. Está e, ao mesmo tempo, não está ilhado.

Uma das poucas lojas nas imediações do hotel vende pedras semipreciosas e artigos esotéricos, além de livros. Jane, sua proprietária, comenta que, quando ela abriu a loja, em 2001, deram três meses para fechar. “Aqui é meio ermo”, justifica. “Aqui é meio isolado. No entanto, a loja já completou 11 anos”, comemora. Jane faz uma avaliação do turismo local:

Turismo sustentável é a tendência na Europa. A gente só precisa engajar a população como um todo, na valorização de seu potencial. Quando tu tens tudo, na abundância, tu não valorizas. Tu só valorizas na falta. E o turismo sustentável inclui a conscientização da população. Caldas é uma ilha dentro de Santo Amaro. As pessoas chegam de Florianópolis e, é unânime, nossa, atravesssei aquela ponte (sobre o rio Cubatão) e parece que estou em outro mundo. É assim mesmo que funciona: terminas de passar a ponte e estás em outro universo.

Aqui, fica bem clara a noção de limite, de fronteira, de limiar, de portal (MAGNANI, 2000). Jane conta que não trabalhava com comércio antes de se mudar para Santo Amaro da Imperatriz. Gaúcha de Porto Alegre, autodidata, ela diz que conheceu Caldas da Imperatriz num momento em que queria se conhecer melhor. “Vim em busca do que todo mundo vem buscar aqui, em busca de recuperar a saúde, reduzir o estresse, tentar se achar, descobrir quem é e pra que serve... a que veio, pra onde vai”.

O sentido de que o local é uma ilha, isolado, não a atemorizou. Ao mesmo tempo, Jane foi persistente e lutou contra a maré que dizia que ela não ia vingar ali, com a ideia de que aquele espaço pode ajudar a pessoa a se encontrar e a se curar dos males provocados pela vida nos grandes centros urbanos. A contraposição entre urbano e rural está presente na sua fala e são nítidas as suas territorialidades.

Tem pessoas que têm consciência de quando o bicho está pegando e a saúde está escapando. Daí vêm pras águas, que são sinônimos de energia e

saúde. E inconscientemente, porque é um local bucólico, tem uma energia diferenciada, as pessoas entram em Caldas e voltam renovadas pras suas cidades.

Jane utiliza as águas termais. “Quando dá, eu fujo e vou até as banheiras, não no hotel, porque lá é reservado aos hóspedes” (na verdade, eles aceitam e até estimulam a visita de não turistas ou não hóspedes). Nestas banheiras abertas ao público, às vezes ela diz que fecha a loja “quando o bicho tá pegando muito”, daí vai lá e mergulha. As banheiras públicas ficam num anexo ao hotel tombado. Ali você pode utilizá-las durante turnos de 15 minutos em salas individuais em que praticamente cabe apenas a banheira e que contam com uns cabides para que o usuário possa colocar suas roupas e a toalha, que também pode ser alugada.⁶² Seu depoimento reitera que a saúde está entre as categorias nativas que mais aparecem quando se fala em água termal.

Há, ali no bairro turístico, o aproveitamento termal para todas as classes de pessoas, sendo que as mais pobres têm que ir de ônibus, há três por dia, vindos de Florianópolis, para submergir nas águas de uma banheira velha e não muito higiênica – é por ali que passam os supostos lázaros. A variabilidade da dicotomia nós e os outros, naquele ponto do bairro turístico, fica evidenciada. Os de dentro representam os locais e os de fora são os globalizados frequentadores das termas do mundo, que estão ali a passeio (*homo ludens*) e nem sempre especificamente em busca da cura.

A população local, os nativos, na opinião dela, precisam ser orientados para preservar. Minha informante passa a ideia de que eles precisam ser colonizados, civilizados. Diferentemente do que ocorre em outros locais, em que a população urbana vem aprender com os nativos para romper com seu próprio modo de vida. “Falta neles a consciência de que têm que preservar, então nós que viemos de fora e que sabemos

⁶² Trata-se de um local bastante rudimentar, um estabelecimento térreo onde o banho simples com toalha custa R\$ 12; banho simples sem toalha: R\$ 9; hidromassagem com toalha, R\$ 15 e sem toalha, R\$ 12. O local funciona das 8h da manhã às 20h. Mais em: www.hotelcaldas.com.br/tarifas.htm. No hotel tombado, as diárias para casal vão de R\$ 180 a 370, com pensão completa. No Plaza Caldas, muito mais luxuoso e moderno, há maior diversidade de acomodações e os preços podem ser até 100% mais altos.

do que estamos falando temos que ensinar a eles o que fazer”. Jane explica: “A população, como nasce e cresce na abundância, se ela não é conscientizada de que vivenciar a falta é brutal, ela não vai valorizar porque ela não tem consciência daquilo que tem na sua mão”.

O nativo, como podemos inferir em sua fala, ainda que não se possa concluir que eles constituam uma unidade coesa (todos os nativos) seria um inconsciente. Ele precisaria aprender com os de fora. Ele não tem consciência nem de seu território porque Caldas da Imperatriz está mais próxima de Águas Mornas do que de Santo Amaro da Imperatriz, por isso a sensação de ilha, segundo minha informante, faz sentido. Existe a impressão de que o bairro poderia pertencer a outro município, de um território em suspensão, assim como tudo que ele contém: recursos naturais, uma população, patrimônios cultural e histórico.

Falta visão política, na opinião desta informante, e isso é o maior entrave para o desenvolvimento sustentável. “O desenvolvimento de Caldas, como potencial turístico gigantesco para o Estado e para o município, esbarra num entrave político. Infelizmente. O visitante vem de Santo Amaro da Imperatriz e, quando termina de passar o Morro das Três Voltas, é como se já não estivesse mais em Santo Amaro da Imperatriz”.

Conforme Jane, não se vê no núcleo central de Santo Amaro da Imperatriz uma visão focada para o desenvolvimento do bairro de Caldas da Imperatriz. “Não tem esse enfoque. Não se ventila isso. Tenho dito desde que vim pra cá que tá todo mundo sentado sobre uma mina não de ouro, mas de diamante, mas não estão sabendo extrair, não sabem trabalhar este potencial”. Esta comparação da água com diamante, com ouro, com leite, é muito comum nas entrevistas realizadas tanto no bairro turístico quanto no Centro do município. É uma comparação que estabelece uma hierarquia entre as águas, num paralelo entre elas e outros minerais e produtos valiosos.

Falta visão, união, foco. Vamos focar. Quais as diretrizes, quais as ações eficazes que precisam ser adotadas? Nada em detrimento dos outros bairros, mas tem que ter prioridade. No contato com todos os turistas e todas as pessoas que passam por aqui eu vejo que falta foco. Tem certas ações que tem bairros que são beneficiados e que Caldas não é. Esta rodovia é estadual, é um problema sério, porque o hotel, a rede hoteleira, o hotel tradicional é municipal. A manutenção é do

Estado, o hotel é do município, nós comerciantes pagamos a manutenção das calçadas, taxa de lixo, iluminação, manutenção do pavimento. Porque um joga pro outro. O município tem interesse em manter, porque está explorando o hotel. Não, mas a estrada é do Estado, é ele que tem que cuidar e quem é que sofre? O turista e quem mora aqui. Não é falta de foco?

Este depoimento todo é rico neste conceito de que você desliza pelo território e ultrapassa fronteiras, atribuições ora do município, ora do estado, ora da nação. Ela, por exemplo, mora do lado de sua loja há 22 anos. “É amor mesmo. A paixão queima”. Deixou Porto Alegre sem nenhum ressentimento e, para voltar para lá, agora, “nem paga”: “Pra sair daqui só se Deus, do alto lá da sua sabedoria, disser que chega”.

Sua opinião é de que falta visão política para o desenvolvimento do turismo. Falta “foco”, como gosta de dizer. Em nenhum momento ela discute os motivos por que a população local não se engaja nas questões relacionadas ao turismo. Questões que acabam ficando por conta das agências próprias, operadoras, técnicos da Prefeitura, donos de hotéis e comerciantes, muitos deles vindos de fora do município.

Jane usa o termo “saúde” diversas vezes para justificar a procura pelas águas termais: Os turistas, segundo ela, “vêm recarregar baterias, repor saúde, estabelecer ou restabelecer o contato com a natureza, essa fonte geradora permanente, que não para nunca, invisível, intangível e de uma força extraordinária”.

O turista que procura Caldas da Imperatriz tem uma visão diferenciada do mundo porque, conforme Jane, existem os que procuram Caldas da Imperatriz e os outros. Os que são atraídos para Caldas da Imperatriz buscam qualidade de vida, saúde como sinônimo de contato com a natureza. “Eles vêm focados mais no aspecto dinâmico de crescimento material, cai alguma ficha, modifica alguma coisa – começam a ver com outros olhos a questão da qualidade de vida”.

Jane diz que recebe e-mails de pessoas que sentem saudades quando não conseguem voltar. Ao mesmo tempo, tem gente que, conforme ela, nasceu e cresceu em Santo Amaro da Imperatriz, teve filhos, netos e nunca esteve ali em Caldas da Imperatriz.

Particpei duas vezes da diretoria da Câmara de Diretores Lojistas. Sentia isso nos meus pares.

Um dia, eu disse: Oh, vocês facilitem que nós vamos emancipar Caldas, porque é como se fosse um apêndice de Santo Amaro. Parece que eles têm medo que isso aqui cresça em detrimento de lá.

Existiria, então, teoricamente, a possibilidade de mais uma vez dividir o território em função da sua “utilidade”, mas, pelo seu número de habitantes, a ideia é totalmente improcedente. Outras estações termais, ela diz, têm uma fonte de renda gigantesca no turismo porque os investidores focaram em ações que garantissem retorno para o investimento. “Aqui em Santo Amaro não está havendo retorno porque não são feitos investimentos. Daí fica difícil”. Na verdade, estão sendo feitos investimentos, só que pelos “árabes”, por exemplo, que investem em Santo Amaro da Imperatriz assim como investem em qualquer outro lugar do mundo, numa lógica globalizante.

Com relação à loja, os títulos dos livros que nossa informante escolhe para vender são uma amostra do que é mais procurado e do que é oferecido no estabelecimento: “Tenho livros de física quântica, espiritismo, alimentação, saúde, ginástica, massagem, religião”.

A comerciante tem uma visão abrangente sobre os locais e, de certa forma, o Rotary e a Câmara de Diretores Lojistas, de que ela também participou, são reuniões de um tipo específico de nativo e, ao mesmo tempo, uma junção de nativos e gente de fora.

A cidade é vista por ela como um território de disputas entre seus próprios bairros constituidores e não como um território coeso em sua unidade populacional. O dado é básico para mostrar que, para muitas pessoas que moram em Santo Amaro da Imperatriz as termas talvez não constituam um patrimônio ou não constituam o que eles poderiam considerar que fosse um patrimônio, neste sentido de algo que devesse ser de uso comum, apropriado pela municipalidade, pela comunidade local, a ser legado para a posteridade. Ou que este tipo específico de patrimônio não ecoa, não encontra ressonância em parte da população.

Se eles nunca foram e nunca vão lá, por outro lado, pode ser porque eles desconhecem que as águas termais sejam terapêuticas ou porque talvez para eles não faça sentido que a água termal seja eficaz, por exemplo, contra o estresse ou que cure alguma doença ou que seja uma forma possível de desfrutar o tempo do lazer, das férias. Por outro lado, eles fazem fila para buscar esta mesma água para beber, e este já seria um valor consolidado, embora resultado quase com certeza da mídia sobre a importância da água mineral para beber.

A ideia de que as águas sejam desfrutáveis, de que é saudável e prazeroso usufruir delas no banho termal, vem de fora, assim como também esta suposta necessidade de retorno à natureza. Podem ser apropriações dos “de fora”, para marcar possivelmente a apropriação de um signo que Bourdieu poderia definir como indicativo de distinção. É unânime, em todo caso, o uso da água termal para beber. É tão importante e vale tanto para o morador local que a utiliza como água de mesa quanto para as pessoas que consideram esta água milagrosa, para banhar. Beber, neste caso, constituiria uma espécie de contra-uso das águas termais.

Natural do município, um funcionário público, por sua vez, comenta que não vê sintonia entre o hotel Plaza, que é o maior polo atrativo de turismo termal, e o município. “Vejo coisas muito separadas”. Ele também foi conhecer Piratuba. “É uma cidade pequena e há vários hotéis, há uma harmonia entre o ramo hoteleiro e o poder público”. Em Santo Amaro, “é cada um por si e todos contra todos”. Ele explica que, geograficamente falando, o bairro de Caldas da Imperatriz é longilíneo, os hotéis estão ali e as fontes estão próximas dos hotéis. Caldas não tem uma ligação com o município, com o comércio, as escolas, a administração, porque fica tudo na área central da cidade. O bairro turístico fica mais próximo de Águas Mornas, a cidade vizinha.

A separação a que eu me referi é a do hotel Plaza mesmo, que é o maior polo atrativo de turistas. Nem o setor de Turismo tem dados estatísticos sobre quantos turistas vêm ao município por ano. Quantos turistas são atraídos para o hotel-fazenda, quantos vêm em virtude do termalismo, do turismo religioso, dos esportes radicais.

Sua fala demonstra que, para ele, o turismo termal disputa visitantes com outras formas de turismo, sem nenhuma espécie de primazia, ainda que se comparado com o turismo termal este turismo religioso abrangeria um público de camadas mais subalternas.

O município quer se revitalizar com a reabertura do convento do Espírito Santo. A Secretaria de Turismo vai funcionar ali, junto a um museu que já havia na época do frei Hugolino. Tá começando um turismo deromeiro e a ideia é abrir o convento de segunda a segunda-feira.

Já para dois irmãos que são professores aposentados e fazem parte do mesmo grupo de idosos locais, a importância da água termomineral é apenas e unicamente para beber, para o consumo, e não para o banho termal. Eles inclusive imaginam que a água para abastecimento da cidade deveria vir das fontes termais e não da captação dos rios, já que a água canalizada, na opinião deles, não é boa para beber, porque os rios estão poluídos e que, por isso, a água, para tornar-se potável, necessita de muita química.

Para eles, o importante é o consumo doméstico da água. Eles não mencionam espontaneamente a água termal para o banho e para o turismo. No começo da conversa, eles lembram que 60% da cidade são de área do Parque do Tabuleiro e falam sobre a importância para a preservação dos mananciais de água que abastecem tanto Santo Amaro da Imperatriz quanto a Grande Florianópolis. Comentamos do tanto de gaúchos que vieram morar no município desde a década de 80 e, de novo, aparece a discussão sobre os de fora e os de dentro.

Os dois irmãos fazem um retrospecto das próprias famílias e de suas relações de parentesco. São descendentes de uma família portuguesa: Matos. São Matos três, quatro vezes; Silveira, também, três, quatro vezes. A mãe deles era Silveira, de Palhoça. Tem “uma porção” (esta expressão é típica do local). A avó era Silveira de Matos e João Silveira de Matos, um ancestral, era casado com uma Silveira. Em Santo Amaro da Imperatriz, há muitos sobrenomes que eram de judeus na antiguidade, mas também escravos (no caso dos negros), que herdavam os nomes dos seus proprietários (Souza, Coelho). “Ficavam com o sobrenome do patrão”, diz meu informante. Os índios e os negros são mencionados raramente entre os entrevistados, mas os negros são lembrados, no entanto, mais que os índios (pela artista plástica, pelo regente da banda, que é negro, pelos irmãos professores). Dá uma ideia de que os negros seriam mais originários que os próprios remanescentes de índios, até porque há no município uma área sendo reivindicada como de descendentes de quilombolas.

Um dos irmãos, Beto, é colecionador de fotografias e todas as paredes de sua casa estão forradas com uma exposição permanente de imagens que não são de autoria dele, mas que ele compra ou recebe de um amigo que mora em Florianópolis. “Quando ele vê uma que eu não tenho – o que é difícil – ele já guarda pra mim”. Meu informante comenta da relação dos moradores com o turismo e com os turistas, as águas, o frei Hugolino, as freiras. “Agora vão abrir um hotel com

dinheiro árabe”, revela. “O turismo tem que ser bem organizado, não é que faça mal. Para o turista vir aqui e olhar, ver, senão não adianta. Se tiver uma exposição como essa aqui, a pessoa chega, tem que ter um chamado. Ela vê isso aqui, depois vê aquilo ali”. Ele sugere que o foco do turismo está no sentido da visão e a água termal aparece em seu discurso como apenas mais uma entre outras diversas atrações turísticas.

“Aí é que eu cito aqui o Morro do Queimado. Eles se jogam lá de paraquedas, aquela coisarada toda, mas tem que ter uma condição para a terceira idade ir lá, para chamar, por isso que eu digo: Tem que ter um evento”. Os esportes radicais, no seu entender, se sobrepõem às águas termais como atração turística no município. Na visão da artista plástica e da integrante do Centro de Tradições Gaúchas, também.

Beto diz que as pessoas gostam de visitar sua coleção de fotos.

Sabe quem é esse aqui? O Garrincha com o Wilfredo de Oliveira, Jorge Ramos, o Cacau Menezes, o pai daquele que faz o programa, ele tinha uma rádio, o carro é um conversível da década de 50, na porta de um hotel, hoje tá tudo aterrado. Ele tava passeando na praça. Aqui é o hotel. O primeiro hotel de Santo Amaro da Imperatriz foi Caldas da Imperatriz, que primeiro era um hospital – dom Pedro 2º fez um hospital pras pessoas se curarem do reumatismo, aquela coisarada toda.

O hotel e, anteriormente, o hospital são destinados mais para a cura que para o turismo, conforme meu informante. Ele desconhece a expressão turismo de saúde. Os irmãos conhecem Caldas da Imperatriz, já tomaram banho lá, mas não é uma atividade frequente. “A gente que é daqui não vai. Agora, é muito quente, não dá”. Mas eles buscam água na bica, na fonte. Água da Casan eles não tomam “de jeito nenhum”. Só usam a água da Casan pra lavar. Eles usam água mineral pra tudo, comida, café. “A água da Casan é ruim porque o rio não é cuidado”. Eles têm esta consciência de que a qualidade da água é afetada pela falta de tratamento dos esgotos domésticos.

A bica talvez por isso possa curiosamente encontrar mais ressonâncias na população, como relacionada a um patrimônio, que as próprias piscinas dos hotéis ou as banheiras públicas abastecidas de água termal. Ou que a própria água termal em si mesma, usada para

imersão, para os banhos e seu uso terapêutico. Ela se diferencia da água de beber, porque água de beber é sinônimo de sobrevivência, de emergência. De maneira geral, não se percebe a água termal como remédio que pode ser ingerido e absorvido pela pele.

Eles botam muito cloro pra limpar a água e eu acho que totalmente limpa ela não é. Nunca fiz exame, mas acredito que não é limpa. Ela é amarela. Bota do lado dessa aqui... A água vem do Nilo, de lá detrás do morro, da Vargem do Braço, do rio dos Pilões. Tem também o Cubatão.

Quando menciona o rio Cubatão, a 80m dali, os irmãos recordam das consecutivas enchentes que remetem a uma característica simbólica da água. Ao mesmo tempo pacífica, ela pode entrar em fúria. Ao mesmo tempo em que faz germinar, brotar, ao mesmo tempo em que gera a vida, ela pode provocar a destruição e a morte. Existe uma memória traumática da água do rio Cubatão, que diversas vezes invadiu as casas ribeirinhas. A água então pode ser vista também como ameaça, pode destruir tudo na sua passagem. Histórias de enchentes povoam o imaginário local e são parte do repertório de lembranças relacionadas às águas que evocam o dilúvio. Para Maçaneiro (2009), o dilúvio é uma espécie de submersão planetária que propicia a regeneração da Terra e da humanidade. “É como se a Terra mergulhasse nas águas germinativas, para dissolver sua antiga forma e ressurgir nova e purificada. Assim, a água revela sua dupla capacidade de destruir e criar, capaz de arrasar e renovar”.⁶³

⁶³ O dilúvio, conforme o autor, aparece como restauração de uma ordem que é violada, “pois, quando o cosmos se ressentiu diante da maldade humana, há a desordem social, moral e ecológica”. Esta noção pode estar presente nas representações que nossos informantes elaboram sobre as cíclicas inundações ocorridas tanto em Santo Amaro da Imperatriz quanto na emblemática formação da represa de Salto Grande, em Nueva Federación, meus dois campos de pesquisa. A marca na casa mostra que o rio pode vir com muita força. Em 1998, entrou com 70 centímetros na garagem. “Eu medi. Foi muito rápido”. Os irmãos tiveram que pular o muro, às 6h da manhã, e foram obrigados a ir para a casa de parentes. “Arrasou tudo”. E tem gente ainda mais na beira do rio que eles. “Foi a ponte em Caldas que arrebentou. A ponte represou a água e deu uma enxurrada”.

Um dos irmãos comenta que nas férias eles iam para Gramado, Caxias do Sul, Padre Réus. Eles mencionam também Madre Paulina. Pode-se depreender que as viagens de ócio e férias, no seu caso, estão mais ligadas à religião. Mesmo em Gramado, o mais velho queria ir à missa. Seu entendimento é de que o turismo é movido por muitos outros fatores além da existência, em Santo Amaro da Imperatriz, de águas termais. “A gente ia quase todo ano pra Aparecida do Norte, Joaçaba. Gostei muito de Piratuba”. Ele compara: “Aqui, é mais procurado porque tem o Plaza e a água parece que é melhor que a de lá de Minas, São Paulo, França”.

Esta hierarquização das águas é frequente nas falas dos informantes. Tanto das águas em si, de suas propriedades, quanto das instalações onde elas podem ser usufruídas. Existe como um relato oficial das qualidades curativas da água, da sua composição. Existe também um relato oral das curas que foram promovidas em função destas águas. Então, elas são constantemente “atestadas”: “Por isso que eu te digo, aqui não tem um evento para o turista vir. Pra se meter lá em Caldas e ficar lá pra mim não serve. Eu não gosto de solidão”. Para o idoso, frequentar as termas significa ficar só, o oposto do que ele busca quando se propõe a fazer turismo. Turismo para ele significa contato com as outras pessoas.

Aquela vez que nós fomos lá em Gramado, botaram o ônibus num hotel lá embaixo. Hotel bom, mas ficava fora da cidade, tinha que vir na cidade de ônibus, eu gosto quando é assim no centro, cada um passeia, lá não. Eu quero ir à missa. Sou acostumado à missa no domingo. Aqui 90% são católicos. A maioria é português, mas tem alemão, toda vida teve bastante, uns 30%, mas agora misturaram tudo. O preto aonde vai ele pinta, né? Aqui não tem discriminação. Tem a Academia de Letras junto com aquela porção de pretos que é o pessoal da banda.

Na opinião dele, que tem mais de 70 anos de idade, possui casa própria e fez curso superior, o nativo, o local, é produto de uma grande mistura.

Que outros atrativos turísticos teria Santo Amaro? “Tem a igreja, que é gótica e já completou 100 anos”. Ele é que se lembrou do aniversário da igreja, dia 12 de novembro. “Os padres também não eram

daqui, mas daí foram ver e então fizeram uma homenagem”. Como as freiras, os padres não têm noção da história local, nem sequer daquela ligada especificamente ao seu metiê, pois são moradores bem mais recentes. “São padres que vieram agora”. Os irmãos foram diversas vezes no frei Hugolino, para a imposição das mãos. O outro, Gervásio, “ele fazia os ossos estralar todos”. Meu informante foi arrancar aipim e deu um mau jeito.

Arranquei errado. Daí o vizinho me levou no frei Gervásio. Quando cheguei lá, deitei numa cama. Tá pronto. Ele pegou nesses dois dedos maiores do pé e sacudiu assim como um lençol, eu de braços. Deu uma fígada nas cadeiras... Que dor, que susto. Tá pronto o quê? Chegou a estralar. Ele ria. Minha vontade era de dar uma bordoadada.

A irmã: “Pra mim, ele só pôs a posição das mãos”. Existe uma diversidade de práticas locais, de fazeres locais com relação às curas. A irmã: “Tive uma hérnia”. Que ela curou com a ajuda das freiras que, na época, possuíam uma farmácia. “A gente ia medir a pressão”. Eles relatam que frei Hugolino comprou o Conventinho, que agora passou para a Ordem dos Franciscanos, mas enumeram outras atrações turísticas no município. “Tem a Cobrinha de Ouro, que é uma cachoeira”.

Ainda elencando os atrativos turísticos locais, eles citam, e a informação é reiterada por outros informantes, a casa dos Galotti-Koerich, uma das mais antigas do município, que fica do lado da Prefeitura. Nair, a professora aposentada, descreve: “Madeira-de-lei, forro, assoalho de madeira-de-lei, casa antiga, de pé direito de mais de 3 metros, grandes janelas azuis, disseram que era patrimônio, mas agora o sobrinho diz que é dele”.⁶⁴

⁶⁴ O irmão, professor e colecionador de fotos antigas, mostra as capelas de Santo Amaro – ele tem fotos de todas. “Às vezes o progresso estraga. Tem que saber fazer. Sou contra a destruição que o progresso traz”. Mais uma vez, a remissão e a oposição entre natureza e cultura, oposição que se reafirma com a chegada do progresso, que provoca a destruição da natureza. Meu informante é apontado por alguns moradores por possuir uma extensa coleção de fotografias antigas espalhadas pela garagem, pela casa que divide com a irmã, igualmente solteira, fotos em preto e branco, imagens de Palhoça, de Florianópolis, Enseada de Brito. Um raridade que um amigo manda de Florianópolis e que se

Para os irmãos professores, ambos aposentados, a economia do município é mais o comércio e a agricultura. E, também, o turismo. O turismo, de maneira geral, não é visto como propulsor do progresso e do desenvolvimento. “Às vezes, eu vou lá em Caldas e tá tão vazio, se for só o turismo não dá nada”. De novo, a solidão, o demérito com relação ao turismo termal. “Disse para aquele que vai ser o candidato: tu não esquece o Morro do Queimado, ele tá gritando lá por vocês. Pra botar um evento lá. Pra pessoa ir lá ver aquilo. Olha a Madre Paulina, por que é que cresceu?”. Conforme o idoso, “Todo mundo vai querer ir lá no Morro do Queimado. Tem que cuidar e preservar, botar um evento lá em cima”. Ele diz que já foi no Cristo Redentor e ainda não conhece o Morro do Queimado. Como se pode observar, trata-se de uma espécie de obsessão dele.

Uma informante ligada ao Centro de Tradições Gaúchas, CTG local, é nativa de Santo Amaro da Imperatriz e, além do CTG, atuou boa parte de sua vida no setor de Educação. Hoje, é funcionária pública baseada em Florianópolis no ramo de transportes.

Eu viajei já pelo Brasil inteiro. Em 1991, eu passei pelo sul de Minas, São Lourenço do Sul, Caxambu, aquela área com muitos hotéis e muita água, eu percebi como a gente está atrás de muitos outros municípios, falta muita coisa, a gente tem um potencial turístico muito grande e que é pouco explorado.

Ela compara Santo Amaro com outras estâncias termais pelo Brasil e considera que Santo Amaro fica atrás das estações termais de Minas Gerais, só que não está informada de que aquelas estâncias também têm problemas, alguns até mais graves que Santo Amaro da

transformaram numa atração própria. A memória do local ligada à imagem, à fotografia, à coleção exposta na própria casa, como ponto de visitação e turismo. Conforme o informante, já não há mais lugar pra colocar. Uma mostra o mar chegando no Mercado Municipal, outra um hotel, a ponte Hercílio Luz, o Miramar, a estátua de Machado de Assis, uma aranha, que era como um táxi, na época, 1800 e pouco. A Praça 15, em 1899, o Morro da Cruz, a Enseada de Brito, uma casa de 1700, navios da Hoepcke, em Florianópolis, a ilha do Carvão. Ao mesmo tempo, as imagens só fazem sentido com a narrativa do professor. Sozinhas, elas não são capazes de dizer nada porque não há lendas.

Imperatriz, em termos de superexploração das águas – São Lourenço, por exemplo, como veremos adiante, está literalmente afundando devido à exaustão da água envasada pela Nestlé.

Acredito que precisa mais planejamento. Não há incentivo para a construção de pousadas. Uma pessoa num sítio poderia fazer uma pousada, nem que fosse uma estrutura pequena, que tivesse pelo menos uns seis quartos para acomodar e receber pessoas. Hoje, em Santo Amaro, nós temos hotéis top, muito caros, para pessoas com renda muito grande, e outro que eu não posso nem citar que é ruim demais. Faltam pousadas e hotéis de médio porte. Eu realizo eventos, precisa ver a dificuldade que eu tenho de hospedar o pessoal quando eles vêm.

A avaliação que faz dos hotéis da cidade é negativa para Santo Amaro, comparando-se com outras estações termais do País. Minha informante ainda não conhece Piratuba nem nenhuma outra cidade termal em Santa Catarina.

É muito caro ou não atendem as necessidades do pessoal que vem. Tem potencial pra incentivar, pra fazer café colonial, levar estas pessoas em pontos de natureza, trilhas, mas que tenha um restaurante que a pessoa possa ficar, passar uma noite, isso Santo Amaro ainda não tem e poderia ter. Não é uma exorbitância. Se você ligar hoje para Urubici, tem mais de 40 pousadas para você escolher, é só entrar na internet. O que que tem em Santo Amaro? Temos um potencial muito grande e não explorado. Temos que incentivar os pequenos investidores, os pequenos empreendedores.

Ao mesmo tempo, ela avalia que houve algumas melhoras. “Eu caminho pela Beira-Rio de manhã, é muito gostoso, antes estava abandonado, nós não tínhamos local para atividade física, hoje melhorou muito, tem academias, eu vejo pessoas idosas caminhando”, continua. “Tem monitoramento, posso caminhar às 6h da manhã e me sinto um

pouco mais segura”. A maior preocupação de minha informante é o saneamento básico. “A gente está atrás” (comentamos que Santa Catarina só ganha do Piauí em termos de saneamento básico). “Aí, como que a gente vai cuidar da água?”. Outra questão levantada pela informante:

Eu tinha uma equipe na Secretaria de Educação (com Fatma, Comcap, Epagri) de órgãos diferentes para a gente estudar uma forma de reciclar o lixo. Eu já falei pro prefeito que é uma prioridade. Naquela época, a gente planejava dar um destino certo para material eletrônico, geladeira velha, isso é jogado em qualquer lugar que tenha um terreno baldio, então é necessária a coleta de lixo cotidiano, pelo menos uma vez por semana em cada bairro, isso tinha sido feito e acabou morrendo, uma pena porque a questão do lixo está diretamente relacionada à qualidade de vida.

Ela tem uma visão integrada do turismo como atividade sustentável. E culpa a Prefeitura por não executar serviços que considera essenciais, como o saneamento básico.

Na escola, eu pregava muito. As crianças separavam, mas a coleta levava tudo para um aterro sanitário. Catadores de lixo são benfeitores da natureza, ainda bem que eles existem. Eles limpam o que muitas pessoas jogam em qualquer lugar. Essas pessoas tinham que trabalhar numa usina local, numa cooperativa.

Na opinião dela, seria interessantíssimo incluir uma disciplina de Turismo nas escolas, “mas como em Santo Amaro o ensino médio é atribuição do Estado, a gente tinha pensado numa escola técnica lá – tava quase tudo certo para uma instituição federal lá, mas não deu por causa da falta de uma estrutura física”.

A informante também ressalta a condição de isolamento do bairro turístico de Caldas da Imperatriz. “Eu diria que hoje 80% ou mais das pessoas de Santo Amaro não conhecem o hotel Plaza, em Caldas da Imperatriz”. Ela se considera uma mulher de visão, que aposta na

educação como solução para os problemas da cidade. Educação como investimento.

O hotel talvez pudesse ter uma semana aberta ao público para as pessoas conhecerem, visitarem. Poucas pessoas conhecem. O Plaza tem sido parceiro. Com meu pessoal lá do projeto a gente já passou o dia inteiro lá, caminhou lá por dentro, ficamos maravilhados com o espaço.

Ela costuma jantar no hotel Caldas. “Temos que valorizar aquilo, a estrutura está ultrapassada, aquela história da visita de D. Pedro tinha que ser incrementada, tinha que agregar mais pessoas. A culinária é rica, as pessoas gostam”. A culinária, no sentido de patrimônio cultural, infelizmente não é explorada no restaurante do hotel tombado, já o outro, mais caro, oferece cozinha internacional.

O povo de Santo Amaro é o que menos usa aquela água. Vem gente do Exterior, mas o pessoal dali não valoriza porque não conhece. As pessoas pouco valorizam o que têm. Sempre tentei ajudar, como professora, pra Santo Amaro crescer com qualidade de vida. Pra isso acontecer, tem muitos anos de estrada ainda.

Na opinião dela, é “fantástico” que o município tenha começado a explorar os esportes radicais.

Agora que voei de helicóptero, quero fazer tudo. São pessoas conscientes que trabalham lá, que gostam da natureza, os voos livres, tem o clube. Teria que ter outras coisas para valorizar. O turismo religioso, o espaço do frei Hugolino, onde é o Conventinho. O secretário de Turismo tem um grande conhecimento, ele tem me apoiado muito. Muitos não veem com bons olhos a cultura da tradição gaúcha, mas virou uma atração turística, atrai milhares de pessoas para a cidade.

Ela também vê diversas outras possibilidades de turismo em Santo Amaro, além das águas termais. Uma delas é a exploração da tradição gaúcha, um *hobby* que começou a cultivar em 1996, com a

criação do CTG Boca da Serra. “A cultura da tradição gaúcha é muito rica e muito abrangente. Gaúcho é aquele que cultua a tradição, não importa onde é que esteja no planeta. Não é só aquele que nasce no Rio Grande do Sul”. Isso porque é uma cultura – segundo ela – muito abrangente e que atende a todas as idades, todos os gêneros, não tem exclusão e abrange diversas atividades para homens e mulheres, crianças e idosos.

Hoje, tem um projeto social e cultural, aulas de dança, poesia, gaita, violão, laço. Crio meus filhos ali dentro. Todas as pessoas que vão lá se elas não gostarem da cultura “campeira”, algo mais ligado ao trato com os animais, provas de laço, doma etc., elas podem cantar, podem declamar, podem dançar. Por isso é que eu me apaixonei pela cultura gaúcha.

Pareceria ser uma traição das suas próprias origens, como a assimilar a aculturação promovida pelos gaúchos, mas ela justifica que gaúcho não é só quem nasce no Rio Grande do Sul, mas quem tem este espírito campeiro. Então, de certa forma, não vê os de fora como inimigos, pelo contrário, mas desde que sejam gaúchos. Ela possui este aspecto do pioneirismo e serve de ligação entre a cultura local e os de fora. É uma espécie de híbrido, neste sentido. Concilia duas culturas. “Cedemos espaço para as Apaes fazerem eventos, outras entidades, a Prefeitura, secretarias, é um espaço aberto, é uma entidade sem fins lucrativos, mas faz toda aquela parte social dentro de Santo Amaro da Imperatriz”. Conforme minha informante:

A maior preciosidade que nós aqui do planeta podemos ter é a água. E nós, especialmente, como a segunda melhor água do mundo, nós temos uma riqueza muito grande. Santo Amaro teria que ter mais prioridade neste setor do saneamento básico, o básico mesmo, já que nós somos os que estão lá, os guardiães daquela água. É uma forma de estar cuidando mais daquela água. Qualquer pessoa que for governar Santo Amaro da Imperatriz tem que tomar muito cuidado com isso, a qualidade das pessoas que estão lá.

O território onde nascem as águas – ela pensa, agora, exclusivamente na água de beber – precisa de um guardião que cuide dela. Santo Amaro, a população de Santo Amaro é este agente protetor da água – por isso é que o município precisa ser reembolsado e a contrapartida seria justamente o ICMS ecológico.

Outro informante, funcionário público em Santo Amaro da Imperatriz, conta que, quando tinha 15 anos (em 1980), ele trabalhava na agricultura e a família era ligada à Associação Agropecuária (que fica em frente à Secretaria de Turismo). Era um grupo de jovens fortes, saudáveis, e na casa ao lado morava um engenheiro da obra da Rede Plaza de Hotéis, era o chefe de um grupo que veio para implantar a rede em Santo Amaro. Com mão-de-obra escassa na região para um empreendimento daquele porte, o engenheiro convidou aquela juventude para trabalhar na rede. Como no caso do funcionário antigo do hotel tombado, a água termal existe como possibilidade de trabalho para a população local, mais que para a cura ou o lazer.

Nós entendíamos muito de lavoura, de colheita, de manutenção de jardim. Então, houve uma mudança de paradigma no conceito de trabalho, pois o engenheiro viu em nós um potencial primeiro pela juventude e pela força e, segundo, porque o desafio lá em cima era uma coisa muito árdua. Na época, em Caldas, havia muito muro de taipa e cobras então fomos cinco colegas cheios de aventura, colegas jovens da associação, fomos trabalhar em Caldas, na Rede Plaza. A partir daí, a gente foi trabalhar com a esposa do engenheiro que hoje é um diretor-geral da Rede Plaza, o Luiz Henrique. Guri novo, ria, brincava. Eles precisavam de nossa energia. Acabamos fazendo o jardim da Rede Plaza. Jovens, brincávamos dentro do hotel enquanto eles estavam construindo, nós conhecemos toda a estrutura desde seu alicerce inicial. Fui ser mensageiro com 16 anos. Fiquei 13 anos e oito meses na Rede Plaza e saí de lá com convite para trabalhar numa empresa de consultoria de um dos membros da Rede Plaza.

O hotel formou um funcionário para toda a vida. De certa forma, as águas termais e o turismo termal constituem a identidade tanto dele

quanto do funcionário idoso, de maneira geral de todos os que trabalham hoje ou já trabalharam com turismo na região. E, no caso deste funcionário do Turismo em Santo Amaro, transformou-o em uma pessoa engajada, do ponto de vista ambiental. A partir do trabalho no hotel, ele se tornou um militante da causa ambiental. Ele defende o turismo termal e de aventura contra a instalação das centrais hidrelétricas e é contra o plano diretor previsto para entrar em vigor no município. Mas, ao mesmo tempo, defende a ocupação da área pelos árabes, assim como aprovou lá na sua juventude a exploração da água termal no hotel dos gaúchos. São diferentes posições dos moradores locais. Ele defende o turismo porque “rende” mais, então hierarquiza o turismo como atividade econômica diante das outras possibilidades de desenvolvimento da região.

Estive em Foz do Iguaçu para a Conferência dos Comitês de Bacia. A gente colocou que temos que respeitar as características locais, porque o que é bom para Santo Amaro da Imperatriz pode não ser bom para Florianópolis. As entidades que realmente atuam não têm recursos para acompanhar esses fóruns. E o que que acontece? O empresariado tem. Então, as entidades ficam de fora, porque vão os políticos e os empresários e as entidades, não.

Percebe-se, por esta fala, que existe uma divisão entre os locais. Os empresários e os políticos estão de um lado e a comunidade (também dividida internamente entre os de fora e os de dentro), de outro. Então, quando se analisa o campo de disputas, quem são os que estão a disputar?, não se trata de uma disputa entre os de fora e os de dentro. Há gente de dentro que está dividida e gente de fora que se sensibiliza com as questões locais e não está interessada no lucro imediato e a qualquer preço.

A audiência pública das pequenas centrais hidrelétricas, por exemplo (que poderiam ter sido instaladas no rio Cubatão), foi feita no município de Águas Mornas, num lugar chamado Segunda Linha, que nem ônibus tem. É um lugar ermo. Nós conseguimos ir com um ônibus e fomos maioria. Às 2 horas da tarde aquela comunidade está toda

na roça. Mas o município assumiu o compromisso do plano diretor e eu fui membro do grupo gestor e em março do ano passado eu tomei a liberdade de denunciar o plano diretor da forma como está sendo feito – não havia participação popular.

Neste campo de disputas, nota-se que um dos jogadores, parte da comunidade local, está neutralizado. “Na terça-feira passada, pode pedir a ata, teve vereador que jogou o plano no lixo dizendo que não era participativo, as construções estão em cima, os extratores de areia estão em cima, e a população está se organizando”. Conforme o informante, o debate que devia ter sido feito um ano atrás está sendo feito só agora. “Então, o Ministério Público entrou e agora a Câmara de Vereadores vai ter de dar uma resposta. Agora, está uma guerra”. De novo, a ideia de “campo de disputas” (guerra) bem presente na fala do informante, que continua:

As águas termais, o monopólio delas é, segundo até historiadores que consultei e fiz pesquisa, elas foram conquistadas através de uma batalha, uma batalha que têm memória só os soldados e não os índios que eram os verdadeiros proprietários da água, os verdadeiros proprietários do recurso. A água termal não foi dada pelos índios aos colonizadores, foi tomada.

Por isso é que talvez tenha recaído sobre os colonizadores a “maldição” de aquele lugar não se desenvolver economicamente, maldição presente na fala da professora aposentada e, agora, no discurso do funcionário. “Mesmo que a água seja terapêutica, quem é sensível sente que existe algo a mais”. Existe uma frase que o informante relembra: “Ouro brota em forma de água”. Ele continua: “Eu nasço e morro em Santo Amaro da Imperatriz e a água não mudou minha vida. Então, o ouro brota em forma de água pra quem?”.

Novamente, a comparação da água com o ouro, a água valorizada enquanto riqueza possível de troca por dinheiro, valorizada econômica e também simbolicamente. “Se a água é ouro, teria que ter ponto de ônibus comprado com a venda da água, uma coleta seletiva de lixo financiada pela água e o que nós temos? Promessas, promessas, promessas”. A contraditória, no caso, são promessas. Eles oferecem ouro, diamante, leite e sua recompensa são palavras vãs. “Só que há uma geração jovem, saudável, que lá na frente vai cobrar esta ação e vai dizer

que nós não fizemos nada, tivemos a caneta na mão e não fizemos. Por quê?”.

Isso tudo com certeza vai vir à tona no momento certo porque tem pessoas trabalhando neste sentido, fazendo o resgate disso, analisando. Eu vejo também que Santo Amaro da Imperatriz interessa politicamente ao Governo do Estado. Isso afeta muito nas decisões locais porque o município é o portão de entrada do Oeste catarinense. Santo Amaro é estratégico para Santa Catarina por causa do porto de Itajaí.

Santo Amaro é rota para a produção econômica escoar do Estado para os outros estados e para o exterior.

Hoje, passam seis mil carros por dia pela cidade. Vamos ter que duplicar em breve. Dia de Finais tem fila desde Rancho Queimado pra pegar a BR-101. Temos um problema social aí. Recebemos todo tipo de carga, inclusive tóxica, que abastece a região e não tem uma placa, não tem escolta, não tem... é uma rodovia que corta um manancial e pouco tem sido feito nesse sentido. Não tem base para trabalhar com um caminhão carregado com produtos químicos que sofra um acidente. Temos que aguardar de São José.

Outra comerciante, desta vez nascida em Águas Mornas, também comenta sobre o fato de o município dar as costas para o bairro turístico. “Santo de casa não faz milagre”. Bárbara diz que, apesar de contar com as águas termais a poucos metros de seu estabelecimento, a maioria do pessoal que ela conhece na cidade até aprecia o uso das águas termais, mas só que em outras localidades. “O pessoal vai para Antônio Carlos e cidades vizinhas, porque vem tanta, mas tanta gente de fora que o pessoal daqui já sai para ir para outro lugar”. O dado é interessante para pensar se não haveria ou um desprezo ou falta de interesse ou até uma resistência aos turistas ou aos que vêm de fora para visitar a cidade e, em especial, o bairro turístico.

Nem sempre, porém, os municípios dão as costas para o turismo termal. Gostaria de ilustrar como o aproveitamento das águas termais

em Santo Amaro da Imperatriz é visto por internautas, numa página de discussão que tem por foco o município. Cada vez mais estas comunidades virtuais se constituem em agentes também nestes processos de patrimonialização, que são dinâmicos e envolvem diversos atores, antes relegados a papel bastante secundário na tomada de decisões sobre políticas públicas. Os exemplos de manifestações foram retirados do Facebook, no mês de maio de 2013, e me chegaram por intermédio de uma amiga no ambiente virtual.⁶⁵ Uma das internautas se manifesta desta forma (sempre *ipsis literis*):

Não é de hoje que estamos batendo na tecla da falta de visão que Santo Amaro da Imperatriz tem para o turismo. Um potencial grandioso que vem sendo subaproveitado há décadas. No dia-a-dia, muitas pessoas com as quais conversamos concordam sobre a necessidade de se reestruturar/remodelar a forma como as águas termais são utilizadas em Caldas da Imperatriz. E hoje estamos trazendo uma comparação que é no mínimo assustadora, a comparação entre um município com visão empreendedora no turismo, trazendo prosperidade para toda a cidade, e um município que se acomoda por quase 200 anos. Todo mundo está cansado de saber que as águas termais de Santo Amaro foram as primeiras a serem descobertas no Brasil, por volta de 1810. Sabemos também que temos a segunda melhor água termo-mineral do planeta, com fontes que chegam a ultrapassar a temperatura de 40°C, isso por si só já serve para demonstrar nosso potencial. Até um rei português faz parte das nossas termas, assinando o decreto que criava as Caldas do Cubatão. Recebemos a visita da corte imperial que, já naquela época, esteve aqui em busca dos benefícios dessas tão afamadas termas. Temos história de sobra e alta qualidade em águas termais, conjunto de potencialidades que nenhum outro balneário termal do Brasil possui. Porém

⁶⁵ Uma das protagonistas da discussão é a corretora de imóveis Vera Scherer, uma “amiga” nesta comunidade virtual, moradora da Praia da Pinheira, onde também resido.

faltou visão nesses mais de 50 anos de emancipação de Santo Amaro. Agora vou fazer a comparação com a cidade de Piratuba, no Meio-Oeste catarinense. Piratuba recebeu seus primeiros moradores somente em 1910 devido à construção de uma estrada de ferro, nesse tempo Caldas da Imperatriz já era conhecida há mais de 100 anos. Piratuba por muitos anos foi um pequeno município sem destaque no Oeste catarinense, uma cidade com uma economia modesta baseada na agricultura. Até que em um belo dia do ano de 1964 a Petrobrás, pesquisando petróleo na região, acabou furando um poço na pequena Piratuba, poço este que acabou mudando para sempre o rumo da cidade, descobre-se então um lençol de águas sulfurosas com 38,6°C de temperatura a 674 metros de profundidade. Esta descoberta foi o suficiente para transformar a economia e a vida dos moradores de Piratuba, em um curto prazo de tempo as termas de Piratuba desbancaram grandes destinos turísticos catarinenses. Hoje o município de apenas 4 mil habitantes organiza um dos maiores balneários termais do Brasil, com uma rede hoteleira que chega a fazer inveja nas grandes cidades, são mais de 2 mil leitos à disposição dos turistas vindos de todas as partes do Brasil. Cerca de 40 anos depois da descoberta das águas, mesmo possuindo um potencial que talvez não chegue nem a 10% do nosso, Piratuba já tinha feito muito mais do que Santo Amaro em 200 anos. Hoje, é um dos maiores destinos turísticos de Santa Catarina, trazendo prosperidade para toda a cidade e região, devido à oferta de serviços que surgiram. O parque Termas de Piratuba é um dos maiores parques de água quente do Brasil, sendo mantido pela Companhia Hidromineral de Piratuba (empresa pública, assim como em Santo Amaro), o parque de Caldas não chega aos pés do de Piratuba, aliás não devemos nem comparar. A realidade de dois municípios, um com 4 mil habitantes que soube aproveitar seu potencial, ainda que pequeno, já o outro com 20 mil habitantes que dispensa comentários.

Outra internauta:

Deixa eu ver se entendi... Piratuba com 4 mil habitantes é um sucesso em apenas 40 anos tendo só 10% da capacidade hidromineral que Santo Amaro possui? Santo Amaro com 20 mil habitantes tem a segunda melhor água termomineral do Planeta descoberta há 200 anos e não explora isso? Minha conclusão é que o santamarense se vale de alguns ditados como “Santo de casa não faz milagre” ou “Esmola demais, o santo desconfia”. É uma pena porque poderíamos trazer muita prosperidade para Santo Amaro e região, de forma sustentável, é claro!

Outro:

Enquanto o hotel de Caldas servir de cabide de emprego político e a água estiver concentrada nas mãos de poucos “grandes empresários”, esta realidade não mudará tão cedo!

Outro internauta fala que a diferença está em promover e explorar:

Enquanto em Santo Amaro da Imperatriz o poder público, através da Cia. Hidromineral Caldas da Imperatriz, explora o turismo, através de uma estrutura de um hotel fora dos padrões modernos de hotelaria e um balneário medíocre e incapaz de atender um fluxo de mais de uma centena de pessoas. Aqueles que por necessidades terapêuticas procuram o balneário são obrigados, além de enfrentarem filas, a submeter-se a uma estrutura precária. Acho desnecessário apresentar sugestão de como melhor aproveitar esse potencial, pois o que falta é boa vontade e coragem por parte dos administradores, para abrir mão de seus interesses e investirem no bem comum da municipalidade.

Ele continua:

A concessionária da Águas de Caldas da Imperatriz é a Cia. Hidromineral Caldas da Imperatriz, administrada pela Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz. A HidroCaldas, como é conhecida, explora o Hotel Caldas com uma quantidade insignificante de leitos, e o pequeno balneário com uma dezena de banheiras, número muito abaixo da demanda. Segundo o prefeito, Sandro Vidal, a HidroCaldas estava deficitária ao assumir. Grande parte da receita da empresa se origina da venda de água para outras empresas, sendo que o hotel e o balneário não dão muito resultado, a não ser a geração de alguns empregos. Está mais do que na hora de transformar o antigo hotel, cujo prédio é tombado, em um grande museu e dirigir os investimentos para um superbalneário, a exemplo de Piratuba e outras estâncias termais do Brasil, onde os hotéis não oferecem águas termais em suas instalações e os balneários são o pólo irradiador de desenvolvimento e atração dos turistas.

Outro internauta:

Concordo completamente com você, Sebastião Campolino Ramos, devido à importância histórica do prédio, talvez seria muito mais interessante e atrativa a criação de um grande museu modelo (como o Museu Imperial de Petrópolis), e a construção de um megabalneário de qualidade com várias piscinas, banheiras e serviços. Necessária também a criação de leis de incentivos fiscais para novos empreendimentos turísticos.

Como podemos perceber, apesar de meus informantes identificarem que parte da população, de maneira geral, parece dar as costas ao potencial turístico de Santo Amaro da Imperatriz, há moradores e turistas que percebem que este potencial poderia ser mais bem explorado para garantir renda para maior parte da população ou benefícios gerados com a arrecadação de impostos devidos ao turismo.

Observa-se que em Santo Amaro da Imperatriz, o recurso natural água termal primeiro deveria ter servido para a exploração e benefício de pessoas enfermas, em seguida foi privatizado por um grupo que ainda que fosse brasileiro era de outro Estado da federação, um grupo gaúcho. Agora, observamos a ocupação de parte da área desanexada do Parque do Tabuleiro pelo capital transnacional, que teria inclusive perfurado seus próprios poços em busca de água termal. Aparte o fato de que o condomínio de luxo tenha sido construído para explorar o parque, com água termal em todas as dependências do *resort*, o que se vê é a internacionalização do patrimônio água termal e água mineral.

“A água não está confinada a fronteiras nacionais”, diz Lucien Muñoz, da Unesco, sobre o tema.⁶⁶ Pelo contrário, no Brasil ela pode ser privatizada porque não é considerada um recurso estratégico (NINIS, 2006).

Segundo relatório publicado em 2012 pela Unesco, 148 países dividem entre si as bacias hidrográficas e há, no planeta, 273 aquíferos (reservas subterrâneas de água doce) que são compartilhados por mais de um país e ajudam a abastecer quase um terço da população mundial. Na América Latina e no Caribe, região em que nos últimos 40 anos a população urbana chegou a triplicar, 61 bacias e 64 aquíferos atravessam fronteiras, como o aquífero Guarani, que ocupa parte dos territórios brasileiro, argentino, uruguaio e paraguaio.⁶⁷

Em Santo Amaro da Imperatriz, um morador da cidade se descobrir uma mina de água termal ou mineral a brotar no quintal de casa teria que pagar *royalties* para poder explorá-la, enquanto uma empresa estrangeira se apropria dela, e para sempre. Sem que se saiba quais foram as condições deste contrato de compra e venda.

Pensar as águas termais e o seu contexto como “coisas” patrimonializáveis, seja no âmbito do município, do estado, do país, da humanidade, seja do ponto de vista do que é tangível ou intangível, pressupõe pensar na relação entre as coisas e na necessidade das coisas. Traz para a discussão a categoria de “utilidade” e, junto com ela, as categorias de “valor de uso e valor de troca”. Conforme Archetti, E. (BOIVIN, M. F., ROSATO, A., ARIBAS, V., 2007), um objeto se

⁶⁶ Lucien Muñoz é o representante da Unesco no Brasil sobre a campanha do Ano Internacional de Cooperação pela Água, 2013. Meio Ambiente, Brasileiros, junho de 2013, p. 10-11.

⁶⁷ Idem.

converte em valor de uso quando satisfaz uma necessidade de qualquer tipo, o valor de uso remete à propriedade material, física do objeto que pertence à natureza.

Já para que um objeto tenha valor de troca ele deve ter como condição necessária um valor de uso, uma utilidade, mas deve, além disso, entrar num sistema de intercâmbio. Mas por que uma coisa – no caso a água termal – vale o que vale? “Dizemos que o reconhecimento do valor de uso, da utilidade de um objeto, é condição necessária de seu valor de troca”.

No caso da água termal, ela existe na natureza, ela tem um valor intrínseco, mas para que possa ser utilizada pelos homens é necessário um esforço humano, o trabalho de torná-la mais que disponível, usufruível. Neste caso, o valor de uso da água remete ao esforço incorporado na sua extração ou produção. Sahlins (1988) expressa claramente a perspectiva simbólica do conceito de utilidade. “A utilidade não é uma qualidade do objeto, senão um significado de suas qualidades objetivas (...). Nas sociedades humanas, nenhum objeto tem existência nem movimento a não ser pelos significados que os homens podem lhes atribuir”.

3.4 ÁGUA DE BEBER

Bárbara comenta que, na rua, tem aluguel de casa, para as pessoas de fora, para as pessoas “que fazem o tratamento”. As pessoas de fora são as que utilizam as águas termais porque estão doentes. Os nativos, como ela (o marido é de São Joaquim), não precisam da água termal para o banho, precisam da água mineral para beber. A prática é outra.

A gente não tem problema de saúde, então acaba não usando as águas, a gente é nova. Tem muita gente de fora que vem morar aqui, porque aqui é um lugar bem calmo. Tem gente que fica um tempo e tem gente que vem fazer o tratamento que acaba ficando. Tem gente aqui da região que é doente e que usa, pessoal de idade vai tudo tomar banho lá em cima. Tem senhoras que vão toda semana. Aqui, a gente quase não vai.

“Santo de casa não faz milagre”. Esta é a sua explicação para o fato de a população da cidade não frequentar as termas. É um ditado

comum. Ao mesmo tempo, demonstra que a população local pode estar farta dos turistas. Pode estar tão enfasiada que, quando eles chegam, os moradores locais preferem sair do município. A impressão que dá é que os turistas atrapalham a vida dos moradores locais.

Existe, em todo caso, concorrência entre os próprios moradores na hora de buscar água para beber. Vão à noite, de madrugada. “Pra não precisar comprar, a gente vai às cinco horas da manhã para conseguir pegar água tranquilo. Sai quentinha”. No momento desta entrevista, a água da bica ainda não era vendida. Um município tão rico em águas não confia na água pública canalizada. Prefere ou comprar ou buscar na fonte. “E vem muita gente buscar água aqui, de Palhoça, de Florianópolis”.

O marido: “Aqui é perto da Serra e do frio, é perto das praias, tem *rafting*, asa delta, tem muitas atrações”. De novo, a ideia de que a água termal é apenas uma das diversas atrações turísticas.

Outra das atrações é elencada por Silvestre. É grande seu envolvimento com avistagem de pássaros, o *birdwaching*. Ele faz trilhas com hóspedes do hotel e outros interessados em conhecer um pouco do Parque do Tabuleiro. Meu informante diz que parte dos hóspedes – muitos deles estrangeiros – não está interessada na água termal, mas apenas na avistagem de pássaros, mais uma alternativa de turismo ligada à natureza e ao Parque do Tabuleiro. É por isso que Silvestre promove trilhas com diferentes graus de dificuldade e realiza um minicurso de observação de aves, espécie de iniciação ao *birdwatching* e palestras ecológicas. Nos hotéis, claro, o visitante é sempre muito bem-vindo, seja qual for o uso que façam das instalações turísticas.

Sua sala funciona como laboratório e exposição de uma coleção de material biológico, quase um pequeno museu ligado às Ciências Biológicas da Ufsc, num convênio com a universidade que mantém ali no hotel três alunos de graduação. De novo, as coleções, como no caso da coleção de fotos do casal de professores idosos. Aqui, trata-se de coleções de pequenos animais, insetos, répteis.

Os alunos fazem coletas e, quando sobra material, eles mandam para ele os restos das pesquisas para TCCs (trabalhos de conclusão de cursos) em zoologia ou botânica – uma coleção de borboletas e outra de cobras, capturadas vivas ou mortas, corais já bastante descoloridas. Sua estante está repleta de trabalhos acadêmicos, revistas e livros sobre os mais diversos assuntos, ricos pelas suas especificidades como, por exemplo, um parasita que vive nas fezes de um determinado pássaro. A ligação dele é com a Engenharia Ambiental e com a Biologia e com os

alunos do curso de graduação em Ciências Biológicas da Ufsc, que recebem bolsas do hotel e têm direito a alojamento, alimentação e transporte.

De maneira informal, temos alunos de pós-graduação em Engenharia Ambiental, Agroecossistemas (Agronomia), Geografia, Ecologia. Teve alunos até de outras universidades – mestrado, doutorado em Biologia da Ufsc, PUC de Porto Alegre, Minas Gerais, Rio de Janeiro, daí a gente só dá o apoio aqui. É bom pelo lado do marketing, marketing verde, ver o pessoal trabalhando com pesquisas, TCCs, dissertações, teses.

Silvestre explica que a informação se torna mais fidedigna porque ela tem amparo científico.

Assim, é muito legal porque muita coisa antes de ser publicada eu já fico sabendo porque acompanho a pesquisa. Estou há 20 anos aqui, isolado, então é muito bom este contato direto com o pessoal da universidade porque sempre me atualizo.

Conforme meu informante, o hotel é procurado em função do contexto. “Ele é um hotel de interior, está às margens de um parque, uma região muito bonita, Serra do Tabuleiro, no fundo do vale, com montanhas em volta. A paisagem já é encantadora”. O hotel oferece diversos serviços de recreação, de lazer, tratamentos.

Aqui, a gente trabalha com termalismo, então todos os apartamentos têm banheira com água termal, piscinas internas, banheiras de ofurô internas, externas. É muito rico em águas aqui, tanto em águas termominerais quanto em águas cachoeirais. Quem quer aventura, tomar banho de cachoeira nas trilhas, é outra opção. Durante a semana, vêm muitos grupos de idosos, terceira idade, então o interesse é mesmo na questão da hidroterapia, também vêm grupos específicos para o spa, para os tratamentos, desintoxicação,

desestressamento, tem várias opções de massagem, e também tem o pessoal interessado em ecoturismo, em fazer trilha e observação de aves. Já recebemos grupos específicos de estrangeiros que só querem fazer observação de pássaros. Não estão nem aí para o resto do hotel. É um filão do ecoturismo mais específico. Eles vêm por causa de alguma espécie que eles não observaram ainda, então eles vêm porque podem ver estas aves que ocorrem aqui.

Os interesses dos turistas podem ser bastante diversificados, com o hotel inserido numa paisagem que tem diversas atrações, além da água termal. O turista, segundo Silvestre, se interessa pela paisagem como um todo e as águas nem sempre são o atrativo principal. “O hotel se instalou aqui na década de 80 a convite da prefeitura municipal e do governador Konder Reis. A primeira exigência do proprietário da rede foi a pavimentação, ele não ia construir um hotel num local com estrada de chão”. São, conforme o Silvestre, 140 apartamentos e o serviço é realizado por funcionários locais. “Dá pra dizer que 98% do quadro de colaboradores são da terra”. O empreendimento é de fora, mas os funcionários são de dentro.

“No verão vira uma muvuca, o hotel é aberto para educação ambiental para alunos, com trilhas e palestras”. Isso não pôde ser observado na prática, mas demonstraria a intenção de fazer com que a comunidade participe das atividades do hotel, pelo menos que o conheçam, numa tentativa de aproximação entre os de fora e os nativos. Está sediada ali também a Associação dos Artesãos de Santo Amaro, que nasceu por iniciativa da mulher de um gerente. “Quatro dias por semana elas trabalham e expõem ali”.

Tem gente que vem só visitar o jardim, fazer fotos de 15 anos, de casamento... O povão vem nas festas juninas. A comunidade não vê isso como um elefante branco porque vem sendo feito um trabalho na área sócio ambiental e sócio cultural e tentamos atrair a comunidade.

Douglas, outro informante, é geógrafo e morador local. Ele comenta que a água termal em Santo Amaro da Imperatriz brota em outros locais, além daquela fonte que nasce no bairro turístico de Caldas da Imperatriz. Dizem que na Várzea do Braço tem água termal. Pode

ser, porque não existe um mapeamento da água termal no município. “Ou ele é feito à revelia do poder público porque senão como é que os árabes escolheram justamente aquela área para construir o *resort*?”, pergunta Douglas.

Ele mostra num monitor de computador o percurso do rio Cubatão, que vai descendo e conserva ainda bastante mata ciliar, recuos, conseguimos também visualizar as áreas em que as lavouras entram no rio e ele está sendo assoreado. A água fica represada. Em Pilões, ele mostra, ocorrem poucas enchentes. A água de Pilões e a água do rio Cubatão são tratadas num mesmo local hoje e é impressionante a diferença de coloração entre elas devido ao esgoto doméstico e aos agrotóxicos. “A água ali também pode ficar salinizada porque é muito baixo. Ela sofre a ação da maré, como em Itajaí”, explica Douglas. “Foi feita uma barragem para evitar a salinização no Morro dos Quadros, em Palhoça. Já Florianópolis tem outros sistemas como a Lagoa do Peri, que abastece o sul da ilha, e tem o aquífero dos Ingleses, no Norte, mas Santo Amaro atende a pelo menos 1 milhão de habitantes, sim, na Grande Florianópolis”, diz ele. Conforme Douglas:

Existe um conflito entre Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas por causa da água termal. Porque Águas Mornas pertencia a Santo Amaro e eles se emanciparam. Na época, eles utilizavam como limitadores naturais um rio, um acidente geográfico, uma cadeia de morros. O centro de Santo Amaro está aqui, é essa linha vermelha, o rio Cubatão é o limite, aqui é o rio Forquilhas, a sede de Águas Mornas é na divisa, passou a divisa é a sede do município – a distância entre as duas prefeituras é de cinco quilômetros. Esta comunidade aqui, da Vargem Grande, o único acesso dela para ela chegar em Santo Amaro é obrigatoriamente via BR-282. Ela passa por Águas Mornas. A afinidade dela é com Águas Mornas. As pessoas, quando necessitam do poder público, recorrem a Águas Mornas. Nos anos 90, tinha a Secretaria do Mercosul e o nosso não era o único caso no Estado. Eram 33 casos de municípios em que foram redefinidos os limites territoriais. 31 aprovaram: Joaçaba e Jaborá não conseguiram definir isso. Águas Mornas queria duas áreas de Santo Amaro, a parte mais ao norte

do município, a outra parte é a parte centro-oeste. A lei diz que para haver a redivisão teria que ter a aprovação pela Câmara de Vereadores. Santo Amaro não concordava, mas foi uma decisão via aquela secretaria que acho que nem existe mais. Santo Amaro recorreu porque não tinham sido seguidos os trâmites legais, na época já tinha este empreendimento do Baden Baden, que é abastecido com água termal e que fica em Santo Amaro. O empreendimento turístico que usa água termal causou o conflito entre os dois municípios. Hoje, o empreendimento está aqui, parte são um condomínio, 70 ou 80 casas (de alto padrão) e o *resort* 5 estrelas alto padrão internacional que vai gerar uma série de impostos ao município. Santo Amaro recorreu em virtude deste empreendimento. Ali bem próximo vai ter uma envasadora de água. Então, além de o condomínio usar água termal, eles têm licença para envasar a água.

As disputas pelo território se acentuaram entre os dois municípios quando ocorreu a instalação do condomínio árabe. Isso porque a geografia da água não respeita os limites físicos do território na sua superfície, já que são águas subterrâneas. As águas termais se formam em virtude de falhas geológicas existentes na região, uma gigantesca falha de mais ou menos 10 km. A água desce e, pra cada 30 metros, aumenta um grau de temperatura e sobe por pressão por meio de outras falhas geológicas. Desconhece-se o mapeamento das falhas da região. “Na Vargem Grande tem água termal, na Várzea do Braço eu escutei de populares que também tem. Hipóteses, suspeitas, faltam estudos que comprovem se existe ou não e onde existe afloramento de água termal no território. A Prefeitura não detém estes dados”.

Como Douglas vê o turismo? “Potencial nosso município tem pra dar e vender. Belezas naturais incalculáveis em virtude da Serra do Tabuleiro, águas termais, a questão dos esportes radicais, voo livre, *rafting*, *rapel*, *trekking*, tem o turismo religioso, é uma gama gigantesca que pode ser explorada, ampliada”. Para ele, o turismo termal é uma das atrações, mas não a principal. Nem o turismo é a principal atividade econômica. Talvez o que possa pesar no futuro seja cada vez mais a água envasada, água de beber, que aparentemente não gera uma renda expressiva para o município.

Vejo ainda muito incipiente este turismo na geração de renda. A própria população não acredita muito nisso, na questão que o turismo pode estar gerando frutos. As pessoas saem daqui e vão pra cidades onde o turismo é mais profissionalizado, como a Serra do Rio Grande do Sul ou algumas cidades de nosso Estado e chegam aqui encantados com a beleza de lá e são belezas construídas. Tu vais em Gramado, claro que tem belezas naturais, mas os atrativos turísticos de Gramado são as belezas construídas pelo ser humano, a arquitetura, a cultura e tudo o mais. Aqui, chegam pessoas de fora, europeus, argentinos e eles ficam impressionadíssimos, sem contar a questão das águas termais, que é um patrimônio incalculável que nós temos e que ainda não é cuidado como deveria.

Douglas já visitou as termas de Caldas da Imperatriz, mas vai ao bairro em especial para pegar água. “Eu pego água pra mim e pro meu tio, em virtude de o consumo ser muito grande, ficam filas gigantescas porque a água abastece os hotéis, a envasadora, então muitas vezes vou ali na fonte próxima ao Águas Mornas Palace Hotel, em Águas Mornas. Lá, a população praticamente não usa”. Em virtude das condições da água captada do rio Cubatão não serem tão boas, a Casan, segundo Douglas, é obrigada a tornar esta água potável, “com esse gosto característico, odor característico”. Ele diz que já é costume usar a água termomineral para beber e cozinhar. “Dá pra dez dias no máximo, até porque depois desse tempo a água fica meio esverdeada. Meu tio acha que tem que encanar esta água para toda a cidade. É uma, mas daí tem a questão da vazão desta água”.

De maneira geral, pelos depoimentos de meus informantes em Santo Amaro da Imperatriz, observa-se que a comunidade não tem quase nenhum controle sobre a exploração do turismo termal. As negociações sobre a ocupação do território via de regra ocorrem à revelia dos habitantes do município, em contratos que envolvem a Prefeitura, mas dos quais a população tem pouca ou nenhuma consciência. Percebe-se, de forma generalizada, uma inquietação com relação a isso e já houve manifestações mais sistemáticas contra esta prática, como no caso das Pequenas Centrais Hidrelétricas, mas quase

sempre a comunidade local ignora o que se passa dentro dos gabinetes. Não me pareceu que haja por parte do poder público transparência, pelo menos com relação aos procedimentos que envolvem a exploração das águas termais e das águas minerais.

3.5 O TERMALISMO EM NUEVA FEDERACIÓN, ENTRE RÍOS, ARGENTINA

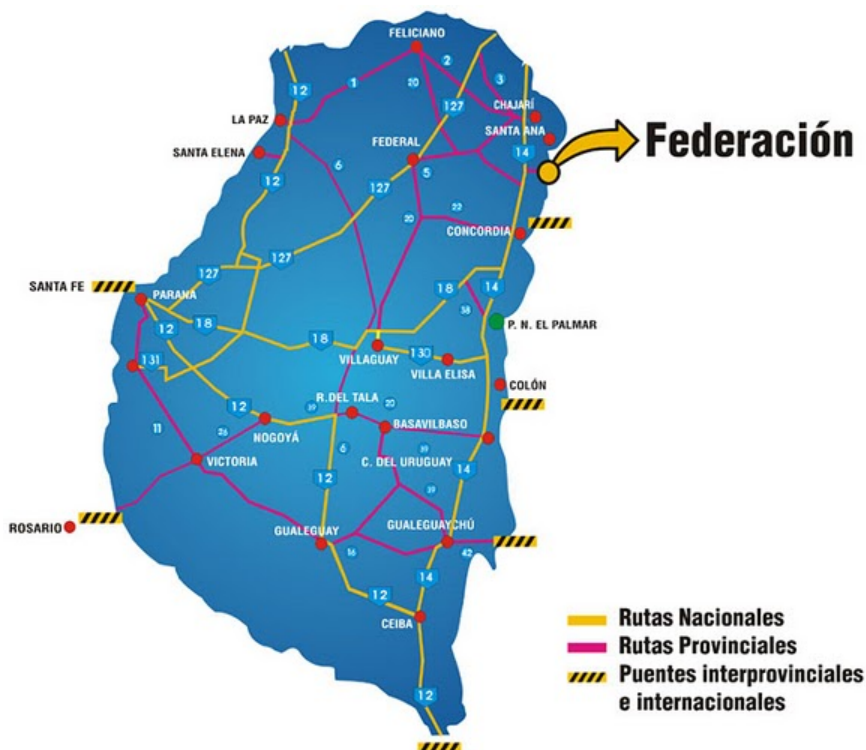
Neste capítulo, pretendo contrastar com Caldas da Imperatriz outra estação de águas termais, Nueva Federación (ilustrações 9 e 10), localizada na província de Entre Ríos, na Argentina, para mostrar como um mesmo recurso natural, a água termal, é capaz de gerar outras formas de exploração turística, com outros agenciamentos (como capacidade de modificar a estrutura, direcionando um olhar, sobretudo, para a intencionalidade dos sujeitos) e gerenciamentos (maneiras de administrar, econômica e turisticamente).

Ilustração 9 – Mapa das províncias argentinas



Fonte: Google Maps.

Ilustração 10 – Mapa da Província de Entre Ríos, onde se destaca a localização de Nueva Federación



Fonte: Google Maps.

Em Nueva Federación, existe um único parque aquático municipal, popular e barato. Ele fica no centro da cidade, ao lado da rodoviária, de modo que está inserido no tecido urbano daquela pequena cidade, o que já prenuncia outro tipo de relação com a população local, diferentemente do bairro turístico de Caldas da Imperatriz, considerado uma ilha, um anexo, em Santo Amaro da Imperatriz, isolado do restante do município, numa área com características ainda bastante rurais.

Os hotéis e pousadas de Nueva Federación, que existem em função da exploração turística do parque termal, ficam no entorno, ao redor das termas, que funcionam da manhã à noite, todos os dias. Os moradores da cidade pagam preços menores que os turistas para frequentá-las e, dentro do parque termal, no entanto, há um setor específico, uma espécie de spa exclusivo, onde uma massagem pode

custar o equivalente a 100 reais ou US\$ 50 dólares (na época da pesquisa).

Neste local, você pode fazer uma máscara facial com champanha e caviar, uma das escolhas exóticas e que sinaliza a possibilidade de “distinção” mesmo dentro de um parque tão popular. O que menos interessa num parque termal, como já vimos, podem ser, justamente, as águas termais e, mais, o encontro entre os pares, a *distinção* promovida por aquele tipo de escolha de destino turístico, quando o relax provém de outras fontes que não especificamente as de água termal.

Em se tratando das águas, uma característica das termas de Nueva Federación é a temperatura delas, com sutis variações entre umas e outras, como de 40 para 41 graus. Na ocasião da visita à cidade, no final de 2012, começo de 2013, estava sendo inaugurada uma piscina com ondas, o parque ampliado com piscinas também de água fria, para uso no verão ou para que se possam alternar banhos frios com banhos quentes, como se fazia na fase ancestral das termas.

Conforme Ramírez (2008) na Argentina, em termos gerais, é possível reconhecer um processo similar ao europeu, na construção das termas. “Desde fins do século XIX começam a se estabelecer grandes hotéis termais (similares às estações termais europeias) como o de Puente del Inca, em Mendoza, Termas de Reyes, em Jujuy, ou o de Rosario de la Frontera, em Salta, orientados para grupos sociais mais bem acomodados. Posteriormente, se consolidarão novos destinos turísticos termais massivos como Río Hondo, na província de Santiago del Estero (fortemente vinculado ao turismo social e da terceira idade), e Carhue, na província de Buenos Aires; ou os exclusivos complexos termais de Caviáhué e Copahue, na província de Neuquén, que constituem a oferta de equipamento termal mais reconhecida e consolidada do país.

A Argentina oferece mais de 30 centros de “águas terapêuticas” e, só na província de Entre Ríos, podemos encontrar as termas de Nueva Federación, objeto do presente estudo, mas também as termas La Paz, San José, Concórdia, Villa Elisa, Chajarí, Concepción del Uruguay, Colón e Gualaguaychú. Tive oportunidade de visitar quase todas, embora tenha concentrado a pesquisa de campo em Nueva Federación. Ramírez (2008) explica que é extremamente complexo o processo de como se dá a apropriação do recurso termal e a maneira como se exploram estes recursos na Argentina.

Um primeiro ordenamento pode ser estabelecido em função da cronologia em que surgiram os destinos termais na Argentina, desde o final do século XIX, quando começam a se estabelecer grandes hotéis termais, geralmente localizados ao longo da Cordilheira dos Andes. “São empresas privadas”, diz o pesquisador. “São grandes hotéis, que tendem a imitar a função e a estética das estações termais da Europa Ocidental do século XVIII”.

Esta configuração, conforme o estudioso, começa a mudar na década de 1990, quando os destinos termais emergem na província de Entre Ríos, onde Nueva Federación foi o destino precursor. A oferta de destinos termais continua a crescer e se consolida na primeira década do século XXI, quando o aproveitamento do recurso termal é configurado e se efetua em equipamentos denominados de parques termais.

Vão ser os parques termais o formato que se espalha não só na província de Entre Ríos, mas também na província de Buenos Aires, formando e moldando um novo tipo de uso da água, que difere dos destinos termais já estabelecidos (Termas de Río Hondo, por exemplo, na Cordilheira dos Andes).

Com relação à forma de propriedade e gestão dos parques, é um tema extremamente complexo e diversificado e não se trata de situá-los apenas como empreendimentos públicos (municipais, provinciais, nacionais) ou privados. Há, grosso modo, dois critérios, conforme Ramírez, para a apropriação e gerenciamento do recurso termal na província de Entre Ríos. Por um lado, temos que nos dar conta de quem assumiu as diferentes fases do aproveitamento do recurso (estudos de prospecção, de perfuração, construção dos equipamentos do parque e sua posterior gestão), uma vez que todos os parques (exceto o que fica em Concórdia) são municipais. Em alguns casos, houve, posteriormente, uma concessão a um agente privado (embora em alguns casos se estabeleçam sociedades anônimas e o município receba alguma porcentagem das ações, ou a gestão dos parques é transferida para uma instituição pública, como em Colón, onde o parque é administrado pelo Fundo de Pensões do Município).

Por outro lado, também podemos diferenciar as funções dentro de cada parque termal, já que muitos deles apresentam uma área de piscinas (e todo o equipamento para seu uso), algum spa (e este específico equipamento, em geral, é privado) e uma área contígua à das piscinas onde se constroem alojamentos. Este último aspecto é mais que complexo porque sua dinâmica é a imobiliária e há casos em que ocorra a concessão do parque, em que uma sociedade anônima administra a

área das piscinas, mas logo loteia e vende os lotes da área contígua a investidores privados, os quais constroem apartamentos para alugar.

Situação que se soma a uma nova complexidade, já que as áreas adjacentes às piscinas (mas que fazem parte dos parques termais) têm uma dinâmica diferente daquela do aproveitamento e controle do recurso termal e, conseqüentemente, do controle e gestão da área das piscinas, mas seu crescimento está diretamente vinculado ao “exitoso” funcionamento da área de piscinas.

Em suma, ainda conforme Ramírez, pode-se sintetizar a situação dos destinos termais da província de Entre Ríos em termos de propriedade do imóvel e da forma atual de sua gestão: Chajarí: o parque é de propriedade e gestão municipais. O prédio apresenta uma área adjacente que se está urbanizando a partir da venda de lotes, que o próprio município realiza. Nueva Federación: parque de propriedade e gestão municipais que não apresenta área adjacente com alojamentos. Concórdia: possui três parques termais, o mais importante e o primeiro a ser construído tem gestão privada (é o único da província de Entre Ríos onde todas as etapas foram realizadas de forma privada), ainda que, como o recurso é público, na realidade equivale a dizer que o parque termal é privado, porque o município lhes deu a concessão por 40 anos. Além disso, é o caso em que uma empresa gerenciava o uso das piscinas, mas, em seguida, vendeu lotes na área adjacente e as lojas foram construídas envolvendo vários investidores privados. O segundo parque é gerenciado e controlado pelo município e não tem área adjacente, enquanto o terceiro é na verdade um “spa hotel” e está prestes a ser inaugurado. Villa Elisa: parque termal construído pelo município que, em seguida, transferiu-o para uma gestão privada, uma sociedade anônima que destina 33% das ações para o município. Trata-se de um caso particular de parceria público-privada. O parque tem um hotel e cabanas ao lado, também produtos da venda de lotes na área. Colón: O parque é municipal, mas deu o direito de usar por 20 anos para o Fundo de Pensões do Município, por causa de uma dívida da administração anterior do prefeito com este organismo. O fundo age como uma empresa privada com fins lucrativos. O parque não tem uma área contígua com alojamento. San José: o parque é da cidade, mas também dado em concessão à iniciativa privada. O parque não tem uma área contígua urbanizada. Concepción del Uruguay: parque construído pela cidade, mas, em seguida, dado em concessão a privados. Ele é administrado por uma sociedade anônima. A área de piscinas e a área

adjacente estão sendo urbanizadas para dar lugar à construção de alojamentos e segundas residências (é mais um condomínio fechado que um parque termal). Gualeguaychú: dois parques termais. O mais recente é privado e muito semelhante ao de Concepción.

Ramírez se preocupa em especial com as problemáticas vinculadas à realocização da cidade de Nueva Federación e à memória coletiva que se tem deste processo em articulação com a apropriação simbólica do recurso termal. As águas termais, ali, vieram depois, como problemática da população de Nueva Federación.

Neste caso, as águas minerais-medicinais se configuram como o recurso por excelência sobre o qual se apoia o crescimento econômico do lugar e sua consolidação como o destino termal de maior importância de toda a província. Trata-se de uma população com histórico de três reassentamentos, o primeiro deles ocorrido em 1847 (Patti e Catullo, 2001).⁶⁸ Um século depois, o convênio binacional do projeto de implantação da usina hidrelétrica de Salto Grande, assinado em 1946, foi outro momento marcante de Nueva Federación, porque a cidade permaneceu literalmente “paralisada” aos olhos da população local para, somente três décadas depois, em 1979, começar o “êxodo” para o reassentamento em uma cidade que estava ainda, literalmente, em construção.

A grande diferença entre Nueva Federación e Santo Amaro da Imperatriz, em termos de história, se situa em 1994, com a “descoberta” das águas termais que proporcionaram a transmutação de Nueva Federación, a partir de 1997, na nova e esperançosa Cidade das Termas. A população teve um incremento de 15,6% na década de 1980, passando de 8.845 habitantes para 10.427.⁶⁹ Em 2001, a população cresceu 27,9%, alcançando 14 mil habitantes e, em 2010, chegou aos 16 mil habitantes.⁷⁰

⁶⁸ As informações sobre Nueva Federación foram retiradas do estudo supracitado (CASTELLS, REIS, CATULLO, 2005), publicado no Cuadernos de Antropología Social n. 21, 2005.

⁶⁹ Fonte: Censos Nacionales de Población y Vivienda.

⁷⁰ Fonte: Dirección de Estadística y Censo de Entre Ríos – DEC-ER –, a partir de dados provisórios do Censo Nacional de Población y Vivienda 2010.

Ilustração 11 – Parque termal em Nueva Federación, Entre Ríos, Argentina



Fonte: www.pasajesaentrieros.com.ar

Ilustração 12 – Detalhe de uma das piscinas internas de Nueva Federación



Fonte: Dagoberto Bordin. No inverno, é possível fechar todas as portas de vidro e o local se transforma numa espécie de estufa.

Ramírez (2008) focaliza dois aspectos na construção de Nueva Federación como estação termal: o primeiro se refere à participação de setores da população no próprio processo de exploração do recurso termal – uma ação que veio “de baixo” – e a posterior construção e inauguração do parque termal. Ele analisa também os significados deste processo para muitos habitantes locais, que assinalam uma “positividade” ao crescimento do turismo termal como forma tanto de resistir como de “ressurgir” depois de haver atravessado sucessivos, traumáticos e tristes processos de realocização.

Um poema de Martha Arias dá a dimensão da melancolia do povo que teve pela terceira vez que ser removido, uma história de deslocamentos e de desapego forçado:

Yo nací en un pueblo de calles tranquilas, en un manso pueblo de vida serena, donde fugazmente truncaban la siesta, solo el aleteo de las hojas

nuevas. Yo nací en un pueblo de enripiadas calles, donde cada hombre tenía su amigo, donde cada niño cuidaba su perro, donde se pescaban estrellas con hilos. Yo nací en un pueblo de la enterrianía, en un viejo pueblo que alquiló una luna, para que en las noches, sobre el horizonte, le cantara al río canciones de cuna. Yo nací en un pueblo de arboladas calles, y de naranjales rubios como el trigo, que perdió su luna y apagó su estrella, y dejó enterrado todo lo que digo. Yo nací en un pueblo que murió vacío, y ofrendó su vida y ocultó sus playas y por el futuro ¡pobre pueblo mío! se rindió al progreso y se hundió en el río. Y por el futuro ¡ay... Federación! la gente te añora con el corazón.

Ilustrações 13 e 14 – A cidade velha, antes e depois do alagamento



Fonte: Imagens reproduzidas da exposição de fotos que há no Museo de la Imagen, na Cidade Velha e capturadas originalmente do relógio da igreja, a primeira em abril e a segunda em maio de 1979.

Ilustração 15 – A igreja, que foi parcialmente remontada em Nueva Federación



Fonte: Reprodução de fotografia encontrada no Museo de la Imagen.

O segundo aspecto se refere à análise dos vínculos entre o setor público e o setor privado em torno da dinâmica econômica e territorial do setor de turismo, tendo como resultado específicas formas de desenvolvimento socioeconômico e de produção do espaço urbano.⁷¹

⁷¹ RAMÍREZ, L. Turismo, naturaleza y territorio. *El turismo termal en la localidad de Federación (Provincia de Entre Ríos, Argentina)*. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Turístico Sustentável, p. 13. Universidad Nacional de Mar del Plata, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, 1998.

Primeira perfuração termal da chamada Mesopotâmia Argentina, a água, no caso de Nueva Federación, não brota à superfície, como em Santo Amaro da Imperatriz, mas vem de uma profundidade de 1.260 metros, onde encontra o chamado aquífero Tacuarembó ou Guarani, o mesmo do qual se nutrem todas as termas no Uruguai e a maioria das termas no Brasil. Nas termas de Nueva Federación, as águas fluem na quantidade de 450 mil litros de água por hora a 43°C de temperatura. O complexo fica localizado próximo do lago de Salto Grande, no meio de 2,5 hectares de florestas.⁷²

Assim, é importante mencionar que, desde os inícios até a atualidade, as obras foram impulsionadas e executadas pelo governo municipal (em articulação com setores da população local). Esta situação conduziu a uma característica distinta do desenvolvimento turístico em Nueva Federación, quando comparado com Santo Amaro da Imperatriz, porque o complexo termal é propriedade do município, é administrado e gerido pelo município, que monopoliza a exploração do recurso termal na localidade, como também ocorreu numa das fases iniciais do processo de exploração do recurso termal em Santo Amaro da Imperatriz.

Em outras palavras, não ocorre em Nueva Federación o aproveitamento econômico do recurso em estabelecimentos privados, só há um poço de perfuração e só há um estabelecimento estatal que proporciona o usufruto das águas termais. Esta é uma característica central que organiza todo o restante da oferta de infraestrutura turística, que cresceu e se diversificou na medida em que o parque foi sendo incrementado tanto com relação à quantidade de visitantes recebidos como com relação à oferta de serviços, atividades e melhoramento de sua infraestrutura.

Uma de minhas informantes em Nueva Federación trabalha no setor de Turismo do município. Ágata garante que o turismo é a atividade que mais gera empregos em Nueva Federación atualmente⁷³ e explica também que, antes da inauguração do complexo termal, a população decrescia e que, agora, a população voltou a crescer.

⁷² Como no caso de Santo Amaro, trata-se de uma espécie de reserva ecológica. Mais em: www.argentinaturismo.com.ar/federacion/termas.php e http://turismo.perfil.com/4687-argentina-termal-de-punta-a-punta/termas_turismo_1_61211.

⁷³ Entrevista realizada em fevereiro de 2013, em Nueva Federación.

Em termos de acomodação para os turistas, ela descreve: “A cidade tinha 50 leitos e hoje tem 5 mil. Isso em menos de 15 anos!”, comemora. “A maioria dos turistas vêm de Buenos Aires”, especifica. Ela acredita que os novos moradores encontram em Nueva Federación valores que, nas grandes cidades, estão perdidos: a segurança, a liberdade. “Nossos filhos podem ir para a escola sozinhos, de bicicleta”, assegura. “Têm este privilégio de crescer num lugar pequeno, porque a liberdade individual e a segurança são temas complexos nas cidades grandes”. Ágata explica que chama muito a atenção dos visitantes a limpeza da cidade de Nueva Federación. “Cada casa tem esses jardins em frente. As pessoas vêm para fazer turismo e, depois, acabam ficando, veem oportunidades de negócios, de hotéis, de restaurantes”.

É por isso que o turismo, como atividade, é a primeira geradora de emprego em Nueva Federación, superando, juntas, a indústria de madeira (as serrarias), a citricultura e a apicultura.⁷⁴ O turismo é o responsável direto pelo crescimento populacional de Nueva Federación – de 100%, em 16 anos (de 10 mil habitantes, em 1995, para 20 mil, em 2011).

É também o responsável por obras complementares levadas a cabo por governos provinciais e/ou municipais e tem contribuído com a educação, a cultura geral, as relações sociais da comunidade local. Permite, ainda, o conhecimento de outras culturas, num impacto favorável dada a inserção laboral de pessoas com pouca capacitação. Por último, conforme a especialista, o turismo permitiu a instalação de uma sede universitária (Facultad de Ciências de la Gestión – Universidad Autónoma de Entre Ríos, subsede Federación).

O aluno pode se formar em hotelaria e terá grande chance de ser empregado. O turismo estimula o embelezamento das casas e da cidade porque, com a crescente afluência de turistas, é notável como a própria população se estimula a fim de manter limpas as suas casas e ruas.

⁷⁴ Pesquisa realizada por Noralí Wallingre, da Universidad de Quilmes, Buenos Aires, para a Secretaría de Turismo de Nueva Federación. O texto tem como título “Repercusión Económica y Social del Turismo em Federación” e foi publicado em novembro de 2011.

Ágata é natural de Nueva Federación, vem de uma família de comerciantes e, quando surgiram as termas, a família passou a trabalhar com turismo, em um hotel. Ela foi gerente deste hotel durante 15 anos. “A Secretaria de Turismo até então era ocupada por ser um cargo político”. A exceção, ela conta, foi um médico que estudava termalismo e chegou a ser titular da pasta.

Uma das metas de Ágata é transformar a Secretaria de Turismo em Secretaria de Turismo e Meio Ambiente. “Vamos recuperar os 22 hectares de reserva de Chaviyú, ao sul da cidade, onde ainda há vegetação nativa, porque o represamento do rio acabou com a vegetação e o ambiente natural foi totalmente modificado”. A reserva de Chaviyú será zoneada para que não se retirem mais mudas nativas, e uma área vai ser habilitada para *camping*, onde já estão sendo construídos banheiros e fogões.

Com relação aos demais patrimônios, além do complexo termal e da reserva de Chaviyú, minha informante comenta que a represa que submergiu a cidade antiga é hoje, também, uma atração turística e um patrimônio – muita gente faz piquenique e churrasco nas margens do lago e é possível, em alguns pontos, tomar banho na represa e praticar esportes náuticos. Em Nueva Federación, uma cidade inteira submergiu com suas memórias por causa de uma represa e agora esta mesma represa passa a constar como atração turística e faz parte de um patrimônio histórico local, um patrimônio de certa forma “natural”, também, já perfeitamente integrado à paisagem. Não deixa de ser paradigmático que se instale uma represa gigantesca onde antes não havia água e isso, com algum tempo, passa a constituir uma paisagem vista como natural.

Em Nueva Federación, o parque termal é considerado um patrimônio da municipalidade, ao mesmo tempo em que ocorreu a turistificação da represa. Involuntariamente. Poderíamos nos indagar se se trata de um contra-uso⁷⁵ da represa porque, às margens dela, formaram-se espécies de praias hoje tão ou mais importantes e populares em termos de turismo para Nueva Federación quanto o próprio parque termal.

⁷⁵ PROENÇA LEITE, R. **Contra-usos e espaço público**: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, junho/2002.

São outras águas de banhar, as algas em algumas épocas do ano se proliferam em diversos pontos, trata-se, no caso, de águas frias e com o acréscimo de que ali também se pode praticar a pesca e os esportes náuticos, com câmeras de pneus ou lanchas. E fazer churrascos, levar farofa, o que não se vê dentro do parque termal, onde existe um restaurante e é para lá que todos se dirigem. Isso se quiserem permanecer dentro do parque, porque muitos preferem comer nos restaurantes e lanchonetes das imediações.

Os que frequentam a represa parecem pertencer a uma classe de pessoas menos abastadas que aqueles que frequentam o parque termal, ainda que possam ser usuários das duas atrações turísticas concomitantemente, em sua estada na cidade. Dentro do parque termal, há mais regras a seguir, o uso da água parece ser mais domesticado. Já o público da represa prefere fazer suas compras nos mercados locais e se dirigir para as churrasqueiras, públicas, que ficam nas margens da represa, onde há mesas e banheiros. Os que frequentam a represa se situam mais nas margens da cidade, que é toda banhada pela represa tanto ao norte quanto ao sul.

Há um museu na represa, próximo dali, e se fazem visitas guiadas. Na Cidade Velha, tem o Museu da Imagem, com fotos da cidade, como era e como ficou, e uma pequena mostra de peixes da região. Trata-se do museu instalado na antiga escola, com uma exposição permanente de imagens ampliadas da cidade velha e da nova cidade, da destruição da cidade velha, com poemas de melancólicos autores locais.

Ali, a infraestrutura é precária, não há uma lanchonete – nem um copo de água se pode beber no local – e o número de peixes nativos é bem menor do que o anunciado nos fôlderes – e eles ficam nuns tanques de cimento, no interior de umas salas escuras, o que dificulta bastante que se possa vê-los de verdade. As tartarugas, no lado externo, no meio de um jardim, são manuseadas pelos visitantes e esperneiam em suas mãos enquanto três lagartos vivos se espremem num árido cubo de vidro, expostos ao sol de forma bizarra, antinatural. O museu pertence ao dono do único jornal da cidade, que não é diário. Eduardo Martínez é também autor do livro que conta a história da realocização, *El agua termal em Federación, la mejor historia* (2011).

No Museu da Imagem, é possível perceber o estado de espírito das pessoas que foram forçadas a se mudar da Cidade Velha para Nueva Federación. Além das imagens de como era linda a Cidade Velha e de

como foi feita tanto a sua destruição quanto o começo da construção da nova cidade, há muita reflexão sobre as memórias da população em diversos textos reproduzidos, em painéis, entre as imagens. Eles dão um tom soturno às lembranças. Um desses textos é um fragmento da obra de Agustín Francisco Gibert: “Vão nos pagar as recordações, os filhos que se foram, as árvores que cresceram durante toda uma vida?”, pergunta. “Vão pagar nossas vidas, nossas raízes, nossa identidade, como se fosse uma camisa nova?”.

Há também o Museu dos Assentamentos, daí já na cidade nova. Os dois, na opinião de Ágata, podem ser considerados patrimônios de Nueva Federaci3n. Ela menciona entre as atuais atra33es de Nueva Federaci3n o Carnaval, que agora est3 se recuperando. “É uma manifesta33o cultural do povo”. Para Ágata, no entanto, as termas é que s3o o maior atrativo. “Todos os hotéis e empreendimentos se beneficiam de um neg3cio que é de todos”. Os recursos do solo, em sua grande maioria – ela fala agora de outras termas pelo Pa3s –, s3o estatais. Mas há hotéis, na Argentina, que t3m explora33o privada.

O patrim3nio é visto como refer3ncia e, ao mesmo tempo, como recurso. Com caracter3sticas distintas, os outros centros termais est3o mais pr3ximos das cordilheiras e quase todos s3o mais ligados ao uso da 3gua, segundo ela, como terapia de enfermidades: para a pele, para os ossos. “As termas daqui est3o mais direcionadas ao l3dico, ao recreativo, ao relax, e tamb3m ajudam na preven33o de doen3as e para baixar o n3vel de estresse”, diz Ágata. “Um parque termal é uma coisa mais socializadora que uma banheira, num hotel. E a renda é distribuída mais democraticamente”, explica.

Ainda nesse campo da discuss3o do patrim3nio como produto econ3mico, a leitura de Arantes (2001) pressup3e uma distin33o conceitual entre *patrim3nio-refer3ncia* e *patrim3nio-recurso*. Para ele, na “economia simb3lica do patrim3nio”, o primeiro seria relativo ao bem patrimonial como s3mbolo – sentidos enraizados na vida coletiva – e o segundo como alegoria, no qual o signo n3o é associado a um referente; faz a ele apenas uma alus3o ic3nica. A natureza aleg3rica do bem patrimonial é tamb3m simb3lica, na medida em que o consumo de um bem cultural – seja est3tico, seja l3dico – implica usos e processos de apropria33o de signos e da3 podermos distinguir entre o “valor de uso” e o “valor de troca” dos bens (ARANTES, 2001, p. 135).

De fato, conforme Ram3rez, o aproveitamento do recurso das 3guas termais em Nueva Federaci3n se efetua, desde o primeiro momento, a partir da constru33o do parque termal, conformando o

equipamento que possibilita seu uso para fins turísticos e recreativos, e que, ao mesmo tempo, monopoliza e concentra o aproveitamento do recurso termal na localidade.

A inauguração do parque, em 1997, é o resultado de um processo que se iniciou cinco anos antes. Concretamente, o aproveitamento do recurso termal teve origem com os estudos de prospecção levados a cabo pelo governo local em 1992 para avaliar a existência de águas termais no subsolo. Este fato se associa estreitamente ao contexto socioeconômico de crise que apresentava a Argentina, em geral, e a localidade de Nueva Federación, em particular, até fins da década de 1980 e princípios da década de 1990.

O comércio se fortaleceu muito e a população, de forma quase permanente, vive de recursos que provêm do turismo. Ao mesmo tempo, os serviços que existem para os turistas estão à disposição de todos. “Quando eu era menina, era impossível tomar um sorvete a não ser que fosse entre janeiro e março. Hoje, há quatro sorveterias que funcionam o ano inteiro. A demanda é bastante parelha”.

Em Nueva Federación, a exemplo de Santo Amaro da Imperatriz, há outros patrimônios que poderiam ser preservados, como, por exemplo, o cemitério, que ainda é utilizado, e o hospital, na Cidade Velha. E há a antiga Escola 44, onde se localiza o Museu da Imagem. Ágata diz que começa a ser feito um projeto que tem várias etapas e a primeira delas é identificar os lugares e ver “o que cabe em termos de legislação”. É curioso notar que o processo de patrimonialização de um bem, ao mesmo tempo, estimula a criação de novos patrimônios e pressupõe, necessariamente, o apagamento de outros possíveis patrimônios.

Os movimentos patrimoniais que incluíam a identificação, a restauração, a preservação e a difusão de bens móveis e imóveis foram o produto de escolhas, de seleções, de decisões e de julgamentos. (...) Estas escolhas é que definem quais memórias iluminar e quais apagar (ABREU, p. 22).

Primeiro, segundo Ágata, vão ser recuperados os espaços para circulação, “porque na Cidade Velha funciona uma área industrial que cria uma grande quantidade de lixo, gerando focos para queima desses detritos. “Há muito lixo. As indústrias se apropriaram de toda a área e

isso anulou a circulação”. Vão, então, recuperar a circulação. O hospital, o cemitério e o leprosário, segundo ela, também são possíveis patrimônios a serem recuperados. E há uma pequena capela, no cemitério, uma capela que era parte de um jardim de infância que assistia a quase toda a comunidade – ela também poderia ser patrimonializada.

O jardim já não está mais ali, mas a capela é uma ruína e aqui podemos refletir sobre o que diz Proença Leite sobre ruínas como patrimônio e atração turística, isto é, a possibilidade de se valorizar a ruína enquanto parte do patrimônio dentro dos processos de intervenções urbanísticas. Para Proença Leite e Paulo Peixoto, as ruínas ocupam um lugar na formação e no funcionamento da memória coletiva.⁷⁶ Já para Simmel, a ruína pressupõe uma vingança da natureza.⁷⁷

(...) quando o edifício rui significa que as meras forças da natureza começam a predominar sobre a obra humana: a equação entre natureza e espírito desloca-se em favor da natureza. Este deslocamento leva qualquer ruína para a sombra da melancolia, pois o desabamento aparece como a vingança da natureza pela violação que o espírito lhe impingiu. Todo processo histórico da humanidade constitui o predomínio paulatino do espírito sobre a natureza, que ele encontra fora de si – mas de certa maneira também em si (SIMMEL, 1998).

De modo que destruir um monumento intencionalmente – ou permitir que ele se arruine – é como destruir um pouco de si mesmo, como o ser natural que destrói o cultural que ele também, ao mesmo tempo, é.

⁷⁶ PROENÇA LEITE, R., Peixoto, P. **O patrimônio como elixir de políticas urbanas**: notas sobre o bairro do Recife e a zona histórica da cidade do Porto, em www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/. Acesso em 30 de junho de 2013.

⁷⁷ SIMMEL, G. *A ruína*. In: SOUZA, J. e ÖELZE, B. **Simmel e a modernidade**. Brasília: UnB, 1998, p. 137-144.

O homem faz-se com isso cúmplice da natureza e agente da atuação desta, que vai no sentido oposto à sua própria essência. Esta contradição toma da ruína habitada o equilíbrio entre o sensitivo e o suprassensitivo, com o qual as tendências opostas da existência atuam na ruína abandonada, e lhe dão aquilo que é problemático, aflitivo, frequentemente insuportável, com o qual estes sítios que escapam à vida continuam, no entanto, a atuar sobre nós como moldura de uma vida (SIMMEL, 1998).

Como diz Abreu, “(...) o território das memórias não é um território apaziguado, pelo contrário, constitui um campo de disputas e de tensões. Não é tudo que fica” (ABREU, p. 32). Assim, haveria também, na Cidade Velha, em Nueva Federación, a antiga estação de trem, hoje submersa. “Todos os pontos estão sinalizados com umas colunas e também podem ser mostradas, debaixo da água, as bases da prefeitura, a estação de água e a igreja. Conforme minha informante, dá para navegar ou mergulhar e identificar alguns pontos”.

Ágata diz que Nueva Federación tem uma história muito parecida com Itá, em Santa Catarina, no Brasil, porque em Itá também a cidade foi realocada. Depois de uns anos, eles também encontraram águas termais, e se trata do mesmo rio, o Uruguai. “Eles também têm uma cidade chamada Concórdia, a 50 km, como Nueva Federación. Tem mais uma similitude: a torre da igreja”. Nos dois casos, as torres das igrejas sobreviveram ao alagamento provocado pelas represas.

Em Nueva Federación, ela diz que naquele momento – o governo era militar – eles diziam que como o lago ia ser navegável a torre poderia ser um risco. “Não ia, porque fica muito perto da margem. Poderiam ter mantido”. Ágata conta que trouxe para Itá, quando esteve no Brasil, a proposta de irmanar as duas cidades. “Mas como eles estavam mudando a prefeitura, o governo, isso ficou em suspenso. Era um evento para cuidar do rio Uruguai porque ele é compartilhado por todos”.⁷⁸

⁷⁸ Um problema que é mais complicado, neste momento, com as fábricas de papel da Botnia (em Gualeguaychú). “A província tem o maior número de ligações com o Exterior e uma das pontes esteve fechada por quase dois anos justamente por causa da instalação das papeleiras”.

Neste tipo de circuitos, outra de minhas informantes, Gaia, também ressalta o valor patrimonial das ruínas e de como este valor pode encontrar ressonâncias entre os locais e os turistas:

Nos impressionou nas nossas viagens de aventura pela América do Sul a encantadora Cordilheira dos Andes, na fronteira da Argentina com o Chile, em especial as ruínas de um hotel em Puente del Inca, a 2.720 metros de altitude, completamente destruído por uma avalanche em meados dos anos 60, que preservou apenas a igreja lateral.

Gaia relata que o hotel agora destruído, próximo à ponte natural sobre o rio Las Cuevas, era uma construção sólida, suntuosa, com acesso subterrâneo aos banhos termais. “Nessa área, emergem fontes de água quente carregada de minerais, borbulhando ininterruptamente”.

Um poema de Eduardo Galeano, publicado no “Livro dos abraços”, em trecho reproduzido no museu da Cidade Velha, em Nueva Federación, dá uma ideia do que é, para os mais idosos moradores, visitar a antiga cidade.

La querencia/2

Cuando llega la sequía, y se lleva las aguas del río Uruguay, la gente de Pueblo Federación regresa a su perdida querencia.

Las aguas, al irse, desnudan un paisaje de la luna; y ellos vuelven.

Ellos viven ahora en un pueblo que también se llama Pueblo Federación, como se llamaba su pueblo antes de que lo inundara la represa de Salto Grande y quedara hundido bajo las aguas. Del viejo pueblo ya no asoma ni la cruz en lo alto de la torre de la iglesia; y el pueblo nuevo es mucho más cómodo y mucho más lindo. Pero ellos vuelven al pueblo viejo que la sequía les devuelve mientras dura.

Ellos vuelven y ocupan las casas que fueron sus casas y que ahora son ruinas de guerra. Allí, donde la abuela murió y donde ocurrieron el

primer gol y el primer beso, ellos hacen fuego para el mate y para el asado, mientras los perros escarban la tierra en busca de los huesos que habían escondido (GALEANO, E., **El libro de los abrazos**).

3.6 TRADIÇÃO DE HOSPITALIDADE

Outra de minhas informantes em Federación, Beatriz, é proprietária de um dos primeiros *hostels*⁷⁹ locais, o Palmas del Lago. Ela conta que a menos de um quilômetro de Nueva Federación existem as termas de Arapey, no Uruguai. A “aparição” do turismo termal na esfera municipal como opção econômica viável se vincula diretamente com o reconhecimento das experiências turísticas termais nas localidades de Daymán, Guaviyú e, justamente, Arapey, no Uruguai.

Nestas localidades, próximas de Nueva Federación, o aproveitamento do recurso termal com fins turísticos apresenta uma larga tradição que remonta à década de 1940, convertendo-se em uma atividade econômica tradicional (como eram as serrarias, antigamente, em Federación), e inclusive apresentando o parque termal como o equipamento especializado difundido em todas as localidades. “Então”, diz Beatriz, “o prefeito imaginou que ali também haveria águas termais e, em 1994, começaram a perfurar. Algumas das máquinas vieram de Belém, no Brasil”.

Beatriz conta que, em 1979, começou a remoção da cidade, para dar lugar à represa de Salto Grande. “Até aquele momento, era a maior pobreza porque só tinha serrarias, umas 70, mas daí acabaram os eucaliptos e acabou a madeira que vinha do Brasil pelo rio Uruguai”. Quando casaram as filhas, Beatriz reformou a casa e a transformou

⁷⁹ Espécie de hotel quase sempre mais simples e de cômodos compartilhados e que são chamados mundialmente de *hostels*, para usar a palavra inglesa (pl.). Albergue, hospedaria, abrigo são outras opções de tradução, assim como refúgio. Esta foi minha opção de hospedagem para o campo em Nueva Federación e em Buenos Aires. Creio que o que distinga o hóspede dos *hostels* seja o desejo de contato com outros turistas e moradores locais, em detrimento da falta de privacidade. De maneira geral, os *hostels* de Buenos Aires têm altíssima rotatividade e podem se subdividir em várias categorias, desde os mais simples ou em bairros mais afastados até os *hostels design* ou *hostels* boutiques.

numa hospedaria, em 1997. “Agora, na cidade, tem mais hotel que casa”, brinca. “No começo”, ela conta “a água termal chegava nas casas, mas depois tiraram”. Os hotéis, os negócios que se abriram, todo mundo vive hoje do turismo, relata Beatriz.

A história do povoado, no entanto, começou muito antes. Em 1810, conforme minha informante, o general Belgrano distribuiu títulos de terras num local chamado Mandisoví, mas, em 1853, ele transferiu a cidade para onde está hoje a cidade velha, para transformá-la num porto. Mandisoví era um povoado e ele, de certa forma, ainda existe: “São de fato dois povoados, um maior e um menor, mas estão quase despovoadas”. É por isso que Nueva Federación é chamada de “a cidade dos três traslados”.

Em 1945, minha informante relata que já avisavam que a cidade ia ser removida.

Era como um fantasma. Vai sair, não vai sair. Os militares fizeram um plano de uma cidade faraônica. As casas se comunicariam umas com as outras. A gente via aquilo... Depois, começaram a fazer cada vez menos, no final, queriam dar uma casa de dois quartos para cinco pessoas. Filhos de 50 anos iam ter que voltar a dormir com suas mães. Houve sorteio pra dar as casas. Teve brigas. Foi horrível. Eu morava a uma quadra da casa da minha mãe e me deram de aluguel uma casa porque meu pai era amigo do intendente. Fiquei a duas, três quadras da minha mãe. Eles davam 30 anos pra pagar e muita gente pagou à vista do próprio bolso. Mas, depois, muita gente que tinha pago perdeu porque, passados 15 anos, eles perdoaram as dívidas. Tinham que ter dado casa de graça pra todos. Nós nos sacrificamos para dar luz para o Uruguai e para a Argentina. Muita gente vendeu tudo a preço de banana e foi para outras cidades. Depois, se arrependeram.

Beatriz conta que as amigas de toda a vida ficaram longe. “Foi mais difícil a gente se congregarem de novo. A casa da polícia tinha torres, era linda”, lembra. Ela relata que a população assistia às demolições. “O que veio inaugurar foi o Videla, o mais terrorífico dos militares”. Beatriz considera a cidade inteira como um patrimônio e acha que tem que continuar sendo plana, sem edifícios.

“Começaram a fazer um prédio e a população se juntou para proibir”, conta. “Se querem apartamentos, que façam longe daqui”. Na opinião da moradora, a cidade cresceu e não foi planejado que crescesse tanto. “Agora você sai das casas bonitas e cai num favelão, uma coisa sem calçada, sem cloacas”. Isso dá a entender que talvez o lucro das termas não seja assim tão bem distribuído entre a população quanto se imagina.

Beatriz diz que a maioria dos seus hóspedes vem de Buenos Aires. “Mais de 90%. O pessoal foge da violência, da poluição. Já chegam na sexta-feira de tarde”. Em janeiro, ela diz que tem mais gente, mas há turistas o ano todo. A população de Nueva Federación frequenta as termas, conforme ela, mas prefere ir quando não tem feriadão e quando não tem tanta gente de fora. “No verão, temos praia na represa. O único problema é que a água é muito parada e então cria uma espécie de alga, ou fungo, porque a água não corre”, explica.

Minha informante parece muito orgulhosa dos atrativos turísticos do município, tanto da represa quanto do parque termal. A decisão política de não privatizar o parque e manter um acesso baseado em entradas de baixo custo incentivou a afluência de visitantes à localidade e ao parque e, quando esta afluência alcançou um caráter massivo, os ingressos do parque também se tornaram significativos, resultando em uma nova fonte de renda pública aos cofres municipais – os benefícios econômicos que gera o parque termal representam 25% do total anual de Nueva Federación (RAMÍREZ, p. 156).

Em outras palavras, os ingressos gerados pelo parque são suficientes para a manutenção dele, mas também se consegue um excedente de recursos que são reinvestidos pelo município em, por exemplo, infraestrutura pública. Desta maneira, ocorre uma série de importantes benefícios econômicos gerados pelo Estado e sua estratégica administração produz efeitos que vão muito além do setor turístico, com todos os empregos que gera, conforme explica Ramírez.

Concretamente, o parque apresenta um corpo estável conformado por 67 empregados (trabalhadores municipais): 14 caixas, 7 pessoas para controle de entradas, 4 enfermeiras, 1 médico (nos finais de semana), 10 pessoas da manutenção constante das piscinas e zonas parqueadas, 30 guarda-vidas e 1 encarregado/administrador. Com relação à administração do total de ingressos, 40%

são destinados para o próprio funcionamento do estabelecimento e 60% são utilizados pelo município. É necessário destacar que não há lei que regulamente como devem ser distribuídos e utilizados estes ingressos, isso se decide ano a ano pelo Executivo e pode ser aprovado (ou não) pelo Conselho Deliberativo Municipal (RAMÍREZ, p. 122).

O crescimento dos serviços de hospedagem, os restaurantes e as atividades turísticas complementares (como as visitas guiadas à Velha Federación e estabelecimentos produtivos como uma fábrica de derivados de mel e outros produtos apiários), conformam novas atividades econômicas que não existiam antes da inauguração do parque termal (RAMÍREZ, p. 156-157).

Pode-se colocar em discussão a relação público-privado em torno dos processos que se acionam a partir do desenvolvimento socioeconômico, em especial o papel que joga o Estado ao mercantilizar um recurso público na economia do lugar. É o município que controla o recurso termal e o coloca à disposição para seu uso turístico-recreativo mediante o controle do parque termal e a decisão de manter um acesso pago, ainda que de baixo custo. Desta forma, o Estado impede que o recurso fique subordinado ao interesse privado e, portanto, preserva sua condição de bem público (RAMÍREZ, p. 158).

Concretamente, a fisionomia da parte histórica da cidade e suas qualidades modernistas-higienistas (ordem, limpeza, presença de espaços verdes), assim como o fato de ser uma localidade pequena (tranquila, silenciosa, sem congestionamento de pessoas nem de tráfego) são os elementos valorizados pelos turistas em relação às práticas de “ócio saudável”, no contexto de sua estadia centrada no uso das termas (RAMÍREZ, p. 160).

O pesquisador acrescenta que, justamente: “É uma cidade limpa”, “agradável”, “parquizada”, “tranquila”, “silenciosa” e “segura”. Estas foram as respostas que surgiram nas entrevistas realizadas por Ramírez junto aos turistas quando perguntados sobre os motivos por que visitam Nueva Federación. Em meu contato com os turistas, o objetivo da viagem a Nueva Federación foi quase sempre o aproveitamento do parque termal, mas também surgiram como atrativos a própria represa e as possibilidades de realizar esportes náuticos em suas águas, ao mesmo tempo em que se pode relaxar em suas margens, fazer um churrasco,

visitar a cidade velha e fazer compras (artesanato local, mel e seus derivados, alfajores etc.).

Em suma, ao analisar as práticas e representações dos turistas, pode-se concluir que os significados tradicionais das categorias de ócio e recreação no marco da prática turística tendem a se misturar com práticas lúdicas e de saúde, em geral. Ocorre, assim, uma específica ressignificação da recreação em torno da saúde, instalando-se como prática saudável e prazerosa, ao mesmo tempo. Representação que se produz, por um lado, devido ao caráter liminal da experiência turística e, por outro, devido a uma continuidade das funções de preservação e restauração da saúde relacionadas com o uso das águas e do equipamento termal (RAMÍREZ, p. 177).

SEGUNDA PARTE: PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO E APROVEITAMENTO TURÍSTICO

A Segunda Parte da tese tem como objetivo discutir as diversas possibilidades de patrimonialização da cultura termal. Este reconhecimento pode se dar a partir dos elementos que a constituem, ou seja, a partir da própria água termal, com todas as características físico-químicas que lhe são peculiares em cada lugar em que se encontra, a partir das instalações arquitetônicas em que esta água termal pode ser aproveitada, com seu legado histórico, e a partir da paisagem que fica no seu entorno, isto é, de todos os outros atributos naturais e construídos que são como que uma extensão sua e, ao mesmo tempo, condição para sua existência.

Cabe distinguir que a patrimonialização pode ser tanto reivindicada pelas comunidades locais como atribuída pelas esferas de jurisprudência correspondentes. Neste último caso, contribuiria para o reconhecimento como patrimônio a constatação de que esta atribuição encontra, entre os habitantes e turistas deste território, ressonâncias, para utilizar a terminologia de José Reginaldo Santos Gonçalves.⁸⁰ Por ressonância, Gonçalves se refere ao poder que um patrimônio ou um recurso natural tem de atingir um universo mais amplo, ao poder que tem de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante.

A patrimonialização também depende de que estes elementos constituidores da cultura termal encontrem eco nas comunidades envolvidas. Como veremos, a patrimonialização, de maneira geral, e a patrimonialização de um recurso natural, como a água termal, está longe de ser consenso e envolve conflitos tanto dentro dessas comunidades observadas quanto entre os que são considerados os “de fora” delas.

Pessoas que trabalham com o turismo termal, que o gerenciam, pessoas que moram nessas localidades em que se explora a água termal, nasceram ali ou se mudaram para ali têm impressões convergentes e dispares a respeito dessas mesmas águas. As águas termais, como tais, adquirem um conjunto de significados que remetem a uma questão

80

recorrente na antropologia: a relação entre o natural e o cultural, discutida, entre outros, por Lévi-Strauss.

4 PATRIMÔNIOS COMO CAMPOS DE DISPUTAS

Existe uma relação intrínseca entre patrimônio, poder e propriedade e a sua vinculação com a ideia de preservação. Chagas (2007) considera um problema a relação entre o público e o privado no domínio patrimonial. “Propriedade e posse, preservação e destruição, perigo e valor, público e privado, refuncionalização e ressignificação dão o contorno moderno da noção de patrimônio”.⁸¹ O autor ressalva que a palavra patrimônio tem a capacidade de expressar uma “totalidade difusa”, à semelhança do que ocorre com as palavras cultura, memória e imaginário. É neste mesmo sentido que Gonçalves (2005) explica que patrimônio é uma palavra que pode ser qualificada de múltiplas maneiras:

A palavra “patrimônio” está entre as que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados patrimônios intangíveis, de recente formulação (GONÇALVES, 2005).

Para Gonçalves (2005), a categoria patrimônio é importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana. “Do ponto de vista dos modernos, a categoria patrimônio tende a aparecer com delimitações muito precisas”. É uma categoria individualizada, seja enquanto patrimônio econômico e financeiro; seja enquanto patrimônio cultural; seja enquanto patrimônio genético (p. 110).

Nesse sentido, suas qualificações acompanham as divisões estabelecidas pelas modernas categorias de pensamento: economia; cultura; natureza. “Sabemos, no entanto, que essas divisões são construções históricas (...), resultam de processos de transformação e continuam em mudança” (p. 110). A noção de patrimônio confunde-se,

⁸¹ A tese de Mário Chagas, **Casas e portas do patrimônio**, encontra-se disponível na íntegra no endereço: <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/2980/2033#capitulo1> topo. Acesso em 14 de maio de 2013.

conforme Gonçalves, com a de propriedade. “A literatura etnográfica está repleta de exemplos de culturas nas quais os bens materiais não são classificados como objetos separados dos seus proprietários. Esses bens, por sua vez, nem sempre possuem atributos estritamente utilitários”, diz o autor.

São de certo modo extensões morais de seus proprietários e estes, por sua vez, são partes inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem sua condição de indivíduos.

Se por patrimônio se deve entender tanto a arquitetura monumental, a valorização de centros históricos, no contexto das comemorações pelos bicentenários de independência em mais de uma dezena de países latino-americanos (HERNÁNDEZ, J. J., ROTMAN, M. B., CASTELLS, A. N. G., 2010), ou mesmo que determinadas manifestações culturais de setores subalternos de meios rurais e/ou urbanos ou o artesanato elaborado pelos indígenas, cabe então a pergunta: Quem decide que tal leque de expressões devem ser consideradas patrimoniais? Como é que certas expressões e práticas culturais são objeto dessa distinção enquanto outras não?

Em princípio, fica claro que a total diversidade de expressões culturais nunca estará representada. O patrimônio nacional então não é de todos, mesmo que pretenda ser representativo de todos; o mesmo acontece com o patrimônio da “humanidade”.

Quem patrimonializa e para quem se patrimonializa? A partir dos povos originários, a partir dos agentes externos e acadêmicos, a partir dos organismos encarregados pelo Estado da gestão do patrimônio?

Sobre o consenso da construção social do patrimônio, que é decisivo para uma compreensão sociológica dessa categoria, existiriam situações em que determinados bens, classificados como bens patrimoniais por agências do Estado, não teriam o reconhecimento esperado junto a setores da população.

A conceituação de patrimônio se complexifica. Recentemente construiu-se uma nova qualificação: o “patrimônio imaterial” ou “intangível” e, dentro dessa nova categoria, estão lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida. Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe “tombar” os bens listados nesse patrimônio. A proposta é no sentido de “registrar”

essas práticas e representações e de se fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações.

Castells (2010) aborda a assinatura do decreto nº 3.551/2000 – que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial – e faz uma reflexão sobre a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – cuja função consiste na implementação da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).⁸² Entre as medidas adotadas que contribuem para uma maior consolidação desse processo, foi instituído o registro de bens culturais de natureza imaterial pertencentes ao patrimônio cultural brasileiro, nos livros do Iphan: saberes, celebrações, formas de expressão, edificações e lugares. Junto ao decreto, criou-se o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial no âmbito do Ministério da Cultura, para a documentação da dimensão imaterial dos bens culturais, adotando como conceito chave a noção de referências culturais e incorporando, na categoria de bens de patrimônio, as manifestações culturais imateriais, diversificando dessa forma a natureza do patrimônio cultural. Assim, fica nas mãos dos próprios atores culturais a tarefa de definir e indicar o que constitui seu patrimônio cultural e se reconhece o valor local das manifestações culturais, enfatizando sua importância como referência para a construção da identidade e da memória dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira, renunciando à busca de símbolos unificadores de caráter nacional, portadores de uma pretendida identidade comum ao conjunto de todos os brasileiros.

Para Rotman (2010), essa diferenciação estabelecida entre patrimônio material e imaterial (ou tangível e intangível), proposta pela Unesco, tem por objetivo “ampliar a concepção de patrimônio tanto com relação ao tipo de bens e expressões culturais como na consideração de grupos e setores sociais que não haviam sido contemplados nem reconhecidos na noção clássica, contribuindo para sua legitimação e reconhecimento”. Por um lado, valoriza a diversidade cultural e dá vez a grupos culturais subalternos, por outro mantém os vícios das definições clássicas, quando segue priorizando extensas temporalidades como critérios de patrimonialização. Além disso, aborda as práticas culturais

⁸² HERNÁNDEZ, J. J., ROTMAN, M. B., CASTELLS, A. N. G., **Patrimonio y cultura en América Latina: Nuevas vinculaciones con el estado, el mercado y el turismo y sus perspectivas actuales**. Guadalajara: Acento Editores/Alfredo Gutierrez R., 2010, v. 1, 318 p.

separadas de seus produtores e contextos, de modo que, conforme a autora, as definições apresentam dificuldades para compreender o patrimônio como construção social e processo (ROTMAN, 2010).

Entre as diversas posturas sobre o entendimento e a importância atribuídos à categoria do patrimônio imaterial, nos encontramos diante de uma inversão da centralidade outorgada à materialidade, sendo que o imaterial é que dá sustento ao material. Ao discutirmos a relação entre patrimônio tangível-intangível, questionamos a centralidade atribuída à materialidade, como se esta fosse condição intrínseca do patrimônio, e apontamos para a centralidade da imaterialidade do objeto material, fruto dos processos de atribuição de valor dados pelas gestões patrimoniais locais e/ou os organismos internacionais.

Quase sempre o patrimônio é sujeito passivo de ser reivindicado como tal num quadro de políticas públicas; ele pode ser conquistado junto aos poderes constituídos – de uma associação de bairro ou o grupo de amigos até o estado e a humanidade, como é o caso das termas de Bath, na Inglaterra, usufruídas pelos celtas, modificadas pelo Império Romano e atualmente um destino turístico que está entre os favoritos no circuito internacional das águas termais, como já vimos.

A luta para patrimonializar seja um bem, uma ideia, um modo de fazer, um grupo de pessoas – por exemplo, as baianas do acarajé –, ou bichos, plantas, gens – é a mesma luta que se observa pela apropriação da terra por parte dos pequenos agricultores, dos sem-teto, dos índios e dos negros, no Brasil. Trata-se da mesma luta que ocorre pela posse de espaços que poderiam vir a se tornar públicos, na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, para citar um exemplo bem próximo. Há, neste momento, uma disputa travada entre a indústria hoteleira (empreiteiras, meios de comunicação e classe política) e parcelas da população que, em vez de shoppings, hotéis e *resorts* de luxo, prefeririam que fossem criados parques públicos, como é o caso da Ponta do Coral, na Beira Mar Norte,⁸³ e da Ponta do Ataliba, no bairro de Coqueiros.⁸⁴ São espaços abandonados pelo poder público,

⁸³ <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/06/com-novo-projeto-de-hotel-futuro-da-ponta-do-coral-esta-nas-maos-da-fatma-4537454.html>. Consulta em 4 de novembro de 2014.

⁸⁴ <http://floripamanha.org/2013/11/obras-na-marina-ponta-do-ataliba-sao-liberadas/>. Consulta em 4 de novembro de 2014.

desvalorizados, e que agora sofrem uma tentativa de gentrificação que nada mais é que a apropriação deles pela iniciativa privada.

Enquanto algo que se herda, o patrimônio é apropriado por setores da população em permanente conflito sobre determinados territórios e são esses segmentos populacionais, junto com os interesses que provêm de fora, que definem qual adjetivo o patrimônio pode vir a carregar: o patrimônio é um legado, é algo que se herda de alguém e que outros vão receber como herança. Arquitetônico, material, imaterial, construído, projetado, histórico, natural, paisagístico, cada um desses adjetivos coloca em ação determinado grupo de pessoas, personalidades, instituições, especialistas, usuários destes bens. Cada adjetivo representa grupos específicos que se enfrentam em disputas internas e com os outros grupos para lograrem seus objetivos de patrimonializar o bem.

No caso das águas termais descobertas em Santo Amaro da Imperatriz, no bairro hoje denominado Caldas da Imperatriz, desde o começo da colonização da região, como vimos, elas estavam predestinadas a deixar de ser dos índios, assim como deixou de ser dos índios o território pelo qual eles, nômades, transitavam, território dividido, com o passar do tempo, entre nações autônomas e, depois, entre setores, províncias, estados, cidades e bairros. A partir de 1814, colonizadores açorianos (naquele momento, os “de fora”) e indígenas (que nunca foram, de fato, considerados os de dentro ou nativos porque as terras eram virgens, não havia ninguém, nelas, para o colonizador) começaram a disputar aquele território e, em 1818, depois de diversos conflitos sangrentos, as fontes foram finalmente tomadas dos índios. Se é verdade que os índios foram reconhecidos pelos espanhóis como tendo uma alma, isto não os humanizou nem para os colonizadores nem para o Estado.

A disputa pela apropriação dos recursos, no caso das águas termais de Santo Amaro da Imperatriz, ocorreu entre um “nós” que seriam os colonizadores, num primeiro momento, os açorianos, e os povos originários, aqui tratados como “os outros”. Os colonizadores justificam a apropriação das águas termais para que elas possam ser oferecidas à humanidade à qual eles pertenciam – quanto aos índios, eles nem sequer eram considerados seres humanos.

Naquele momento da história das Caldas da Imperatriz, soldados e índios entraram em conflito para determinar a propriedade do território em que brotam as águas termais – as armas de fogo se sobrepuseram ao arco e à flecha, a humanidade a ser beneficiada pelo uso das águas foi resumida a um grupo de açorianos, mas os conflitos perduram no tempo,

revezam-se os atores e podemos afirmar que passam a ser incluídos na encenação agentes destituídos de intencionalidade como a própria água termal, afinal ela é apresentada, muitas vezes, como se possuísse uma agência própria: ela faz os brancos e os índios se matarem, ela atrai doentes e turistas para que usufruam dos seus poderes terapêuticos.

O gerenciamento deste recurso natural, a água termal, e seu aproveitamento turístico, são operações que colocam no seu entorno diversos agenciamentos possíveis, inclusive o da própria água termal.

A inserção de elementos inanimados e de animais não humanos como agentes na teoria social já tem longa trajetória. O agenciamento é entendido como a capacidade de modificar a estrutura, direcionando o olhar sobretudo para a intencionalidade dos sujeitos. Conforme Merleau-Ponty, talvez o primeiro a abordar o assunto (muito antes de Latour (2008), Alfred Gell (1998) ou Tim Ingold (2008), “cada coisa simboliza e evoca para nós certa conduta, provoca de nossa parte reações favoráveis ou desfavoráveis, e é por isso que os gostos de um homem, seu caráter, a atitude que assume com relação ao mundo e ao ser exterior são lidos nos objetos que ele escolheu para ter a sua volta, nas cores que prefere, nos lugares onde aprecia passear (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 23). No final das contas, “objetos podem ser sujeitos e sujeitos podem ser objetos” (ARONI, 2010, p. 12).

Assim, não levar em conta a agência dos objetos, principalmente se se considerar a grande presença destes em nossas relações, não só na atualidade, como também no passado, é eliminar e obscurecer a grande parcela do entendimento das motivações nossas e dos demais (ARONI, 2010, p. 12).

Os sujeitos se criam ao criar os objetos, a materialidade tangível que, mesmo assumindo vida própria, não deixa de marcar as relações que a constituíram. “A cultura material surge como um lugar privilegiado para se observar como se cristalizam as intencionalidades humanas”. Conforme Aroni, “A materialidade é tão importante justamente porque ela é o cultivo da imaterialidade” (2010, p. 5-13).

A definição de ator, para Latour, é democrática e traduz esse caráter híbrido, ao não fazer distinção entre sujeito e objeto, tudo e todos são elementos/atores: desde coisas e pessoas, empresas e países. Por conseguinte, a agência desses tão diferentes atores não está definida a

partir de uma intencionalidade, a partir da subjetividade de cada sujeito e, sim, pela capacidade que esse elemento possui de induzir ou influenciar outro elemento na rede a realizar uma ação.

4.1 ÁGUA DE BEBER EM DISPUTA

A água termal, por exemplo, coloca em ação atores no próprio mercado das águas minerais, um tenso campo de conflitos, já que, muitas vezes, a água termal é também, simultaneamente, água mineral e pode ser engarrafada e vendida como água de mesa. As águas de mesa são um mercado cada vez mais valioso, dada a crescente escassez do recurso.

O campo de conflitos, nestas estâncias termais, é um processo que possui dinâmicas particulares e envolve conceitos como os de políticas públicas de bem-estar social, saúde e turismo, e interesses particulares, conjuntos de atores que tanto podem hipervalorizar o bem quanto podem desperdiçá-lo. É um mercado em que os cidadãos decidem, de maneira assimétrica, a apropriação de um patrimônio ambiental como a água termal, num território em que estas águas termais são, ao mesmo tempo, uma das opções turísticas e alternativa terapêutica em busca do restabelecimento da saúde do corpo e do espírito (ou seus equivalentes: alma, mente).

Esta agência das coisas é trazida à tona, na antropologia, entre outros, por Eduardo Viveiros de Castro (2002, 2007), que fala sobre o papel dos não-humanos quando estuda o multinaturalismo indígena, pensamento que reconhece outros modos de existência que não o nosso,⁸⁵ como pensa também Latour (1994), na sua concepção da teoria ator-rede, em que atores humanos e não-humanos estão ligados a uma rede social de elementos que constituem todas as sociedades e em que não há separação entre atores humanos e atores não-humanos. A diferença poderia estar apenas na capacidade de intencionalidade, porque Latour define ator como qualquer pessoa, instituição ou coisa que “produz efeitos” no mundo e sobre ele. Os indivíduos, as organizações, as máquinas, os grupos, os objetos são vistos como uma rede, onde o social é constituído pelo humano e pelo não-humano.

85

De certa forma, tanto Viveiros de Castro, quando fala dos povos indígenas da Amazônia, quanto Latour, na sua teoria ator-rede, não distinguem entre natureza e sociedade, trata-se sempre de relações entre humanos e não-humanos, todos passíveis de agenciamentos, dotados de intencionalidade ou não. A própria distinção entre o humano e o natural (onde o meio ambiente se inclui), da forma como tais conceitos subjazem e estruturam o debate ambiental ocidental, vem sendo criticada na antropologia há pelo menos duas décadas (ver, além de Latour e Viveiros de Castro, Strathern, 1988).

A água tem uma agência própria. Ela cura, ela rejuvenesce, ela faz com que nos movamos de um lugar para outro. A água, como agência, classifica as pessoas que se apropriam delas, as águas são hierarquizadas pelos seus usuários, mas, ao mesmo tempo, são classistas, distinguem as pessoas, fazem com que as pessoas se distingam umas das outras, são sinônimo de distinção (BOURDIEU, 2007).

Nesta linha de raciocínio, Bastos (2011b) explica o que entende por distinção social, quando analisa dois tipos de narrativas sobre o termalismo europeu – a do luxo, glamour e lazer, por um lado, e a do tratamento de doenças “asquerosas”, por outro. Bastos argumenta que, embora negando-se mutuamente e definindo-se por oposição, estas duas vertentes são indissociáveis e coexistem, formando estratos e camadas que acomodam diferenças de interesses, de propósitos e de classes.

O turismo termal, que para alguns é uma necessidade, para outros é um luxo e, ao mesmo tempo, um direito que tem relação direta com o mundo do trabalho e com o maior ou o menor poder de acesso ao consumo, isto é, ao poder de compra de seus usuários: uns podem passar férias em Vichy (na França), outros podem frequentar Piratuba (em Santa Catarina), outros as termas de Jurema (no Paraná) ou as de Nueva Federación (na Argentina) e assim por diante. As maneiras de consumir alteram as formas de exercer a cidadania (CANCLINI, 2001, p. 37). O consumidor (no caso, o turista) e o cidadão local, por olhares diferenciados, têm como elementos de interesse comum os bens simbólicos, que estão estreitamente relacionados a questões identitárias, de hibridismo, de desterritorialização.

Então, temos que o turismo é uma das alternativas econômicas de Santo Amaro da Imperatriz, mas não é a primeira fonte de divisas do município, ao lado de outras modalidades de turismo possíveis de ser praticadas naquela região, assim como o turismo religioso, de esportes

radicais, de observação de pássaros, turismo rural etc. O termalismo disputa seu público com as demais formas de turismo, um setor da economia que não é expressivo, de maneira geral, na cidade. Ou é expressivo para meia dúzia de investidores, sem envolver a totalidade dos outros habitantes do município.

Outro campo de conflito é o que tenta estabelecer mais usos para estas mesmas águas termais. As águas termais são, ao mesmo tempo, águas minerais, portanto vêm sendo cada vez mais cobiçadas como águas de mesa, águas de beber. “Estados Unidos e Europa veem o Brasil como um copo cheio de água na geladeira”, pensa a informante ligada ao CTG (Centro de Tradições Gaúchas), A água para beber, para lavar e para irrigar as lavouras, para a pecuária, para a produção de energia, para os esportes radicais etc. provoca conflitos de território ao redor do mundo e também no Brasil, como podemos observar, atualmente, na crise hídrica que assola os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.⁸⁶

Localmente, entre o município estudado, Santo Amaro da Imperatriz, e o município vizinho, Águas Mornas, que fica mais próximo do bairro turístico de Caldas da Imperatriz (território de Santo Amaro da Imperatriz), há uma disputa pelo território devido à água. A disputa territorial entre os dois municípios ocorre em função da construção do mega *resort* que explora as águas termais, no limite dos dois municípios. Na linha divisória que os cola e, ao mesmo tempo, os separa.

A paisagem, ali, é cada vez mais cobiçada e as mesmas águas que são utilizadas para a prática de esportes radicais, como *rafting*, podem vir a servir para a geração de energia elétrica, com as possíveis barragens das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, desejadas por parte daquela mesma população de Santo Amaro da Imperatriz. A paisagem é cada vez mais cobiçada pelos empreendimentos imobiliários e vai sofrer com a verticalização da malha urbana, no centro do município, porque vai contar com novas rodovias e com a possível aprovação de um plano diretor que, conforme a maioria de meus informantes, não conta com a participação da comunidade, o que

⁸⁶ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/captacao-de-agua-abre-disputa-entre-governos-do-rio-e-sao-paulo.html>. Consulta em 29 de agosto de 2014.

comprova a assimetria dos atores sociais na tomada de decisões sobre a ocupação do território.

Sinal dos tempos e sinal de que começam a operar – ou a se sobressair – outros atores no cenário da disputa pelas águas. Em 2014, o município passa a cobrar pela coleta de água na bica. O uso da bica d'água está sendo disciplinado, em Santo Amaro da Imperatriz Era costume da comunidade local ir apanhar água mineral, em frente às banheiras públicas, diante do local onde a água mineral é engarrafada pela Jan Bebidas. A água mineral Imperatriz é a marca de água mineral mais vendida em Santa Catarina.⁸⁷

Só que algo não vai bem no bairro turístico. A área e a água das fontes de Caldas da Imperatriz, que foram descobertas pelo Império no início do século 19, hoje são administradas pela companhia Hidromineral de Caldas da Imperatriz, uma sociedade de economia mista, ligada à prefeitura, criada justamente para este fim. Porém, a casa está fora de ordem, com dívidas, problemas administrativos e irregularidades na prestação de contas, o que impede maior desenvolvimento do local.⁸⁸ Nos registros mais recentes do Tribunal de Contas do Estado, há seis processos que envolvem a companhia, relacionados à prestação de contas, atos de pessoal e administrativos. Em três deles, de 2010, 2009 e 1997, concluídos este ano, as prestações de contas e exercício foram considerados irregulares, condenando cinco ex-diretores e presidentes.

O novo fontanário fica em frente ao antigo, na rodovia Princesa Leopoldina, no mesmo núcleo do bairro turístico, onde estão localizados os hotéis, no meio de duas vias de mão única (uma para chegar aos hotéis e às banheiras públicas do bairro turístico e outra para sair dali).

⁸⁷ www.youtube.com/watch?v=oSXBmM9IpmY. Consulta em 3 de novembro de 2014.

⁸⁸ <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/167798-companhia-que-administra-caldas-da-imperatriz-acumula-dividas-e-nao-consegue-fomentar-o-turismo.html>. Uma auditoria na entidade ia investigar, no segundo semestre de 2014, plano de cargos e salários, ausência de concurso público, dívidas tributárias e trabalhistas, a inexistência de controles financeiros e pendências junto à Fundação de Meio Ambiente (Fatma) e ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Ainda conforme a matéria citada, atualmente há conflitos entre a Jan Bebidas, o hotel Plaza, a Prefeitura e a Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz.

Quase sempre há filas para que as pessoas encham seus vasilhames de água mineral.

Ilustrações 16 e 17 – O antigo e o novo fontanários



Fonte: Jornal *Notícias do Dia*. A primeira imagem é de autoria de Rosane Lima e a segunda, de Flávio Tin (edições mencionadas nas notas 79 e 80). As fotos foram gentilmente cedidas pelos seus autores para ilustrarem esta tese.

Quem aparentemente mais ganha com a “água de beber” é a Jan Bebidas, a envasadora da água mineral Imperatriz, beneficiária de um contrato de exploração com a Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz, que controla tanto a fonte pública quanto o hotel tombado e que também repassa hoje 100 mil litros de água mineral termal para o hotel Plaza, num contrato que muitos consideram injusto.⁸⁹

Agora, a água, que passou a custar simbólicos R\$ 0,10 o litro, sairá praticamente de graça para os moradores do município, eles têm apenas que se cadastrar, sendo que 85% dos consumidores da água para beber buscada no fontanário vêm de fora de Santo Amaro da Imperatriz. “Já deu até tiro”, comenta um dos entrevistados sobre a prática de buscar água ali em frente ao hotel tombado.⁹⁰

Uma comerciante das imediações do bairro turístico de Caldas da Imperatriz conta que vai buscar água cedinho, para evitar o congestionamento. “A maioria das pessoas vem de noite para pegar água. É porque é bastante movimento. A gente vai às 5h da manhã para conseguir pegar água tranquila. Sai quentinha. Pra não precisar comprar. E vem muita gente buscar água aqui, de Palhoça, de Florianópolis”.

Outros moradores que só usam a água mineral em casa são um casal de irmãos professores: eles buscam água lá na bica, ou no fontanário, como também denominam o local. Água da Casan (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) eles não bebem “de jeito nenhum”. Só utilizam a água da Casan pra lavar. Em compensação, usam a água mineral pra tudo: para fazer comida, preparar café.

“A água da Casan é ruim porque o rio não é cuidado. Eles botam muito cloro pra limpar a água e eu acho que totalmente limpa ela não é, não. Nunca fiz exame, mas ela é amarela. Olha, bota do lado dessa aqui” [o morador coloca as duas águas lado a lado, a da Casan e a mineral, para mostrar a diferença].

Jovens locais também só buscam água na fonte: “Pego água pra mim e pros meus tios. Ficam filas gigantescas e muitas vezes vou na outra fonte que tem, próxima ao Águas Mornas Palace Hotel, em Águas Mornas”. Aquela é menos disputada e é igualmente “fresquinha”. O fato

⁸⁹ <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/204600-tradicional-fontanario-de-agua-termal-em-santo-amaro-da-imperatriz-passa-a-cobrar-pela-agua-distri.html>. Consulta realizada em 3 de novembro de 2014.

⁹⁰ Idem.

de a água mineral engarrafada ficar armazenada suprimiria esta qualidade essencial da água de beber, que é o frescor – paradoxalmente, no caso das águas termais, a quentura significa frescor.

Contrato firmado em 1979, época em que o Plaza foi construído, determinou que a quantidade de água a ser destinada ao hotel Plaza, vizinho do hotel tombado, fosse de 200 mil litros por dia, por 99 anos. A concessão da água e o terreno seriam a parte do Estado, que no período entrou como sócio no negócio, abrindo também as vias de acesso às fontes. Hoje, foi substituído pela Prefeitura e, depois de 30 anos, pela primeira vez, em 2013, a entidade criada para administrar a água e o turismo passou a fornecer apenas metade do combinado para o hotel Plaza Caldas da Imperatriz (aquele operado pelo grupo gaúcho): 100 mil litros, alegando que, no contrato, está especificado que a concessão é por “até” 99 anos. A briga na justiça se dá agora por causa de uma preposição e a Prefeitura ainda por cima acusa o hotel de vender parte de sua cota de água para a Jan Bebidas – ele não teria autorização para isso.

Em virtude das condições da água do rio Cubatão não serem boas, conforme os moradores, a Casan é obrigada a tornar potável aquela água com o uso de mais tratamento químico e é por isso que ela fica com gosto e odor bastante alterados.

Um dos meus informantes busca muita água, pra cozinhar, pra beber. Ele diz que dá pra abastecer a casa por dez dias, no máximo, até porque depois desse tempo a água fica meio esverdeada. No fontanário, está escrito que ela tem validade de 15 dias, mas isso também depende de como é feito o armazenamento. “O meu tio acha que tinha que encanar esta água para toda a cidade, mas daí tem a questão da vazão, não sei se daria. Santo Amaro cresceu muito”.

De modo que evidenciam-se tanto agentes de fora quanto de dentro nas variadas disputas pela apropriação tanto do território quando dos recursos presentes neste território e também debaixo dele, numa geografia subterrânea – a dos recursos minerais, que quase sempre está alheia à lógica da geografia da superfície: o aquífero Guarani, para ficar no universo dos recursos minerais subterrâneos, ocupa parte dos territórios brasileiro, argentino, uruguaio e paraguaio e, neste caso, pode sofrer os enciamentos de quatro nações inteiras sobre a exploração de seus recursos.

4.2 A SUBSTANCIALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A substancialização do patrimônio, seja ele material ou imaterial, natural ou ambiental, cultural, histórico ou arquitetônico, sua conservação, seu possível desaparecimento, suas ruínas, suas memórias são todos indicadores de que os resultados desses processos de patrimonialização são sempre provisórios, difusos, contraditórios e oriundos de embates que, na maioria dos casos, se estendem pelo tempo e constituem questões discursivas, jogos de palavras, argumentações teóricas e propagandísticas. Pode-se perceber que a concepção de um patrimônio se constrói socialmente como resultado de embates entre diversos poderes, discursos e interesses envolvidos.

É fato que fontes de água termal possam ser transformadas em patrimônios, como vimos na Primeira Parte da tese: inúmeras destas fontes foram tombadas e algumas, ao longo da história, conquistaram o status de patrimônios “da humanidade”, ou patrimônios incluídos em outras categorias como “históricos”, “naturais”, “arquitetônicos”.

Quais atores sociais foram efetivamente decisivos nesses processos de patrimonialização? Para ilustrar, tomemos como exemplos dois processos atuais – os dois envolvem patrimônios da humanidade – em curso na América Latina: o Caminho do Inca, trama de trilhas que ligam há mais de 10 mil anos os territórios que compõem hoje a Argentina, o Chile, a Bolívia, o Peru, o Equador e a Colômbia, e que foi declarado como patrimônio mundial da humanidade em 2014, pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), e uma dessas suas numerosas trilhas, a Quebrada de Humahuaca, na Argentina, num processo que culminou com o tombamento como patrimônio natural e cultural da humanidade, em 2003, e que foi analisado por Belli e Slavutsky (2010):⁹¹

⁹¹ <http://nau1.ufsc.br/files/2012/01/libro-patrimonio-2010.pdf>. Belli, E., Slavutsky, R. *La gestión estatal del patrimonio para el desarrollo de los sectores populares en la Quebrada de Humahuaca (Noroeste Argentino)*, in LÓPEZ, J. J. H., ROTMAN, M. B., CASTELLS, A. N. G. **Patrimônio y cultura en América Latina: Nuevas vinculaciones con el estado, el mercado y el turismo y sus perspectivas actuales**. México: Universidad de Guadalajara, 2010.

Estes processos (de gestão patrimonial) deveriam incluir múltiplos aspectos (infraestrutura, proteção ambiental, produção cultural, participação dos cidadãos, normativas, planos de manejo, sustentabilidade, desenvolvimento produtivo etc.) que teriam que articular diversos interesses em prol do bem-estar comum e da qualidade de vida da população, obedecendo a uma metodologia participativa, intercultural e consensual (LÓPEZ, J. J. H., ROTMAN, M. B., CASTELLS, A. N. G., 2010, p. 161).

Conforme Belli e Slavutsky (2006), até agora não se produziu nenhuma mudança efetiva na qualidade de vida dos setores mais humildes da população, gerando, em vez disso, novos conflitos sociais. Para os autores, o reconhecimento como patrimônio da humanidade deixa de ser um mero reconhecimento de um conjunto de qualidades ambientais e culturais para se converter num eixo de uma construção ideológica que toma seu verdadeiro sentido no marco de uma proposta de turismo como única alternativa econômica para a região, sem discutir onde, em que parte do circuito, se acumula o capital nem como ele se distribui.

O resultado – no caso da Quebrada de Humahuaca – foi a multiplicação no valor dos imóveis da região, a expulsão de moradores centenários e a cessão de terras públicas para investimentos em mais de 50 novos hotéis e *hostels*, além da ampliação do acesso, com a construção de diversas rodovias.

Temos que levar em consideração que a Quebrada é um braço de um itinerário, o Caminho do Inca, que abarca outros países da região e que vai desde a província de Córdoba ao Alto Peru. A meta é gerar um circuito turístico protegido com uma mesma normativa e regras de ordenamento territorial equivalentes. Dá a impressão de que o pedido a Unesco não faz mais que legitimar e reforçar um negócio sobre o qual nossos povos não foram consultados previamente.⁹²

⁹² Tradução de Dagoberto José Bordin.

Nota-se que também deixa incomodados os autores, que se incluem entre os afetados pela patrimonialização da Quebrada de Humahuaca, o fato de a população da localidade ter sido incluída como “patrimônio vivo” e, de certa forma, ser obrigada a se comportar como tal, de uma maneira artificial, já que parte da população teria que “atuar” como patrimônio.

Si “portamos” patrimonio, condensaríamos una sabiduría práctica que debería exhibirse en los escenarios de interacción: hosterías que internamente ofrecen máximo confort pero que recuperan tecnologías constructivas locales, decoraciones que condensan la supuesta estética local (incluido algún tiesto arqueológico), restaurants con chefs formados en el uso de especies nativas, comidas fusión (un poco occidental y algo andina), alguna herboristería que provea remedios naturales, algún “especialista” (un chamán mejor aún) que se pueda consultar, y tanto tiene que ver con la versión que el occidente construyó sobre nosotros que no están ausentes los faroles o las rejas coloniales. También sería ostensiva en los rituales donde compondríamos personajes de escenografías montadas para ajenos (...). Claro que si el patrimonio se traduce en un saber hacer y decir, cualquiera que estudie los textos de arqueología, etnografía, o antropología social puede sentirse habilitado, y de hecho ocurre, aquí la palabra congelada en los textos es hipostasiada y genera una ilusión de verdad (BELLI, E., SLAVUTSKY, R., 2006).

Com relação ao tradicional Caminho do Inca, é curioso observar que é, da mesma forma que a Quebrada de Humahuaca, reivindicado como patrimônios da humanidade, desta vez, pela elite cultural e política de seis países, mas não existe unanimidade com relação aos benefícios para a localidade e para os moradores locais devidos à patrimonialização por parte da Unesco. O QhapaqÑan, que se estende ao longo de 23 mil quilômetros e conta com 310 sítios arqueológicos, é

a maior denominação da história do Patrimônio Mundial e foi apresentada pela Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru.⁹³ O processo de patrimonialização do Caminho do Inca, anunciado em junho de 2014 pela ministra peruana de Cultura, Diana Álvarez-Calderón, ao mesmo tempo em que foi celebrado pelas agências internacionais de notícias imediatamente recebeu inúmeras e ácidas críticas nas redes sociais.⁹⁴

⁹³ www.telesurtv.net/news/El-Camino-del-Inca-sera-prottegido-por-seis-paises--20140624-0025.html.

⁹⁴ Destacamos algumas das postagens que foram publicadas pelo Facebook, *ipsis literis*: “No me gusta que intervenga ninguna instancia extranjera a declarar patrimonio de nada, la misma sigla determina su apropiación. NUNCA PROTEJEN NADA, SE APROPIAN!!! Que la UNESCO se quede donde está. NO LA NECESITAMOS” (Irene Iglesias). “Todo es incaico, patrimonio mundial noooooooooooooooooo eso es seguir violando y robando a los verdaderos dueños de la tierra” (Maria Aurora Moreira). “UNESCO = ONU = EEUU = Saqueo” (Esteban Guadalupe). “Les preguntaron a los pueblos originarios? NI UNESCO, NI ONG, NI PATRIMONIO DE LA HUMANIDAD!!! No señor. Que no intervengan, no los necesitamos. Usurpadores y estafadores. Comparto que los países latinoamericanos involucrados sean los protectores. No me cuadra eso de Patrimonio de la Humanidad. La Humanidad terminan siendo los yanquis que se aprovechan de eso. Conmigo no va” (Maggi Monserrat). “La ONU está dominada por EEUU, UNESCO es ONU” (Esteban Guadalupe). “Que lo protejan pero no que lo negocien o vuelvan un negocio... esos reconocimientos tienen oscuridad pues por un lado hay reconocimiento con “dinero” y por otro negocian y se apropian de algo que es propio de las culturas que aún están presentes en nosotros (Saúl Oc). “Por Perú no creo que sea protegido, aquí la mayor parte de las zonas donde está el camino Inca ya está concesionado a alguna minera” (Hector Saenz Campos). “Maravilloso, pero de parte de Argentina me parece más que HIPÓCRITO: NO protegen los glaciares, ni los ríos, ni las tierras, ni montañas, ni bosques, ni nada ¿y van a cuidar el Camino del Inca? Más que hipócrita” (Julián Ono Kuri Lennon). Um dos internautas relaciona a patrimonialização do Caminho do Inca à Quebrada de Humahuaca: “Decimos no a la patrimonialización de nuestros territorios”, diz Yañes, ao indicar que, nessas condições, “los Pueblos Originarios no aprobarán la declaración. En la experiencia de la patrimonialización de la Quebrada de Humahuaca se pudo conocer que una vez dispuesta la declaración, los pueblos quedan sin su territorio... la Humanidad es el legítimo que posesiona y eso va en contra de nuestra propia cultura y cosmovisión como pueblos originarios. Por el contrario, se instalan quienes vienen desde afuera a hacer negocios, dejando excluidos de esa posibilidad a los Pueblos Originarios”.

Percebe-se que existe uma resistência com relação à patrimonialização por parte da Unesco, pelo fato de a Unesco estar estreitamente relacionada com a ONU – Organização das Nações Unidas – e, por extensão, com o governo dos Estados Unidos, significando, portanto, uma ingerência internacional nas localidades patrimonializadas. Neste sentido, talvez a alternativa para preservar esses patrimônios seria nacionalizá-los, transformá-los em patrimônios nacionais. Ou certificá-los, atestá-los, consagrá-los, registrá-los por meio de organismos internacionais que não fossem a ONU ou a Unesco. Desta forma, eles se tornariam patrimônios destes países e não de uma pretendida humanidade. Com relação à água, que é objeto do presente estudo, vejamos o caso do Equador, que simplesmente nacionalizou toda a água do país, em 2014, para evitar que pudesse ser privatizada.

Reproduzimos aqui a notícia sobre a nacionalização da água no Equador, divulgada pela agência de notícias latino-americana TeleSur, em 25 de junho de 2014:

El Parlamento de Ecuador aprobó con 103 votos la Ley de Recursos Hídricos que otorga al estado la rectoría del recurso natural y evita su privatización. El diputado oficialista Miguel Carvajal sostuvo que ahora la constitución “manda a tener el agua como un recurso estratégico, manda que los recursos estratégicos sean regulados y controlados por el Estado justamente, entre otras cosas, para evitar la privatización”. La ley aprobada este martes reemplaza a un cuerpo legal vigente desde 1972. La nueva ley establece que los gobiernos provinciales y municipales que tienen la competencia del agua de riego y de consumo, respectivamente, deben incorporar en sus tarifas un componente en función de la conservación del líquido. Otros beneficios de la ley es que se respeta el orden de prelación del agua para consumo humano: garantiza agua de riego para la producción destinada al consumo interno (soberanía alimentaria) e permite combatir el acaparamiento. En los últimos 30 años la autoridad del agua ha estado dispersa en numerosos organismos regionales de desarrollo. Sin embargo, el gobierno de Rafael Correa

dispuso, con la Constitución aprobada en 2008, la creación de la Secretaría del Agua (Senagua) como autoridad única.⁹⁵

Como acontecia no Equador, aqui as leis que se referem aos vários tipos de água ainda se contradizem entre si e também estão dispersas em numerosos organismos nacionais, estaduais e municipais de desenvolvimento.

4.3 PATRIMÔNIO NATURAL VERSUS PATRIMÔNIO CULTURAL

Podemos defender a ideia de que todos os patrimônios são, em última instância, patrimônios culturais porque se trata de um conceito, o de patrimônio, atribuído pelo homem (que representa a cultura) a um dado tipo de bem, o natural, ecológico ou ambiental (que não foi criado pelo homem). Logo, não existiria um patrimônio natural antes de um processo de patrimonialização por parte dos homens.

Existiriam apenas o bem ou o recurso ambiental ou natural.

Com relação a esta terminologia, “bem”, “recurso”, “ambiental”, “natural”, “ecológico”, ela é usada muitas vezes indistintamente. Entendemos como “recursos naturais” o “conjunto de elementos de ordem natural que compõem o meio ambiente. Tudo aquilo que não é criação do homem: a flora, a fauna, as águas, o ar, o solo e a diversidade genética”, a natureza. A lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) traz a definição de uma das combinações possíveis, a de “recursos ambientais”: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. Podemos ver como a própria legislação é confusa com relação à denominação dos recursos e, como os dois conceitos, natural e ambiental, possuem elementos comuns.

Com o aumento da conscientização ambiental e das tendências protecionistas do meio ambiente (no Brasil e no mundo), em 1988, com a promulgação da Constituição Federal brasileira, que foi a primeira a atribuir um capítulo exclusivo para o meio ambiente, surge então uma nova categoria de bens, os “bens ambientais”. Tradicionalmente, o direito classifica os bens em públicos e privados. Os bens públicos são aqueles de propriedade das pessoas jurídicas de direito público interno,

⁹⁵ www.telesurtv.net/news/Ley-de-Recursos-Hidricos-evitara-privatizacion-del-agua-en-Ecuador-20140625-0078.html. Acesso em 2 de setembro de 2014.

como a união, os estados e os municípios. Já os bens privados pertencem às pessoas jurídicas de direito privado ou às pessoas físicas.

Segundo as disposições constitucionais do artigo 225, os bens ambientais são aqueles “de uso comum do povo, essenciais à sadia qualidade de vida, o que configura nova realidade jurídica disciplinando bem, o que não é público nem, muito menos, particular”. Por serem qualificados como de uso comum do povo, os bens ambientais alcançaram o status de bens difusos, uma vez que se referem a toda uma coletividade, sem individualizar seus titulares.

O bem ambiental é, portanto, um bem que tem como característica mais relevante ser essencial para a sadia qualidade de vida, sendo ontologicamente de uso comum do povo, podendo ser desfrutado por toda e qualquer pessoa dentro dos limites constitucionais. É do resultado da somatória dos dois aspectos: bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida que se estrutura constitucionalmente o bem ambiental.⁹⁶

Desta forma, pode-se considerar tanto a água termal quanto a água mineral como recursos naturais ou recursos ambientais e, ao mesmo tempo, bens naturais ou ambientais. Só que na realidade elas não são de uso comum do povo. Pelo contrário, para se usufruir delas é necessário pagar pelo uso em locais privados – como é o caso de Caldas da Imperatriz – ou mesmo em locais teoricamente públicos, como em Nueva Federación.

Reivindicamos um novo nome – o de patrimônio ambiental ou natural – para denominar de outra forma aquele mesmíssimo recurso, com uma mudança no substantivo e nos adjetivos agora ligados a este patrimônio que acaba por ser apropriado por distintos campos semânticos. Para que ocorra, então, um processo de patrimonialização no caso das águas termais, alvo desta investigação, é necessário renomear essas fontes, produzindo-se uma denominação que vai modificar, na prática, o recurso natural, pois agora ele terá condição de patrimônio.

Poderíamos imaginar que, para serem denominadas patrimônios, as águas termais independeriam das instâncias de consagração dos patrimônios, como o Iphan ou a Unesco, mas não. Elas precisam ser

⁹⁶ www.portaleducacao.com.br/direito/artigos/16399/recursos-naturais-e-bens-ambientais#ixzz3C5ZyAAjt. Consulta em 1º de agosto de 2014.

reivindicadas como patrimônios por alguém e, particularmente no caso das águas termais, elas precisam ser separadas das outras, “sacralizadas” – no sentido que Mary Douglas atribui ao termo –, atestadas, comprovadas, num processo que depende de inúmeros fatores: onde elas se localizam e em que época da história foram descobertas, sob qual regime de governo, na posse de quem se encontram no momento, quais são suas peculiaridades físicas e químicas.

O processo de patrimonialização de fontes termais depende das qualidades particulares que lhes são atribuídas pelos especialistas e pelos seus frequentadores, tudo é levado em consideração na hora em que se instaura um patrimônio natural desse tipo.

A patrimonialização, nesse caso, seria mais que tudo uma questão de cunho discursivo, relacionada a quem fala pela natureza “virgem e intocada”, a quem elabora o texto que a “natureza pura e imaculada” vai proferir em sua própria defesa.

São os processos de atribuição de valor que possibilitam uma melhor compreensão do modo como são progressivamente construídos os patrimônios. Observe-se de modo mais atento o universo simbólico dos patrimônios culturais nacionais: a sua constituição, a partir de um estatuto jurídico próprio, a sua proposição, como uma forma de comunicação social, e a sua institucionalização, enquanto objeto de uma política pública. Quando se pesquisa sobre o valor, se pesquisa no que consiste uma obra, como ela se gera e se transmite, se reconhece e se usufrui.

Foladori e Taks (2004) nos mostram que a antropologia comparativa alerta para o fato de que sempre existiram formas institucionalizadas de apropriação elitista do conhecimento sobre a natureza externa. De certa forma, é disso que se trata quando tentamos caracterizar as águas termais como recursos “naturais”.

Os magos ou xamãs nas sociedades de caçadores, os druidas na sociedade agropastoril descentralizada dos celtas (...), os governantes e sacerdotes nas sociedades agrárias baseadas na captação de tributo, ou a Igreja Católica, na sociedade feudal, reservaram a si próprios o saber ambiental de sua época e, em geral, lograram objetivá-lo, separando-o do saber cotidiano. Mais ainda, a forma de conceber a natureza, e os problemas que a natureza impõe, não podem ser isolados dos agentes que criam essa consciência

— definitivamente, não se trata simplesmente da “sociedade”, mas de estratos e grupos determinados.⁹⁷

Denominar a água termal como patrimônio natural *per si* – sem esse processo cultural de patrimonialização – seria partir do princípio de que existiria uma natureza sem o homem. E o que ocorre é que ela não existe se não puder ser contemplada pelo olhar e pelo intelecto humano, sem que seja nominada, explicitada e lida por um ser que tem a condição de sair dela e vê-la como distinta dele mesmo. Consideremos também que o conceito de natureza não é universal; há povos que não separam os seres humanos da natureza e que sequer têm uma palavra própria para designá-la porque ela não é cogitada como tendo existência própria.

Ao mesmo tempo, há, sim, palavras específicas em todas as culturas para denominar a água e em todas as formas como esta água se apresenta, inclusive a água como recurso ambiental que pode, sob algumas circunstâncias, ser considerada “patrimônio”, como é o caso de algumas águas termominerais.

O patrimônio só passa a existir quando há um processo discursivo de agenciamento que transforma dado recurso em patrimônio – ele tem que ser pensado e descrito como tal, pois trata-se, sempre, de palavras, como nos faz notar Austin (1990), quando anuncia que “dizer é fazer”.

Para Foucault, o princípio de uma unidade discursiva está na episteme. “Por episteme entende-se um conjunto de relações que une, num dado período de tempo, as práticas discursivas que dão origem às figuras epistemológicas, as ciências e os sistemas formalizados que permitem compreender a emergência de um campo discursivo de conhecimento” (FOUCAULT, 1987, p. 217). O autor enfatiza que o poder do conhecimento está em nominar ou renomear o que já existe.

O patrimônio ambiental água termal constitui especificidades que fogem da hegemonia da visualidade, daquilo que Regina Abreu denomina de “paradigma oculocêntrico” da sociedade moderna (ABREU, 2012, p. 21). Enquanto o termo patrimônio está quase sempre ligado a uma paisagem, a um cenário no espaço das metrópoles, a um lugar para ser visto, contemplado e admirado, assim como a paisagem

97

denominada natural (*idem*, p. 21), as águas termais, em vez disso, por mais que encham nossos olhos, elas nos envolvem de maneira mais sinestésica: são táteis, têm suas próprias temperaturas, texturas, cheiros, transparências, elas pulsam do interior da Terra, jorram. Podemos mergulhar nelas. O vapor da água termal nos remete a outros estados físicos daquela mesma matéria que flui e, líquida, dá origem ao termo utilizado por Bauman (2003) para definir a modernidade volátil, em que as relações não são mais tangíveis e em que tudo perde a consistência e a estabilidade. Em que “tudo o que é sólido se desmancha no ar” (BERMAN, 1986). É nesta imersão que nos relativizamos também como seres humanos e como matéria; nosso corpo fica leve na densa e quente água, viajamos “de volta ao útero”, para usar uma das metáforas colhidas entre meus informantes.

Conforme Bauman (2003), os fluidos se movem facilmente. Eles “fluem”, “escorrem”, “esvaem-se”, “respingam”, “transbordam”, “vazam”, “inundam”, “borrifam”, “pingam”; são “filtrados”, “destilados”. Diferentemente dos sólidos, não são facilmente contidos – contornam certos obstáculos, dissolvem outros, invadem, inundam. A extraordinária mobilidade dos fluidos é o que os associa à ideia de “leveza”. Há líquidos que, centímetro cúbico por centímetro cúbico, são mais pesados que muitos sólidos, mas ainda assim tendemos a vê-los como mais leves, menos “pesados” que qualquer sólido (BAUMAN, 2003, p. 4).

Do encontro com os sólidos os líquidos emergem intactos, enquanto os sólidos que encontraram, se permanecem sólidos, são alterados – ficam molhados ou encharcados, são corroídos – água mole em pedra dura tanto bate até que fura. A extraordinária mobilidade dos fluidos é o que os associa à ideia de “leveza”. Associamos “leveza” ou “ausência de peso” à mobilidade e à inconstância: sabemos pela prática que quanto mais leves viajamos, com maior facilidade e rapidez nos movemos (BAUMAN, 2003, p. 4).

Mais que um conceito difuso, o patrimônio água termal talvez possa apropriadamente ser considerado um patrimônio “líquido”, no sentido que o filósofo Zygmunt Bauman (2003) dá ao termo, já que sua constituição como patrimônio natural é mais rarefeita e instável do que a de outros patrimônios.

A água termal é menos sua imagem e mais as sensações que ela provoca. É um patrimônio “para além da pedra e do cal”, aquele velho conjunto de monumentos que temos a obrigação de preservar porque seriam obras de arte excepcionais ou porque foram palco de eventos

marcantes. Muito embora se possa verificar que, no caso de Santo Amaro da Imperatriz, juntam-se, à patrimonialização do recurso ambiental, aqueles aspectos relativos à história oficial, já que a visita dos imperadores às termas, em 1845, garantiu a construção do prédio do Hotel Caldas da Imperatriz, junto com a perene evocação de todos os nomes reais que aparecem nas ruas do município e o próprio nome do município e de empresas como o Supermercado Imperatriz.

Vemos como a expressão patrimônio cultural⁹⁸ se sobrepõe ao natural porque o “natural” é atribuído por alguém a um bem que até então não era visto como tal e que pode deixar de sê-lo se lhe forem atribuídos outros predicados. Por exemplo: a milagrosa água de Santo Amaro da Imperatriz, em um determinado período, esteve sob suspeita de contaminação por esgoto doméstico (MARTINS, 2001), sendo assim, oscilou por um tempo entre ser pura e impura (DOUGLAS, 2010).

Digamos que a natureza por si mesma não exista, mas que passa a existir apenas quando é vista e definida como tal pelo “olhar” humano, apenas quando traduzida por um signo, uma palavra, uma imagem ideal. Vemos, nesse caso, como pode ser volátil a noção de patrimônio natural porque existiria, então, uma relação entre patrimônio e a constituição de um território em que um roteiro não está dado, em que encenam atores que podem pretender se apropriar deste mesmo território e daí transformá-lo material e simbolicamente; que podem pretender vendê-lo ou comprá-lo.

Patrimônio é um substantivo poderoso e está presente em discursos como o de nação, por exemplo. A água como patrimônio nacional está envolvida na produção agropecuária, na mineração, na produção de energia. A água é um minério peculiar e está na origem de todos os produtos de exportação, uma vez que, por exemplo, um litro de

⁹⁸ “O patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis”. O Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –, em seu sítio eletrônico, esclarece: “Sendo ele diferente das outras modalidades da cultura restritas ao mercado cultural, apresenta interfaces com segmentos da economia como a construção civil e o turismo”. Mais em: www.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=20&sigla=PatrimonioCultural&retorno=paginaIphan. Consulta em 4 de novembro de 2013.

álcool, para ser produzido, necessita de mais de mil litros de água. O mesmo se dá com a carne, com a soja, com o ouro.

Quando se fala em herança, em partilha doméstica de bens, patrimônio depende para sua compreensão de um adjetivo e, desde a origem, o processo que eleva um determinado bem à condição de patrimônio é reivindicação de um dado grupo de sujeitos diante de uma específica instância do Estado (municipal, distrital, provincial, nacional, transnacional). O patrimônio pode ser reivindicado e reconhecido pelo próprio Estado e, como veremos, com o uso de discursos que se constroem na defesa de bens que podem ser considerados aleatórios e até arbitrários, quando vistos sob determinadas perspectivas.

Na fala do militar português João Vieira Tovar de Albuquerque, o primeiro governador catarinense, em 1817, podemos depreender como se imaginava o aproveitamento das águas termais:

Abatam-se a essas florestas. Abra-se o caminho que nos guie a esse tesouro, edifiquem-se os aposentos em que se possa abrigar a humanidade sofredora, erijam-se os depósitos de seu alívio, os banhos salutíferos que devem conservar a vida e restituir a saúde a nossos irmãos e recaiam sobre nossos filhos as suas bênçãos (MARTINS, 2001, p. 93).

Percebemos que já no começo da colonização era imprescindível que fosse criado o acesso às termas, numa primeira modificação da paisagem. Havia como obstáculo para se chegar àquelas fontes naturais a própria natureza, a floresta circundante, hoje elevada à categoria de parque estadual, o Parque do Tabuleiro, uma reserva que até pouco tempo atrás era considerada Área de Preservação Permanente.⁹⁹

⁹⁹ As Áreas de Preservação Permanente (APPs) por definição seriam áreas em que não é permitida a presença humana. Já as Áreas de Preservação Ambiental (APAs) contêm restrições com relação à presença humana, mas ela é permitida. “Existem vários tipos de APP (são 12 as categorias de unidades de conservação da natureza, no Brasil), que são definidas pelas condições geográficas do terreno tais como faixa marginal dos rios, topo dos morros, proximidade das nascentes, terrenos acima de 1.800. É importante ficar atento porque para a APP existir basta que a condição geográfica seja atendida, independentemente do domínio da área ou da vegetação existente, ou seja, existem APPs em terrenos privados e públicos, na zona rural e na zona urbana.” Mais em:

A lei que cria as unidades de conservação, no Brasil (lei 9.985, de 18 de julho de 2000) define estas unidades de conservação como espaços territoriais legalmente instituídos pelo poder público, em atos individuais, e cujos recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, têm características naturais relevantes. O seu objetivo é o de racionalizar o uso de recursos e dos atrativos naturais. Elas devem ser geridas dentro de um regime especial de administração. A preservação é definida como o conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visam à proteção, em longo prazo, das espécies, *habitats* e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, de modo a prevenir a simplificação e a degradação dos sistemas naturais. As estâncias hidrominerais enquadram-se quase que integralmente em todas essas características.

A mesma lei define, como uso sustentável, a exploração dos recursos do ambiente natural de maneira a garantir a perenidade dos recursos renováveis e dos processos ecológicos, e manter a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. Neste contexto, o extrativismo é definido como o sistema de exploração baseado na coleta e na extração sustentável de recursos naturais renováveis. As estâncias hidrominerais preenchem também essas exigências.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação é constituído pelo conjunto das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais e objetiva: 1) contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos; 2) proteger as espécies ameaçadas de extinção; 3) contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; 4) promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; 5) promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; 6) proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; 7) proteger aspectos naturais relevantes; 8) proteger e recuperar recursos hídricos; 9) recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; 10) proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; 11) valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; 12) favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em

contato com a natureza e o turismo ecológico; e 13) proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando o seu conhecimento e a sua cultura, e promovendo-as social e economicamente. Com exceção das exigências de paisagens naturais pouco alteradas, de patrimônios importantes de biodiversidade e da presença de comunidades tradicionais, as estâncias hidrominerais enquadram-se, igualmente, nesse amplo quadro das missões das unidades de conservação.¹⁰⁰

O fato, portanto, de as águas termais de Santo Amaro da Imperatriz se localizarem dentro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, unidade de conservação criada em 1975, já presumiria que se trata de um local destinado à preservação, um “patrimônio estadual”. Ao mesmo tempo, trata-se de um patrimônio gerenciado neste momento pelo município e, por outro lado, de um patrimônio que está sendo explorado pela iniciativa privada, por dois grupos que não são nem naturais do estado de Santa Catarina, no caso do hotel Plaza Caldas da Imperatriz, nem da nação brasileira, no caso do condomínio fechado construído com “dinheiro árabe”.

Como não há limite para o processo de qualificação da palavra patrimônio,¹⁰¹ conforme Gonçalves (2002, p. 22), esta forma de entendimento do conceito determina o impacto provocado pela exploração do turismo sobre o próprio território e sobre o manancial de águas existentes nestes municípios; águas que não pertencem ao território propriamente dito, mas ao subsolo às vezes internacional destes territórios nacionais.

Para Bertoncello, é frequente que o patrimônio cultural seja visto como algo que se herda (2009, p. 10) normalmente de gerações precedentes, o que significa que sua condição estaria definida sempre no passado e que seria necessário garantir sua preservação para, eventualmente, colocá-lo à disposição de todos. Trata-se de um bem que pertence a toda a sociedade, valorizado e caracterizado em função de seus atributos intrínsecos (raridade ou escassez, excepcionalidade):

¹⁰⁰ www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc.

¹⁰¹

http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/patrimonio_como_categoria_de_pensamento.pdf. Acesso em 14 de maio de 2013.

(...) o patrimônio não é algo que tem origem no passado e é meramente recebido no presente, mas, pelo contrário, é desde o presente que se levam adiante os processos de definição dele; esta seleção responde a lógicas e interesses atuais e é levada a cabo de maneira intencional por atores sociais concretos, com a ativa e necessária intervenção do Estado (BERTONCELLO, 2009, p. 10).

Segundo Bertoncello (1999, p. 10), é importante refletirmos sobre o papel que os “saberes especializados” – ciência, organizações internacionais, conselhos de expertos – jogam nos processos de patrimonialização, definindo, a partir de critérios “supostamente objetivos”, quais bens merecem ser preservados. Seria, talvez, possível afirmar que as características do que se patrimonializa têm a função de legitimar as eleições realizadas a partir de critérios econômicos, sociais e políticos, critérios que, na atualidade, pretendem definir a água como *commodity*.¹⁰²

Talvez por isso o patrimônio natural possa ser considerado um patrimônio cultural, já que foi elaborado, valorizado e apropriado pela sociedade. No caso das termas, foi o discurso médico hegemônico que fez com que elas voltassem à tona. Avalizadas pelo discurso médico-científico, agora, o que se busca nas termas é a restauração e a manutenção da saúde, a cura, eventualmente até um milagre que resulta do retorno do homem à natureza.

¹⁰² O discurso é que transforma a natureza em cultura e valor. A natureza se torna mais uma *commodity*, como parece ser o caso da água, de maneira geral, e das águas minerais e, aqui, encontramos mais um nó nesta trama, porque toda água termal pode ser, também, água mineral, isto é, água potável, passível de ser comercializada, exportada, canalizada. Como tais, as águas em muitos países passam a ser controladas por três ou quatro famílias transnacionais como a Coca-Cola, a Pepsi, a Nestlé, e subsidiadas por organismos como o World Water Council (WWC), o Conselho Mundial da Água, a International Water Resources Association (IWRA) e o Conselho Intergovernamental do Programa Hidrológico Internacional da Unesco. No Brasil, a responsabilidade por esse recurso é da Agência Nacional de Águas (ANA), fundada em 2001, que está também cada vez mais pressionada por todos estes organismos transnacionais.

Ramírez (2008), com relação à questão do “contato” com a natureza, diz que se trata de um ideário que repousa, basicamente, nas representações da ordem do natural como fonte de vida e saúde, e, portanto, é mediante o uso de elementos naturais (ou a presença em lugares concebidos como tais) que se pode preservar a saúde ou recuperá-la – curar uma enfermidade, por exemplo.

Existe certo romantismo enquanto matriz ideológico-cultural das termas, e ele se deve em parte ao movimento higienista, inscrito no contexto europeu do século XIX. Justamente, ao longo do século XIX, é que alguns países da Europa ocidental assistem a uma transformação estrutural de suas sociedades, a partir da expansão do capitalismo como sistema econômico, o que implicou um acelerado processo de industrialização e urbanização. É neste contexto que as termas recuperam seu vigor; e é a partir da degradação da vida nos centros urbanos, de suas condições insalubres, que a natureza se representa como fonte de vida e saúde, como um valor perdido a partir das transformações materiais produzidas pela racionalidade técnica, científica e tecnológica.

Localiza-se na valorização estética da natureza a corrida para as termas como opção turística. Bertoncello, Castro (2009) e outros autores¹⁰³ chegam a falar em “patrimonialização” e “turistificação” da natureza e, dessa discussão, surgem questões bastante pertinentes como essa da pertença da natureza ao domínio do humano. Pode-se falar aqui em um pertencimento que nada mais é que o assujeitamento da natureza e dos diferentes e coincidentes conceitos que se elaborem sobre ela. Na mesma obra, Kuper (2009) afirma que a condição de patrimônio não é neutra nem preexistente ao social. “Os critérios para definir o patrimônio natural mudam, dependendo das intenções, possibilidades e momento histórico”. Luchiari (2005), desse modo, conclui que, no caso da Península Valdés, para citar outro patrimônio natural turistificado na Argentina, os portadores destes discursos em favor da patrimonialização foram os cientistas que visitaram a área. Eles é que formalizaram estes discursos para que pudesse haver a implementação das medidas de proteção e patrimonialização da natureza.

Em outras palavras, a produção e o controle de um patrimônio, e do território turístico em particular, porque é de turismo termal que

¹⁰³ Turismo y geografía – lugares y patrimonio natural-cultural de la Argentina, *op. cit.*

estamos falando, seria uma forma específica de exercer poder, que transforma tanto o território como a prática mesma deste tipo de turismo.¹⁰⁴

¹⁰⁴ BERTONCELLO, 2002.

5 A ÁGUA PENSADA COMO BEM CULTURAL IMATERIAL

A descoberta de águas termais no Brasil se deu em diversas localidades, no longo período entre finais do século XVIII a início do século XX. Em 1780, nasceu a cidade de Lambari, em Minas Gerais, a partir da descoberta de fontes de águas minerais, denominadas águas virtuosas, que trouxeram doentes de várias regiões, formando-se um arraial ao redor das fontes. Caxambu descobriu as suas fontes por volta de 1814. Elas foram, em seguida, desapropriadas pelo governo da província. A fama de seus poderes curativos levou à cidade, em 1868, a princesa Isabel e o seu marido, o Conde D'Eu, em busca da cura para a sua esterilidade, o mesmo motivo que trouxe a imperatriz Tereza Cristina e o imperador D. Pedro II para a hoje denominada Santo Amaro da Imperatriz.

As histórias de curas e os relatos relacionados à visita dos imperadores, tanto em Santa Catarina quanto em Minas Gerais e em outros estados em que existem fontes termais irmanam estas localidades no sentido de que oportunizaram a constituição de um repertório que vem ao encontro do que diz a Unesco sobre o patrimônio intangível ou bem cultural imaterial, quando se refere à medicina tradicional e à tradição oral:

(O bem cultural imaterial seria) o conjunto de formas de cultura tradicional e popular ou folclórica, isto é, as obras coletivas que emanam de uma cultura e se baseiam na tradição. (...) Estão incluídas nelas as tradições orais, os costumes, as línguas, a música, as danças, os rituais, as festas, a medicina tradicional, as artes culinárias e todas as habilidades especiais relacionadas com os aspectos materiais da cultura, tais como ferramentas e o hábitat.

Voltemos à suspeita de minha informante, a artista plástica, de que a imperatriz teria ficado grávida da princesa Isabel em Santo Amaro da Imperatriz e que esta gestação seria fruto de uma relação entre um negro e a imperatriz, suspeita que é reiterada por outros de meus informantes, como o integrante da banda de música de Santo Amaro da Imperatriz. A princesa Isabel teria sido gerada naquela época, de 25 a 29 de outubro de 1845. “Se pegar os nove meses, dá certinho com o nascimento da princesa Isabel. Dizem que o imperador era estéril”,

justifica o maestro. Outros supõem que ela seria estéril; ele, impotente. A princesa era manca, também, “claudicava” de uma das pernas, para usar o eufemismo resgatado por Martins (p. 89).

A coleção de relatos que circulam boca a boca, desde o dia da visita, à margem inclusive da história oficial, junto aos modos de utilizar as águas termais – quantos banhos, de quanto em quanto tempo, quanta água deve ser ingerida, para cada problema de saúde, esta coleção de relatos vai tecendo o que podemos definir com patrimônio intangível, ou bem cultural imaterial, relacionado a toda a simbologia evocada pelas águas termais, junto ao patrimônio material, o próprio hotel tombado.

Ilustração 18 – Hotel tombado pelo Patrimônio Histórico no município de Santo Amaro da Imperatriz



Fonte: Google Maps.

O hotel tombado chegou a ser interditado e sofreu diversas reformas ao longo da história, mas a primeira oportunidade em que de hospital passou a ser chamado de hotel foi em agosto de 1876, quando, ao mesmo tempo, começaram a ser analisadas as águas de Caldas da Imperatriz e quando o hotel já atraía turistas do Brasil e do mundo

inteiro devido às características das águas termais e aos relatos de curas divulgados boca a boca.

É neste momento que o hotel antigo sofre uma segunda tentativa de privatização, já que o Estado praticamente o tinha abandonado – uma história que continua até os dias de hoje, ninguém consegue administrar o hotel e nenhum de seus diretores permanece no cargo por mais de um ano. O turismo e as atribuições das propriedades da água aconteceram de forma simultânea. Esta segunda tentativa também não deu certo e, em 25 de abril de 1919, o governador Hercílio Luz assina um contrato de exploração do conjunto composto pelas fontes termais e o Hospital de Caldas da Imperatriz com o empresário Manoel Visconti, que desiste do negócio em 1923, quando o governo passa a concessão para a Empresa Águas Termais Thermo-Minerais da Imperatriz, de propriedade de Waldemar Visconti, e depois, em 1927, Manoel Visconti retoma a estação por um prazo de 50 anos, quando na época era previsto o funcionamento de um cassino nas imediações do hotel. Depois, os cassinos foram proibidos.

Martins relata que a água mineral Imperatriz começou a ser engarrafada em 1924 (p. 129) e o governador Nereu Ramos conseguiu reaver Caldas da Imperatriz em 1943, quando o hotel quase foi fechado devido a um surto de malária, provocado pelo acúmulo de água nas bromélias¹⁰⁵ da região. Em 1955, o Estado, com o aval da Assembleia Legislativa, assinou contrato de exploração por 30 anos com os empresários Ney da Rosa Brasil, dentista, residente em Porto Alegre, e o contador Tarcísio Gandolfi, residente em Florianópolis.

Curioso notar aqui a influência dos atores políticos na ocasião. Ney era irmão, conta Martins (p. 141), do então deputado estadual pela União Democrática Nacional – UDN – Nelson da Rosa Brasil, futuro diretor da empresa Caldas da Imperatriz Comércio e Indústria S. A.

Depois disso, as fontes foram interditas por contaminação – a água foi considerada como vetor de doenças transmissíveis – e o patrimônio voltou para as mãos do Estado em 1977 (p. 155). Hoje, como já vimos, muitos defendem que o hotel tombado se transforme em

¹⁰⁵ A família das bromélias tem cerca de 3 mil espécies e 56 gêneros com aproximadamente 40% de tipos no Brasil, principalmente na Floresta Amazônica, Mata Atlântica, região da Caatinga, campos de altitude e restingas. A planta foi responsabilizada por contribuir para a proliferação de doenças, já que a água acumulada na sua base favorece a criação de insetos. Mais em www.fazfacil.com.br/jardim/bromelias-cultivo/.

museu e que o município invista num grande parque termal municipal, a exemplo de cidades como Piratuba.

De fato, as condições de turismo em Caldas da Imperatriz são precárias. Os banhos públicos de Santo Amaro da Imperatriz, pelos quais você paga, chegam a ser deprimentes. Suas instalações não contam com uma lanchonete, não há um parque público nas imediações. Para quem não possui carro próprio, os horários de ônibus que partem de Florianópolis são apenas três, durante o dia, nos dias úteis, tendo como destino o bairro turístico. Nos finais de semana, escasseiam ainda mais. O interessado toma um banho de 15 minutos e precisa esperar horas pelo ônibus para voltar à cidade. A infraestrutura turística é mínima também no hotel tombado. Ali, uma faxineira se dispõe a fazer massagens, mas precisa primeiro limpar todos os apartamentos. O almoço no hotel tombado não tem nada de típico da região, em todo caso custa de R\$ 25 (o preço básico) a R\$ 35 (nos finais de semana e feriados). O valor é menos da metade do preço cobrado no hotel Plaza Caldas da Imperatriz, situado um pouco mais acima, e que conta com restaurante de nível internacional. Não é necessário ser especialista em turismo para perceber que o recurso é subutilizado.

5.1 A ÁGUA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Por possuir características bastante semelhantes às de Santo Amaro da Imperatriz, no que se refere à gestão das suas águas, a cidade de São Lourenço, em Minas Gerais, pode nos ajudar a entender de que forma a reivindicação como patrimônio cultural imaterial pode vir a contribuir para a preservação tanto das águas termais de Santo Amaro da Imperatriz quanto dos imóveis onde ela é usufruída e a paisagem em que estas águas se encontram situadas.

A água é tratada como recurso estratégico pela comunidade da cidade de São Lourenço, uma das mais conhecidas estâncias termais brasileiras – que também data da época do Império e tem muita semelhança com Santo Amaro da Imperatriz e com outras estâncias termais no Brasil e no mundo, na relação que estabelece entre a água e a população, na valorização da água como bem cultural. Em São Lourenço, em 2014, o campo de conflito eclodiu e expôs de maneira negativa uma empresa transnacional, a suíça Nestlé.

A exemplo do que ocorre em Santo Amaro da Imperatriz e em Nueva Federación, no Vale do Rio Verde, em Minas Gerais, a cidade de

São Lourenço cresceu em torno das águas. O turismo, como em Santo Amaro da Imperatriz e, mais ainda, em Nueva Federación, emprega boa parte dos moradores da cidade e em São Lourenço a exploração das águas minerais, como em todo o território brasileiro, envolve disputas de jurisdições (federal, estadual, municipal) e o entendimento do que sejam patrimônios, de maneira geral (material, imaterial, ambiental, arquitetônico, histórico, paisagístico).

Da mesma forma que em Santo Amaro da Imperatriz, em São Lourenço, água mineral significa saúde. A palavra saúde foi a primeira a ser citada como sinônimo do recurso natural por 64% dos moradores entrevistados por Ninis (2006). A autora mostra a forte relação da população com o consumo, como também ocorre em Santo Amaro da Imperatriz, deste recurso natural: nada menos que 82% dos moradores têm o costume de beber água mineral, 64% deles diariamente: “A cidade dá um valor altíssimo a sua água, mas não tem mais acesso”, diz Ninis, referindo-se à entrada paga do parque municipal, agora privatizado pela Nestlé.

No município, há ainda uma fonte externa, como também é o caso de Santo Amaro da Imperatriz, que é a mais usada pela população local (60% dos entrevistados). A população tem uma relação com suas águas que foi identificada no levantamento histórico realizado para o pedido de tombamento do parque.

O Ministério Público, em função disso, deve recomendar o registro da utilização das águas minerais na cidade – um mecanismo de preservação da tradição imaterial. “É inédito o registro do uso da água como bem cultural imaterial (ou patrimônio cultural intangível), no Brasil, talvez até no mundo”, explica o promotor Paulo de Souza Miranda, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, que entrou com o pedido no Iepha – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

Esse instrumento pode facilitar o acesso dos moradores às fontes e à água do parque, por exemplo. Miranda explica que o mecanismo deve proteger os fontanários, o balneário e o projeto urbanístico do parque, que têm valores culturais, arquitetônicos e históricos de relevância. “Descobrimos, por exemplo, que essas águas são utilizadas desde 1817 pelo menos, e não 1890, como se acreditava”, revela o promotor.¹⁰⁶

¹⁰⁶ www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Em-guerra-contra-a-Nestle/2/30826. Acesso em 9 de julho de 2014.

“Uma água que cura as pessoas é um presente que a natureza nos oferece de graça. O que está acontecendo aqui é um sacrilégio. Essa é uma luta da sociedade civil, de quem está vendo o problema e não tem amarras”, diz a terapeuta Nair Ribas D’Ávila, que integra a Amar’Água e participa das mobilizações contra a Nestlé desde 2001.¹⁰⁷

Descontentes com a fiscalização existente – realizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental (Supram) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), responsável pelo licenciamento ambiental –, o grupo busca, na cultura, uma forma de garantir maior controle e proteção à área. Por isso, a associação quer transformar o espaço num geoparque, uma área de significativo patrimônio geológico que serve ao desenvolvimento local, sobretudo pelo turismo, e também à proteção e à educação ambiental.

Para Ninis (2006), a proteção cultural talvez seja, justamente, a saída que resta para a região. “É preciso cuidado com esse patrimônio, que é mundial. Um lugar que concentra nove tipos de água mineral é único. Esse pode ser também um mecanismo de proteção da água mineral”, diz ela, já que não existe “proteção nenhuma para a água subterrânea no Brasil”.¹⁰⁸ Para “lutar pelo subsolo”, a Amar’Água entrou com um pedido de tombamento do “recurso hídrico diferenciado” no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do governo federal. A ideia é, depois dessa fase, solicitar sua inclusão na Rede Mundial de Geoparques (Global Geoparks Network), da Unesco.

“A água é um bem muito difuso. Também serve ao saneamento e ao abastecimento, por exemplo, por isso a consecução prática deste projeto é complicada. Envolve diferentes órgãos, como o Iphan e a Agência Nacional de Águas”, aponta o promotor Bergson Cardoso Guimarães, que coordena 79 promotorias ambientais da região da Bacia do Rio Grande, à qual São Lourenço pertence. Outra questão ainda sem resposta é se esse tombamento impediria a extração de água para o engarrafamento.¹⁰⁹

Para o promotor, um passo importante, e mais simples, é o tombamento do parque – o único sem nenhum tipo de proteção cultural entre as cidades do chamado Circuito das Águas de Minas Gerais. As fontes foram

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Em-guerra-contra-a-Nestle/2/30826. Acesso em 9 de julho de 2014.

descobertas numa área particular que nunca passou para a iniciativa pública e, quando a Nestlé adquiriu a Perrier, então proprietária da Companhia de Águas de São Lourenço, em 1992, tornou-se também a responsável pelo parque. Guimarães acredita que a fiscalização e a prestação de contas ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha) seria uma forma a mais de resguardar esse bem. O tombamento garantiria a segurança do bem contra a demolição e a sua conservação em bom estado.¹¹⁰ O registro de bens imateriais é uma tendência internacional e, em Minas, já foram registrados, por exemplo, o toque dos sinos de São João del-Rei e o modo de fazer o queijo da Serra da Canastra.¹¹¹

A crítica à legislação – que trata o recurso como um minério, regulamentado pelo Código de Mineração, e não segue as diretrizes da Política Nacional dos Recursos Hídricos – também é feita pelo promotor Bergson:

É preocupante porque as leis muitas vezes são dominadas por um padrão econômico de exploração e crescimento a qualquer custo. A água mineral não é só um minério a ser explorado, é igualmente um bem sociocultural importante para a identidade dessa comunidade (...). A gente não tem controle de nada, não sabe quanto sai de água para o engarrafamento, não sabe nem se eles pagam ICMS para cá.¹¹²

Pior é que esta superexploração da água mineral pela multinacional Nestlé está provocando o “afundamento” da cidade de São Lourenço. Estudo sobre a região do Circuito das Águas publicado em 1998 pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais ou, atualmente, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) – empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia – mostra que está havendo

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ No Brasil, mais alguns exemplos: o ofício das baianas do acarajé, as festas do divino em Paraty e Pirenópolis, o ofício das raizeiras e dos raizeiros do Cerrado, a viola de cocho, o tambor de crioula, o samba de roda, a capoeira, o teatro de Nova Jerusalém, o maracatu, o samba e o frevo, o forró, o bloco carnavalesco Galo da Madrugada, o bolo de rolo e a feira de Caruaru, entre muitos outros. Fontes: www.cnfcp.gov.br/ e <http://portal.iphan.gov.br/>.

¹¹² Idem.

um rebaixamento contínuo dos níveis estáticos das fontes. Ou seja, a água da fonte alcalina, por exemplo, que antes brotava na superfície, já está a três metros do chão. O estudo também mostrou que o nível da água no aquífero havia sofrido rebaixamento e que, portanto, as demandas deveriam “limitar-se às adequações existentes”. Também comparou a qualidade química e a vazão das águas de então com um estudo realizado no início do século 20. Os resultados indicaram que houve diminuição em peso dos principais componentes das águas, além de acentuada redução de vazão em duas fontes de São Lourenço. Diz o documento: “Possivelmente, este fenômeno esteja associado a ações antrópicas como desmatamento em áreas de recarga e à superexploração dos aquíferos através dos poços em exploração [extração para fins econômicos] e dos novos poços perfurados”.¹¹³

Em São Lourenço, parte da comunidade acabou comprando uma briga contra a exploração descontrolada das fontes de água minerais, já que, apesar de seus componentes curativos, elas têm deixado de atrair turistas que vinham do mundo inteiro para a cidade. As preciosas águas estão ameaçadas porque acabaram tendo um uso exclusivo: são engarrafadas como água mineral de mesa. Segundo líderes ambientalistas da região, para transformar esta água com propriedades especiais em água de mesa, são captados um milhão de litros do líquido por dia somente em um poço, colocando em risco a capacidade do lençol de água subterrâneo. Os protestos contra esse processo foram liderados pelo movimento Cidadania pelas Águas, um grupo voluntário que apontou irregularidades nestes procedimentos e acionou a suíça Nestlé.

A multinacional, que possui direitos de uso das fontes na cidade de São Lourenço, é acusada de exploração indevida para a produção e comercialização da água Pure Life no Brasil. O processo está tramitando no Ministério Público Estadual.

Conforme Ninis (2006), na visão da sociedade local, acima das concessões e outorgas dadas pelo Estado, estão os direitos da comunidade, que vive há muitos anos da exploração da água mineral e que incorporou este recursos como um patrimônio cultural. Mais ainda, a comunidade foi construída e se estruturou social e economicamente

¹¹³ Idem.

sobre um aparato de exploração turística, muito menos daninho à sustentabilidade dos recursos do que a indústria de engarrafamento.

A conclusão de Ninis é de que “O Brasil, como detentor de grande parcela da água doce do planeta, torna-se alvo de grandes empreendimentos para o setor, pois a exploração indiscriminada tem apoio legal”. Para ela, a estância hidromineral oferece bens e serviços de bem-estar aos visitantes e aos residentes para merecer ser enquadrada como área especialmente protegida. Acima de tudo, segundo ela, oferece água mineral, recurso medicinal, com valor de mercado, artigo tangível e objeto de valoração, numa estância hidromineral que agrega valores específicos embutidos na sua beleza natural, na biodiversidade e na potencialidade de curas por meio da balneoterapia e crenoterapia. Há ainda o valor cultural e simbólico dos parques para as comunidades que os abrigam. Além disso, segundo ela, os parques contêm uma beleza cênica incrementada pelo paisagismo, pela jardinagem e por monumentos de valor cultural e simbólico.

Nas sociedades urbanas e modernas, conforme Diegues (2011), a água doce é um bem, em grande parte, domesticado, controlado pela tecnologia (represas, estações de tratamento), um bem público cuja distribuição pode ser apropriada de forma privada ou corporativista, tornando-se bem de troca, mercadoria. Por isso é que o uso da água tem dimensões conflitivas e políticas e afeta de forma distinta tanto as sociedades urbano-industriais quanto as tradicionais.

A construção de barragens e sistemas de irrigação são um exemplo típico de atividade geradora de conflitos, beneficiando em geral as primeiras e prejudicando as segundas. As barragens, destinadas a abastecer as cidades com energia elétrica e água, alteram os hábitos migratórios de peixes e afetam as comunidades ribeirinhas que dependem da pesca.

(...) Nas sociedades tradicionais, a água, incluindo rios e lagos, faz parte de um território e um modo de vida, base de identidades específicas (ribeirinhos, quilombolas etc.), ao passo que nas sociedades modernas a água, como bem de consumo, é desterritorializada, canalizada de outros lugares muitas vezes distantes, com os

quais as populações urbanas têm pouco ou nenhum contato.¹¹⁴

Os parques têm também a capacidade de oferecer bem-estar para os seus visitantes esporádicos e regulares, dentre os quais se incluem os residentes das próprias estâncias hidrominerais. Ideias que convergem, portanto, com Mota (2003, p. 90-91), quando ele afirma que as estâncias hidrominerais detêm: 1) valores referentes aos sítios culturais, de significação histórica, cujas características estéticas naturais formam um cenário valioso para a sociedade; 2) valores intrínsecos aos ecossistemas, que regulam os processos e os estoques de recursos da natureza, tais como água mineral, as suas propriedades medicinais e o ciclo hidrológico; e 3) valores direcionados para a conservação e a preservação da diversidade da natureza.

Questiona-se, portanto, sobre os motivos pelos quais essas localidades não são enquadradas pelas leis pertinentes de proteção ambiental, leis que pretendem preservar e conservar tanto os recursos naturais presentes como a cultura das populações locais.¹¹⁵

A exploração das águas minerais, por enquanto, depende de concessões geridas sob o comando fiscalizatório do DNPM. Não está, a rigor, sujeita à Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecida pela lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, a chamada Lei das Águas ou dos Recursos Hídricos. Por isso, o paradigma legal vigente não consegue regular e evitar os conflitos em torno do uso da água mineral (GUIMARÃES, 2007).

Assim, como foi visto, a utilização comercial das fontes de águas minerais ou de mesa deve seguir o regime de autorizações sucessivas de pesquisa e lavra, instituído pelo Código de Mineração, que garante o aproveitamento comercial e permite a “extração total” do recurso mineral (decreto-lei 1.985, de 29 de janeiro de 1940).

No seu capítulo I, artigo 1º, esse código afirma que compete à União administrar os recursos minerais, a indústria de produção mineral e a distribuição, o comércio e o consumo de produtos minerais, que podem estar sob regime de concessão ou de licenciamento, dependendo

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2008000100011. Acesso em 5 de maio de 2014.

das instâncias do Ministério de Minas e Energia e do DNPM às quais esteja subordinada a mina.¹¹⁶

Conforme Ninis (2006), uma saída seria a gestão comunitária das águas minerais. A própria comunidade poderia e deveria fazer a gestão das águas minerais, garantindo emprego e renda, encarregando-se da divulgação das estâncias e mantendo a sua tradição. A própria sociedade, por meio de uma empresa pública ou de uma cooperativa, deveria ser capaz de gerir os parques, assim como as atividades de engarrafamento das águas minerais, de forma integrada e harmoniosa com os objetivos maiores de preservação e sustentabilidade, de modo que a exploração do recurso não precisasse necessariamente provocar sua exaustão.

Ficaria subentendido que, para que pudessem ser reivindicadas como patrimônios culturais, as águas minerais tanto em Santo Amaro da Imperatriz quanto em São Lourenço precisariam ser reconhecidas como tais pelo que a autora denomina de “a própria comunidade”. A valorização como patrimônio teria que suscitar ressonâncias na comunidade, certa unanimidade, uma imaginada coesão destas comunidades. Neste sentido, no entanto, a condição de patrimônio cultural das águas termais, pelo menos em Santo Amaro da Imperatriz, pode nunca passar de um estado de potência.

Na esfera federal, Marcelo Medeiros, coordenador do Departamento de Hidrologia da CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais do Distrito Federal – e representante deste órgão na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), afirma que a água mineral, pelo fato de ser tratada como minério pela legislação brasileira, deixa de ser competência do SNRH (Sistema Nacional de Recursos Hídricos). Para ele, a própria Constituição Federal faz uma separação das competências para legislar sobre água mineral e sobre água subterrânea.

Nela, as águas subterrâneas são de domínio dos estados. Assim, a União tem competência sobre as águas minerais e os Estados, sobre as águas subterrâneas. Outro problema apontado por ele é que, sendo a água mineral um minério, ela ainda pode ser explorada até à exaustão se se leva em consideração o que prevê o Código de Mineração. Segundo Medeiros, o conflito de competências ainda está longe de ser resolvido.

¹¹⁶ Idem.

O Código de Águas Minerais deveria ser reformulado e o Código de Mineração necessita de uma urgente atualização, para contemplar a preservação ambiental e uma gestão mais integrada, porque a água mineral é considerada um minério e um bem da União, e não apenas um recurso hídrico. Outra das conclusões a que chega Ninis (2006), depois de analisar as complexas inter-relações presentes no conflito sobre a exploração das águas minerais de São Lourenço, é que a ocorrência de água mineral é, em todo o mundo, um fenômeno raro. Ela observa, em segundo lugar, que a maior concentração mundial da ocorrência de águas minerais (em quantidade e qualidade) ocorre no Circuito das Águas de Minas Gerais, especialmente nos municípios de São Lourenço e Caxambu. Em terceiro lugar, Ninis verifica que o município de São Lourenço nasceu das águas minerais e se consolidou por meio da sua exploração turística.

“Depois de mais de 100 anos de existência e crescimento contínuo do município, formou-se uma relação de codependência de seus habitantes com as águas minerais”, diz a estudiosa. Ninis (2006) chegou à conclusão de que a partir do momento em que a água se transformou internacionalmente numa mercadoria valiosa, muitas empresas transnacionais iniciaram uma frenética corrida pelo recurso. “Essa procura por mananciais de águas minerais e pela sua exploração pode acarretar o rápido desgaste dos mananciais e gerar uma fragilidade das estâncias hidrominerais que se sustentam do turismo”.

No caso da Nestlé Waters, as suas atividades de engarrafamento em São Lourenço coincidem com queixas dos turistas e de setores da sociedade sobre a diminuição de vazão, a alteração de sabor e desgaste do manancial e a degradação do Parque das Águas. Conforme Ninis (2006), há, portanto, a necessidade de se estabelecer uma concepção da água mineral como um direito fundamental das populações que vivem da exploração sustentável deste recurso, como também conceber as águas minerais como um patrimônio da humanidade. E aqui voltamos para o painel que existe na praça central de Santo Amaro da Imperatriz e que fala, justamente, em patrimônio da humanidade. Tanto naquele caso quanto neste, de que humanidade se está falando?

De volta à realidade de Santo Amaro da Imperatriz e de Nueva Federación, as instâncias de consagração das águas termais nos fazem perceber algumas das forças que atuam nestas duas localidades: num dos casos, elas resultaram na municipalização do recurso, na figura de um parque termal público (em Nueva Federación), e, no outro caso,

resultaram, em última instância, na privatização do recurso por parte da indústria hoteleira, inclusive, como veremos, de origem transnacional (em Santo Amaro da Imperatriz) e no engarrafamento da água mineral de mesa. Não se pode dizer, contudo, que Santo Amaro da Imperatriz contenha uma população que vive exclusivamente da exploração sustentável do recurso água termal (água de banhar) ou da exploração da água de mesa (água de beber), como em São Lourenço ou Nueva Federación. Ali, apenas uma pequena parte da comunidade se ocupa da exploração deste recurso natural.

Nunes, Limena e Borelli (1999) sustentam que a história da água mineral no Brasil entreteceu-se com a vida das localidades onde se localizam as suas fontes. A água mineral teria desempenhado, ao longo do tempo, um conjunto amplo de funções, para além do envase – o termo usado no setor para indicar as atividades de engarrafamento e venda à distância da água mineral, e se distingue do consumo em fontes locais e do uso para fins balneários ou terapêuticos.

Esses autores afirmam que as principais funções da água mineral estão associadas à identidade das localidades, à sua organização, às atividades produtivas, à geração de empregos, à difusão de tecnologia e à defesa do meio ambiente. Assim, a exploração comercial da água mineral não pode ser entendida como uma atividade econômica qualquer, exatamente por seu caráter acentuadamente multifuncional e pelos seus efeitos múltiplos sobre a vida das comunidades locais.

Segundo os autores, o setor de águas minerais no Brasil constitui, hoje, um caso fértil para se refletir sobre os efeitos da globalização sobre as nações em desenvolvimento e, sobretudo, sobre a necessidade de criação de políticas mais sutis e diversificadas de inserção dessas nações na nova ordem mundial.

5.2 QUEM FALA PELA NATUREZA

Como vimos na Primeira Parte do texto, a busca pelas estâncias termais está ligada a uma tentativa de retorno para a natureza, daí a dicotomia doença/saúde, em que o banho termal opera como mediador entre a doença, que está para a cultura, e a saúde, que está para a natureza. Nos depoimentos de meus informantes, nas duas estações de águas termais, e também levando-se em consideração o que ocorre em São Lourenço, Minas Gerais, na análise de especialistas sobre o assunto, os turistas buscam este retorno a um estado natural que julgam encontrar justamente nas águas termais.

Vamos ver, agora, de que forma o recurso natural água termal e a paisagem no seu entorno e as construções onde se pode usufruir do banho termal podem ser pensados para se transformar em patrimônios. Quem teria autoridade para reivindicá-los seriam, no caso, os especialistas em natureza, os biólogos, ecologistas, ambientalistas, zoólogos, mas também historiadores, museólogos, arqueólogos, publicitários, filósofos, arquitetos, médicos, cientistas, entre outros. “Quem decide que tal leque de expressões sejam consideradas patrimoniais? Como é que certas expressões e práticas culturais são objeto dessa distinção enquanto outras não?” (HERNÁNDEZ, J. J., ROTMAN, M. B., CASTELLS, A. N. G., 2010).

Todos são convocados para falar em nome da natureza, para elaborar o seu discurso, um discurso que justifique sua apropriação por determinado segmento do patrimônio. A natureza só consegue se expressar por intermédio de seus tradutores e a maioria destes tradutores, conforme Zizek (2011, 2012, 2013), são “fundamentalistas” porque, para o autor, a natureza simplesmente não existe, é uma “fantasia” do ser humano.

Zizek substitui a dicotomia natureza x cultura por natureza x produção e, para ele, não existe uma natureza porque esta natureza que vislumbramos já é uma segunda, uma terceira natureza, tantas foram as transformações que ocorreram no Planeta independentemente da ação humana. O autor considera que a ecologia – noção presente nesta pesquisa, já que tanto Santo Amaro da Imperatriz quanto Nueva Federación estão inseridas em reservas ecológicas (o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e a reserva de Chaviyú) – é como uma nova religião. “O novo ópio do povo”. Porque ela provoca devoções, constitui crenças extremistas. Segundo sua interpretação, assim como em outras facções religiosas, para os ecologistas também tudo está sempre a um passo do apocalipse, do desaparecimento definitivo, total, da raça humana e de todas as outras raças.

“A natureza não é considerada como um produto social, mas como algo em-si e nós, enquanto indivíduos, já carregamos culpa desde de que nascemos, pois, claro, somos uns parasitas”, diz o autor. A culpa é imputada aos seres humanos pela degradação da natureza, de maneira que parece que não somos também parte da natureza. Como se ela

estivesse em um perfeito equilíbrio, primeiro, até o aparecimento do homem e, depois, até à Primeira Revolução Industrial.¹¹⁷

A pergunta mais importante é: “Como este alarmismo foi criado? Em que contexto histórico ele faz sentido e que função ele tem na sociedade globalizada atual?”. Zizek mostra que todos se encontram do mesmo lado, todos elaboram os mesmos pressupostos, não há opção; ou é a ecologia ou é o caos, o fim, a hecatombe, o último rinoceronte, o urso polar agarrado a uma ínfima ilha de gelo... Tudo se passa como se a história daquilo que chamamos de natureza não fosse uma cadeia de constantes catástrofes que independem de nós.

Um exemplo para ilustrar o que tem sido produzido em termos de ecoterrorismo (uma espécie de fundamentalismo), e justamente com relação à água, pode ser retirado do sítio EcoPortal, numa das suas postagens no FaceBook. Ele mostra a quantidade de água existente no Planeta como três diminutas gotas de água respingadas sobre a superfície árida da Terra. O texto explica que as minúsculas esferas representam toda a água da Terra, a água doce líquida e a água dos lagos e rios. A esfera azul maior representa toda a água da Terra, a dos oceanos, as capas de gelo, lagos e rios, assim como as águas subterrâneas, a água atmosférica e inclusive a água que existe nas pessoas, nos animais e nas plantas. A segunda esfera representa a água doce (99% dela de difícil acesso) e a menor, quase invisível, toda a água doce nos rios e lagos. O *post* cita como fonte um texto intitulado “Water in crisis: a guide to the world’s fresh water resources” (Oxford University Press, New York). Curioso observar que colocaram toda a pouca água que existe no Planeta sobre o mapa dos Estados Unidos (ilustração 19).

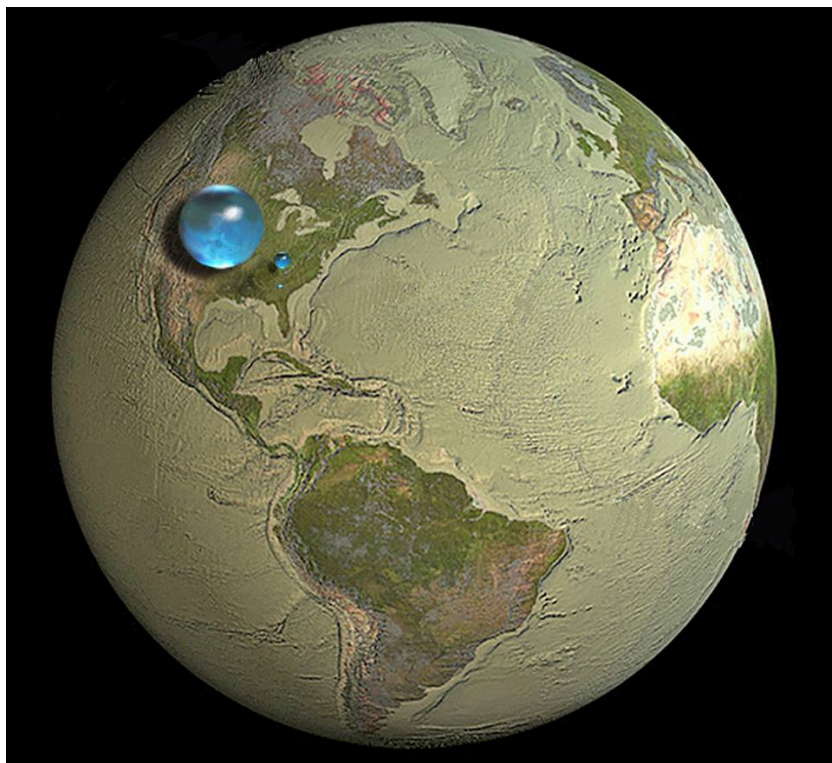
Diferentemente do que ocorre com as florestas, a água é um recurso que tem quantidade fixa. Em teoria, dá para reflorestar toda a área desmatada da Amazônia, pois as árvores se reproduzem. Mas não é possível “fabricar” mais água. Segundo *O Atlas da Água*, dos especialistas estadunidenses Robin Clarke e Jannet King, a Terra dispõe de aproximadamente 1,39 bilhão de quilômetros cúbicos de água, e essa quantidade não vai mudar. Desse total, 97,2% dela está nos mares, é salgada e não pode ser aproveitada para o consumo humano. Restam

117

http://obviousmag.org/archives/2013/03/perspectivas_sobre_ecologia_de_slavo_j_zizek.html#ixzz2iZvm2W9W. Consulta realizada em 22 de novembro de 2013.

2,8% de água doce, dos quais mais de dois terços ficam em geleiras, o que inviabiliza seu uso. No fim das contas, menos de 0,4% da água existente na Terra está disponível para atender às nossas necessidades. E a demanda não para de crescer.¹¹⁸

Ilustração 19 – Os recursos hídricos do Planeta Terra



Fonte: Oxford University Press, Nova York.

¹¹⁸ <http://revistaescola.abril.com.br/ciencias/fundamentos/se-nao-cuidar-agua-ela-pode-acabar-potavel-recursos-naturais-586631.shtml>. Consulta em 19 de dezembro de 2013.

O discurso ecológico, ainda conforme Zizek, seria mais uma maneira de desfocar essas lutas estruturais para um problema de dominação; usa-se um problema como supostamente agregador da humanidade, um problema global, dando a entender que não existem mais problemas político-sociais estruturais ou que eles não estão implicados no primeiro. Essa concepção forçada da natureza é, conforme o filósofo, uma forma de “violência silenciosa” (ZIZEK, 2013).

Num extremo, o filósofo esloveno considera a ecologia o novo ópio, a religião moderna, a ecologia seria uma ideologia que “contamina” os empreendimentos e produtos ditos “verdes”, da comida orgânica aos esportes radicais.

A ecologia (...) nunca é a “ecologia como tal”, mas está sempre encadeada numa série específica de equivalências: pode ser conservadora (defendendo o retorno a comunidades rurais equilibradas e estilos tradicionais de vida), estatal (só uma regulamentação estatal forte é capaz de nos salvar de uma catástrofe iminente), socialista (a causa primordial dos problemas ecológicos reside na exploração capitalista dos recursos naturais, voltada para o lucro), liberal-capitalista (os danos ambientais devem ser incluídos no preço do produto, deixando-se ao mercado a tarefa de regular o equilíbrio ecológico), feminista (a exploração da natureza segue a atitude masculina de dominação), autogestora anarquista (a humanidade só poderá sobreviver se se reorganizar em pequenas comunidades autônomas que vivam em equilíbrio com a natureza), e assim por diante. A questão, é claro, é que nenhum desses encadeamentos é “verdadeiro” em si, inscrito na própria natureza da problemática ecológica: qual desses discursos terá êxito em se “apropriar” da ideologia depende da luta pela hegemonia discursiva (...) (2013, p. 17-18).

Quando se trata de luta pela hegemonia discursiva, Zizek considera uma “constante antropológica primordial” a realidade social da dominação e da exploração (p. 14-15), portanto da alternância na prevalência de um desses conceitos de ecologia, ao longo do tempo. Zizek (quando falamos dos agentes cujo discurso defende a especulação

imobiliária *versus* os que falam pela conservação da natureza) considera a realidade social de dominação e exploração (p. 14-15) uma “constante antropológica primordial”. Quer dizer, uma constante das poucas que há na antropologia com a característica de permanecerem no tempo (histórico ocidental), contidas num pensamento antropológico hegemônico.

O sentido, conforme Zizek, não é inerente aos elementos de uma ideologia como tal – antes, esses elementos funcionam como “significantes soltos”, cujo sentido é fixado por seu modo de articulação hegemônica. Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe “tombar” os bens listados nesse patrimônio. A proposta é no sentido de “registrar” essas práticas e representações e de se fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e transformações.

Zizek dedicou um capítulo inteiro da obra “Em defesa das causas perdidas” (2011) a colocar em oposição duas palavras que aparecem quase sempre atreladas como sinônimas no discurso dos que combatem pela defesa da natureza: ele opõe *ecologia* e *natureza* porque, para o estudioso, o conceito de “natureza” também se desmancha no ar:

A principal consequência das descobertas científicas da biogenética é o fim da natureza. Assim que passamos a conhecer suas regras de construção, os organismos naturais se transformam em objetos passíveis de manipulação. Portanto, a natureza humana é inumana, é “dessubstancializada”, privada de sua densidade impenetrável (ZIZEK, 2011, p. 430).

O filósofo diz que a natureza é uma “fantasia” do ser humano e se trata sempre de uma segunda natureza, porque a natureza agora é gerada de maneira artificial e é mais pertinente ainda chamarmos a natureza de fraude quando temos monstros, vacas e árvores deformadas, organismos geneticamente “aperfeiçoados” de maneira a satisfazer o mercado. Para Zizek (2011), a ecologia como religião tenta domesticar o horror de criarmos algo que fuja ao nosso controle, como se a natureza, a propósito, se encontrasse sob o nosso controle (p. 431). “(...) o processo que ameaça sair do controle não é mais apenas o processo social de desenvolvimento político e econômico, mas as próprias formas novas de processos naturais, desde catástrofes nucleares imprevisíveis até o

aquecimento global e as consequências inimagináveis da manipulação biogenética (2011, p. 431).

Aí é que Zizek (2011) insere o conteúdo de terror que está presente no discurso da natureza. “A versão predominante da ecologia é, em boa medida, a ecologia do medo, medo da catástrofe – causada pelo homem ou natural – que pode perturbar profundamente, e até destruir, a civilização humana, medo que nos força a prever medidas para proteger nossa segurança” e Zizek enfatiza que a ecologia do medo pode se transformar “na forma predominante da ideologia do capitalismo global, um novo ópio do povo para substituir a religião em declínio”.

O próprio genoma do organismo será artificialmente montado: primeiro serão fabricados tijolos biológicos individuais; depois, eles serão combinados num organismo sintético autorreprodutor totalmente novo. Os cientistas chamam essa nova forma de vida de “vida 2.0”, e o que é mais perturbador é que a própria vida “natural” se torna “vida 1.0” – perde retroativamente seu caráter natural e espontâneo e passa a pertencer a uma série de projetos sintéticos. É isso o que significa “o fim da natureza”; a vida sintética não só complementa a vida natural, como transforma a própria vida natural numa espécie (confusa, imperfeita) de vida sintética (p. 435).

Seu ponto de vista é compartilhado por outros cientistas. A comunicação ambiental, conforme Taddei e Gamboggi (2011),¹¹⁹ é tomada como uma espécie de ativismo. “Tende a ser mais prescritiva e, portanto, mais explicitamente persuasiva que o jornalismo econômico ou político”. Conforme os autores, o que se busca na maioria das etnografias que têm por objeto o meio ambiente não tem interlocução com as teorias sociais.

Podemos supor que, em alguns contextos, quem fala pela natureza são as mesmas pessoas e entidades que comercializam esta natureza como produto imobiliário – afinal vendem lotes e residências

119

em permanente “contato com a natureza”, promotores de turismo e esportes que se praticam junto à natureza, dentro dela, mergulhados no ambiente natural. De certa forma, quem se apropria do discurso da natureza quase sempre se apropria da própria natureza.

A conservação do meio ambiente não se prende a situações geográficas ou referências históricas, mas extrapola os limites impostos pelo homem. A natureza desconhece fronteiras políticas, pois os bens ambientais são transnacionais.¹²⁰

Poderíamos considerar, neste contexto, os ambientalistas e os ecologistas como alguns desses legítimos agentes que falam pela natureza, mas basta um olhar de relance para observar que eles não formam um grupo ou não pertencem a um mesmo grupo, pelo contrário, mais parecem forças antagônicas e, de fato, são, se considerarmos alguns pronunciamentos como os contidos no endereço www.blogdoambientalismo.com.

Já na apresentação, o leitor fica sabendo que, ali naquele endereço, o termo “ambientalista” caracteriza o ecologista radical, aquele que acaba não contribuindo para a melhoria de vida das pessoas, pois “age através de uma distorcida, exagerada e mal intencionada preocupação com o meio ambiente, motivada por elementos geopolíticos”. Já o termo “ecologista” é usado para os “verdadeiros” e “sinceros” ecologistas, “que amam tanto o planeta e os bichos quanto o ser humano”. Embora se intitule blog do ambientalismo, o autor continua a explicar que o ambientalista “prefere os bichos ao ser humano” e o ecologista “baseia-se na ciência e no bom senso” ao determinar suas práticas, ao contrário do ambientalista, que não tem nada de científico, mas de político – para determinar suas ações, muitas vezes de caráter “estritamente terrorista”.

O ecoterrorismo, por sua vez, seria uma exacerbação do movimento praticado pelo ambientalista. Percebe-se uma disputa por conceitos e palavras já bastante desgastados pelo uso. “O ecologista preserva a natureza, mas de forma a privilegiar – sempre – o ser humano e o seu desenvolvimento social. Ele cria condições para que haja

¹²⁰ www.direitoeco.com.br/2012/02/bem-ambiental-conceito-e-natureza.html. Acesso em 19 de dezembro de 2013.

crescimento técnico-científico”, diz o blog, que critica também as ONGs.

Essas ONGs infiltram-se nos países como o Brasil e, em nome da preservação ambiental e dos povos indígenas, lutam pela criação cada vez maior de número de reservas, “reservando”, isso sim, no interior delas, as nossas principais jazidas minerais e outras riquezas, impedindo-nos de utilizá-las para nosso crescimento. Elas não estão nem aí para os índios, para a arara-azul ou para o mico-leão-dourado.

Vemos como as representações e práticas de movimentos que se atribuem falar “apropriadamente” sobre a natureza (ambientalistas e/ou ecologistas) não conseguem chegar a lugar nenhum quando tentam definir suas posições e atribuições.¹²¹ O endereço eletrônico diz, no final, que o desenvolvimento sustentável e o ecoturismo são uma “farsa” e alerta que existe, além dos ecologistas radicais, que seriam os ambientalistas, o ambientalista radical, que seria uma espécie de ambientalista ultrafundamentalista, num texto que confunde, de maneira primária, expressões como “turismo rural” e “ecoturismo”:

A expressão “desenvolvimento sustentável”, que a maioria dos próprios cientistas não sabe o que é, significa o mesmo que “crescimento zero”. Assim, a atividade preferida dos ambientalistas radicais, no caso, por exemplo, de uma área rural, é o chamado “turismo ecológico” – aquele, praticado por observadores de pássaros, maconheiros camuflados e vegetarianos magricelas andarilhos... Pode-se ter uma ideia do mundo com que os ambientalistas sonham... Um mundo bem verde, realmente! Imagine se um fazendeiro, podendo plantar soja ou criar gado em sua fazenda, vai transformá-la, por livre e espontânea

¹²¹ Eles se acusam mutuamente de ecoterrorismo e fundamentalismo, de irracionalidade, anticientificismo. Retomo aqui a disputa interna, já mencionada anteriormente, que se trava entre os denominados ambientalistas e os ecologistas para falar em nome da natureza, para produzir o discurso da natureza.

vontade, numa área “preservada” para que um monte de malucos maconheiros sem dinheiro e magricelas macrobióticos fique zanzando por lá, na maioria das vezes “observando pássaros” e fazendo sabe-se lá mais o quê no meio do mato!¹²²

Também outros atores podem entrar em cena para reivindicar, valorizar e gerenciar estes patrimônios, reconhecê-los ou inventá-los como fenômenos e criá-los na sua forma conceitual e discursiva. Neste sentido, os recursos ambientais só podem vir a existir como patrimônios se forem reivindicados discursivamente, com o uso de palavras que possam defini-los como algo que pertenceu ao grupo dos nossos antepassados e que agora pertence a nós e que podemos, se quisermos, legar às futuras gerações: a água de um rio, o mar, os lagos, os banhados e também as fontes de água termominerais.

É vulnerável o raciocínio de que a natureza nos pertence. Se a raça humana deixar de existir, é bem provável que a natureza sobreviva a todas as transformações traumáticas que sempre sofreu ao longo dos milhões de anos da existência do universo, num contínuo “desequilíbrio” natural, um perpétuo vir-a-ser que independe da ação humana.

5.3 A “TURISTIFICAÇÃO” DA NATUREZA

O objetivo deste item é mostrar como a natureza e o natural agregam sentidos aos mais diversos produtos, aqui mais especificamente ao produto turístico. A natureza é transformada em produto, assim como o adjetivo “natural” qualifica de maneira positiva uma grande variedade de produtos à venda. No caso do turismo, a fuga para estes espaços que se encontram junto à natureza, próximos da natureza, envolvidos por ela, se transforma assim numa busca frenética, quase desesperada, de aproveitar o que ainda resta de natural. O turismo termal, neste contexto, é explorado, muitas vezes, como uma das possibilidades de praticar turismo “ecológico” ou “natural”.

Que representações se constroem sobre as águas termais, sobre os recursos ambientais, sobre os patrimônios naturais, a partir de seu aproveitamento turístico? Que ideários turísticos influem na definição

¹²² www.blogdoambientalismo.com/ambientalista-x-ecologista/.

do atrativo turístico termal? Quais são as ideias e representações da natureza, da saúde e do espaço urbano que se vinculam com a definição do atrativo turístico termal?

No caso do turismo termal, especificamente, trata-se do poder das empresas, por exemplo, que agem em torno desse discurso, mas também do poder invisível do Estado, já que é justamente o Estado que regula as atividades econômicas, entre elas as turísticas, e promove o desenvolvimento do turismo a partir da construção de infraestrutura geral e/ou como promotor do setor. Em alguns casos, o Estado pode de fato adquirir a função de garantir a condição pública do atrativo turístico e controlá-lo, definindo assim os papéis da esfera do público e do privado em torno do desenvolvimento da atividade. Cabe lembrar, contudo, que, em democracias representativas, o Estado não é uma figura apartada das demais estruturas sociais, podendo, dependendo da orientação política e conjuntural, atuar em favor ou contra setores minoritários.

Atuando de forma justa ou não, o Estado nacional, o Estado transnacional, um município, uma província, todas estas formas de aglomeração de pessoas e territórios, se fazem notar nestas negociações que podem terminar no compartilhamento comunitário, na privatização do recurso natural ou num sistema misto de gestão que inclui a comunidade e também as entidades que atuam no setor turístico e provêm de fora daquele território. É nestas negociações com o Estado que entram em cena os diversos atores, os saberes especializados, os habitantes locais, os agentes que provocam as transformações exigidas pelo turismo como indústria. Há, portanto, diferentes esferas institucionais no gerenciamento dos recursos naturais.

Os habitantes dos lugares de destino turístico deveriam poder participar, direta ou indiretamente, dos negócios turísticos e da produção do espaço na qualidade de atores econômicos e/ou governamentais. Resta saber em que medida existe essa participação comunitária ou de que forma ela poderia ser estimulada. Em Santo Amaro da Imperatriz, como pudemos perceber, a aprovação do plano diretor do município parece ocorrer à revelia de parte da população e, desta forma, não se poderia argumentar que todos os habitantes se vejam sempre envolvidos na turistificação de seus lugares (RAMÍREZ, 2008, p. 41).

Em todo caso, é a partir da turistificação destes patrimônios naturais que se geram os recursos necessários para a gestão e a preservação do próprio patrimônio, e “turistificar”, no entender de Ramírez (2008), é valorizar um lugar como destino turístico. Supõe um

conjunto de transformações territoriais que operam no interior do lugar e que se expressam em diferentes escalas. “A valorização turística de um lugar implica que alguns de seus atributos sejam acondicionados para seu consumo por parte dos turistas”, explica Ramírez. Além disso, para que este consumo possa se efetivar, deve se construir uma infraestrutura que possibilite a permanência do turista no lugar de destino.

Assim, instaurar um lugar como destino turístico implica uma transformação em que se articulam elementos do lugar (dos locais), os gostos e desejos dos turistas (os “de fora”, que em parte se definem em suas sociedades de origem) e as práticas econômicas orientadas para a satisfação do turista. “A invenção de um lugar turístico consiste em uma nova leitura do território” (RAMÍREZ, 2008); território entendido como campo de disputas de diversos atores, território como propriedade nacional e/ou transnacional. Trata-se de um movimento que subverte os usos dominantes do lugar a partir da refuncionalização utilitária do espaço para a prática turística e, por outro lado, a incorporação de outros espaços, “uma nova organização territorial do lugar” (BERTONCELLO, 1999).

Curioso observar que, no contexto dos deslocamentos em busca de lugares turísticos, a palavra “viagem” acaba sendo utilizada como metáfora: quando não ocorre uma partida física, mas um movimento interno de distanciamento das instâncias cotidianas da vida. Uma sessão terapêutica pode ser vivida como uma viagem, do mesmo modo que as visões durante uma sessão de ingestão do chá-de-santo daime ou em uma regressão às vidas passada podem também ser descritas como “viagens”. “Viajar” é também uma palavra utilizada, a partir dos anos 70, para descrever o estado alterado de consciência dos usuários de substâncias psicoativas (MALUF, 2007).

Já com relação aos cuidados de si, percebemos que o corpo, como diz Sonia Maluf, está em cena.¹²³ Maluf percebe que existe na relação entre corpo e espírito a mesma recorrência ao dualismo natureza e cultura, onde o corpo corresponde à natureza e o espírito, à cultura. Mais um dualismo, depois daquele que mencionamos com relação à saúde e à

¹²³ MALUF, S. **Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas.** Em www.transes.ufsc.br/arquivos/corpo%20e%20corporalidade_Sonia%20Maluf.pdf. Consulta feita em 13 de agosto de 2014.

doença, em que a doença está para a cultura, para o urbano, assim como a saúde está para a natureza e para o rural.

O corpo é reconhecido como o substrato onde a cultura e os símbolos e valores culturais irão se inscrever; como receptáculo da produção simbólica ou das representações sociais geradas na e pela cultura, conforme Maluf, uma essencialização cuja especificidade e autonomia em relação à natureza seria garantida por sua radical exterioridade em relação a essa, quando a autora questiona se é sempre do mesmo corpo que se trata e se é sempre o corpo o objeto de uma ação cultural.

O corpo é o substrato da inscrição da cultura assim como a paisagem. “Todos estes discursos contribuem para a criação de uma série de representações e valores que, através da mediação de um conjunto de estratégias e dispositivos racionais e emocionais ressignificam a paisagem para fins de prática turística” (RAMÍREZ, 2008, p. 200). Conforme o autor, é necessário identificar que os turistas, além de utilizar o espaço de um destino durante sua estada (mediante a realização de atividades de ócio, recreação, acomodação e gastronomia, entre outras) também valorizam o lugar simbolicamente, isto é, o apropriam na medida em que constroem novas representações e imagens do lugar como destino turístico.

Ou seja, haveria um contraponto entre o lugar para os nativos e o lugar para os turistas. Justamente, os turistas viajam a um destino com o objetivo de experimentar algum atributo do lugar, e isto implica não só uma valorização do atributo em si mesmo, mas também a construção de novas representações do lugar (idem, p. 34).

É isso o que se observa em Santo Amaro da Imperatriz: diversos atores do setor turístico, atores políticos, comerciantes, empresários e a população de modo geral reorganizam o território, transformam o recurso ou o patrimônio em mercadoria com demanda efetiva no mercado, isto é, que responde a condições necessárias para que o patrimônio se converta num atrativo turístico (melhor ainda se referendado pelo reconhecimento como patrimônio nacional ou internacional, ou “da humanidade”).

Só assim este patrimônio vai conseguir encontrar ressonância junto aos próprios usuários, conforme a lógica do turismo, muitas vezes tratado do ponto de vista exclusivo do mercado. “O patrimônio é convertido, através do turismo, em um recurso econômico cuja apropriação é socialmente desigual e só acontece com aquele patrimônio valorizado pelo turismo, enquanto outras expressões patrimoniais ficam

excluídas” (BERTONCELLO, 1999, p. 12). Essa forma de mercantilização do patrimônio se correlaciona com o crescimento de novas formas de fazer turismo que associam o desfrute turístico com a aproximação e conhecimento dos produtos da cultura, “e também das manifestações da natureza, cuja hierarquia e importância estão além de todo questionamento” (idem, p. 11).

Num primeiro momento do processo de patrimonialização das águas termais, são muitos os agentes que atuam em torno deste recurso que é a água termal quando ela é reivindicada como patrimônio e passa a ser aproveitada turisticamente. Muitos desses agentes emergiram dos diversos contextos em que esta pesquisa foi realizada, por intermédio dos discursos de meus informantes.

Para alguns de meus interlocutores, uma fonte de água termal é como “mina de diamantes”, em contraposição, por exemplo, à “mina de ouro”. São estabelecidas comparações entre as minas, mas é quase sempre uma comparação em nível de valor econômico financeiro, o patrimônio é visto como valor na sua acepção não de ser uma coisa que se lega e que se herda, que precisa ser preservada, mas que tem o atributo de ser valiosa para ser comercializada. As águas são valorizadas como leite, como ouro e, depois, como diamante, numa escala ascendente de valoração.

Quando um desses agentes consegue patrimonializar uma fonte de água termal, ele se apropria, ao mesmo tempo, da possibilidade do banho termal – pois foi para que as pessoas se banhassem em conjunto que as termas ancestrais foram construídas. Agora, o banho termal só será permitido se o agente desta patrimonialização quiser explorar o recurso água termal. E depende da maneira como resolve fazê-lo. Apropriando-se do recurso, ele se apropria também da possibilidade de cura, da possibilidade de relaxamento e de prazer que o banho termal proporciona.

A comunidade do entorno, os poderes políticos e econômicos, os frequentadores das águas termais seriam outros agentes dessas disputas; eles é que são os principais agentes a atribuir significado tanto para a água termal quanto para aquilo que ela proporciona: o banho termal. É o imaginário social que torna determinada água especial, sagrada – separada das outras, de novo na etimologia resgatada por Mary Douglas (2010, p. 21).

5.4 PAISAGENS COMO CAMPOS DE DISPUTAS

Paisagem é um termo que deriva etimologicamente de *pays*, região, pátria, lugar de nascerça, que se vê do enquadramento de uma janela com o olhar voltado para a natureza, lá fora, para os campos, as montanhas, os rios, o mar. *Paysage* é a vista de um *pays*. O termo encontra tradução no alemão com a palavra *Landschaft*, no inglês *landscape* e no italiano *paesaggio*. Seu emprego, ainda que sempre tenha existido, é “nominado”, digamos assim, verificado na literatura a partir de 1549 (CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z., 2004, p. 14).

Quando se fala em significação de uma palavra como paisagem, de certa forma estamos falando na escolha das palavras que usamos para descrever cada uma dessas paisagens para alguém. O discurso depende do propósito dele. Dos interlocutores, das informações disponíveis sobre o próprio território que eles têm. Do lugar de onde eles falam. Os discursos daqueles que falam “pela natureza” se cruzam, num dado momento, com os discursos daqueles mesmos que constroem as paisagens. Com aqueles que querem vendê-las, como a escrever um texto com autorias múltiplas e em que todo dizer está carregado de ideologia. Nenhuma palavra escolhida chega no discurso sem uma bagagem forjada no próprio uso.

São ilustradores algumas conceituações de Marc Augé sobre a paisagem: Paisagem é um espaço que um homem descreve a outros homens. Toda paisagem existe unicamente para o olhar que a descobre e pressupõe, ao menos, a existência de uma testemunha, de um observador. É o olhar que produz a paisagem (AUGÉ, 2003, p. 85). Porque, quando se fala em patrimonialização de um recurso natural, todo o ambiente em que este recurso está inserido fica automaticamente comprometido – é o ambiente que o produz e ele está ligado a um sistema em que afeta outros recursos naturais, porque eles existem em cadeia e só subsistem porque um retroalimenta o outro.

Tomba-se, pode-se dizer assim, registra-se uma paisagem inteira, inclusive com seus habitantes, como foi explicitado no caso da Quebrada de Humahuaca. Nunca é um elemento sozinho a se patrimonializar e prova disso é que a emergência de um patrimônio quase sempre traz consigo a emergência – e a obliteração – de outros. Quer dizer, quando se faz uma escolha, apagam-se outras possibilidades de escolha.

No caso de Santo Amaro da Imperatriz, quando se menciona o termo patrimônio, meus informantes, de maneira geral, enumeram

imóveis: como uma capela, uma casa, o hotel já tombado pelo patrimônio histórico do município, mas aparecem também patrimônios de outro tipo: a banda de música, a academia de letras, possíveis ruínas de edificações indígenas ou de afrodescendentes, a mata do Parque do Tabuleiro, uma cascata, um morro etc. Percebe-se que o conceito se amplia e passa a contar com patrimônios não materiais também. Os músicos são finitos, não há como preservá-los nem tombá-los, vão-se os instrumentos e permanece a história da banda e as histórias de seus integrantes, suas fotos nas paredes, as bandas que houve antes e suas histórias. O que se produziu de partituras, o legado da sua produção musical e também o local em que a banda funciona hoje e aqueles em que se instalou ao longo da história. Trata-se, a banda, de um bem imaterial composto de muitas materialidades.

Em termos conceituais, a noção de referências culturais adotada no Brasil revela que os bens culturais não têm valor em si, não têm um valor intrínseco, o valor sempre lhes é atribuído (FONSECA, 2005). Em termos de mudança institucional, a incorporação desta noção, que remete fundamentalmente ao patrimônio cultural não consagrado, representa uma postura inovadora em relação à política consolidada do Patrimônio Histórico e Artístico. No âmbito constitucional, repercutirá especificamente, ampliando o conceito de patrimônio cultural definido no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, para “bens culturais de natureza material e imaterial” (FONSECA, 2005, p. 84).

A água de beber chegou a ser elencada como patrimônio, pelos meus informantes, mas em nenhum momento a água termal foi citada espontaneamente como patrimônio. Talvez porque a água quente esfrie. Ela jorra, incontível. Mesmo que seja preciso perfurar um poço para encontrá-la, quando ela é encontrada ela se derrama sobre dado território, extravasa. Ela não jorra como um chafariz, em Santo Amaro da Imperatriz, ali ela vaza conduzida direto para a garganta sequiosa da indústria do engarrafamento da água de beber. Ela jorra para dentro dos hotéis, para dentro das banheiras públicas, para o interior do novo *resort*. Silenciosa, rica, poderosa. É também numa paisagem – num contexto humano e ambiental – que nós vamos encontrá-la a jorrar há séculos.

Parece claro que “os homens procuram passar mensagens quando organizam um espaço ou o constroem” (CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z., 2004, p. 66). Os autores sugerem que se poderia reconhecer na paisagem “sinais com valor arquetípico” fundados no

inconsciente das populações que a criaram. “Seria possível que a geografia, no sentido etimológico de escritura sobre a terra, não se apoiasse em códigos de signos carregados de valores que as pessoas seriam incapazes de explicitar, mas que guiariam suas escolhas e dariam às paisagens uma significação profunda?” (CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z., 2004, p. 66).

A paisagem é uma escritura. Querendo ou não, estamos sempre tratando de signos, de palavras que traduzem bens, que os definem e classificam. “A cultura – e, em seu interior a paisagem – é considerada como texto, segundo uma perspectiva oriunda da antropologia interpretativa de Clifford Geertz, inspirada no filósofo Paul Ricoeur”, (CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z., 2004, p. 10). Os autores complementam: “As maneiras de ler as paisagens fizeram com que se tomasse consciência das relações íntimas que unem os aspectos físicos, os componentes biológicos e as realidades nos ambientes sociais que os homens constituíram” (CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z., 2004, p. 47). A paisagem – logo depois, passou a ser considerada criação do observador, ela depende do ponto de vista que o observador escolheu para vê-la e do enquadramento que ele lhe dá.

Inseridas numa paisagem sociocultural, as águas termominerais que brotam espontaneamente em Santo Amaro da Imperatriz não são lembradas como patrimônio, isto é, quando na pesquisa de campo se mencionava a palavra patrimônio, elas não aparecem enquadradas como tais. Isso, no entanto, não quer dizer que a história de sua patrimonialização não esteja em curso. Está em estado de latência.

Para um de meus informantes, hoje, no Brasil, temos uma situação privilegiada com relação às águas (a entrevista foi realizada antes da atual crise hídrica em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais). “Santo Amaro está na Serra do Mar, tem um clima bastante favorável, rios caudalosos, clima úmido”. Mas ele, que nasceu em Santo Amaro, vê hoje como a água é desperdiçada pelos habitantes do município, “porque não fizemos a ligação de nossos esgotos e poluímos a água que vamos beber, contaminamos nossas águas com agrotóxicos de forma desenfreada, há desmatamento de mata ciliar em vários pontos”.

Alguns dados sobre saneamento no Brasil e em Santa Catarina podem nos dar uma noção da gravidade do problema. Segundo o IBGE, apenas 55% dos domicílios no Brasil estão ligados à rede de esgoto e

19% da população ainda não dispõem de água tratada. O investimento do País em saneamento básico corresponde a 0,22% do PIB.¹²⁴

No sentido inverso, um dos principais usos dos recursos hídricos é a agropecuária (70% da água captada), mas também o abastecimento urbano, que passa a demandar cada vez mais água em quantidade e qualidade e, ao mesmo tempo, constitui o seu principal problema (lançamento de efluentes sem tratamento nos corpos hídricos e ocupação de área de proteção dos mananciais).

Além do abastecimento urbano e da agropecuária, os recursos hídricos são usados à exaustão na mineração e nas indústrias, com todos os seus efluentes, também lançados na natureza com graus variados de tratamento. Ou, na maior parte dos casos, in natura, sem qualquer tipo de tratamento.

A água é um dos elementos vitais para manter a paisagem em tensão constante como campo de disputas cada vez mais acirradas e, ao mesmo tempo, perenes. Como ocupar a paisagem? A paisagem precisa ser ocupada por algum outro elemento que já não a esteja ocupando?, sim porque ela é uma paisagem com o que tem de inerente, assim é o deserto, assim é um polo, assim é uma região semi-rural como Santo Amaro da Imperatriz, com seus rebanhos e lavouras, seus esportes aquáticos, suas termas, seus esgotos. Não se pode dizer que estas paisagens todas já não estão sendo ocupadas.

Neste sentido, é ilustrador o processo de ocupação urbana que pode vir a sofrer outra das partes desanexadas do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, desta vez na divisa dos município de Palhoça e de Paulo Lopes, vizinhos de Santo Amaro da Imperatriz. O projeto Porto Baleia, á autorizado pela Fundação do Meio Ambiente, vai ocupar a área que fica em redor da Lagoa do Ribeirão (ou Lagoa do Coração), em Paulo Lopes, na bucólica Gamboa, e deve promover a ocupação da sua paisagem com prédios de até 15 pavimentos, campo de golfe e heliponto.¹²⁵ A ideia é ocupar aquele espaço com mais um empreendimento verde, financiado por uma indústria metalúrgica, a Gerdau, proveniente do Rio Grande do Sul.

¹²⁴ Meio Ambiente, revista Brasileiros Especiais, p. 14-15.

¹²⁵ <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/163530-projeto-de-urbanizacao-em-area-verde-de-paulo-lobes-divide-opinioes-entre-moradores-da-regiao.html>.

Vejamos ainda, rapidamente, o exemplo do golfe, na propaganda do Costão Golf, em Florianópolis, veiculada na internet.¹²⁶ A publicidade explora a ideia de esporte (o golfe) “em contato” com a natureza. Só que a natureza, no caso, é sacrificada no processo de construção do próprio campo de golfe, para que ele possa vir a ser “cercado de verde e paisagens fascinantes, com morros, dunas, lagoas e as melhores praias da Ilha”, com toda a infraestrutura “para atender jogadores dos mais variados perfís”. Para a edificação de um atrativo “verde”, a própria natureza é constrangedoramente modificada. Derrubam a vegetação, aterram, para, então, propiciar o “êxtase” de colocar os praticantes de golfe em contato com uma nova natureza.

Minha informante que é proprietária de um sítio concorda com outros dos entrevistados sobre a privatização das águas termais em Santo Amaro da Imperatriz. Ela manifesta sua indignação pelas restrições impostas a sua propriedade:

Fiquei frustrada porque hoje eu sei que aquela água não é minha por causa dos *royalties*. A área todinha, a areia tem um dono e eu não posso explorar e a água tem um dono. Eu não sei te explicar direito – tem uns empresários que pagam *royalties* e, se eu quiser usar, eu vou ter que pagar também. Sou proprietária, mas não posso explorar aquela água. Eu tenho quatro hectares, mas vamos supor que eu descubra uma pedreira, eu não posso tirar. Eu vou ter que dar um percentual para um fulano que já está pagando os *royalties*. Assim está Santa Catarina inteira. Eu pago imposto, mas se quiser explorar é necessário pedir permissão pra esta pessoa, que é de Santo Amaro.

A informante acredita que é possível que, daqui a pouco, entre um governante lá (em Santo Amaro) e privatize tudo. “Vai virar como uma guerra do petróleo, sendo que a água é mais importante que o petróleo”. No Plaza Caldas, conforme ela, vêm pessoas de fora e só ganha dinheiro quem é de fora. “Outro hotel tentou usar a água e não lhe foi permitido”. Ela continua. “Não quero citar nomes, mas quem envaza a água hoje ficou rico, é tudo deles. É uma loucura. O que Santo Amaro

¹²⁶ www.costaogolfclub.com.br/autor/costaogc/. Acesso em 11 de novembro de 2013.

leva com isso? O que fica com o município? Tudo isso precisa ser revisto, são contratos muito longos”. Minha informante se refere à concessionária da água mineral, que é a Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz e a empresa arrendatária, a Jan Envasadora de Águas Minerais Ltda. Refere-se também ao hotel Plaza Caldas da Imperatriz.

Isso tem que ser repensado. Sei que houve um contrato de 30 anos de concessão, eu achei errado na época, de uma operadora que está engarrafando esta água, esta água que vem abastecer Florianópolis. Foi um valor que correspondeu ao asfaltamento de algumas ruas, a compensação foi essa. E o que é que a gente vai fazer nos outros 28 anos? Eu acredito que teria que ter mais recurso para as pessoas, pra ter projetos exatamente para a gente poder cuidar melhor ainda das águas que a gente tem.

Minha informante considera uma injustiça que os proprietários de terras dentro do município sejam impedidos de explorar os recursos naturais que, por sua vez, são explorados por pessoas de fora da cidade. Ela questiona sobre a apropriação do recurso termal e elabora uma representação dos locais vista por uma pessoa que se considera “de dentro” porque também nasceu ali e se criou em Águas Mornas, município vizinho.

“Eu amo Santo Amaro de paixão. Eu voei outro dia de helicóptero sobre Santo Amaro e aí eu me apaixonei ainda mais”. Ela sobrevoou o Parque do Tabuleiro, pra ver o local onde é realizada a captação da água que abastece a Grande Florianópolis. “O percentual de preservação diminuiu 4% e, se continuar assim, é preocupante, não podemos dizer que está estabilizado, porque há dez anos tínhamos 72% de área de preservação, hoje não tem mais isso”.

A preservação do Parque do Tabuleiro é importante, segundo ela, “por causa da questão da água. Eu nunca tinha visto a captação da água dos Pilões, é fantástica. Só que o rio está seco”. Para ela, a maior preciosidade do planeta é a água. “Santo Amaro teria que priorizar o saneamento básico, já que nós somos os guardiões daquela água”. Como outros entrevistados, ela não considera que esteja havendo recompensa

(em abastecer de água toda a Grande Florianópolis) por parte dos municípios que fazem parte do Parque do Tabuleiro.

É curiosa a fala desta informante, porque ao mesmo tempo em que ela constata que o território foi tomado por estrangeiros como os árabes, ela parece ter assimilado com naturalidade a presença dos gaúchos no território de Santo Amaro da Imperatriz, tanto que participa ativamente do Centro de Tradições Gaúchas local. De certa forma, não vê todos os “de fora” como inimigos, mas desde que sejam gaúchos. Nada impede que se acostume com os árabes também, daqui a um tempo.

“A cultura da tradição gaúcha é muito rica e muito abrangente. Gaúcho é aquele que cultua a tradição, não importa onde é que está, no planeta”. Pode-se dizer que ela atua como ligação entre a cultura local e os “de fora”. Ela é uma espécie de híbrido, neste sentido. Concilia duas culturas próximas e é constantemente questionada por isso.

Por ser uma cultura muito abrangente e que atende a todas as idades, todos os gêneros, não tem exclusão dentro do CTG e tem diversas atividades para homes e mulheres, crianças, idosos. Hoje, tem um projeto social e cultural, aulas de dança, poesia, gaita, violão, laço. Eu crio meus filhos ali dentro. Todas as pessoas que vão, se elas não gostarem da cultura campeira, elas podem cantar, podem declamar, podem dançar. Por isso é que eu me apaixonei pela cultura gaúcha.

Ilustração 20 – O hotel Plaza Caldas da Imperatriz, em Santo Amaro da Imperatriz, Santa Catarina



Fonte: <http://ozelameturismo.com.br>.

5.5 O NOVO RESORT

Um de meus informantes considera que as águas termominerais do município já foram privatizadas “há muito tempo”:

A meu ver, a água já está privatizada. Porque tu és dono do teu terreno, mas o subsolo de Santo Amaro já foi todo requerido junto ao DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) por empreendedores num passado não muito distante. O terreno do Baden Baden (o *resort* de capital marroquino que estava previsto para ser inaugurado em 2014) foi comprado e a Prefeitura entrou com a construção da ponte, não faz dois meses que foi inaugurada. Mais ou menos como foi feito com o Plaza Caldas, nos anos 70.

Nenhum de meus informantes tem uma ideia precisa do que será o *resort* “dos árabes”. Nem os funcionários da Prefeitura e dos hotéis, nem os comerciantes do bairro turístico. Na opinião de uma dessas comerciantes do bairro turístico, trata-se de um “megaprojeto”.

É um condomínio horizontal. Uma proposta nova para o município, arrojada, muito boa. Dizem que é um dos projetos mais bem elaborados na questão ambiental, que prevaleceu o rigor da lei. Não acompanhei, mas em Santo Amaro, hoje, a questão ambiental está sendo muito focada. Olha só: existe uma coisa chamada turismo predatório. E investimentos, empreendedorismo predatório, que investiga nichos a serem explorados e direciona seus recursos e se instala até a exaustão. Quando em fase de exaustão, ele já está buscando outro nicho. Então, qual é o cuidado? A bola da vez é a questão imobiliária porque aqui é um nicho de bem-estar. Aqui você tem pureza de água, pureza de ar. Você tem um equilíbrio populacional, comparado com a área ocupada, então você tem qualidade de vida e é o que está todo mundo buscando nos grandes centros. Você localiza este lugar e os investidores vêm.

Mais uma vez, o urbano e o rural se encontram em evidente contraste. A fuga do urbano objetiva o contato com a natureza. Natureza como sinônimo de equilíbrio, pureza. Ao mesmo tempo, percebe-se uma preocupação com a exaustão dos recursos pela super-exploração turística. Na opinião desta informante, o equilíbrio ambiental tem um custo, um valor, em oposição ao custo e ao valor do progresso e do desenvolvimento. O equilíbrio é fundamental para o “progresso” de Santo Amaro (aspas dela mesma).

Progresso a qualquer custo tem um custo maior, o ônus fica para a cidade e seus habitantes. Isso se vê a longo prazo. Vide Camboriú, só assim por alto, mas podemos elencar “n” situações. Agora as coisas não vão mais acontecer de forma tão atropelada. Existe uma rejeição ao plano diretor em Santo Amaro da Imperatriz, porque hoje tem várias pessoas, algumas que moram aqui, outras não, que estão fazendo faculdade de Engenharia Ambiental, doutorado, mestrado. Tudo na questão ambiental. Se a gente não cuidar agora, antes que comece, depois é uma avalanche. Esta nova geração replica, multiplica este conhecimento.

O condomínio árabe é uma incógnita também para a integrante do Centro de Tradições Gaúchas.

Só conheço pela internet, mas acho que vai ajudar a divulgar nosso município. Fui lá na inauguração da ponte e espero que de fato ajude Santo Amaro a investir em melhorias na cidade para receber estes turistas. As pessoas querem conhecer a cidade, por isso a gente precisa melhorar o aspecto da cidade. Eles vão trazer impostos.

Ilustração 21 – O Termas do Tabuleiro Resort, na localidade de Vargem Grande, em Santo Amaro da Imperatriz



Fonte: Google Maps.

Ao mesmo tempo em que vê o *resort* como estímulo ao turismo local, ela considera com preocupação o novo empreendimento pelo fato de eles – os árabes – virem de “um país que não tem água”. Que talvez a contrapartida, de novo, seja mínima. Trata-se de uma preocupação que, no fundo, pode ter a ver com a privatização das águas. No caso de Santo Amaro da Imperatriz, no interior deste condomínio de luxo, estas águas são também águas termais e minerais. Imagina-se que tenham sido

perfurados poços para encontrá-las, mas há relatos de que as águas termais surgem espontaneamente em outros pontos da região, à superfície.

A questão da privatização da água é grave em todo o mundo. Trago um exemplo por ser próximo: Santos (2013), comenta sobre o acesso aos recursos hídricos no território de Rupumeica, sul do Chile, por ocasião da implantação do Código de Águas Chileno, em 1981, processo de privatização pioneiro no mundo e que afeta de modo especial a população Mapuche-huilliche: as exigências impostas pelas agências de financiamento internacional (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), segundo o autor, estabelecem como fator condicionante para a concessão de empréstimos a países em desenvolvimento a privatização dos seus serviços hídricos.

O Banco Mundial, o FMI e outros organismos multilaterais e bancos regionais têm a capacidade de persuadir ou obrigar os governos a cumprir com seus programas de privatização. Os países submetidos a programas de reestruturação devem se ajustar a condições tais como a “reforma do setor público” se desejam obter empréstimos para o desenvolvimento de infraestruturas. Isto significa a privatização das empresas estatais. Os países mais pobres como Moçambique, Benin, Níger, Ruanda, Honduras, Iêmen, Tanzânia, Camarões e Quênia foram obrigados a privatizar o abastecimento de água sob a pressão do Fundo para a Redução da Pobreza e Crescimento, do FMI. A privatização da água conduz à agudização da pobreza, já que as famílias não poderão pagar pela água. As condições do FMI e do Banco Mundial foram impostas em Gana em maio de 2001 e, como resultado, as tarifas de água subiram 95%” (Unesco, 2007, p. 36).

Santos (2013) ilustra como era a relação entre os habitantes do local e os recursos hídricos, no território de Rupumeica, antes da privatização.

Em meio a uma paisagem lacustre na região de Rupumeica, composta de inúmeros rios e da presença constante de chuvas, a água é um elemento central na cosmovisão Mapuche-

huilliche. Está presente no dilúvio que caracteriza o mito de origem de Cai Cai e TrenTren (BENGOA, 2007) e permeia toda cerimônia religiosa do Lepun, realizada às margens do lago Mahiue, onde se situa a comunidade, foco do presente estudo. Esta cerimônia, realizada anualmente, tem o objetivo de rogar fertilidade às colheitas, aos animais e às pessoas e também, em casos especiais, para pedir proteção em períodos de terremotos, secas e inundações. A comunicação ritual com o lago, representado pelo espírito da água, Ngenko, manifesta-se através das águas onde as preces são direcionadas e ouvidas por Ngunechen, entidade criadora do Wallmapu Mapuche, “feitor do mundo e dos homens por vontade própria”. Desta forma, a concepção das águas na cosmovisão deste povo possui um papel de comunicação com a sua entidade criadora e soberana. Conforme aponta Grebe (1994, p. 46), a espiritualidade Mapuche se expressa materialmente no patrimônio biofísico, a partir de uma relação de reciprocidade. Rios, cascatas, montanhas, vulcões, entre outros, são compreendidos como espaços sagrados habitados pelos Ngen (espíritos), guardiães mandados por Ngunechen para proteger tais territórios. As águas, portanto, fazem parte de um complexo maior que compõe a paisagem habitada pelos Mapuche, possibilitando uma interação que é orientada por um modo de vida e de compreensão próprios deste povo.

A apropriação da paisagem vai se consolidando paulatinamente, lá e aqui, com tudo o que ela contém. O condomínio de alto luxo, o Baden Baden, é um enclave estrangeiro – de certa forma impenetrável – e visto com reservas pela maioria dos meus informantes.

Douglas diz que conhece o projeto do novo *resort* por um fôlder. “Os especialistas falam que as guerras deste século serão por água e já existem guerras por água em Israel, por causa das colinas de Golã, onde estão as nascentes dos rios que Israel desvia para suas plantações e irrigações”, reflete. Trata-se de uma preocupação com a nacionalização

do recurso, com o caráter “nacional” do patrimônio, no contexto do Ocidente moderno (ABREU, p. 19).

Vemos que, no caso de Santo Amaro da Imperatriz, a água mineral e termal passa a ser apropriada inclusive por organizações transnacionais, como é o caso da Rede Baden Baden, primeiro, e agora a Blue Tree Hotels, num investimento de divulgados US\$ 90 milhões para a construção de um condomínio de luxo totalmente abastecido com água mineral termal em seu *resort* Blue Tree Park Termas do Tabuleiro.¹²⁷

Isso depois de o município já ter tido parte das águas privatizadas pela rede Plaza de Hotéis, de Porto Alegre.

Este condomínio de luxo, uma vila com mais de 60 casas e um *resort*, todos abastecidos com água termal em cada um de seus ambientes,¹²⁸ foi construído na divisa entre Santo Amaro da Imperatriz e

¹²⁷ A previsão é de inauguração no primeiro semestre de 2014. Mais em: www.revistahoteis.com.br/materias/10-Investimentos/11239-Rede-Blue-Tree-Hotels-tera-resort-de-luxo-em-Santo-Amaro-da-Imperatriz-SC. Consulta em 26 de junho de 2013.

¹²⁸ Com relação à disputa entre Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas pelo território que sedia o empreendimento, segundo o presidente da Câmara de Vereadores, Manoel Eugênio Bossle, o processo está sob a responsabilidade de uma comissão específica na Alesc – Assembleia Legislativa de Santa Catarina. O empreendimento, do Grupo El Divino, vende suas casas pela Supervisão Imóveis e o hotel já foi arrendado ao grupo Blue Tree Park Termas do Tabuleiro: “O *resort*, com a marca Blue Tree Park, terá grandes atrações, como piscinas com ondas e toboáguas, pista de boliche, *spas*, grande área de eventos para 1.000 pessoas e água mineral termal a 36°C nos chuveiros e banheiras dos apartamentos”. O endereço eletrônico do empreendimento informa ainda (grifo meu): “As obras do Blue Tree Park Termas do Tabuleiro, *em meio às belezas naturais de Santa Catarina*, estão previstas para serem entregues no primeiro semestre de 2014. Propriedade da Baden-Baden Empreendimentos e Hotelaria Ltda., construído pela Mazon Miranda Engenharia Ltda., com projeto arquitetônico de Tessmann Arquitetos, e administrado pela rede hoteleira presidida por Chieko Aoki, o luxuoso *resort* está localizado na Serra do Tabuleiro, a 30 minutos de Florianópolis. A ampla e completa área de lazer do empreendimento já está pronta e é composta por salão de jogos, salas de bilhar, de danças, de artes marciais e de recreação infantil, rio lento para passeio com boias com bar molhado, *playground* aquático, quadras poliesportivas, de tênis e de *squash*, campo de futebol, academia, bocha e boliche. Além disso, para bons momentos de *relax*, os *spas* contam com salas especiais para banhos e massagens, banheiras de hidromassagem e saunas seca e úmida”. Afirmando ainda que: “O edifício do hotel está com as obras adiantadas. São 203

Águas Mornas, motivo de uma disputa territorial que apenas começou. Ainda está indefinido para qual das prefeituras o *resort* vai pagar o IPTU – Imposto Territorial Urbano. Um funcionário da Prefeitura admite que os mapas mais recentes à disposição dos técnicos são de 1996.

Estes mapas não mostram as modificações que houve com as alterações no Código Florestal de Santa Catarina, que transformou Áreas de Proteção Permanente (APPs) em Áreas de Proteção Ambiental (APAs).¹²⁹ “A Fatma ainda não mandou os mapas definitivos, apesar de eles já terem sido solicitados”.

O funcionário mostra num mapa da internet os rios que deságuam no rio Cubatão. “Nosso município é muito rico em recursos hídricos”. Ao mesmo tempo em que Santo Amaro é rica em recursos hídricos, não há tratamento de esgoto em todo o município, de modo que a água captada nos rios sofre um processo bem agudo de tratamento químico, o que a transforma em água ruim de beber.

apartamentos de 30 a 43m² e 18 amplas suítes de 64m². Em todas as unidades habitacionais, os hóspedes poderão desfrutar de águas termais minerais, com temperatura média de 36°C”. Para eventos sociais e corporativos, o Blue Tree Park Termas do Tabuleiro terá um centro de convenções e eventos do qual farão parte um *lobby* exclusivo de 460m², um auditório com capacidade para cerca de 110 pessoas e um salão para até 1.000 pessoas. Como opções gastronômicas, estão sendo construídos dois restaurantes, cada um deles com 320 lugares, além do Bar do Lobby (40 pessoas), do Snack Bar (100) e do Piano Bar, localizado na cobertura, com vista panorâmica. E completam: “Estamos muito entusiasmados com este empreendimento, um *resort* inédito pelo seu luxo”, diz Chieko Aoki, presidente da Blue Tree Hotels. A rede conta com dois *resorts* em operação: o Blue Tree Park Lins, no interior de São Paulo, e o Blue Tree Park Búzios, no Rio de Janeiro. As informações sobre a Blue Tree Hotels foram obtidas em www.bluetree.com.br, consulta feita em 3 de novembro de 2013. O Grupo Chieko Aoki tem 24 hotéis no Brasil e anuncia quatro novos empreendimentos no interior de São Paulo, localizados em Alphaville, São Carlos, Valinhos e Votorantim, além de uma unidade em Macaé, Rio de Janeiro. Está presente em 18 cidades: Búzios (RJ), Caxias do Sul (RS), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Joinville (SC), Lins (SP), Londrina (PR), Macaé (RJ), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio Verde (GO), Santo André (SP), São José dos Campos (SP), São Paulo (SP) e Teresina (PI). Fonte: www.communicabrazil.com.br.

¹²⁹ Ver nota 11.

Com relação ao tratamento de esgotos no município, ele revela que ele existe, desde a década de 1990, na área central. “A maioria esmagadora da população não ligou seu esgoto na rede. A Casan poderia cobrar 70% a mais pela coleta e tratamento, mas uma associação de moradores entrou na Justiça e até hoje vem se arrastando esta briga porque as pessoas não aceitam a cobrança”. Hoje, segundo ele, metade da estrutura destinada ao saneamento não está sendo usada.

As críticas e descontentamentos estão presentes na análise dos depoimentos de meus informantes, mas há, ao mesmo tempo, credibilidade com relação às obras do condomínio árabe. O técnico entrevistado acima comenta, com relação ao Baden-Baden: “Olha, o que eu conheço é o fôlder, mas muito provavelmente eles devem ter um projeto próprio de saneamento, até porque são muitas pessoas, 70 ou 80 casas, que já estão sendo ocupadas, mais o hotel”. E acrescenta: “Como a filosofia deles é o conforto junto à natureza, eu imagino que eles não vão dar um tiro no pé”.

Percebe-se, nesta fala, que o turismo não é o que deveria ou poderia ser e significar para a população, em Santo Amaro da Imperatriz. As informações não circulam. Uma das hipóteses é de que isso ocorre justamente porque se trata de privatização da água para usufruto dos turistas, pelos “de fora”. É curioso observar que a maioria dos informantes em Santo Amaro da Imperatriz, entre eles quatro locais, coincidem em que falta engajamento das pessoas que moram em Santo Amaro para praticarem o agenciamento do turismo, atividade relegada a certo isolamento.

Silvestre explica: “Estamos mais próximos de Águas Mornas (6 km) do que de Santo Amaro (8 km). Em Gravatal, por exemplo, é tudo mais centralizado. É um complexo. Aqui tem esse isolamento, mas a gente tenta se aproximar socioculturalmente e a maior parte dos funcionários dos hotéis é daqui”.

Nas declarações dos informantes existe, de fato, um estigma em relação à população local, que desprezaria a galinha dos ovos de ouro do turismo termal e que este tesouro emerge em todo caso não somente do natural, mas também do construído pelo homem. Na fala cruzada de vários trabalhadores, a perspectiva é outra. Para um deles, quem vai ter acesso ao *resort* dos árabes é: “Gente que tem dinheiro. Aquilo é luxo, só vai ser estrangeiro, acho preocupante isso. A gente corre o risco grande pela questão da água. A hora que acabar a água lá, eles vêm pra cá. Quando bater a sede lá, eles vêm tomar água aqui”. De fato, está prevista uma empresa envasadora de água no enclave árabe.

De qualquer maneira, o informante acredita que o condomínio vai ajudar a divulgar o município. Outro informante comenta sobre o Baden-Baden: “É o maior empreendimento da América Latina hoje em turismo e só ali vão se desenvolver 700 empregos diretos. A comunidade vai ganhar com isso”.

Outro que aprova o empreendimento árabe é o funcionário do setor de turismo da Prefeitura. “O Termas do Tabuleiro Resort é o maior empreendimento da América Latina hoje em turismo. Já gerou investimentos tanto em Águas Mornas quanto em Santo Amaro”, justifica. A partir do trabalho no hotel Plaza Caldas da Imperatriz, quando jovem, este informante se tornou militante da causa ambiental e defende o turismo termal e de aventura contra a instalação das centrais hidrelétricas.

Ele também é contra o plano diretor em apreciação no momento da pesquisa. “Na verdade, as hidrelétricas gerariam energia, mas, para a economia de um município com as características de Santo Amaro da Imperatriz, o turismo rende muito mais”. Ele tem uma visão do ambiente ligada ao seu aproveitamento econômico.

E qual é a função do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro?

A função é abastecimento humano. O parque é uma grande reserva hídrica pra população. Com o crescimento imobiliário de Palhoça, agora Santo Amaro é a bola da vez. Vai faltar água. Deixa sair PCHs no Paraná, no Rio Grande do Sul. Por que não deixar para as gerações futuras um rio sem interferência humana?, uma bacia pequena como a nossa e com a sua importância, esta cachoeira é a única do Estado que se mantém original. Isso economicamente pode ser interessante. Abelardo Luz tomou esta iniciativa e hoje tem uma lei estadual que protege os rios.

Conforme meu informante, a falta de um plano de manejo do Parque do Tabuleiro, que deveria ter sido elaborado desde a criação da reserva, em 1975, é um problema. “Estudiosos de lei dizem que se a comunidade inteira agir o parque já não existe mais. A lei caducou. Tem prazo pra implementar isso”:

Pra piorar, a pressão foi tão grande juridicamente que a Fatma fez do coração da área uma APA

(Área de Proteção Ambiental, numa reforma do Código Florestal de Santa Catarina, com a criação do denominado Mosaico de APAs). Isso é contestável. Lá está o manancial. Se aquilo lá se desenvolver como APA, sem controle, é a mesma coisa que dar um atestado para eles fazerem o que quiserem e eu acredito que com o apoio econômico, político e empresarial, já temos mansões dentro da área. (...) A população não vê o parque como aliado, como pulmão, qualidade de vida, que você pode usar para fazer esportes de aventura, pessoas que estão migrando para Santo Amaro, juizes aposentados, pessoas que conhecem, promotores estão se infiltrando e começando a abrir a cabeça desse grupo.

É possível imaginar, também, que a população não veja o parque como aliado porque os meios de comunicação, ligados à especulação imobiliária, aos políticos e às empreiteiras, acabam entrando neste campo de disputas, demarcando territórios. É o que acontece com todos os parques nacionais: a especulação imobiliária acaba se apropriando de áreas de preservação permanente. Os territórios são desanexados dessas áreas de preservação permanente por causa da especulação imobiliária. Na fala dele, no entanto, o fato de haver migrações para Santo Amaro “abre a cabeça” da população local. Ele tem conhecimento de que é possível proteger a natureza e que, para isso, basta vontade, participação da comunidade organizada. Ao mesmo tempo, ele se contradiz quando afirma que “botaram política numa questão séria como o meio ambiente”.

Os empreendedores acharam que, tomando o Comitê de Bacias, conseguiriam ativar as PCHs. Eles tomaram o comitê que hoje tem 16 entidades e nove não participam, inclusive Epagri, Casan. Eles vão lá, ouvem, mas não têm direito a voto. Já passaram duas gestões e não fizeram nada. Porque botaram política numa questão tão séria como é o meio ambiente. Mas eu não me acomodei. A gente criou os Caminhos da Imigração Alemã – comunidades que têm uma identificação semelhante: os Beckmann, os Lickmann... E conseguimos apoio e fomos convidados pela Malwee para ir à Alemanha e à Polônia. Fizemos

o caminho de nossos imigrantes. Tem um livro sobre a nossa viagem.

O informante vê alternativas turísticas que complementam o uso da água termal porque, segundo ele, o turismo termal está inserido num leque maior de opções turísticas. Vemos então que entre trabalhadores e moradores locais com acesso a informações sobre os empreendimentos na região, há uma oscilação significativa em suas opiniões sobre os ganhos e perdas dos investimentos de capital externo, em relação às benesses do turismo e em relação aos bens não renováveis da natureza.

5.6 ENERGIA HIDRELÉTRICA, A POLÊMICA DA PCHS

A paisagem que é campo de disputa em Santo Amaro da Imperatriz é composta por uma complexa bacia hidrográfica, a bacia do rio Cubatão. Outro ator em ação neste cenário foi um projeto polêmico de instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) que quase chegaram a ser construídas no rio Cubatão, incrustado na mesma paisagem em que se encontram as águas termais.

É no rio Cubatão que desembocam as águas termominerais, depois de passarem pelos hotéis e pelas banheiras do bairro turístico. Minha informante, que é comerciante no bairro turístico e está entre as pessoas que chegaram de fora e que hoje se consideram de dentro, conforme as posições que assumem em seus discursos, comenta:

Qualquer pessoa de sã consciência e com o mínimo de inteligência que se debruçar sobre um projeto de hidrelétrica terá o bom senso de dizer que não serve. Tem energia eólica, tem energia do mar, solar. É vergonhoso este tipo de opção. O que justifica isso? Que as empreiteiras responsáveis pelas obras são as mesmas que elegem os políticos.

Quando ela fala no prejuízo das Pequenas Centrais Hidrelétricas, diz que vai atingir todo um sistema, como se elas fossem afetar, como uma doença, um corpo saudável e em equilíbrio:

As pessoas vêm até aqui em busca de saúde, de paz, de encontro consigo próprias, através da natureza, buscando voltar sendo um indivíduo

melhor para a sociedade, tudo isso ia acabar. Seria atingido brutalmente um sistema. Tu imaginas 186 mil metros quadrados de área verde sendo atingidos num espaço como o nosso? É inadmissível. Fora todo o resto que vem junto e que a gente nem sabe o que pode desencadear.

Com relação ao inchamento e à verticalização propostos no novo plano diretor do município, Jane diz: “O número de assaltos cresceu, cresceu a prostituição infantil, crianças se prostituem por dois, três reais, a mendicância cresceu, a insegurança cresceu, os focos de proliferação de mosquitos estão insuportáveis pelas poças formadas”. Nas palavras dela:

Nós entramos na luta contra a instalação das hidrelétricas. Teve este caráter comunitário. Como começou? Impossível esquecer porque eu fazia parte do Rotary e quem havia me convidado para participar do Rotary e, portanto, minha madrinha, era a esposa de um dos investidores. Lá, todo mundo sabia da minha posição em relação à questão ambiental. Deixo muito claro para todos que me conhecem – a natureza precisa ser cuidada, ela é nosso lar, nesta nossa passagem pela terra. Se tu não cuidas do teu lar tu vais cuidar de quê?, não vais cuidar nem de ti. A gente sempre julga o outro por aquilo que a gente é e eu entendi que aquilo seria bom, mas, passado um tempo, o projeto chegou no Rotary e circulou lá dentro e aparentemente estava tudo bem, mas daí eu fui procurada por uma pessoa da comunidade. Ela disse: olha, não é nada disso. Pelo contrário, esta pessoa começou a me mostrar dados e eu comecei a ficar muito indignada porque eu odeio quando me passam por trouxa. Perco as estribeiras. Daí eu comprei a briga, aí a gente começou a se unir, se fortalecer, cada um entrava com suas ideias, aí buscamos os projetos na Fatma, me debrucei em cima deles. Qualquer obra tem impacto. Onde você reduz ou dizima uma população única, daquele ambiente, não tem reposição, está atingida a cadeia, você fraciona o que estava tudo encaixadinho, a engrenagem não funciona mais como teria que funcionar. Se têm

todos aqueles indivíduos naquele *habitat* é porque aquele *habitat* necessita daqueles indivíduos.

Mais uma visão sobre os locais. De certa forma, o Rotary é a reunião de um tipo específico de nativo e, ao mesmo tempo, uma junção de nativos e “de fora”. Na fala dela, ela foi procurada por uma pessoa da comunidade. De certo modo, dá a entender que o Rotary não representa a comunidade ou não é constituído por pessoas da comunidade. Minha informante passou a encampar a visão dos ecologistas contra as hidrelétricas, que eram a vontade do pessoal do Rotary. “Os estudos foram baseados em índices pluviométricos, só que em 2010 esse volume saiu do controle. Tivemos queda de barreira onde jamais existiu queda de barreira, hoje toda área é de risco”. Esse movimento todo envolveu a população, segundo ela. “A gente foi nas escolas, a gente trabalhou as crianças, os adolescentes, conscientizando do problema que não será pra nós, agora. Eu vou passar, tu vais passar, mas haverá gerações que vêm atrás de nós”.

Alguns moradores locais, como minha informante, veem com desconfiança o crescimento vertiginoso do município e, por tabela, a presença cada vez mais massiva de turistas: o campo é tomado por novas construções à medida que os locais turísticos se tornam mais conhecidos e, com isso, conforme uma das lojistas do bairro turístico, os preços sobem, há aumento no consumo de drogas, da promiscuidade... Outros veem no turismo um sinal de novas oportunidades, de um alavancamento no nível de vida local com a entrada de capital exterior. Turistas, dotados de intencionalidades, de gostos, de vontades, mas ainda assim tão difíceis de capturar, fugazes às generalizações. De certa forma, os “de fora” e os de dentro estão juntos com relação à questão ambiental. Conforme minha informante, “a cidade tem um pelotão de pessoas ligadas na questão ambiental”.

O crescimento equilibrado e a denúncia de que o plano diretor não tinha sido participativo são constatações que andam juntas. “A conquista de barrar o plano diretor é de todas as pessoas da cidade que perceberam que não era o adequado para o município”. Para Jane, é uma conquista da população e do Estado, “porque onde o Estado começa a perder seus nichos de fonte de renda, quem é a fonte de renda tem a obrigação de fazer isso”.

Na Secretaria de Turismo, um funcionário é também militante: “Reativamos o Comitê da Bacia do Rio Cubatão e entramos com uma ação para cancelar todas as PCHs do Estado. Não poderíamos nunca ir

contra as atividades de ecoturismo que são ligadas à Secretaria de Turismo. Neste momento, está suspensa toda a atividade de exploração ou pesquisa na bacia do Rio Cubatão”.

Para Silva (2011), o movimento Rio Cubatão Vivo constitui um dos poucos casos no país de “enfrentamento efetivo e organizado a esses projetos de PCHs” e resultou na suspensão temporária das licenças prévias para a instalação das hidrelétricas. Meu informante está certo de que existe corrupção nos processos de licenciamento por parte dos órgãos ambientais. Ele comenta sobre o que teria sido a primeira grande corrupção no Estado de Santa Catarina:

Veio dinheiro desde a época do Império para fazer dois hospitais, fizeram meio, em vez de 14 banheiras, vieram seis. O hotel não tem planejamento de gestão e nem a companhia que engarrafa a água. Eles não têm equipe técnica. O município não pode investir lá hoje porque teria de tirar dinheiro da saúde ou da educação. A Rede Plaza de Hotéis, o hotel Caldas da Imperatriz e a Jan Bebidas são os maiores beneficiários desta água. É tudo de longo prazo. Mexe com tradições. Tem que dar lucro. Ali, não se trocam as pessoas porque tem o compromisso político de quatro anos. Tirar de Natal, Carnaval, Festa do Milho, não dá. Então, o ideal era privatizar. Até agora, quando é que foi depositado lucro de água termal para a Prefeitura?

Vemos, então, que os novos empreendimentos imobiliários, ligados ou não ao setor de turismo, se aliam à possibilidade do represamento das águas do rio Cubatão para a produção de energia elétrica e podem acabar por transformar a paisagem em Santo Amaro da Imperatriz. Por outro lado, o município não se sente compensado para paralisar o “progresso” e nem motivado a preservar suas reservas florestais e hídricas para continuar a abastecer de água a Grande Florianópolis. Com relação à água termal, a parte que caberia ao município, o hotel tombado e as banheiras públicas, vê-se no limite da possibilidade de administração, com funcionários indicados politicamente e a incapacidade de otimizar o aproveitamento da água termal, já que se trata de imóvel tombado.

5.7 ICMS VERDE

Para meu informante na Prefeitura, a questão da exploração da água termomineral é complexa, assim como é complexa a questão do abastecimento de água na Grande Florianópolis, quando esta água tem origem no território de Santo Amaro da Imperatriz, incluindo seu subsolo, também igualmente rico em águas e em águas termais que acabam confluindo no rio Cubatão.

A meu ver, o nosso município tem que ser recompensado de alguma maneira, como com essa compensação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) verde, que tramita na Assembleia há anos e não se tem uma definição, ou que fosse o ISS (Imposto Sobre Serviços), porque hoje essas empresas que exploram a água pagam os impostos para o município e, se não explorassem, a água estaria vertendo e estaria se perdendo, então de todos os tipos de exploração é preferível que seja explorado desta maneira, consciente, do que não ser explorado ou ser explorado de uma maneira mais degradante.

Meu informante na Secretaria de Turismo concorda com a taxaço:

Como a coisa não vem espontânea, tem que vir na forma de lei porque se Florianópolis dissesse olha 0,00001% do meu orçamento vou mandar para uma fundação para que Santo Amaro crie e cuide do meio ambiente para que nos garanta água no futuro essa seria uma visão não técnica, mas uma visão de quem depende deste rio.

O percentual fictício de 0,00001% dá uma ideia do quanto poderia ser irrisória a taxaço, mas ela existiria, mesmo que num valor ínfimo. Meu informante diz que apoia o projeto de Kennedy Nunes do ICMS ecológico.¹³⁰ “Isso é o que seria o apelo da população: eu

¹³⁰ O projeto de lei 35.7/2011 dispõe sobre os critérios de distribuição de receita

preservo e o que eu ganho em troca?”. As forças ocultas são grandes, mas futuramente as gerações agradeceriam”. Com relação ao ICMS ecológico, na opinião dele, o caminho é o *lobby* político.

Silvestre, minha fonte no hotel Plaza Caldas da Imperatriz, em Santo Amaro da Imperatriz, vê o ICMS ecológico como outra forma de compensar quem preserva, quem fornece água de boa qualidade, não só para o município, mas para os agricultores, a exemplo do que ocorre em Nova York, que paga mensalmente salário para os agricultores e pecuaristas das regiões mais altas em torno da cidade, de onde vem a água potável, para eles cuidarem dos mananciais.

“É tudo subsidiado”, diz ele que, já na época do colégio agrícola, no ensino médio, foi iniciado nas práticas agrícolas de conservação do solo, de conservação da água, de manejo adequado, e que, na universidade, aprimorou este conhecimento com um mestrado em Engenharia Ambiental. “Fui ter muito mais noção de ciclos hidrológicos, aquíferos, uso de recursos hídricos, a legislação hídrica. Depois, participei do Comitê de Bacia Hidrográfica, Comitê de Bacias de Tijucas e, aqui em Santo Amaro, do Comitê de Bacia do Rio Cubatão”.

Ele apenas lamenta que, com a recategorização de áreas do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, boa parte do que antes era Área de Preservação Permanente, APP, virou Área de Proteção Ambiental, APA. Vargem do Braço, por exemplo, área em que se localiza o enclave árabe, foi transformada em APA talvez justamente para permitir o empreendimento. A questão da água aparece também em primeiro lugar, como água para abastecimento da população, para a integrante do Centro de Tradições Gaúchas. Ela vê com preocupação o futuro do Parque do Tabuleiro. Como outros informantes, ela usa esta comparação entre a água e as pedras preciosas, a água como algo raro e de valor inestimável. Que precisa ser preservada. Minha informante faz, talvez sem o saber, uma reflexão sobre o patrimônio natural, mais exatamente sobre a privatização dos recursos naturais. Trata a água (de beber) como patrimônio. Ela foi uma das poucas entrevistadas que falou isso espontaneamente. Ela remete a responsabilidade para a população, que não tem conhecimento do que está sendo negociado. E que precisa ser ouvida. Ser esclarecida.

do ICMS para fins de criação do ICMS Ecológico com o objetivo de beneficiar municípios na proteção e melhoria do meio ambiente.

A água é nosso maior patrimônio. O pai dizia que o leite era caro, vai ter o dia que a água vai estar mais cara que o leite. Temos uma riqueza muito grande e têm que ser revistos estes contratos. Educação, saneamento e coleta seletiva são básicos e as cidades vizinhas tinham que nos ajudar. A população tem que participar. Essa concessão foi feita às escuras. Temos que ouvir a população e isso vai ser bom também para as outras cidades. Pra que trabalhar com doença se podemos trabalhar a prevenção?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Santo Amaro da Imperatriz e Nueva Federaci3n se distinguem com rela3o ao aproveitamento do recurso termal, basicamente porque:

- Em Nueva Federaci3n, o turismo termal 3 a principal fonte de receita do munic3pio. Em Santo Amaro, o turismo termal disputa com outros tipos de turismo (turismo de aventuras, religioso, rural) e o turismo n3o 3 a principal fonte de receitas (suplantado pelos servi3os, pelo com3rcio e pela agro-ind3stria).
- O turismo termal em Nueva Federaci3n 3 gerenciado pela municipalidade, num parque termal p3blico, enquanto em Santo Amaro da Imperatriz a explora3o do turismo termal 3 privativa e praticada por grupos de fora do munic3pio, sem que a Prefeitura tenha controle sobre a entrada de divisas.
- Observa-se nas duas localidades que o banho termal adquire fun3o mais l3dica e de distin3o social e consumo que propriamente de cura.
- Existe em Santo Amaro uma preocupa3o com o desaparecimento da paisagem e com a exaust3o do pr3prio recurso termal, que est3 sendo explorado sem controle.
- A 3gua, de maneira geral, parece ser valorizada em Santo Amaro da Imperatriz mais como 3gua para beber e para praticar esportes radicais do que 3gua para banhar, folgar e curar, como 3 o caso de Nueva Federaci3n.
- Em poucos momentos a 3gua termal 3 vista como patrim3nio em Santo Amaro da Imperatriz. O termo continua remetendo 3s constru3es hist3ricas (a igreja, a casa dos Galloti-Koerich), mas j3 se observa um deslizamento de sentido, para englobar patrim3nios imateriais como a banda de m3sica ou a cascata Cobrinha de Ouro.
- O reconhecimento como patrim3nio da humanidade aparece como o auge do processo de patrimonializa3o, a inst3ncia consagrada definitiva de um bem ou recurso natural que pretenda ser patrimonializado. Percebemos, no entanto, que nem sempre a reivindica3o como patrim3nio da humanidade 3 resultado de uma coes3o de vontades. Muitos atores envolvidos nem sequer s3o consultados, como vimos quando do reconhecimento como patrim3nio da humanidade da Quebrada de Humahuaca e do Caminho do Inca, pela Unesco.

- A patrimonialização muitas vezes é considerada como uma ingerência na gestão do recurso. Da mesma forma, seria precipitado imaginar que as águas de Caldas da Imperatriz pudessem ser reivindicadas como patrimônio – seja da humanidade, seja nacional, do estado ou do município, uma vez que estas águas encontram poucas ressonâncias na comunidade, tanto entre os “de fora” quanto entre os locais.
- Talvez o que possamos sugerir é que a privatização das águas termais priva, justamente, determinados estratos sociais tanto da água de beber e do banho público, quanto da higiene, do prazer, da cura, do lazer e de todo o conteúdo semântico que emerge da memória coletiva quando se mencionam as águas termais.

A cultura termal, como pudemos perceber, possui uma trajetória ancestral e uma das nossas hipóteses era de que o fato de ter tanta tradição pudesse realimentar o imaginário turístico, entre pessoas estabelecidas nestes locais explorados pelo turismo termal, nativos ou não, e seus visitantes, em estações termais modernas como as de Caldas da Imperatriz e de Nueva Federación, escolhidas para esta pesquisa de campo. Percebemos que não é bem assim, ou pelo menos não nas duas estações estudadas.

De práticas ligadas na Antiguidade ao ócio e ao prazer, os banhos termais, públicos e coletivos, se converteram em banhos destinados a terapias sanitárias, apropriadas pela medicina científica, e, atualmente, são lugares mais dedicados ao lazer e à estética, práticas que inclusive independem da água termal. Também em Santo Amaro da Imperatriz e em Nueva Federación.

A reinvenção das estações termais se dá agora em lugares destinados ao prazer associado ao consumo mais que à saúde. Trata-se de spas acessíveis quase sempre a camadas mais abastadas da população: consultem-se as tarifas nas termas de Jurema, no Paraná, ou na Pousada do Rio Quente, em Caldas Novas, Goiás, para ficar apenas no Brasil, e já teremos uma ideia de quão exclusivas podem ser estas estações.

Em parte, elas reabilitam uma antiga tradição de prazer dos sentidos, em parte apelam para novas inclinações de apreciação da natureza e dos seus elementos, em parte, ainda, jogam com as tendências de ressacralização das águas ou investem no consumo dos novos produtos, que nos aparecem como fins de semana de relax, contato com a natureza, mas também degustação de vinhos, máscaras de

caviar, champanha, ouro ou diamante, por mais bizarras que possam parecer (e que custam de 100 a 120 pesos, no parque termal de Nueva Federación), onde também há possibilidade de apostas nos cassinos (presentes em quase todas as termas argentinas).

Não se evidenciou um sistema de representações que permitiria a construção de um “eu” coletivo que identificaria os sujeitos localizados nestes dois municípios, um eu coletivo diferente do daqueles que habitam municípios vizinhos, com um imaginário comum do passado, condutas atuais e projetos para o futuro. Não em Santo Amaro da Imperatriz. Talvez apenas em parte em Nueva Federación, por ser o termalismo a atividade econômica mais rentável. O conceito de identidade coletiva relacionada à cultura termal se desvaneceu na análise das falas de meus informantes.

Trata-se de um dado relevante porque, historicamente, quando se trata da água, ela é um dos elementos centrais na reprodução não somente material, mas também simbólica dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Na fala de uma das informantes, quando comenta que a moda do termalismo já passou, que agora a busca de saúde está voltada para o consumo de fármacos e para a prática da alopatia, no caso de Santo Amaro da Imperatriz, pode ser curiosa a comparação que se faz do uso das águas termais, hoje, com o uso comunitário e ritualístico que delas faziam os Xokleng, os silvícolas citados pelos historiadores, que conheciam estas águas antes da apropriação delas feita pela família real. A água está presente em inúmeros mitos de criação dessas populações. Ela aparece muitas vezes como presentes dos deuses aos antepassados. “(...) Nas sociedades tradicionais, a água é um bem da natureza, muitas vezes dádivas da divindade, responsável pela sua abundância ou pela sua escassez. Proveniente da natureza, a água é um bem de uso, em geral, coletivo”.¹³¹

Observa-se que o banho termal tem uma função lúdica e, ao mesmo tempo, de socialização e de distinção social. Poderia se supor ainda que o ato de praticar o banho termal contribuiria para constituir sujeitos, lhes daria determinada corporalidade e determinaria certa noção de pessoa. O fato de se reconhecerem como aqúistas contribuiria para defini-las. Esta hipótese não se comprovou. Percebemos que, por

¹³¹ DIEGUES, A. C. **Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras**. <http://antroposimetrica.blogspot.com.br/2011/02/simbologia-da-agua-entre-os-povos.html>. Acesso em 5 de agosto de 2012.

outro lado, ao lidarem com a água termal nos hotéis e no contato direto com os turistas quem agrega características pertinentes a este universo simbólico relacionado à água termal são os próprios trabalhadores nas termas. A água termal lhes empresta mais identidade que propriamente aos termalistas.

A partir dos depoimentos das pessoas escolhidas como informantes, em Santo Amaro da Imperatriz, observa-se a preocupação com a possibilidade do esgotamento do recurso natural devido à superexploração de um bem ambiental que gera usos terapêuticos de “cuidados de si”, mas que, a partir da “turistificação” das paisagens nas quais esta água termal é usufruída, pode provocar justamente o próprio esgotamento do recurso termal e seu conseqüente desaparecimento. Não se trata de preocupação compartilhada pelo município de Nueva Federación, onde a exploração do recurso termal parece totalmente sob controle.

De certa forma, o pequeno desenvolvimento observado com relação à exploração do turismo termal em Santo Amaro da Imperatriz talvez seja justamente a condição da relativa preservação das paisagens no entorno do bairro turístico de Caldas da Imperatriz. Talvez involuntariamente o município promova uma espécie de desenvolvimento sustentável. Para alguns, no entanto, a exploração do turismo termal no bairro de Caldas da Imperatriz está fadada ao fracasso, ou pela incompetência de quem gerencia o turismo, ou por uma espécie de maldição localizada no começo da exploração termal, quando “judiaram muito dos índios”, ou pelo próprio fato de o modismo das práticas termais já ter passado, tendo sido substituído pela alopatia, com relação ao tratamento de doenças, e por novas práticas turísticas, quando encarado apenas como destino de lazer e diversão. Em Nueva Federación, em vez disso, a atividade está em franca expansão. Em Nueva Federación, esta identidade colada na exploração da água termal é mais marcada, até por causa das sucessivas realocações e o fato também de, em Nueva Federación, a gestão do turismo termal não ter sido privatizada.

Locais turísticos são habitados provisoriamente por levas de pessoas das quais se tem noções genéricas. Elas entram e saem do território e, assim como não existe um nós, um “de dentro”, digamos assim, que fique claro e seja mais constante, também não se consegue identificar com exatidão qual seria o outro. Permanece a tensão com

relação a um dos princípios da alteridade, justamente o de que nossas identidades só podem ser construídas a partir do contato com o outro.

É constante, nos discursos dos informantes, a preocupação com a compensação que Santo Amaro da Imperatriz reivindica pelo fato de preservar os mananciais de água com que o município abastece os habitantes de territórios vizinhos. Esta cobrança de um imposto que seria uma contrapartida pelo fato de Santo Amaro dispor de águas minerais é cogitada porque já se naturalizou que a água é propriedade do município de Santo Amaro. A água brota, afinal, naquele território e o território de Santo Amaro se desenvolveu em torno de suas águas. Por estar inserido num parque estadual, o município é obrigado a preservar e seria justo que lhe fosse paga, como compensação, portanto, uma espécie de “imposto verde”. O imposto faria com que houvesse reciprocidade. É paradoxal perceber, no entanto, que as águas sejam exploradas por empresas privadas dentro do próprio município – nos hotéis, no caso da água termal, e no caso da água de beber pela empresa que a envasa e comercializa.

A água está prevista como patrimônio na Constituição brasileira, quando elenca como passíveis de tombamento sítios de valor ecológico e científico, assim como já foram tombados locais de semelhante importância em Minas Gerais, por exemplo, como a bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha e os complexos hidrotermais e hoteleiros do Barreiro de Araxá e de Poços de Caldas e Caxambu. Algumas cidades já protegidas pelo Iepha – Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais pretendem conseguir agora reconhecimento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, depois, o reconhecimento como patrimônio da humanidade, concedido pela Unesco.¹³²

Em Santo Amaro da Imperatriz, grosso modo, parece que a população local não percebe a importância do recurso natural água termal, uma mina de diamantes, para alguns, mas uma prática terapêutica que já teria saído de moda, perdido lugar para a alopatia, no caso dos cuidados com a saúde, e mesmo como prática de lazer e estética.

Aí é que entraria o missionário, ou o antropólogo, para alertar, para dar a saber que se trata de um patrimônio e que ele precisa ser

¹³²

<http://defender.org.br/2009/06/12/caxambu-quer-ser-tombada-como-patrimonio-da-humanidade/>. Consulta feita em 26 de junho de 2013.

preservado, mesmo dando-se conta de que patrimonializar muitas vezes pode significar justamente condenar à morte um bem que se queria preservar. O papel do etnógrafo é comparado ao do missionário por Clifford (1998, p. 230). Porque, ainda que as fontes hidrotermais sejam utilizadas para combater o reumatismo, problemas de pele, doenças respiratórias, do sistema gastrointestinal etc., e sejam aplicadas há milênios com sucesso nos tratamentos estéticos, elas são simultaneamente águas minerais. Elas têm natureza purificadora e hidratante, mas, do ponto de vista ambiental são recursos, de modo bastante geral e mais exatamente na atualidade, extraídos à exaustão, sem tempo necessário para a recarga dos aquíferos, o que compromete o futuro de seus atrativos. São patrimônios líquidos na mais plena acepção da palavra, pois fluem, não podem ser contidos e, ao mesmo tempo, são um patrimônio finito, que com o tempo vai ser exaurido.

No final, o pensamento local pode ser resumido desta forma: os de fora chegaram e tomaram e dividiram as águas, que agora se materializam nos usos, no bairro turístico. É possível hospedar-se no hotel municipal, mais acima é possível hospedar-se no até então melhor hotel, o Plaza Caldas da Imperatriz, pertencente a uma rede hoteleira gaúcha. Em breve, vai ser possível se hospedar no *resort* dos “árabes”. Observa-se, em Santo Amaro da Imperatriz, uma crescente exploração privada do recurso água termal. Mas ela é sempre mascarada com a publicidade de que se trata, pelo contrário, de oportunizar o contato com a natureza, com a saúde proporcionada pelo retorno à mãe natureza.

Neste contexto, a bica de água revelou-se um achado, na pesquisa, porque ela é anacrônica, contradiz o universo do glamour dos “de fora”, contrastados com a urgente necessidade de água de beber dos locais, moradores da Grande Florianópolis. A bica está na contramão, porque o bairro turístico já conta com difícil acesso, no sentido de que é uma via estreita e, como os de dentro vão buscar água, congestionam ainda mais o tráfego. Talvez por isso, agora, esta necessidade de disciplinar o acesso e cobrar pela coleta da água de beber – isso vai reduzir este público local ou nem tão local assim (sedento pela água de beber), que destoa do público das termas (ansioso pela água de folgar, lavar e curar).

Assim, nos parece que haveria razões de sobra para preservar o recurso estratégico água mineral termal, que brota naturalmente em Santo Amaro da Imperatriz, no bairro turístico e histórico de Caldas da Imperatriz. Seria necessário, no entanto, que o reconhecimento da

riqueza extraordinária deste recurso natural fosse reivindicado pela comunidade, mas que, primeiro, encontrasse ressonâncias no seio dos moradores do próprio território em que se encontram estas águas, que em última instância esses moradores fossem alertados (pelos antropólogos, pelos missionários) sobre as possíveis usurpações deste recurso que pertence ao território e que pode estar sendo “trocado” independentemente da vontade desta população, que pode, propositadamente, não estar ciente deste tipo de comércio e que, por isso, não está sendo “remunerada” de forma devida.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. **Colecionando museus como ruínas**: percursos e experiências de memória no contexto de ações patrimoniais. In: CASTELLS, A. N. G. de (Org.). *Ilha - Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 14, n. 1 e 2, janeiro a dezembro de 2012.
- ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A; Lamparina, 2003.
- APPADURAI, A. **A vida social das coisas**, as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Eduff, 2008.
- ARANTES, A. “Patrimônio imaterial e referências culturais”. **Revista Tempo Brasileiro**, n. 147. Rio de Janeiro, 2001.
- ARBEX, D. **Holocausto brasileiro**: Vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- ARONI, B. O. **Por uma etnologia dos artefatos**: arte cosmológica, conceitos mitológicos: *Revista Proa*, n. 2, v. 1, p. 1-27, 2010.
- ASHENBURG, K. **Passando a limpo. O banho**: da Roma antiga até hoje. Trad. Débora Ginza e Luís Frágoso. São Paulo: Larousse, 2008.
- AUGÉ, M. **El tiempo en ruínas**. Barcelona: Gedisa, 2003.
- _____. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: Edufal – Universidade Federal de Alagoas, 2010.
- AUSTIN, J. L., **Quando dizer é fazer**. Palavras e ação. Trad.: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BASTOS, C. **From sulphur to perfume**: spa and SPA at Monchique. Algarve: Anthropology & Medicine, 2011.
- _____. 2011, **Banhos de princesas e de lázaros**: termalismo e estratificação social. *Anuário Antropológico 2010/II*: 107-125.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BELLI, E., SLAVUTSKY, R. **Consecuencias prácticas de la patrimonialización de la Quebrada**. Ilha Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 8, n. 1-2, 2006.

BELLI, E., SLAVUTSKY, R. “La gestión estatal del patrimonio para el desarrollo de los sectores populares en la Quebrada de Humahuaca (Noroeste Argentino)”. In: LÓPEZ, J. J. H., ROTMAN, M. B., CASTELLS, A. N. G. **Patrimonio y cultura en América Latina: Nuevas vinculaciones con el estado, el mercado y el turismo y sus perspectivas actuales**. México: Universidad de Guadalajara, 2010.

BERTONCELLO, R., **Configuración socio-espacial de los balnearios del partido de la costa (Provincia de Buenos Aires)**. Argentina: Instituto de Geografía, Territorio, n. 5, 1993, p. 1-95.

_____. “Turismo y territorio. Otras prácticas, otras miradas”. Aportes y Transferencias. Tiempo Libre, Turismo y Recreación, 6(2): 29-50. Mar del Plata: Centro Estudios Turísticos, Univ. Nac. Mar del Plata, 2002.

_____. “Turismo, territorio y sociedad. El ‘mapa turístico de la Argentina’”. In: LEMOS, A. I. G. de, ARROYO, M., SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/18berton.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2013.

_____. (compilador), **Turismo y geografía – Lugares y patrimonio natural-cultural de la Argentina**. Buenos Aires: Ediciones Ciccus, 2009.

BERTONCELLO, R. ALMIRÓN, A., TRONCOSO, C. A. “Turismo, patrimonio y territorio”. In: Estudios y perspectivas en turismo, v. 15 (2006), p. 101-124. Disponível em: www.scielo.org.ar/pdf/eypt/v15n2/v15n2a01.pdf. Acesso em 13 de maio de 2013.

BOIVIN, M., ROSATO, A., ARRIBAS, V. **Constructores de otredad** – Una introducción a la antropología social e cultural. 4ª ed., Buenos Aires: Antropofagia, 2007.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp, Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1989.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas, poderes oblíquos**. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. **Consumidores e cidadãos** – conflitos multiculturais de globalização. Trad.: Maurício Santana Dias. 4ª ed., Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

_____. “Los usos sociales del patrimonio cultural”. In: CRIADO, E. Aguillar. Patrimonio etnológico. Nuevas perspectivas de estudio. Sevilla: Consejería de Cultura, Junta de Andalucía, 1999. Disponível em: <http://ciudadespatrimonio.mx/descargables/Los-usos-sociales-del-patrimonio-cultural.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2012.

CASTELLS, A. N. G. de; REIS, M. J.; CATULLO, M. R. **Ruptura e continuidade com o passado**: Bens patrimoniais e turismo em duas cidades relocalizadas. Cuadernos de Antropología Social, Ed. Facultad de Filosofía y Letras-UBA, Buenos Aires, impresso, v. 21, p. 71-90, 2005.

CHAMBERS, E. “Can the anthropology of tourism make us better travelers?” In: National Association for the Practice of Anthropology Bulletin, v. 23, n. 1, 2005.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**. Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Ufrj, 1998.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Editora Sala, 1984.

DIEGUES, A. C. **Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras.**

<http://antroposimetrica.blogspot.com.br/2011/02/simbologia-da-agua-entre-os-povos.html>. Acesso em 5 de agosto de 2012.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

ELIADE, M. **As águas e o simbolismo aquático,** Tratado das Religiões. Lisboa: ASA, 243-275, 1994.

FOLADORI, G.; TAKS, J. **Um olhar antropológico sobre a questão ambiental.** Mana, v. 10, n. 2. Rio de Janeiro: outubro/2004.

FONSECA, M. C. L., **O patrimônio em processo.** Trajetória da política federal de preservação no Brasil, 2ª ed., Rio de Janeiro: UFRJ, MinC, Iphan, 2005.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

_____. **Estruturalismo e Pós-estruturalismo** 1983. Ditos e Escritos II, Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento, Trad. Elisa Monteiro, Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. **História da sexualidade.** 3 O cuidado de si. São Paulo: Graal, 2011.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

_____. **Obras e vidas.** O antropólogo como autor. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

GELL, A. **Art and agency**: an anthropological theory. Oxford: Oxford University Press, 1998.

GOLDMAN, M. **Alteridade e experiência**: Antropologia e teoria etnográfica. Aula Ernesto Veiga de Oliveira. Etnográfica, v. X (1), 2006, p. 161-173. Em www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/etn/v10n1/v10n1a08.pdf. Consulta em 13 de agosto de 2014.

GONÇALVES, J. R. S. **O patrimônio como categoria de pensamento**. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

_____. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil, Rio de Janeiro: UFRJ, Iphan, 2002.

_____. **Ressonância, materialidade e subjetividade**: as culturas como patrimônios. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan./jun. 2005.

_____. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2009.

HERNÁNDEZ, J. J., ROTMAN, M. B., CASTELLS, A. N. G., **Patrimonio y cultura en América Latina**: Nuevas vinculaciones con el estado, el mercado y el turismo y sus perspectivas actuales. Guadalajara: Acento Editores/Alfredo Gutierrez R., 2010, v. 1, 318 p.

INGOLD, T. **Bringing things back to life**: creative entanglements in a world of materials. Material Worlds Symposium, Brown University. Apr. 18, 2008.

KOPYTOFF, I. “A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo”. In: A vida social das coisas, as mercadorias sob perspectiva cultural. Niterói: Eduff, 2008.

LAGUNAS, D. (Coord.). **Antropología y turismo**. Claves culturales y disciplinares. México-Madri: Plaza y Valdes, 2007.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. **Reensamblar lo social**: una introducción a la teoría del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LEITE, R. P. **Contra-usos e espaço público**. Notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 49, p. 115-172, 2002.

LEITE, R. P.; PEIXOTO, P. **O patrimônio como elixir de políticas urbanas**: notas sobre o bairro do Recife e a zona histórica da cidade do Porto, em http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2013/O%20PATRIM%20C3%94NIO%20CO%20MO%20ELIXIR%20DE%20POL%20C3%8DTICAS%20URBANAS.pdf. Acesso em 30 de junho de 2013.

LÓPEZ, J. J. H., ROTMAN, M. B., CASTELLS, A. N. G., **Patrimônio y cultura en América Latina**: Nuevas vinculaciones con el estado, el mercado y el turismo y sus perspectivas actuales. México: Universidad de Guadalajara, 2010.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos** – O declínio do individualismo nas sociedades de massa. São Paulo/Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAGNANI, J. G. **Festa no pedaço**. Cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec, 1998. Acesso em: <http://viverascidades.blogspot.com/2010/08/magnani-o-lazer-na-cidade.html>.

_____. **Mystica urbe**: um estudo antropológico sobre o circuito neo-esotérico na metrópole. São Paulo: Studio Nobel, 1999. Revista de Antropologia, v. 43, n. 2, São Paulo, 2000.
www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012000000200014&script=sci_arttext. Consulta em 27 de outubro de 2014.

_____. “Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole”. In: **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. J. G. C. Magnani & L. L. Torres (Orgs.). São Paulo: Edusp, 2000.

MAIA, F. B. de A. “Análise do turismo em relação ao uso público do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro no município de Santo Amaro da Imperatriz”. Dissertação de mestrado em Geografia pela Ufsc, 2006.

MALUF, S. W. “Peregrinos da Nova Era: Itinerários Espirituais e Terapêuticos no Brasil dos Anos 90”. Antropologia em primeira mão / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, n. 1, 2007.

MARTINS, C. **Tabuleiro das águas**: resgate histórico e cultural de Santo Amaro da Imperatriz. Florianópolis: Recriar, 2001.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1974].

MENESES, U. B. de. “O patrimônio cultural entre o público e o privado”. In: **São Paulo (Cidade), Secretaria Municipal de Cultura, CDPH. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Conversas – 1948**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MORELLI, L. “Água: nas mãos de quem?” In: **Cadernos Diplô**, São Paulo, n. 3, p. 18-21, 2003.

NASCIMENTO SILVA, E. **Estudos ambientais simplificados e o movimento Rio Cubatão Vivo**: um estudo de caso sobre um projeto de

instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas em Santa Catarina. Trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais da UFSC, 2013.

NINIS, A. B., **A ecologia política e a exploração da água mineral de São Lourenço**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentável. Brasília: UnB/2006.

NINIS, A. B.; DRUMMOND, J. A., “Áreas (des)protegidas do Brasil: as estâncias hidrominerais”, *Ambiente e Sociedade*, v. 11, n. 1, Campinas, jan./jun. 2008.

PASSETTI, D. V., **Lévi-Strauss, antropologia e arte: minúsculo, incomensurável**. São Paulo: Edusp/Educ, 2008.

PEIRANO, M. G. S. **A alteridade em contexto: a antropologia como ciência social no Brasil**. Brasília: UnB, 1999.

QUINTELA, M. M. **Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz)**. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, v. 11 (suplemento 1): p. 239-60, 2004.

_____. **Banhos que curam: práticas termais em Portugal e no Brasil**. Acesso em http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_07/N1/Vol_vii_N1_171-186.pdf, 2002 [1999].

_____. **Seeking ‘energy’ vs. painrelief in spas in Brazil (Caldas da Imperatriz) and Portugal (Termas da Sulfúrea)**. *Anthropology & Medicine*, v. 18, n. 1, abril 2011, p. 23-35.

RAMÍREZ, L. **Turismo, naturaleza y territorio**. El turismo termal en la localidad de Federación (Provincia de Entre Ríos, Argentina). Universidad Nacional de Mar del Plata, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales. Tese de mestrado em Desenvolvimento Turístico Sustentável, 2008.

ROTMAN, M.; CASTELLS, A. N. G. **Estudos sobre patrimônio: intervenção, gestão e identidades locais**. Sessão temática, dossiê

patrimônio. Ilha – Revista de Antropologia, Florianópolis, v. 8, n. 1, 2 (2006).

_____. **Patrimônio e Cultura: Processos de politização, mercantilização e construção de identidades.** In: LIMAFILHO, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. (Org.). Antropologia e Patrimônio Cultural. Blumenau: Nova Letra, 2007.

ROTMAN, M., FERREIRA, L. M., FERREIRA, M. L. M. **Patrimônio cultural no Brasil e na Argentina.** Estudos de caso. São Paulo: Annablume, 2011.

SAHLINS, M. **Cultura y razón práctica.** Barcelona: Gedisa, 1988.

SANTOS, T. A. R. dos. **As águas de Rupumeica** – Um estudo de caso sobre a territorialidade Mapuche-huilliche e a privatização das águas no Chile. Florianópolis: Ufsc/2013. TCC em Ciências Sociais. SANTOS, S. C. dos et alii. Parque Estadual do Tabuleiro, aspectos culturais e sociais, v. 1, Ufsc/Fatma. Mimeografado. Florianópolis, 1976.

SANTOS, S. C. dos. **Índios e brancos no sul do país: a dramática experiência Xokleng.** Florianópolis: Edeme, 1973.

SIMMEL, G. “A ruína”. In: SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade.** Brasília: UnB. 1998, p. 137-144.

SIMONICCA, A. “Conflicto(s) e interpretación: problemas de la antropología del turismo en las sociedades complejas”. In: LAGUNAS, D. (Coord.). **Antropología y turismo.** Claves culturales y disciplinares. México, D. C.: Plaza y Valdés, 2007.

SMITH, V. (Ed.). “Hosts and guests”. In: **The anthropology of tourism.** Philadelphia: University of Philadelphia, 1987.

LÉVI-STRAUSS, C. **Mito e significado.** Trad.: Antonio Marques Bessa. Lisboa: Edições 70, 1978.

TADDEI, E., GAMBOGGI, A. L. **Etnografia, meio ambiente e comunicação ambiental.** Caderno pedagógico. Lajeado, v. 8, n. 2, p. 9-28, 2011.

URRY, J. **O olhar do turista**. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: SESC-Studio Nobel, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

_____. Coleção Encontros, Sztutman, Renato (Org.). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

_____. “Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia”. *Mana*, v. 18, n. 1, Rio de Janeiro, abril/2012.

ZIZEK, S. **Em defesa das causas perdidas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **Vivendo no fim dos tempos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

_____. (Org.). “O espectro da ideologia”. In: **Um mapa da ideologia**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

STRATHERN, M. **The gender of the gift**: Problems with women and problems with society in Melanesia. Los Angeles: University of California Press, 1988.

YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da. “Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil”. In: **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 2002.

WALLINGRE, N. **Repercusión económica y social del turismo en Federación**, Universidad de Quilmes, Buenos Aires, novembro de 2011.

ANEXOS

**ANEXO A – Capas de dois dos fôlderes turísticos de Nueva
Federación, Entre Ríos, Argentina.**

